



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BANJAQUINHAGA

**A GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL PARA O BRASIL: a
mão-de-obra estrangeira e a inserção dos estudantes africanos (UFCG,
UFPB e UFPE) no mercado de trabalho brasileiro**

Campina Grande - PB

Agosto/ 2018

BANJAQUI NHAGA

**A GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL PARA O BRASIL: a
mão-de-obra estrangeira e a inserção dos estudantes africanos (UFCG,
UFPB e UFPE) no mercado de trabalho brasileiro**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina
Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior
Área de concentração: Ciências Sociais

Campina Grande
Agosto/ 2018

N576g

Nhaga, Banjaqui.

A globalização e migração estudantil para o Brasil : a mão-de-obra estrangeira e a inserção dos estudantes africanos (UFCG, UFPB e UFPE) no mercado de trabalho brasileiro / Banjaqui Nhaga. - Campina Grande, 2018.

300 f : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior".

Referências.

1. Globalização. 2. Migração. 3. Mercado de Trabalho. 4. Estudantes Africanos. I. Sales Júnior, Ronaldo Laurentino de. II. Título.

CDU 331.52(=:6=013)(043)

BANJAQUI NHAGA

A GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: a mão-de-obra estrangeira e a inserção dos estudantes africanos (UFCG, UFPB e UFPE) no mercado de trabalho brasileiro

Dissertação Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Junior (UFCG/CH/PPGCS)

Prof^a Dr^a Nadine Agra (UNIFACISA) Examinadora Externa

Prof. Dr. Alexandro Silva de Jesus (UFPE) Examinador Externo

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky (UFCG/CH/PPGCS) Examinador Interno

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva (UFCG/CH/PPGCS) Examinador Interno

**Dedico este trabalho aos meus
falecidos pais (Orlando Nhaga e
Badjudessa Albino Nhaga).**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, aos meus pais, ao Brasil, à CAPES e ao povo brasileiro e, especialmente a UFCG, pela oportunidade no seio de uma cultura diferente da minha: uma vivência rica em experiências, procedimentos e condutas na arte de ser “Graduado, Mestre e Doutorando” que levarei como lição em meu encaminhamento de vida acadêmica.

Agradeço as pessoas essenciais em minha vida que me ajudaram e seguem me ajudando, longe ou perto, estando sempre ao meu lado: Oliveira Sanca (irmão), Badjone Nhaga (irmã), Manuel Oliveira Sanca (irmão), Heldomiro Herique Correia (primo), Heldrino Correia (primo), Teresa Albino Nhaga (tia), Augusto Albino Nhaga (tio) e aos meus familiares que, mesmo distante, representam minha base.

Aos meus amigos que lutaram comigo durante esses anos do curso: Viriato João Lopes Nhanca, Ednaldo Almeida, Feliciano Afonso Sá, Leonel Pereira João Quade, Mithra dos Santos, Alire Cavalcante, Augusto Baticâ Ferreira (Guto), Iatara Mané, Djamila, Biai, Maino Vaz Gomes, Bobo Mendes, Cristiane Caetano e os demais colegas cabo-verdianos, congolese e beninenses. Meu especial agradecimento vai para Regiane Cravid, uma pessoa muito especial em minha vida de quem estive muito presente em minha vida tanto nos momentos felizes assim como difíceis.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Ronaldo Sales pelo acompanhamento pontual e competência, pelos comentários construtivos, pela paciência e liberdade durante o processo produtivo e, especialmente pelos conselhos e forças nos momentos difíceis da luta. Aos meus professores do curso e colegas em geral do programa: Demétrio, Lula, ao SOCIATOS.

RESUMO

O cenário atual da intensa mobilidade do capital tem sido acompanhado por um crescente deslocamento internacional de população. As transformações sociais vivenciadas nas últimas décadas tornaram mais complexo o fenômeno das migrações e da emigração internacional, que se realizam sob novas lógicas, em especial pela ampliação do mercado mundial e a dispersão da indústria e de bens e serviços e a migração contemporânea de estudantes a nível planetário. A mobilidade espacial com fins de estudo é um processo histórico e se manifesta de diversas formas, dependendo de acordos firmados entre os países ou instituições envolvidas e seus reflexos são sentidos em todas as dimensões em que ocorrem. Neste contexto, entre os diversos fatores (econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais) o presente trabalho tem como finalidade compreender as dinâmicas da inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso de graduação nas universidades públicas brasileiras (UFCG, UFPB e UFPE). Metodologicamente o trabalho foi desenvolvido em cinco seções. Inicialmente, realizou-se uma contextualização histórica sobre o fenômeno da globalização, uma revisão sobre a questão das migrações internacionais contemporâneas e da mobilidade espacial no contexto global, em que se verificaram novas tendências e desafios a partir de enfoque de teóricos e especialistas do tema da migração e do mercado de trabalho. Isso se justifica pelo fato de a globalização guardar profundas relações com as migrações humanas, em especial com a questão da migração internacional, situação corriqueira em um mundo em que a evolução da tecnologia faz-se aparentar menor e mais acessível. Discorre-se sobre o processo histórico da mobilidade internacional e, em especial, da migração para o Brasil. Essa mobilidade internacional dos indivíduos tornou-se um fenômeno de fundamental importância a nível mundial, tanto para os países de destino quanto de origem ou de trânsito. A quarta seção se propõe a analisar as características de inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal e informal brasileiro a partir do século XXI. O racismo e o preconceito entraram em cena, de modo que os dois conceitos influenciam diretamente no processo de inserção no mercado de trabalho. Por fim, uma análise da trajetória e experiência dos estudantes/migrantes no mercado de trabalho brasileiro. Conclui-se mostrando que se trata de uma população que faz parte de uma tendência global contemporânea de migração internacional com fins de estudo.

Palavras-chave: globalização; migração; mercado de trabalho, estudantes africanos.

ABSTRACT

The current scenario of the intense mobility of capital has been accompanied by a growing displacement of international population. The social transformations experienced in the last decades have made the phenomenon of migration and international emigration more complex, under new logic, in particular by the expansion of the world market and the dispersion of industry and goods and services and the contemporary migration of students at a global level. Spatial mobility for study purposes is a historical process and manifests itself in a variety of ways, depending on agreements between the countries or institutions involved and its reflections are felt in all the dimensions in which it lives. In this context, among the various factors (economic, political, social, cultural and educational), the purpose of this study is to understand the dynamics of the insertion of African students in the Brazilian job market after graduation from Brazilian public universities (UFCEG, UFPB and UFPE). Methodologically the work was developed in five sections. Initially, a historical contextualization was conducted on the phenomenon of globalization, a revision on the issue of contemporary international migrations and spatial mobility in the global context, in which new trends and challenges have emerged from the focus of theorists and specialists on the topic of migration and the job market. This is justified by the fact that globalization has deep relations with human migrations, in particular with the issue of international migration, a common situation in a world that the evolution of technology makes it seem smaller and more accessible. This study discussed the historical process of international mobility and, in particular, migration to Brazil. This international mobility of individuals has become a phenomenon of fundamental importance globally, both for countries of destination and of origin or transit. The fourth section proposes to analyze the characteristics of the worker's insertion in the Brazilian formal and informal job market from the 21st century. Racism and prejudice have entered the picture, so that the two concepts directly influence the process of insertion into the job market. Finally, an analysis of the trajectory and experience of students/ migrants in the Brazilian job market. The study concludes by showing that it is a population that is part of a contemporary global trend of international migration with the purpose of study.

Key Words: globalization, migration, job market, African students

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Entrada dos imigrantes por sexo no Brasil 1982-2010.....	57
Tabela 2: Estrangeiros segundo país de nascimento 2000/2010.....	58
Tabela 3 – concessão de vistos temporários e permanentes para o trabalho 2006/2010.....	59
Tabela 4 – principais países em número de carteiras emitidas em 2014.....	65
Tabela 5 – autorizações concedidas a estrangeiros permanentes segundo escolaridade, Brasil, 2006-2015.....	76
Tabela 6 - O comportamento do mercado de trabalho no Brasil – 2001/2008.....	143
Tabela 7 – Trabalhadores sem carteira assinada no país nos anos de 1990 e 2000.....	17263
Tabela 8 – População de 14 a 29 anos, condições de atividades e ocupações no Brasil, 2009 e 2014	192
Tabela 9 – Sexo dos estudantes/imigrantes e suas universidades	1982
Tabela 10 – Sexo dos estudantes/migrantes e faixa etária.....	198

Lista de figuras

Figura 1 – Concessão da autorização de trabalho a estrangeiros 2011/2014	60
Figura 2 – Número de autorizações concedidas por país 2011/2014	61
Figura 3 – Número de autorizações concedidas segundo Unidade da Federação 2011/2014....	62
Figura 4 – Número de autorizações concedidas, segundo sexo, 2011/2014	63
Figura 5 – Saldo de emprego formal segundo as regiões do Brasil entre 2001 a 2008.....	144
Figura 6 – Saldo de vagas formais no Brasil de 2001 a 2014	145
Figura 7 – Saldo de emprego formal por setores de atividades 2001 a 2008.....	147
Figura 8 – A evolução da taxa de emprego no Brasil segundo sexo 2002 a 2015	148
Figura 9 – Evolução de trabalhadores formais por faixa etária no Brasil, 2002/2013	149
Figura 10 – Ocupação dos trabalhadores com vínculo formal e sem vínculo formal no Brasil, - 2000 a 2007.....	161
Figura 11 – Trabalhos sem carteira assinada no país nos anos 1990 e 2000	163
Figura 12 – País de origem dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE).....	199
Figura 13 – Área de formação dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE).....	202
Figura 14 – Grau de escolaridade dos pais dos estudantes/migrantes pesquisados (UFCEG, UFPB e UFPE).....	204
Figura 15 – Ocupação das mães dos estudantes/migrantes pesquisados (UFCEG, UFPB e UFPE).....	206
Figura 16 – A situação financeira da família no país de origem dos pesquisados (UFCEG, UFPB e UFPE).....	210
Figura 17 – Estudantes/migrantes em relação à forma de inserção no mercado de trabalho nos seus países de origem (UFCEG, UFPB e UFPE)	213
Figura 18 – Os tipos de inserção no mercado de trabalhos dos estudantes/migrantes no Brasil/2018 (UFCEG, UFPB e UFPE).....	216
Figura 19 – Os vínculos empregatícios dos estudantes/migrantes no Brasil/2018 (UFCEG, UFPB e UFPE).....	218
Figura 20 – Ocupação principal dos estudantes/migrantes residentes no Brasil/2018 (UFCEG, UFPB e UFPE)	220
Figura 21 – A carga horária semanal de trabalho dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE)	222

Figura 22 – A remuneração média dos estudantes/migrantes no Brasil (UFMG, UFPB e UFPE)	224
Figura 23 – Opinião dos estudantes/migrantes em relação à situação dos colegas no Brasil (UFMG, UFPB e UFPE).....	226
Figura 24 – A situação do preconceito no Brasil (UFMG, UFPB e UFPE)	229
Figura 25 – Estudantes/migrantes quanto às perspectivas para o futuro (UFMG, UFPB e UFPE)	234

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ANTDJ – Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BM – Banco Mundial

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GATC - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

CEPAL – Comissão Econômica das Nações Unidas para América-Latina

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CGIg – Conselho Geral de Imigração

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CERTE – Cadastro Eletrônico para Requerentes de Trabalho a Estrangeiros

CMES – Conferência Mundial de Ensino Superior

CNN - Cable News Network

CNIg – Conselho Nacional de Migração

CONARE – Comité Nacional para Refugiado

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSS – Cooperação Sul-Sul

DC- Departamento de Cultura

DCE – Divisão de Temas Educacionais

DCT – Divisão de Temas Educacionais

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de redução de Pobreza

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e estudo Socioeconômico

DFP – Departamento de Polícia Federal

ECOWAS - Economic Community of West African State

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCEM – Fundo de Desenvolvimento China-África

GEO – Grupo de Observadores de Terra

HIV - HumanImmunodeficiencyVirus

IAU – Associação Internacional de Universidades

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MJ – Ministério da Justiça

MIGRANTEWEB – Sistema de Gestão e Controle de Migrantes

MRE – Ministério das Relações Internacionais

MTE – Ministério de Trabalho e Emprego

NEPAD – Nova Aliança para Desenvolvimento da África

NOEI – Nova Ordem Econômica Mundial

OBMIgra – Observatório das Migrações Internacionais

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivo do Desenvolvimento de Milênio

OIM – Organização Internacional da Migração

OIT – Organização Internacional de Trabalho

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OUA – Organização da Unidade Africana

PEA – População Economicamente Ativa

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós - Graduação

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETROCARIBE -

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto Lei

PLAN – Planejamento

PLS – Projeto Lei do Senado

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREALC – Programa Regional de Emprego na América-Latina e Caribe

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RDC – República Democrática do Congo

SADC – Comunidade para Desenvolvimento da África Austral

SESU – Secretaria de Educação Superior

SJN – Secretaria Nacional da Juventude

UA – União africana

UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNCHR - United Nations High Commissioner for Refugee

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNTG – União Nacional dos Trabalhadores Guineense

ZOPACAS – Zonas da Paz Cooperação Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Considerações metodológicas.....	27
CAPITULO I: O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO, A MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	31
1.1 O fenômeno da globalização e as tendências migratórias sob a ótica do trabalho	34
1.2. Imigração e mercado de trabalho: teorias	43
1.3 A decisão de migrar e seu impacto no mercado de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico	50
1.4 Os estrangeiros no mercado de trabalho: fluxo migratório de trabalhadores para Brasil... 55	
1.5 O envio de remessa (dinheiro) como fator primário na decisão de migrar.....	66
1.6 Migração e educação: qualificação da mão de obra migrante no mercado de trabalho	73
CAPITULO II: MIGRAÇÃO PARA O BRASIL: uma abordagem entre a migração estudantil dos africanos e as migrações com fins laborais	80
2.1. Aspectos gerais da migração internacional	82
2.2. O Brasil nas rotas da migração internacional: a política migratória brasileira.....	97
2.3 As diversas formas de inserção legalizada: fronteiriças, permanência e nacionalidade.	105
2.4 As políticas de desenvolvimento: a cooperação sul-sul e seu impacto na relação entre o Brasil e os países africanos	111
2.4.1. Fases da relação Brasil-África	118
2.5. A internacionalização do ensino superior no Brasil	123
2.6 A cooperação educacional entre Brasil e África: programa de estudantes – convênios de graduação.....	129
2.6.1. O PEC-G – Marco Institucional	130
2.6.2. Histórico do PEC-G.....	131
Capitulo III: A formalidade e a informalidade como forma de compreender a inserção de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro	134
3.1 Tendências gerais do mercado de trabalho formal e informal no Brasil	136
3.2. O Mercado de trabalho formal como forma de compreender a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro.	141
3.3. A informalidade de trabalho e sua relação com a mão-de-obra estrangeira no Brasil	153

3.4. Jovens no mercado de trabalho brasileiro	166
3.5. O preconceito e o mercado de trabalho brasileiro	175
3.6 O mercado de trabalho na África e a inserção dos jovens no mercado de trabalho guineense	180
3.6.1 O caso dos ex-estudantes guineenses das universidades do Nordeste brasileiro (UFCG, UFPB e UFPE).	185
CAPITULO IV: OS NOVOS DESAFIOS: A INSERÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	191
4.1. A aplicação do questionário e perfil da amostra.....	192
4.2. Envio de remessas dos estudantes/migrantes aos seus países de origem	209
4.3. A política de inserção no mercado de trabalho entre os estudantes/migrantes	212
4.4. A noção do preconceito racial e social no Brasil para os estudantes/migrantes pesquisados	228
4.5. Estudantes/migrantes quanto às perspectivas para o futuro (UFCG, UFPB e UFPE)	233
Considerações finais	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254

INTRODUÇÃO

Para compreender melhor as migrações internacionais é preciso entender como a globalização afeta os deslocamentos espaciais intensos da população. Essa intensificação do processo de globalização com estreitamento de laços econômicos, políticos e culturais (bem como o aumento das tensões e conflitos) provoca transformações importantes nas tendências de migração internacional. No entanto, as situações que atualmente são identificadas como manifestações da globalização são, ao mesmo tempo, a continuidade/desdobramento de processos historicamente presentes na trajetória social da humanidade e a configuração de uma situação inédita (OLIVEIRA; MOREIRA, 2008, p. 44).

Sendo assim, se a migração entre regiões de diferentes territórios não é um fenômeno novo, tem, ao menos, assumido novas formas com a globalização. Nas últimas décadas, não apenas é possível verificar um aumento dos fluxos migratórios entre países, como também mudanças nas motivações e direções destas migrações. O migrante vive em um mundo no qual a globalização dispensa as fronteiras, muda parâmetros diariamente, circula informações, estimula o consumo e cria expectativas de uma vida melhor.

Para Martine (2005), o dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. No entanto, essas regras são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado, como afirma Martine (2005) é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas, de modo que, muitos países apresentam um crescimento fraco ou nulo enquanto a desigualdade entre ricos e pobres cresce consideravelmente. Entretanto, estas desigualdades continuam a fomentar o desejo e a necessidade de migrar para outros países. Essas regras do jogo da globalização não se aplicam à migração internacional, o que para Martine (2005) significa que as regras da globalização se dão de maneira desigual, pois enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, os trabalhadores se movem a conta-gotas.

¹ Livre circulação de pessoas, bens e serviços, sendo que na maioria das vezes, o que ocorre são as barreiras que impedem a inserção e o gradual fechamento de fronteiras, impedindo acesso e circulação das populações mais pobres para os centros desenvolvidos.

Por esses motivos, a relação desigual dos fluxos entre capital e pessoas pelo mundo, não significa a inexistência ou pouca importância da mobilidade humana entre os países, e sim a manifestação das contradições no seio da globalização atual. Para Sassen (2001), assim como existe um ambiente de negócios altamente internacionalizados, existe também um mercado de trabalho internacional. Outra importante ideia expressa por Sassen (2000) frente às migrações internacionais consiste que não é mais possível, em um mundo globalizado, pensar a imigração de maneira isolada, unilateralmente, independente dos agentes internacionais, vista apenas no marco nacional.

Para idealizar políticas eficazes de migração, é importante entender o deslocamento espacial como parte das estratégias de resistência, sobrevivência e de mobilidade social da população e também dos refugiados políticos. Para os refugiados, a globalização limita seu acesso à proteção, devido a um seletivo processo de circulação de pessoas nas fronteiras políticas dos países (UNHCR, 2006), assim como desafia sua definição em virtude da complexidade dos fluxos migratórios existentes. O fim da Guerra Fria e a consolidação dos processos da globalização acentuaram as contradições no encaminhamento da temática dos refugiados, principalmente com a ascensão dos nacionalismos e dos conflitos étnicos aliados aos problemas econômicos.

Para Martine (2005), é interessante observar que, mesmo entre os pensadores, acadêmicos e ativistas, existe um sentimento implícito e mal definido de que, de alguma forma, o sedentarismo e a imobilidade seriam preferíveis à migração. Neste cenário, o Brasil tem recebido imigrantes de diferentes países, ainda que em números consideravelmente reduzidos em relação aos outros países, a exemplo dos países europeus e da América de Norte. De acordo com os dados da Coordenação Geral de Imigração (CGI), entre o mês de abril a junho de 2015, foram concedidas 18.213 autorizações de trabalhos para os imigrantes, o que mostra uma quantidade (21.000) relativamente menor em relação ao primeiro semestre de 2014 (OBMIGRA, 2015, p. 14).

Além de analisar o processo histórico e tradicional da migração, analisamos, também a nova forma da migração, isto é, a migração contemporânea dos estudantes em busca da formação acadêmica. Neste contexto, o Brasil tem recebido estudantes de diferentes países da África e da América Latina para a realização de estudos em nível de graduação e pós-graduação. No período compreendido entre janeiro de 2000 a outubro de 2005, as universidades públicas brasileiras receberam 2.369 estudantes africanos provenientes de 14

países no âmbito do Programa Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G, sendo 46,6% provenientes de Cabo Verde e 24,5% da Guiné-Bissau (MRE, 2005).

O PEC-G é um instrumento de cooperação educacional que o governo brasileiro mantém com os países em via de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. Esta cooperação iniciou-se no final da década de 1920, mas ganhou contornos institucionais em 2000, como parte do fortalecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países participantes do programa.

As ações de cooperação para a formação dos estudantes estrangeiros, mantidas pelo Brasil desde o final da década de 20 eram pontuais e administradas exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty) até o ano de 1967. Desde então, é necessária à assinatura de protocolos conjuntos com prazos indeterminados entre os Ministérios da Educação (MEC) – com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) e o Ministério das Relações Exteriores – com a participação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Esses protocolos, avaliados periodicamente em função dos resultados apresentados pelo desempenho dos estudantes-convênio e das observações encaminhadas pelas IES participantes aos gestores do PEC-G, junto com o manual do Estudante-Convênio, constituem a regulamentação própria do programa (MEC, 2000).

A institucionalização da cooperação internacional mantida pelo Brasil na área educacional via PEC-G produziu, a partir de 2000, quando a migração de estudantes aumentava significativamente, uma presença mais forte de discentes africanos nas universidades públicas brasileiras. Situada no debate mais geral sobre o trabalho no Brasil, a presente tese tem como objetivo compreender a inserção dos estudantes/migrantes africanos no mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação no Brasil, assim como a inserção daqueles que regressaram para Guiné Bissau.

A nossa proposta de trabalho teve início no limiar dos anos 2000, sobretudo o período compreendido entre 2003 a 2017 tomando como universo da pesquisa empírica os estudantes e ex-estudantes da Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Pernambuco, todas no nordeste. Nesse período, segundo Chahad (2003), as tendências do mercado de trabalho, vêm mudando desde a desvalorização do real em 1999, e mais fortemente após o *boom* internacional de commodities, a partir de 2003, que favoreceu a retomada do crescimento da economia brasileira.

Porém, o crescimento do PIB não retornou ao ritmo do passado, quando o país se industrializou, mas o número de pessoas ocupadas passou a crescer mais rapidamente e, entre

as pessoas ocupadas, destacou-se a elevada intensidade da ampliação das que têm emprego com contrato formalizado segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou o Estatuto do Servidor Público. Nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, o mercado de trabalho vem sofrendo alterações constantes, com elevadas taxas de desemprego, chegando a atingir 13 milhões de pessoas sem trabalho no país, de acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED.

A cidade de Campina Grande, considerada de pequeno porte em relação às cidades de João Pessoa e Recife, até o final de 2017 contava com 410.332 habitantes. A cidade tem sido, desde as décadas de 1950-1960, um dos principais polos de atração dos estudantes de graduação e pós-graduação do nordeste². Essa atração, porém, era fundamentalmente dos estudantes da própria região nordeste – com ênfase maior para estudantes de outros municípios da Paraíba e de estados vizinhos – mas também recebendo estudantes de outras regiões, mesmo que em menor número. A migração internacional era restrita principalmente à vinda de professores estrangeiros para lecionar em suas universidades.

O interesse sobre o tema surgiu, em primeiro lugar, da minha própria vivência enquanto estudante africano numa universidade pública brasileira. Nascido na Guiné-Bissau em 1982, cheguei a Campina Grande em 2006, com pouco menos de 24 anos de idade, para cursar Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande. Antes de chegar ao Brasil, já havia cursado dois anos do curso de economia numa universidade pública em Bissau, capital da Guiné-Bissau. Fiquei sabendo do PEC-G através da divulgação realizada pelo Centro Cultural Brasileiro mantido pela Embaixada brasileira em Bissau, que todos os anos, no mês de julho, divulga as vagas disponibilizadas para os estudantes guineenses virem estudar nas universidades públicas brasileiras.

Meu interesse foi reforçado pelo fato de que alguns primos já haviam conseguido bolsa PEC-G no Brasil em 2005. A partir desse momento, decidi então concorrer a uma das vagas oferecidas pelo programa e em 2006 meu nome integrava a relação dos 159 estudantes guineenses que seriam recebidos nas universidades brasileiras naquele ano.

Além da minha própria experiência, fui motivado a optar pela temática da inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro pela escassez de trabalhos acadêmicos no campo das Ciências Sociais. A minha primeira experiência com a área temática da migração e, em especial, da migração estudantil dos africanos para o Brasil, deu-se quando, em 2009, ainda na graduação, cursava a disciplina métodos e técnicas de pesquisa III em

² A UFCG contava, em julho de 2010, com 14.693 estudantes de graduação

ciências sociais. Ao ter que elaborar um projeto de pesquisa como um dos requisitos para a obtenção da nota da terceira unidade, acabei optando pelo tema em questão que depois serviu como o tema do meu trabalho da conclusão do curso de graduação.

Durante o mestrado, levando em consideração o que desenvolvi na minha pesquisa de graduação, percebi que era o momento de continuar com o tema e, nesse instante, o objetivo foi compreender as trajetórias e a integração destes estudantes nas universidades e no cotidiano brasileiro, a partir de suas vivências e convivências, tanto como estudantes quanto como imigrantes.

Desse modo, o desejo de procurar compreender cada vez mais o universo dos estudantes africanos que chegam ao Brasil para estudar, e que por vários motivos, após a conclusão do curso, optam em permanecer e outros em retornar ao país de origem, fez surgir, durante a elaboração do projeto de doutorado, a necessidade de compreender mais suas inserções no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda que a temática das migrações – tanto nos fluxos direcionados ao Brasil em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho, quanto na imigração de brasileiros para outros países – seja um problema de pesquisa importante para as Ciências Sociais no país, é ainda pequena a atenção dada aos imigrantes que chegam ao Brasil para estudar ou trabalhar.

Portanto, parto do pressuposto de que a migração temporária com fins de formação acadêmica não tem as mesmas características de um movimento de simples deslocamento de indivíduos entre um país de origem e um país de acolhimento. A migração estudantil, segundo Desidério (2005), tem como característica relevante um projeto central de vida que é estudar, formar-se, qualificar-se e, em um momento, regressar ao seu país de origem. Os estudantes permanecem no país que os recebeu sem perder o vínculo com sua origem, ao mesmo tempo em que ampliam os contatos sociais previamente constituídos pelas redes informais. Assim, entre a assimilação e a manutenção das identidades e culturas étnicas, os imigrantes africanos buscam seus espaços de integração e revitalização, já que é uma população em minoria quantitativa, comparada com outras populações estrangeiras no Brasil.

As tendências recentes da migração internacional, segundo Desidério (2005), não podem ser entendidas sem se fazer referência ao caráter global que tem os fenômenos nos momentos atuais. A amplitude que tem tomado os intercâmbios comerciais pela integração de novos países, a transnacionalização das atividades econômicas organizadas a nível mundial, o crescimento dos intercâmbios de produção, comercialização, circulação e informação entre

países pela liberalização e desregulamentação dos mercados, têm gerado mecanismos que rompem as possíveis fronteiras e encurtam as distâncias geográficas e temporais.

Nesta perspectiva, ocorre uma maior mobilidade geográfica de diferentes setores e atores. Motivados por distintas realidades, assim são engendrados os movimentos migratórios mais diversos e por distintas motivações, quer sejam por trabalho, turismo, estudo ou ainda pela evasão ou circulação de cérebros, como por situação de refúgios, desastres naturais ou asilo político.

O fenômeno da migração no contexto africano remete historicamente a processos antigos e complexos que envolvem, primordialmente, uma série de conflitos étnicos. No viés histórico, a África tem sido palco de movimentos migratórios vinculados a conflitos relativos ao colonialismo e assentamentos que conduziram ao estabelecimento de sistemas de mão-de-obra migrante para as plantações e as minas. Baeninger (2009), em seus estudos sobre o continente africano, demonstra que ao entrar no processo de descolonização desde a década de 1950, as sociedades africanas combinam padrões migratórios antigos com novas formas, em grandes fluxos de refugiados e pessoas internamente dispersadas entre os diferentes países. É importante ressaltar que tanto o Brasil quanto a África foram constituídos por históricos de migração internacional.

Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios nos quais continuam havendo emigrações, ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes, além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica e financeira no final de 2007 e início de 2008. Assim, o país volta a receber fluxos migratórios diversificados. Porém, com alguns coletivos latino-americanos, como os bolivianos, constituindo uma presença constante no cenário brasileiro (CAVALCANTI, 2015), nas últimas décadas, com a emergência provocada pela crise econômica mundial de 2007, em que os países emergentes não foram diretamente afetados como os países considerados desenvolvidos, houve um aumento de diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil.

Os dados contidos na presente pesquisa atestam que o Brasil passa por um momento singular no que diz respeito às migrações internacionais. De modo diferente dos fluxos migratórios do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro com a função de “ocupar” territórios e “branquear” o país, na atualidade o mercado de trabalho brasileiro vem recebendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul, entre os quais encontram-se haitianos, bolivianos, colombianos, senegaleses, peruanos, entre outros. Inserido no contexto

internacional e complexo das migrações, o Brasil passou a receber a partir de 2010, de forma crescente e num contexto migratório que se estende até o período atual, refugiados e imigrantes em elevado grau de vulnerabilidade. Isto, por sua vez, acaba criando e desenvolvendo situações de preconceito, xenofobia e racismo contra imigrantes e refugiados, incluindo discursos de ódio em mídias sociais e agressões verbais e físicas.

Percebe-se, então, que a crença de uma verdadeira “democracia racial” no país produziu um “consenso” generalizado da ausência do preconceito e da discriminação racial, impedindo que as desigualdades sociais fossem enfrentadas numa perspectiva de classe e de raça. Esse “consenso” contribuiu para manter intocado o racismo no Brasil e, particularmente, no mercado de trabalho.

A partir dos dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), podemos analisar as características essenciais de inserção de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho formal no Brasil. Os trabalhadores estrangeiros no Brasil mantêm tendência bastante característica e presente em outros países com tradição na inserção de mão-de-obra estrangeira que consiste em receber uma quantidade bem elevada de imigrantes com formação profissional superior no mercado de trabalho formal. Porém, ao adentrar no mercado de trabalho, estes tendem a preencher posições inferiores em relação à sua formação profissional, o que faz com que, cada vez mais, essa característica dos trabalhadores estrangeiros apresentem-se enquanto uma mão-de-obra barata e flexível seja uma realidade também no contexto brasileiro. Caso semelhante foi percebido entre os estudantes/migrantes africanos abordados na pesquisa.

Uma observação se faz ainda necessária nesta introdução. No cenário brasileiro, conforme será exposto ao longo do trabalho, o problema de emprego foi acomodado historicamente no trabalho informal. Não obstante, do início da década de 1980 em diante, se imprimiu uma nova dinâmica institucional à economia e ao mercado de trabalho, na qual o movimento tradicional de informalidade foi alimentado, em maior ou menor escala, pelo desemprego. Esse longo processo institucional converteu-se em uma maior precarização do trabalho e em novas dimensões de informalidade. De acordo com Vargas (2015), mesmo os avanços recentes foram insuficientes para sanar sua complexidade, heterogeneidade e fragmentação crescentes, tampouco para alterar substancialmente a estrutura ocupacional que no país segue caracterizada pelo subemprego e precarização tanto do trabalho quanto da própria existência humana.

Os mercados e os contratos de trabalhos informais, em geral, têm sido vistos no Brasil como problemas econômicos e sociais, pois representam rupturas com um padrão contratual

único ou contrato formal. Subjacentes a essa afirmação, há duas premissas, como afirma Noronha (2003): a primeira consiste no sentido de que a boa sociedade deve ter apenas um tipo de contrato (formal); a segunda afirma que para isso deve-se contar com algum órgão central (o Estado, por meio do poder legislativo) que defina padrões mínimos de legalidade para os contratos de trabalho. A noção de informalidade é tão problemática quanto a noção de padrões mínimos legais não é consensual. Desde meados da década de 1990, as noções de mínimos estão em debate no Brasil, embora verbalizadas sob a forma de flexibilização. Com efeito, o significado do duplo conceito “formal/informal” não é claro, assim como não há coesão sobre a pertinência de contratos homogêneos nem sobre o papel da legislação nos contratos de trabalho.

Partimos de premissa de que, somente quando tivermos identificado os diversos tipos ou grupos de contratos “atípicos”³ previstos ou não pelas leis, podemos definir as eventuais inconveniências da ausência de um padrão contratual único e, principalmente, identificar as razões da existência de contratos atípicos e ilegais ou não previstos em lei e socialmente ilegítimos.

Diante do que foi exposto até aqui, é necessário frisar que a construção de um objeto de estudo está relacionada a pressupostos teóricos e questionamentos que direcionam tanto as escolhas temáticas quanto a adoção de procedimentos para a pesquisa. A migração internacional com fins de estudo nas Instituições de Ensino Superior brasileira, combina várias dimensões, tais como o tempo de permanência no país equivalente à duração do curso de graduação ou pós-graduação; o propósito da mobilidade e o caráter normalmente individual da migração; as escolhas profissionais; a inserção dos estudantes na sociedade brasileira.

A partir destas dimensões, como propósito deste trabalho, múltiplas questões poderão ser pensadas. De um lado, é preciso questionar como tem sido suas trajetórias e experiências universitárias como integrantes de uma sociedade enquanto estrangeiros e africanos. Do outro lado, é necessário investigar como tem sido o processo de inserção no mercado de trabalho brasileiro, levando em consideração o atual cenário no qual a taxa de desemprego chegou a atingir cerca de 13 milhões no país, em 2017, sobretudo, na camada juvenil (PNAD, 2017). Vale salientar que o pano de fundo deste estudo, como já mencionado anteriormente, é o da

³ Os contratos atípicos ou inominados são tipos de contratos que se afastam dos modelos legais, haja vista que não são disciplinados ou regulados expressamente pelo Código Civil, pelo Código Comercial ou por qualquer lei, sendo, permitidos juridicamente, desde que não contrariem a lei, os bons costumes e os princípios gerais de direito.

inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso.

Para uma melhor compreensão do que foi desenvolver o tema sobre globalização e mercado de trabalho com enfoque para a inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, esta tese está organizada em quatro capítulos além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção desta pesquisa tratamos das questões introdutórias incluindo os procedimentos metodológicos e a organização das partes da tese.

Na segunda seção realizamos uma contextualização histórica sobre o fenômeno da globalização, uma revisão sobre a questão das migrações contemporâneas, da migração internacional e da mobilidade espacial no contexto global, em que se verificaram novas tendências e desafios a partir do enfoque de teóricos e especialistas do tema da migração (fundamentados a partir das teorias desenvolvidas por Michael Piore (1979), Alejandro Portes (1998), Abdelmalek Sayad (2001), Otavio Ianni, David Harvey, entre outros teóricos). Isso se justifica pelo fato de a globalização ter profundas relações com as migrações humanas, em especial com a questão da migração internacional, situação corriqueira em um mundo que a evolução da tecnologia faz-se aparentar menor e mais acessível.

Na terceira seção discutiremos sobre o processo histórico da mobilidade internacional e, em especial, da migração para o Brasil. Essa mobilidade internacional dos indivíduos tornou-se um fenômeno de fundamental importância a nível mundial, tanto para os países de destino como de origem ou de trânsito. Encontra-se, aqui, o relatório da Organização Internacional para as Migrações que, por sua vez, assinala que cerca de 200 milhões de pessoas, em 2008, encontravam-se residindo fora de seus países de origem e este número representa aproximadamente 3% da população mundial, e tem em sua constituição 20 a 30 milhões de migrantes ilegais, totalizando 10 a 15% dos migrantes.

Da mesma forma, no Brasil, através das fronteiras com os países vizinhos, o número de imigrantes que ingressaram no território estima-se em 688.026, embora algumas entidades como o IBGE trabalhem com um contingente de pelo menos um milhão de estrangeiros no país, incluindo os indocumentados. Uma ênfase especial foi dada à apreensão das características principais do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que orienta o ingresso de estudantes africanos nas universidades brasileiras através de um acordo de Cooperação bilateral e multilateral entre o governo brasileiro e dos demais países africanos, que gera oportunidades aos estudantes para seguirem ampliando seus níveis educacionais.

Considerando o Brasil como um dos principais polos de atração da mão-de-obra na América Latina, a quarta seção se propõe a analisar as características de inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal e informal brasileiro a partir do século XXI, bem como compreender de que modo essa dinâmica formal/informal pode influenciar na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Para isso, utilizaremos os dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

No entanto, ainda que a RAIS ofereça um relatório parcial do mercado de trabalho brasileiro, por excluir do seu universo os trabalhadores autônomos e os demais trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, é uma fonte importante de dados para a análise de mercado de trabalho, por tratar-se de uma base de dados anualmente atualizada e que permite diferentes níveis de desagregação do plano amostral nas Pesquisas Nacionais por Amostra aos Domicílios (PNAD) e do grau de cobertura geográfica das pesquisas mensais de emprego.

Este capítulo aborda ainda a questão do racismo no Brasil como um dos fatores que podem influenciar diretamente no processo de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, buscamos compreender o funcionamento do mercado de trabalho na África e em especial, a inserção dos jovens no mercado de trabalho da Guiné-Bissau.

Como foco principal deste trabalho, a quinta seção analisa a trajetória e as experiências dos estudantes/imigrantes mediante os dados produzidos nos questionários, entrevistas e observações realizadas entre os estudantes/migrantes africanos residentes em Campina Grande, João Pessoa e Recife, no sentido de compreender as formas de inserção no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso de graduação nas respectivas instituições de ensino superior.

Vale lembrar que estes estudantes migrantes não chegaram ao Brasil para estudar de forma aleatória, uma vez que há vários procedimentos encontrados no manual de Estudantes-convênio de graduação demonstrando que todos os estudantes, durante o ato da inscrição, têm direito de fazer suas escolhas em relação às universidades de suas preferências (duas escolhas) antes de sua chegada ao Brasil.

Considerações metodológicas

A elaboração desta tese, no que tange a metodologia a ser empregada e levando em consideração tanto a questão proposta quanto o contexto geral que compreende o assunto, é definida por um delineamento de caráter predominantemente qualitativo e quantitativo, caracterizando-a como uma pesquisa exploratória e analítica. De tal modo, este estudo com as

informações e argumentações fundamentadas a partir de fontes correlatas ao tema em questão, almeja proporcionar uma visão distinta em relação às interpretações já existentes, na medida em que pretende aprofundar o estabelecimento de relações entre as diversas variáveis a serem descritas e analisadas.

Pretendemos com isso analisar os dados referentes à mão-de-obra estudantil estrangeira, pelo fato de haver poucas pesquisas que proponham a análise semelhante ou conjunta da inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso e de suas inter-relações com o mercado de trabalho brasileiro em qualquer que seja o recorte temporal de interesse.

Os elementos quantitativos desta análise têm a finalidade de embasar a pesquisa desenvolvida. Por conseguinte, cabe salientar que buscamos transmitir junto com os fatos solicitados e os dados estatísticos apresentados ao leitor, os devidos esclarecimentos fundamentados e pertinentes e não apenas sua mera descrição. O nosso trabalho constituiu-se no levantamento bibliográfico das fontes que nos possibilitariam retirar os dados para a análise e aqueles que serviriam de aporte teórico à pesquisa.

A princípio, tornou-se necessário voltarmos-nos para a produção do conhecimento das ciências sociais, com ênfase nos teóricos dos estudos migratórios, além daquela que faz uma abordagem histórica acerca da migração e mercado de trabalho. Estes se constituem em um ponto de partida para pensarmos sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro como fenômenos inscritos na sociedade de destino e apreender o seu potencial imprescindível para o país. Durante a pesquisa, se fez necessário um levantamento bibliográfico relacionado às análises de inserção dos jovens no mercado de trabalho africano e, em especial, aos estudantes guineenses que regressaram ao país após a formação do curso superior no Brasil.

Procedeu-se, também, o levantamento bibliográfico histórico que aborda as relações entre a globalização e a migração, a partir do qual foi possível uma aproximação das condições destes com o mercado de trabalho, bem como para o levantamento da bibliografia que traz o debate sobre o mercado de trabalho e, nesse âmbito, aquela que trata das desigualdades raciais entre trabalhadores negros e brancos. Atentamos para o fato de que, neste estudo foram utilizados, também, os dados secundários obtidos a partir das bibliografias que foram relacionadas, tabuladas, para as finalidades específicas de cada ponto analisado, ou extraídos diretamente da referência consultada.

Obtivemos algumas informações através do material produzido para o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que é um manual para os estudantes

conveniados, elaborado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Houve também a necessidade de restringir a pesquisa aos estudantes que passaram pelo programa PEC-G, por estes representarem concretamente os acordos bilaterais entre o Brasil e os países africanos. A pesquisa foi completada, ainda, pelos dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), do Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Esses dados fornecidos pelas diferentes instituições de pesquisa, serviram como suporte para analisar o conceito do trabalho formal e informal no Brasil e, a partir disso, compreender a situação dos estudantes/migrantes no mercado de trabalho brasileiro. Por último, um questionário foi aplicado para 37 estudantes/migrantes residentes (total de 51) em Campina Grande, João Pessoa e Recife, ex-estudantes da UFCG, UFPB e UFPE, em uma amostra não probabilística de estudantes e ex-estudantes.

O levantamento de dados quantitativos foi completado pela realização de entrevistas (18), por relatos de histórias de vida e pela observação dos estudantes/migrantes africanos em seus locais de residência. Assim sendo, entre os estudantes/migrantes pesquisados, procuramos compreender o desejo de permanecer no Brasil e o processo de retorno ao país de origem de cada estudante, com ênfase aos estudantes da Guiné-Bissau.

Todavia, vale destacar que, pela própria natureza do tema em questão, se entende que tanto os critérios qualitativos quanto os critérios quantitativos adotados podem não ser suficientes para aferir e distinguir com exatidão a real situação da mão-de-obra estrangeira, nos estados, na região, muito menos no país, o que exigirá uma conceituação prévia adequada dos termos chave referente ao mundo de trabalho, com a finalidade de dar maior sustentação teórica à pesquisa e de situar o leitor acerca do assunto proposto.

Este estudo apresenta certas limitações/dificuldades teórico-metodológicas que merecem destaque. Ao se propor o estudo voltado para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho brasileiro, inviabilizou-se o detalhamento de algumas questões importantes e que mereciam maior atenção no trabalho. Entre esses aspectos relevantes para o estudo, temos: as relações de gênero, mercado de trabalho nos países africanos, as questões étnicas, raça/cor e a aplicação dos questionários aos estudantes que regressaram para Guiné-Bissau. Essas dificuldades surgiram no sentido de que o deslocamento entre a residência e os campos de pesquisa, sobretudo para os que regressaram para os seus países, eram inviáveis. Nessa ótica, é importante demonstrar que, no que diz respeito à questão do gênero nos estudos clássicos de migração, as mulheres eram vistas como aquelas que acompanhavam os maridos ou

esperavam por eles, sem evidenciar, por exemplo, a importância de seus ganhos para a renda familiar. Portanto, as análises muitas vezes não só encobriam a participação das mulheres, como também não percebiam que a migração de longa distância articula-se em uma complexa rede de relações sociais nas quais as mulheres apresentam uma participação importante.

Por outro lado, levando em consideração a situação do mercado de trabalho nos países africanos abordados durante esta pesquisa, seria importante analisar a partir dos questionários entre os estudantes/migrantes retornados ao país de origem, as dinâmicas do mercado de trabalho africano, a partir das perspectivas de classe, gênero, étnicas, raça/cor, entre outras.

A discriminação no continente africano, assim como em outros lugares do planeta, é caracterizada por acentuados contrastes. Enquanto que em alguns países há grandes avanços no combate à segregação racial, a desigualdade de gênero continua ainda generalizada. Nesse sentido, uma pesquisa entre os estudantes traria novos dados que seriam importantes para analisar esses fenômenos da vida em sociedade.

CAPITULO I: O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO, A MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O objetivo deste capítulo consiste em analisar os efeitos da globalização, a migração estudantil dos africanos para o Brasil e sua inserção no mercado de trabalho como mão-de-obra estrangeira. De um modo geral, há uma vasta literatura a respeito destes fenômenos, a partir de enfoques disciplinares variados, no entanto, fazer uma minuciosa revisão desta literatura foge aos objetivos deste trabalho.

A globalização, por sua vez, é uma condição autêntica que envolve o mundo contemporâneo. Hoje, é um debate que permeia as discussões atuais mesmo não sendo um fenômeno recente. Ele encontra suas raízes em tempos distantes. Alguns estudiosos como Pena e Daniele Conversi apontam os primeiros indícios deste fenômeno nos primórdios do mundo civilizado, advindo de líderes expansionistas como Alexandre, o Grande, ou tendo como motor das grandes expansões o Império Romano. Outros (a exemplo de Stuart Hall, Samuel Huntington.) datam o início da globalização à época da colonização dos novos territórios em razão das descobertas propiciadas pela circunavegação do globo ou mesmo com a expansão do capitalismo no século XIX.

Ainda na tentativa de uma contextualização histórica feita por alguns autores, Godoy (2004) enfatiza que a globalização tem suas raízes no sistema colonial, desenvolvido no período compreendido entre o século XV e o século XVIII, no contexto do capitalismo comercial, o qual determinou um domínio político dos europeus sobre a América, na busca por metais preciosos e gêneros tropicais exóticos; tal sistema seguiu pelo século XIX, no “entrecho do capitalismo industrial, financeiro, monopolista, concorrencial e belicoso”, quando se desdobrou um modelo de domínio político e econômico, formal e informal, que “genufletiu povos africanos, asiáticos e americanos na busca de mercados consumidores, matérias-primas de fácil acesso e campos para investimento seguro” (p.16).

A partir do fim do período demarcado como Guerra Fria, começou a se perceber um capitalismo de molde global, que desconhecia fronteiras, que percebia a pobreza como privação das capacidades e que perseguia mão-de-obra barata, reservas ambientais, polos de investimentos e de exportação de problemas, ou seja, um império como forma de poder do mundo globalizado.

Este fenômeno já havia sido apontado pelos grandes pensadores do século XIX, como Marx e Engels (2008), as características daquilo que seria chamado, no auge do século XX, de

mundo globalizado. Essa globalização de mercado é, de acordo com eles, decorrente do surgimento da burguesia e da adoção do sistema de produção capitalista:

Entretanto, a globalização do mundo demonstra ser mais efetiva ao longo dos tempos, na medida em que, as comunidades e ou as países independentes que, de certa forma conquistaram sua soberania, atualmente se agrupam em comunidades internacionais abdicado de parte de sua soberania em prol de melhores condições de desenvolvimento. Porém, nos coloca a recordar ao feudalismo, em que o senhor de cada rincão do reino era proprietário e possuidor da terra, mas penhorava sua lealdade ao rei, o que garante sua sobrevivência e garantia sua segurança e autonomia em relação aos outros reinos e ainda contavam com a soberania do poder da igreja. Na atualidade, o que paira sobre todas as nações, exercendo poderes sobre suas decisões é o capital transnacional (SALADINI, 2011, p. 21).

Alguns autores, como Ianni (2004) definem a globalização como um processo de amplo impacto, que afeta qualitativamente todas as dimensões da vida, redefinindo inclusive as próprias categorias que utilizamos para refletir sobre nossas experiências. David Harvey (1993) aparece como um dos autores que completam esta corrente ao definir a globalização como um processo de “compressão do tempo-espaço”.

Por um lado, as distâncias se encurtam com as revoluções nos transportes, sendo praticamente eliminadas com o uso das tecnologias de informação; por outro lado, os tipos e frequências de contatos (econômicas, políticas e sociais etc.) se ampliam rapidamente. Portanto, as transformações na produção que corresponde a uma flexibilização dos mercados de trabalho, relacionadas ao pós-fordismo, estariam na base de todos os processos vinculados à globalização.

Hirst e Thompson (1998) defendem a tese de que a centralidade das mudanças econômicas que vêm ocorrendo desde a década de 1970 é um processo de internacionalização da economia mundial, semelhante ao que ocorrera no século XIX. Sua principal característica não seria a dissolução de fronteiras e declínio dos Estados e sim o aumento da interdependência no mundo, o que representaria para o trabalho e para o capital, um cenário de maior competição.

Assim, numa sociedade global, em meio a inúmeros fluxos que atravessam o mundo de forma mais livre (dinheiro, mercadorias, informações), as pessoas encontram barreiras, impedimentos e fronteiras múltiplas. Há uma complexa rede social e política que impede e outra que adota estratégias de ação para enfrentar processos limitadores de inserção de pessoas em cenários de atração econômica (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 337). Há, nesse sentido, globalizações que envolvem micro e macroprocessos, alguns visíveis e que chamam a atenção, outros invisíveis e que atuam em horizontes submersos, clandestinos e informais.

Segundo Martin (2004), poucos sociólogos e antropólogos se debruçam verdadeiramente sobre a questão das trocas internacionais e da circulação científica dos indivíduos e, menos ainda sobre a relação entre essas trocas e a formação intelectual dos grupos envolvidos nesse processo ou sobre a relação e os processos de recomposição das elites e da redistribuição do poder.

De modo geral, a migração temporária ou especial encontra respaldo em contextos diversos do mundo globalizado, como afirma Gusmão (2004). O primeiro, defendido por Afrânio Garcia (2004), assume que estas migrações temporárias dizem respeito às formas especiais de migração. Neste caso, Garcia pensa a partir da realidade africana pós-colonial de Moçambique e Angola, que recebeu exilados brasileiros formados na Europa, após a independência, atuando na construção do Estado-Nação, entre os anos 1974 e 1979, em meio à concorrência entre elites intelectuais políticas, locais e estrangeiras.

Partindo deste pressuposto, segundo Garcia (2004):

A migração especial constitui-se como tentativas de reconversões profissionais em que a substituição de quadros administrativos da antiga potência colonial portuguesa dão lugar a uma intensa concorrência entre universitários de diferentes procedências nacionais.

De acordo com Gusmão (2009), após várias décadas e mesmo passado o século XX, com as lutas internas aos estados nacionais em construção, a realidade desses países e dos demais na África, mudou e transformou os próprios contextos. Hoje não se trata mais de substituição de quadros coloniais, mas está em pauta a formação de quadros em busca da consolidação interna e externa dos Estados-nação, na busca de um lugar na divisão internacional do trabalho, que coloca em novo patamar as relações Norte-Sul e Sul-Sul, das quais Brasil e África fazem parte.

Vale ressaltar que, ao longo deste capítulo, abordaremos sempre os conteúdos relacionados ao processo da globalização, migração e, em especial, a migração temporária com fins de estudo, o mercado de trabalho e, principalmente, a mão-de-obra estrangeira no Brasil. Isto significa que estes conceitos irão se relacionar ao longo do capítulo e, conseqüentemente, ao longo do nosso trabalho em curso.

1.1 O fenômeno da globalização e as tendências migratórias sob a ótica do trabalho

Houve um período de profundas e rápidas transformações no interior do modo de produção capitalista que envolvem novas formas de socialização do trabalhador e, com isso, novos elementos de controle e de convencimento foram agregados pelas diversas instituições sociais, dentre elas educacionais.

Vale a pena salientar que a globalização evidenciou com mais intensidade os novos mecanismos ideológico-políticos e econômicos utilizados pelo capital para intensificar a produção e, ao mesmo tempo, sufocar a organização dos trabalhadores, através de estratégias de retroalimentação do capital, como a terceirização, a flexibilização e a informalidade, em prol da mão-de-obra barata e controle da qualidade de produção, o que acaba promovendo a precarização e a exploração do trabalho e do trabalhador (LIMA, 2004, p. 33).

A globalização do capital reflete mudanças qualitativas nas relações de forças políticas entre o capital e o Estado e entre o capital e o trabalho. As tecnologias da década de 1970 permitem que sejam implantadas técnicas de produção aplicadas nas fábricas – especialmente, a japonesa – a partir das quais desenvolve-se o novo paradigma de organização e gestão da produção, a acumulação flexível. Assim, a eliminação de várias frentes e sua não-substituição é um dos resultados do avanço tecnológico (LIMA, 2004, p. 38).

Portanto, conceitos como globalização, flexibilização, reengenharia, qualidade total e ciclos de controle de qualidade, se traduzem por métodos que buscam otimizar tempo, espaço, energia e trabalho, proporcionando um aumento da produtividade e da qualidade dos produtos.

Lima (2004), por sua vez, afirma que a tecnologia e a ciência escondem as relações sociais que as produzem, impondo um novo tipo de organização do trabalho e traçando, assim, um paralelo entre as primeiras tecnologias industriais e as novas, baseadas no computador.

Para Neves, Paranhos e Silva (2008), as tecnologias e técnicas do final do século XX, relacionadas às melhorias de transportes e das comunicações, reduzem a importância da produção de massa e da existência de estoques. Desta forma, a acumulação flexível consiste exatamente na produção da quantidade certa, com a qualidade certa, como indicam noções de novos paradigmas como “*just in time*” e qualidade total. Assim, a acumulação flexível

promove mudanças não apenas em relação ao conteúdo, à forma e a organização do trabalho, mas também em relação a sua divisão, qualidade e a quantificação dos trabalhadores, introduzindo novas formas de subordinação do trabalho em relação ao capital.

Hoje, novas condições de trabalho vão sendo definidas e instituídas por intermédio do desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com interesses econômico-políticos. Para Antunes (2002), atualmente, o trabalho demonstra formas contemporâneas de vigência, nova configuração de classe trabalhadora, inovadas formas de interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre o sistema fabril e de serviço, dentre outros.

A globalização e a conseqüente mundialização da produção associada à revolução microeletrônica, também chamada de revolução tecnológica, vem carregada de significados, passando a afetar sociedades como um todo, seja no mundo do trabalho, seja nas dimensões das relações simbólicas e ideológicas (HIDALGO, 2007). Neste caso, a dimensão desse novo modelo de produção chamado de acumulação é a do desemprego, contratos temporários, desregulamentação dos direitos trabalhistas, transferências de mão-de-obra assalariada para o setor de serviço e para a economia informal (HARVEY, 1992).

O mercado de trabalho transfere para o indivíduo a responsabilidade por manter-se empregado. O mundo globalizado tem aprofundado as desigualdades com as turbulências financeiras e é neste mundo de trabalho precário, turbulento e desigual que a imensa maioria está inserida ou passa a compor outra categoria, a dos que pretendem nela entrar e buscam na escola uma forma de estarem aptos às exigências desse novo mercado (HIDALGO, 2007).

Por outro lado, a precarização do trabalho e o desmantelamento do Estado Social promovidos no bojo do processo da globalização, fundamentam como exigência técnica a competitividade. Ianni (2002) designa o fim das economias nacionais, fazendo com que as realidades e problemas da nação se mesquem com as realidades e problemas mundiais. Neste sentido, tudo o que se passa no mundo é vivido e presenciado por todos os lugares, formando uma sociedade verdadeiramente global. Percebe-se, então, que a globalização abarca todas as esferas da vida social, coletiva e individual, articulando as sociedades contemporâneas numa única sociedade global, levando consigo implicações sociais, políticas e culturais.

Castells (1999) aponta que a nova economia é informacional de modo que a competitividade e a produtividade dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimentos; é global porque as principais atividades produtivas, o consumo e circulação, assim como seus componentes são organizados em escala global, direta ou mediante uma rede de conexões

entre agentes econômicos; e é rede porque nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de intervenção entre redes empresariais.

Por outro lado, quanto às formas de articulação e contradição desse processo global, Castells chama ainda atenção ao aspecto relevante que se encontra na revolução tecnológica, da inovação e expansão da comunicação e da era informacional que tem sua importância na geopolítica global. Para o autor, devido a essas tendências, houve também a acentuação de um desenvolvimento desigual, entre os segmentos e territórios dinâmicos da sociedade em todos os lugares.

A globalização, na medida em que promove a difusão progressiva das instituições capitalistas e de padrões culturais ocidentais, exerceria um importante papel na criação de novas necessidades de consumo, visando uma sensação de privatização. Ao mesmo tempo, ao difundir conhecimento sobre padrões de vida em outros países, expande os grupos de referência em relação aos quais é percebida a privação. Isso vem ocorrendo num contexto de aumento das desigualdades entre os países e das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres no mundo. Surge então com maior intensidade, a estratégia da migração internacional como meio de satisfação destas novas necessidades, facilitada pelo acesso ampliado aos meios de comunicação e transporte que conferem ainda maior dinamismo às redes sociais que mobilizam as migrações (PRETURLAN, 2012).

No processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo global, existiriam, na análise do autor, padrões de inclusão universal e digital que promovem a integração nos espaços de fluxos e de pessoas, de produção e de consumo. Haviam em seu entendimento, padrões de inclusão que personalizam o indivíduo segundo as identidades e exigências pessoais, promovendo a integração seletiva. Por outro lado, há também, em determinados espaços, exclusão e isolamento em outros pontos globais, por fatores diversos ou adversos, como chama a atenção Castells (1999, p. 23):

As redes globais de intercâmbios, instrumentos, conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas.

Tanto na sociedade informacional, quanto no nomadismo ocorre, segundo o autor, a apropriação de espaços (reais ou virtuais) e o uso de meios de comunicação (de transportes, de telecomunicações) servem como suporte de inserção ou de exclusão, como no caso de um subdesenvolvimento tecnológico.

Tanto os governos e suas instituições nacionais e internacionais auxiliares quanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do

Comercio (OMC), foram os agentes determinantes na origem do recente sistema econômico mundial, de acordo com Castells (1999), com as políticas de desregulamentação das atividades econômicas domésticas, liberação dos comércios e dos investimentos internacionais e a privatização das empresas públicas.

Conseqüentemente, a globalização foi imposta na maioria dos países através da pressão política, por intermédio dos atos diretos do governo ou de imposição por estas instituições. As instituições políticas têm interesse em promover a competitividade de suas economias, pois é a concorrência nos mercados globais que determina a percentagem da riqueza apropriada pelas empresas e pelo povo de cada país.

Silva (1999) observa que no Brasil, um dos impactos da globalização sobre o trabalho reside, sem dúvida, no fato da flexibilização ter atingido também os direitos sociais, bem como a expansão do mercado em escala mundial também os atingiu, particularmente. O autor recorda ainda que a atual situação do mercado de trabalho é aparentemente flexível e desregulamentada. A retirada do Estado como poder regulador do mercado e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores somente fortalece o poder corporativo das grandes empresas.

Ao se inserir no mercado global, o Estado brasileiro, especialmente a partir da Constituição de 1988, perde gradativamente seu monopólio de promulgar regras, o que leva a uma particularização e privatização da regulação jurídica, no que tange à questão dos direitos dos trabalhadores (SILVA, 1999).

O Estado debilita-se na medida em que não consegue ter o controle dos próprios assuntos nacionais, assuntos estes que estão se tornando cada vez mais internacionais. As organizações como a ONU e o BIRD, dominadas pelas economias capitalistas mais ricas e poderosas, traçam, sugerem e impõem seus próprios desenhos do que podem ou devem ser as nações e os continentes aos governos que necessitam de sua ajuda. No entanto, pode-se observar que as economias, assim como as sociedades, estão se tornando cada vez mais interligadas e padronizadas. Ao mesmo tempo, os seus destinos estão cada vez mais ditados pelos grupos capitalistas mais poderosos.

No que concerne ao mundo do trabalho, a produtividade e lucratividade das empresas aumentaram, mas os trabalhadores perderam a sua proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado em constante mudança (CASTELLS, 1999) ⁴. Isto mostra o descaso do capital e dos Estados em relação à

⁴ Os mercados financeiros também ganham uma interdependência global, resultante da desregulamentação dos mercados na maioria dos países e a liberalização das transações internacionais; criação

situação cada vez mais degradante em que a maioria dos trabalhadores em todo mundo se encontra.

Sobre essa crise (setor trabalhista) que ocorre nas explicações científicas sobre a sociedade nacional ou mundial, Silva (apud RUEDIGER, 2012) afirma que o problema central que o fenômeno da globalização coloca para as ciências sociais é a dissociação do conceito de sociedade e do Estado nacional. Assim, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das empresas multinacionais, as sociedades deixam de operar no contexto das relações intersocietárias para serem analisadas dentro de uma nova base de contextualização teórica.

Para Ianni (1994), o sistema de produção do mundo globalizado⁵ sugere uma transformação tanto de forma qualitativa quanto quantitativa do capital, levando em consideração as fronteiras e ampliando todas as formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e da reprodução ampliada do capital, na medida em que toda a economia torna-se parte da economia global. O autor sinaliza que:

O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global e não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital desenvolvem-se em escala mundial (p. 288).

Nesse caso, é uma globalização que, progressiva ou contraditoriamente, subsume real ou formalmente outras e diversas formas de organização das forças produtivas, envolvendo a produção material e espiritual.

O fenômeno da globalização traz consigo, como uma das suas consequências, a desregulamentação financeira; ondas de profundas mudanças tecnológicas e de inovação e melhoria de produtos; mudanças na organização de consumo e da produção, dentre outras. Isso nos coloca diante do surgimento de um novo panorama mundial em que não somente as economias e tecnologias se transformam, mas as sociedades como um todo, tornando-se mais interligadas (HARVEY, 2004).

Para Harvey (2004), a globalização pode ser entendida como um processo de intensa reorganização do capitalismo, adequada à sua própria dinâmica de acumulação. Entretanto, esta reorganização do capitalismo tende a provocar a marginalização dos países em desenvolvimento através do recuo dos Investimentos Estrangeiros Diretos, da restrição da

de uma nova infra-estrutura tecnológica; da natureza dos novos produtos financeiros, tais como derivativos; movimentos especulativos de fluxos financeiros; e das firmas de avaliação do mercado, fazendo com que as moedas, as políticas monetárias, as taxas de juros e as economias de todo mundo também se tornassem interdependente (CASSTELS, 199).

⁵ A fábrica global é tanto metáfora, quanto realidade, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital. No âmbito da globalização, revelam-se, as vezes, transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, entre outros (IANNI, 1994, p. 12 e 13).

transferência de tecnologias e da exclusão do sistema de intercâmbio de muitos produtores de produtos básicos, aprofundando ainda mais a polarização entre os países periféricos (CHESNAIS, *apud* RAIMUNDO, 2007).

A globalização tem, como uma de suas consequências, os crescentes fluxos migratórios, a hiperurbanização acelerada, a interpenetração cultural, o aumento populacional, poluição, degradação ambiental e o aumento das dificuldades do exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre as outras, assim como aumenta a facilidade para que as potências periféricas se insiram na concorrência capitalista. Ao final do século XX, a produção científica baseada em inovações tecnológicas e principalmente através de novas formas de gestão da produção e do trabalho, traz em seu bojo, consequências como a subcontratação, o aumento de trabalho infantil no setor informal sem acesso a direitos trabalhistas e a exclusão de jovens e idosos do mercado do trabalho.

O final do século XX e início do século XXI revelaram enormes transformações econômicas sociais, políticas, demográficas e culturais em âmbito internacional, com fortes rebatimentos nos contextos da imigração internacional e do Brasil. As mudanças advindas do processo de reestruturação da produção implicam na mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo. Nesse cenário, o Brasil também passou a se inserir, com reflexos na configuração de um novo contexto das migrações internacionais para o país (BAENINGER, 2012, p. 47).

Neste estudo da mobilidade humana ao redor do mundo, observa-se que as categorias de tempo e espaço foram importantes neste processo de análise. Trata-se da distinção do espaço e tempo. Ao empregar noções de campo e espaço do fenômeno migratório, o autor pretende compreender os espaços pelos quais circulam os migrantes em suas temporalidades, ultrapassando os limites das categorias de origem e destino, lugares de atração e expulsão (BAENINGER, 2012). As noções de campo, espaço migratório e território circulatório aproximam-se, segundo Menezes (2012), da divisão mencionada por Flores (2010) em que os migrantes não apenas são capazes de circular, mas de apropriarem-se desses espaços, produzindo, então, territórios e participando da criação de riquezas e de novas identidades sociais. Assim, há um deslocamento do olhar da migração para os sujeitos dessa ação – os migrantes – enquanto sujeitos que, embora dependentes de condições estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, atuam sobre essas condições, atribuindo-lhes significados a partir de seus projetos de vida individuais e familiares.

Por outro lado, os campos aparecem como esferas sociais de lutas permanentes, seja para manter a posição obtida no seu interior, seja para alcançar o espaço na hierarquia dentro

de um campo específico, ou ainda, na luta travada entre os diversos campos dotados de autonomia relativa, não obstante regulados por regras próprias. O campo possui uma estrutura objetiva – hierarquia de posições, tradições e histórias – no qual os indivíduos adquirem um corpo de disposições que lhes permite agir de acordo com as possibilidades no interior dessa estrutura objetiva: *o habitus* (BOURDIEU, 2003).

Porém, o que se pretende aqui, é partir do pressuposto que, segundo Amorim (2012, p.42), a vivência em contexto migratório poderá transformar as categorias de captação e, de certa forma, das ações internalizadas pelos migrantes e transformar as relações no interior do campo – neste caso, alterando as relações de mulheres e homens no campo da família. Pois, o campo é este território – É importante realçar que Bourdieu se refere ao agente social e não a sujeitos, considerando que os agentes não são simplesmente controlados de maneira mecânica pela estrutura social, eles são bem mais complexos.

As novas modalidades da migração internacional representam, no cenário da globalização, a intensificação dos fluxos de capital, as transformações tecnológicas, a compressão do espaço e tempo, a nova conformação da hierarquia urbana internacional, a consolidação de redes de lugares e lugares de redes e a diversidade dos deslocamentos populacionais. Todos esses fenômenos definem e redefinem os espaços transnacionais (BAENINGER, 2012). Assim, a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais. Por outro lado, um traço característico da imigração estrangeira no cenário da globalização é a condição de não-documentados desses imigrantes, tornando ainda mais difícil a mensuração desses fluxos.

As diferentes formas de circulação internacional da população no mundo pós-moderno implicam, de algum modo, certa diversificação dos movimentos migratórios internacionais, na qual ganha importância o significado desses fluxos no contexto da inserção de cada país de origem e de destino no atual processo de reestruturação econômica internacional (HARVEY, 1992).

Nesse cenário de políticas de cooperação internacional e no âmbito da globalização, são analisadas as novas relações sociais que se manifestam e alimentam novos movimentos sociais, novos modos de estilo de vida e consumo e novas formas de integração como processo inerente à mundialização da questão social e do trabalho. Por outro lado, as parcerias e investimentos instituídos nos acordos entre países do continente africano e o Brasil, no contexto da globalização, estão orientadas, sobretudo, na luta contra a pobreza, desigualdade e

a exclusão, ao desenvolvimento sustentável e ao estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação. Para Ianni (2004):

a globalização enquanto processo de amplas proporções envolve nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Desse modo, surgem nos espaços globais tendências que além de agravar aspectos nas dimensões sociais, políticas e culturais, alteram toda dinâmica das relações sociais.

Esse processo gerado pela dinâmica da sociedade global ressaltado pelo autor, envolve determinadas reações de grupos, classes, da coletividade como um todo ou através de civilizações. De acordo com Ianni (*ibidem*), isso reflete a intensificação de uma nova divisão internacional do trabalho, que gera a necessidade de buscar por espaços globais, uma necessidade de reterritorializar outros espaços e, nesse sentido, essas reações coletivas também refletem em novas redes de articulação que movimentam, conduzem e possibilitam a reprodução e ampliação do capitalismo global.

A primeira observação a fazer, nesse sentido, diz respeito à natureza da globalização, entendida aqui como fenômeno social caracterizado pela intensificação sem precedentes das relações que interligam pessoas e localidades ao redor do mundo, de tal sorte que fatos longínquos modelam eventos locais e são por eles modelados. Há um caráter dialético e contraditório na globalização no qual o local e o universal mantêm relações complexas de interferências mútuas em nítido contraste com os processos sociais de feito.

A sociologia clássica se concentrou, de acordo com Crivelli (2010), na análise da sociedade vista como um sistema limitado composto por relações que se desenrolam no interior das fronteiras nacionais. O advento da globalização fortaleceu vínculos sociais fronteiriços, o que reclama novas teorias que deem conta do relacionamento complexo entre a dimensão local (circunstância de co-presença) e a integração através da distância (as conexões de presença e ausência). Sob esse aspecto, o mundo em que vivemos apresenta uma indiscutível singularidade que o distancia de todas as organizações sociais do passado.

Alguns críticos assinalam a predominância do ocidente, em especial dos Estados Unidos, na economia mundial. Frisam nessa linha de ideias, que o livre-comércio favorece exclusivamente os interesses dos países ricos e o ganho das empresas multinacionais, sediadas principalmente nos Estados Unidos e Europa. Para Crivelli (2010), esse raciocínio, contudo, não contém toda a verdade, nem se mostra apto a explicar a complexidade do mundo globalizado, moldado por causa de natureza diversa.

Segundo ele, não há dúvida de que as maiores expressões culturais da globalização são norte-americanas, a exemplo de McDonalds, Coca-Cola e CNN, mas é inegável que outros fatos

interferem poderosamente no curso dos acontecimentos globais. Em nítido contraste com o que sucedeu no século XIX, em que a migração se dava do Norte para o Sul, a segunda metade do século XIX assistiu a inversão dos fluxos migratórios, pelas oportunidades do trabalho e pelas melhores condições de vida oferecidas pelas nações desenvolvidas. O próprio Giddens denominou esse fenômeno de “colonização inversa”, com o propósito de distingui-lo das migrações comuns nos séculos anteriores. Crivelli (2010) afirma que:

Do ponto de vista econômico, a revolução das comunicações teve papel preponderante: reduziu o custo dos transportes, facilitou as viagens e estimulou a circulação internacional de bens. Os progressos da informática induziram a união dos mercados financeiros, a desmaterialização da moeda, ao aparecimento de novas modalidades de comércio e as transferências eletrônicas de fundos.

No plano da organização industrial, o modelo fordista cedeu lugar ao modelo da “especialização flexível” que apoia-se na maior diversificação dos bens permitida pelo avanço das tecnologias, que atendeu às demandas dos consumidores sem redução das lucratividades.

De acordo com Crivelli (2010), a globalização colocou em crise o direito internacional do trabalho constituído a partir da criação da OIT. Desde o último decênio do século, surgiram respostas políticas e normativas para superar a crise que pôs por terra a centralidade da OIT na elaboração do direito internacional do trabalho.

A proposta denominada “Dimensão Social da Globalização”, de 1999, visou oferecer alternativas aos desafios suscitados no âmbito das relações de trabalho. De acordo com Junior (2009), Crivelli pretende, no plano dogmático, indicar a necessidade de *standards* de decisão que possibilitem coerência aos diversos níveis de criação do direito internacional do trabalho. O autor busca, nesse sentido, contribuir para edificar um modelo normativo capaz de colaborar para a reconstrução da governança do processo regulatório das relações trabalhistas em escala mundial.

De modo geral, levando em consideração os posicionamentos dos autores apresentados até aqui, é possível perceber que a globalização é uma força poderosa no novo sistema mundial e continuará sendo determinante no curso da história futura. Sem dúvida, ela nos coloca tanto desafios quanto oportunidades. A globalização suscita reações das mais variadas, sendo muita delas emocionais. Isso se deve, em parte, ao fato de existirem muitas dimensões, assim como muitas interpretações do fenômeno em curso.

De uma maneira ou de outra e, em etapas diferentes, todos estão caminhando em direção a uma nova organização econômica globalizada. Por exemplo, o modelo conhecido como o Consenso de Washington, promovido agressivamente pela comunidade internacional e pelos membros dos países mais industrializados, reduziu significativamente a participação estatal na

economia e a proteção da economia nacional, mas ao mesmo tempo, abriu as fronteiras para o fluxo de bens e serviços, assim como de capital.

Em síntese, o aspecto mais notório da globalização hoje, com certeza, é o crescente predomínio dos processos financeiros e econômicos globais sobre os nacionais e locais. Compreende-se que a universalização do livre comércio, o aumento do número e tamanho das empresas transnacionais que funcionam como sistemas de produção integrados e a mobilidade de capitais e de pessoas são, de fato, destacados da realidade atual. Nesse sentido, é importante constatar que esse é apenas um dos aspectos do fenômeno da globalização, na medida em que o processo é de caráter multidimensional. Não obstante, na realidade, o impacto da globalização se faz sentir concomitantemente em termos políticos, culturais, sociais, ambientais e até mesmo demográficos.

No que concerne à migração, algumas literaturas especializadas tentaram encontrar medidas que pudessem ser aplicadas, seja na origem, no trajeto e na chegada ou na integração entre comunidades transnacionais, no sentido de diminuir significativamente as reais dificuldades que a migração proporciona para os migrantes e suas comunidades. Conclui-se que em matéria de política (migratória), a globalização se fara cada vez mais necessária à transição do controle migratório para a gestão migratória no sentido geral.

O que não significa que os estados irão abandonar sua responsabilidade de regular a entrada dos imigrantes e controlar suas condições de permanência, senão aceitar anunciar políticas razoáveis de admissão que contemplem a permanência, o retorno, o trânsito entre as fronteiras e a mobilidade dos indivíduos para outros países. Portanto, a adoção a esta sugestão poderia contribuir para a formação de um mercado global de trabalho condizente com o atual processo de globalização.

1.2. Imigração e mercado de trabalho: teorias

A mobilidade humana ou a circulação das pessoas pelos cantos do planeta tem sido presença constante nos debates atuais. A influência da chamada economia pós-industrial, notadamente nos meados dos anos de 1970 e as importantes mudanças geopolíticas do ocidente do século XX, que foram de diversas ordens e em esferas distintas da sociedade, também alteraram de forma radical as imagens e as ideias sobre a migração (MASSEY; ARANGO, 1998).

O crescente deslocamento de pessoas a nível mundial, fez com que alguns autores, como Castles e Miller (1993), sugerissem que vivemos na era das migrações, a qual seria sintetizada em cinco características fundamentais: o fenômeno da globalização, feminização, aceleração e a crescente politização das migrações.

Concebidas a partir de perspectivas nacionais, as ciências sociais confrontam-se agora com a necessidade de readquirir seus conceitos e formular novas propostas de interpretação da realidade social. Frente à intensificação de fluxos de trocas e dos processos de integração entre as diferentes sociedades, as ciências sociais e a sociologia em particular, enfrentam novos desafios teóricos e empíricos.

Alguns aspectos importantes vêm sendo desenvolvidos para a investigação das migrações contemporâneas. Estimulado, sobretudo, pela constatação de que os migrantes na maioria das vezes mantêm alguns elos com seus países de origem, além de uma dada compreensão da crescente reversibilidade das migrações e da intensificação da mobilidade espacial, desenvolve-se um conjunto de pesquisas que podem ser identificadas sob o tema das migrações transnacionais. De acordo com Castles e Miller (1993):

trata-se de um conjunto diversificado de autores na qual comungam do diagnóstico compartilhado de que, nos fluxos migratórios contemporâneos há uma forte tendência à manutenção de elos dos migrantes com seus países de origem com a possibilidade de que vivenciou diferentes pertencimentos de maneira não conflitante, além da alteração de papéis e políticas do estado nacional e a intensificação das formas de mobilidade espacial dos migrantes (P. 23).

Pode-se considerar como uma das maiores conquistas dos autores ligados ao estudo da migração, a demonstração da capacidade criativa e a agência dos atores migrantes, que participam de projetos voltados para políticas migratórias sucessivas, mobilizando, para isso, uma série de conhecimentos e saberes prévios e/ou adquiridos no processo migratório e, ativando densas redes que se estendem através de fronteiras nacionais. Portanto, ao “desassociar a imagem dos migrantes a de vítimas da globalização”, os atores sociais enfatizam suas autonomias na elaboração e construção de novos projetos de vida, formulando e reformulando suas estratégias. Para isso, a mobilidade espacial representa um instrumento fundamental, que é expressão e resultado de sua autonomia.

Podemos partir do pressuposto de que a mobilidade internacional está vinculada às enormes desproporcionalidades existentes entre os países, agravadas nomeadamente pelas assimetrias e tensões econômicas nos países do baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. Porém, se nos país de origem as dificuldades econômicas fazem aumentar a

pobreza e a marginalização, então as correntes migratórias passam a se orientar em direção aos países que oferecem melhores oportunidades de emprego e investimentos.

Mesmo que haja crescimento econômico em determinado país, a escassa geração de empregos passa a incentivar o processo migratório da população em busca de lugares ou países que oferecem melhores condições de vida. Outro indicador importante consiste em que a migração tem entre suas complexas causas a existência de fatores políticos referentes a desigualdades sociais, conflitos étnicos, religiosos, desastres naturais, entre outros.

O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais é o econômico. Esta teoria, segundo Baptista (2011) é apontada pelos neoclássicos, que atribuem as causas da emigração aos fatores econômicos de repulsão (*push*), que impulsionam o abandono do país de origem e atração (*pull*), que consistem num conjunto de vantagens comparativas nos países desenvolvidos, que atraem os emigrantes.

A decisão de emigrar corresponde, assim, à análise custo/benefício de permanecer no país de origem ou não, ponderando vários fatores, como os diferenciais de preços, oportunidades de trabalho, diferenças culturais e linguísticas.

Também, de acordo com alguns economistas, a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligadas. Muda-se, então, o foco da análise centrada não mais no indivíduo, mas no domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida (TAYLOR, 1986, STARK e TAYLOR, 1989).

Partindo de uma perspectiva macroeconômica, em que são fatores coletivos que condicionam as decisões migratórias dos agentes, são as forças econômicas em larga medida, do lado da procura, que explicam os fluxos migratórios. Nesta perspectiva, a mobilidade espacial ou migração é vista como efeito da procura de mão-de-obra barata das antigas colônias, pelas suas metrópoles (CASTLES e MILLER, 2003). Desta forma, as teorias, sobretudo, as estruturalistas, tendem a não considerar a relevância dos fatores não econômicos, não têm em conta as relações de gênero e nem explicam de que maneira a interação entre sexos e condicionantes econômicos, sociais e políticos conduzem as migrações (BAPTISTA, 2011, p. 56).

Enquanto alguns autores se focam mais em aspectos econômicos e outros em aspectos culturais, alguns, numa lógica de *push-pull*, centram-se mais nos países receptores e outros nos países de origem. Contudo, torna-se cada vez mais difícil definir os processos migratórios enquanto um processo desencadeado por um determinado conjunto de fatores homogêneos. Eles são, antes de mais nada, resultado da interação e combinação de um conjunto de fatores

heterogêneos, complexificados num mundo globalizado, em constante mudança, variando ao longo do tempo.

Por um lado, é de fato necessário considerar a relevância dos fatores estruturais que definem o contexto em que a decisão é tomada. Por outro, é ao nível micro que a decisão é efetivamente tomada, sendo influenciada pela experiência única e individual do agente.

A teoria das redes apresenta as migrações enquanto fenômenos que são alimentadas pelas redes sociais. É atribuída especial relevância ao papel das redes, tanto nas decisões de emigrar quanto no caráter duradouro de determinados fluxos migratórios ou ao nível da integração no mercado de trabalho. As redes, definidas como conjuntos de associações recorrentes entre grupo de pessoas ligadas por laços ocupacionais, culturais, familiares ou afetivos, possibilitam o acesso a determinados recursos, aos quais não seria possível aceder em mercado aberto, reduzindo assim, os riscos de emigração (PORTES, 1999, p. 58). As redes sociais e familiares possibilitam o acesso à informação a respeito das oportunidades de trabalho no país de destino, no entanto, são canais de apoio à deslocação ou fixação no país de acolhimento, assumindo um papel importante num contexto em que os canais oficiais e internacionais de acesso no país de destino não existem ou são rígidos (BAPTISTA, 2011) ⁶.

Pode-se considerar que existe certa fragilidade decorrente dos estudos sobre as migrações transnacionais, as quais se deparam com grandes problemas em apresentar as estratégias dos atores-migrantes de modo integrado com as grandes estruturas sociais que conformam as condições de possibilidade da ação social. Em muitos casos, o destaque conferido à autonomia dos atores leva a uma ênfase excessiva em sua capacidade criativa e autonomia, reduzindo a importância de constrangimentos estruturais e de processos macrossociais (PRETURLAN, 2012).

Para Cavalcanti (2015), hoje, os movimentos migratórios se inserem como um processo intrínseco às grandes transformações a nível internacional, fazendo com que países assinalados pela imigração se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão-de-obra ou vice-versa.

No entanto, determinados países observam o crescimento nas suas cidades e estados, da chamada “cultura da emigração” e, em alguns casos, passam a ter seus PIBs diretamente dependentes das remessas de emigrantes. Outras áreas do planeta se tornaram lugares de

⁶ Outro fator importante a considerar no processo das migrações internacionais contemporâneas é a complexidades das instituições internacionais e nacionais cujo âmbito de ação transcende fronteiras, interligando os empregadores nos países desenvolvidos aos indivíduos nos países periféricos e nos países em desenvolvimento. Dada as restrições impostas pelos países desenvolvidos, estas interligações, em muitos casos, são feitas por canais informais que oferecem poucas garantias e melhores condições de trabalho (BAPTISTA 2011).

trânsito ou países de acolhida para populações migrantes e, assim, o fenômeno migratório contemporâneo possui uma complexidade sem precedentes na história recente das migrações (CAVALCANTI, 2015, p. 35).

Brzozowski (2012) fez uma análise que envolve as relações entre os movimentos populacionais e o desenvolvimento e traz consigo uma questão fundamental: “qual é a direção do relacionamento entre os dois processos?” Ainda segundo ele, no debate sobre impactos econômicos de migrações, existia a falsa pressuposição de que os movimentos populacionais eram causados pela ausência de desenvolvimento: os homens migravam de certas regiões pobres, onde não haviam possibilidades de ascensão social, direcionando-se às áreas desenvolvidas. Porém, a migração internacional, que ligava regiões emissoras e receptoras, devia estimular os avanços do crescimento econômico da área de origem graças a remessas e investimentos da diáspora e, em consequência, o desenvolvimento econômico da região receptora precisava proporcionar uma redução na taxa da migração (BRZOZOWSKI, 2012, p. 3).

Essa linha de pensamento ainda se encontra na política migratória dos países desenvolvidos, especialmente nos membros da União Europeia. Países como a Espanha ou a Itália encaram um desafio de maciça imigração irregular. Portanto, implementam, nas suas políticas migratórias o “regime de enceramento e coarctação” no qual os programas de assistência oficial para o desenvolvimento são oferecidos e direcionados àqueles países (especialmente da África subsaariana) que admitem os imigrantes ilegais entregues pelas europeias. Esses, por sua vez, têm como objetivo principal, criar empregos na região emissora, diminuindo assim a migração à Europa. Assinala o autor:

As teorias de migração, como a referida nova economia de migração, apontam, no entanto, que não são os mais pobres que emigram. A migração, especialmente internacional, deve ser considerada como uma forma de investimento: é associada com risco e exige recursos próprios, os quais as pessoas pobres não possuem. Ainda, para o Skeldon (*apud* BRZOZOWSKI, 2012), países e regiões pobres frequentemente exibem baixas taxas de migração, enquanto estes que participam de maneira ativa no sistema global podem ser caracterizadas altos níveis de migração e mobilidade. Portanto, no começo o fluxo migratório é dominado pelos indivíduos que pertencem, como no caso brasileiro, à “classe média empobrecida”, então o grupo que pode financiar sua migração. “O gradual desenvolvimento econômico na área de origem é associado com o progresso na educação e enriquecimento da população (BRZOZOWSKI, 2012)”.

Outra contribuição importante é a teoria do mercado dual de trabalho, chamada também de teoria da segmentação do mercado de trabalho. Piore (1979) destaca como fator principal dos movimentos populacionais internacionais as forças de atração nas sociedades de destino. Em países de destino, segundo ele, existe a separação do mercado de trabalho. No

entanto, no mercado primário estão disponíveis os empregos com altos salários e boas condições de trabalho, enquanto que no mercado de trabalho secundário, estão aqueles com remunerações baixas e condições de trabalho desfavoráveis. Os trabalhadores nativos rejeitam empregos no setor secundário. Entretanto, a imigração aos países desenvolvidos é causada, na maioria das vezes, por uma demanda por mão-de-obra pouco qualificada, e os nativos acabam aceitando os empregos rejeitados anteriormente.

Piore (1979) defende que a definição de regras mais rígidas de atuação no mercado de trabalho tornou-o secundário para as empresas, numa espécie de evasão, na medida em que este segmento não está sujeito às regras impostas pelo segmento primário. Todavia, para quem chega, como os imigrantes, ao mercado de trabalho (entrando nele através do segmento secundário) o fosso que os separa do mercado primário acaba por se tornar ainda mais acentuado.

Os fluxos migratórios respondem, pelo menos numa fase inicial, a processos de atração por parte dos países industrializados, mais especificamente por parte de empresas ou instituições públicas governamentais que desempenham a função de recrutamento em seu nome.

Figueiredo (2005) afirma que, no que diz respeito ao efeito, em termos de equilíbrio salarial no mercado de trabalho do país de acolhimento, resultante da imigração, seria de se esperar uma redução do nível nestes países. Porém, se considerarmos a existência de um mercado dual, devem ocorrer dois equilíbrios, um em cada segmento, sendo que os salários do mercado primário podem não sofrer alterações com as mudanças que, entretanto, ocorrem no segmento secundário, fruto da concorrência entre os que nele participam.

Massey (1993), conclui que os diferenciais de salários existentes a nível internacional não são um fator explicativo dos fluxos migratórios, na medida em que não se esbatem gradualmente com o tempo, podendo os salários nos países de acolhimento manterem-se inalterados com a inserção dos imigrantes, pela sua localização em segmentos distintos do mercado de trabalho. Esta teoria é de grande relevância na análise do processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho no país de acolhimento. Frequentemente (com maior incidência no caso dos imigrantes ilegais) os trabalhadores estrangeiros são inseridos no mercado secundário, associado diretamente ao setor informal como conjunto de atividades não regulamentadas.

Por sua vez, Portes (1998) defende que a representação dos imigrantes em atividades informais se relaciona fortemente com a sua representação acima da média, no empreendedorismo de pequenos negócios, de modo particular, quando estes estão de alguma

forma articulados com enclaves étnicos, permitindo ainda conciliar as necessidades materiais em si com outras de índole familiar e cultural. Os enclaves étnicos constituem, para diversos grupos de imigrantes, uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, caracterizando-se por um modo específico de integração de alguns imigrantes na sociedade do país de acolhimento, que pode ser visto como um modelo de incorporação dos imigrantes.

Figueiredo (2005) explica que este modelo considera que o modo de recepção de trabalhadores estrangeiros é condicionado pelas políticas públicas existentes, pela atitude de recepção da sociedade, pelas características do sistema da coesão da própria comunidade étnica e, ainda, pelas qualificações que o próprio imigrante detém.

As migrações internacionais contemporâneas constituem uma importante questão social em virtude de seus diversos efeitos e implicações. Segundo a Organização Internacional para Migração (OIM), o número total de migrantes internacionais passou de 150 milhões em 2010, para 214 milhões em 2012. Já segundo o relatório do desenvolvimento humano de 2009, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 195 milhões de pessoas residem fora de seus países de origem, o equivalente a 3% da população mundial, sendo que cerca de 60% desses imigrantes residem em países ricos e industrializados.

Em decorrência da estagnação econômica oriunda de alguns países desenvolvidos, estima-se que em 2010, 60% das migrações ocorram entre países em desenvolvimento, especialmente o Brasil (MILESI; MARINUCCI, 2010, p. 01).

A atual crise econômica mundial demonstrou a resistência das migrações e confirmou que estas são parte integrante do mundo globalizado, pois apesar de seus efeitos contínuos, não houveram mudanças nos padrões de mobilidade humana, por isso a quantidade de migrantes que se acumulou ao longo de várias décadas foi pouco alterada.

No que concerne aos processos migratórios internacionais, não apenas são importantes o traslado de pessoas e bens materiais por fronteiras, como também os valores, a cultura e as informações que carregam consigo, que permitem, graças à globalização, uma potencialização da diversidade, sobretudo cultural e ideológica, sob a influência das tecnologias de informação e flexibilidade por parte dos acordos bilaterais entre países (GOMES, 2013, p. 47).

Para Suzuki (2015), a mobilidade internacional constitui atualmente um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário. São fenômenos que apontam as contradições das relações internacionais e da globalização neoliberal.

Milesi e Marinucci (2010) apontam para uma perspectiva sociológica de que, as migrações são percebidas como uma das consequências da crise neoliberal contemporânea. No âmbito do sistema econômico atual, verifica-se o crescimento econômico sem o aumento da oferta do emprego. O desemprego passa a ser uma característica estrutural do neoliberalismo, e as pessoas migram em busca, sobretudo, do trabalho. E isto se verifica tanto no plano interno como no internacional. Sobre a lógica do progresso econômico e do desenvolvimento social impera a lógica do lucro, onde todos os bens, objetos e valores são passíveis de negociação, como as pessoas, a educação, a sexualidade e inevitavelmente, os migrantes.

A literatura assinala a importância da transformação dos mercados de trabalho no contexto pós-fordista para a intensificação da mobilidade dos migrantes e a criação e manutenção de vínculos transnacionais (PORTES, 1999).

Partimos do ponto de vista de que, o aumento da mobilidade humana, proporcionada pela revolução dos transportes, associada à explosão do tráfego de informações, possibilitado pelo desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia da informação, convergindo para a emergência de uma economia global crescentemente integrada com mercados nacionais cada vez mais independentes, implica que a unidade política de Estados-Nações seja cada vez mais pensada a partir de suas condições de permeabilidade a fluxos de pessoas, bens, serviços e informações.

Nesse caso, seria necessário que as políticas migratórias fossem discutidas em conjunto com as políticas econômicas e comerciais, no centro das negociações levadas a cabo em organismos multilaterais. O que se pode compreender, muitas das vezes, dentro desse cenário, é que, a falta de cooperação entre os países de origem, trânsito e destino provoca um desafio na regulamentação dos fluxos de emigração, sobretudo no contexto atual da interdependência global.

1.3 A decisão de migrar e seu impacto no mercado de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico

A migração contemporânea, por sua intensidade e diversificação, torna-se cada vez mais complexa, principalmente no que se refere às causas que a originam. Entre elas destacam-se as transformações causadas pela economia global, as quais levam à exclusão

crecente dos povos, países e regiões e sua luta pela sobrevivência; a transformação demográfica em curso, especialmente nos países com industrialização mais avançada, o aumento das desigualdades entre Norte e Sul no mundo, a existência de barreiras protecionistas que não permitem aos países emergentes colocarem os próprios produtos em condições competitivas nos mercados, a proliferação dos conflitos e das guerras, o terrorismo, os movimentos marcados por questões étnico-religiosas, a urbanização acelerada, os movimentos vinculados às safras agrícolas, entre outros.

Lembrando que, para os macroeconomistas neoclássicos, o desequilíbrio entre a oferta e a demanda dentre os países de origem e o país de destino é o motor dos fluxos migratórios internacionais entre regiões. O mercado de trabalho é considerado o mecanismo primário que induz os movimentos migratórios, sendo que estes não sofreriam efeitos relevantes dos demais mercados.

Países com elevada oferta de mão-de-obra em relação ao capital possuem um baixo salário de equilíbrio, enquanto países com elevado capital em relação à quantidade de trabalhadores têm um elevado salário de equilíbrio. Tendo como pressuposto a existência de um cenário de pleno emprego, os movimentos migratórios levariam a uma situação de equilíbrio, na qual a diferença salarial iria refletir apenas nos custos financeiros e físicos do deslocamento geográfico. Esse diferencial de salários é o fator principal para a mobilidade dos indivíduos provenientes dos países com baixas salariais.

Ravesntein (1885), em seus estudos voltados para o fenômeno da migração procurou proferir leis gerais que regiam as migrações no Reino Unido. No entanto, ele partiu dos pressupostos de que há uma estreita relação entre o movimento migratório e o desenvolvimento do capitalismo na qual tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídos de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que levaria a existência de áreas de absorção, tais como centros comerciais e industriais, e áreas de dispersão de mão-de-obra como regiões agrícolas.

O principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão-de-obra nos grandes centros industriais, por isso os migrantes se deslocam buscando melhorar sua situação material.

Por outro lado, os microeconomistas neoclássicos consideram que as pessoas são seres racionais, capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e de realizar cálculos racionais relacionados com alternativas que visam maximizar a utilidade de suas escolhas. Os indivíduos decidem migrar por esperar retorno positivo, geralmente monetário, do movimento. Características individuais (capital humano) que incrementem a probabilidade do

imigrante de ser bem mais remunerado, ou aumentem a probabilidade de emprego no país de destino, em relação ao país de origem, podem impulsionar os movimentos internacionais. Assim como os macroeconomistas, estes teóricos acreditam que os movimentos não ocorrem na ausência de diferenças salariais ou de taxa de emprego entre os países de origem e destino.

Contrários às teorias macroeconômicas neoclássicas que assinalam o pleno emprego e, prosseguindo em relação à teoria microeconômica neoclássica, Harris e Todara (1970) consideram que os movimentos migratórios são provocados não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas também, por diferenças nas taxas de emprego. Deverá existir pelo menos uma destas diferenças para que o movimento migratório ocorra. Assim, as migrações ocorreriam até o ponto em que fossem equalizadas as expectativas de renda (SANTOS, 2010, p. 7).

Borjas (*apud* SANTOS, 2010) aponta, como sendo a ideia central destas teorias, a existência de um mercado de migração que, de certa forma, selecionaria os imigrantes para os diversos países receptores. Os países competiriam entre si, por meio de políticas de imigração, com o objetivo de receber o capital humano e físico de potenciais imigrantes. Entretanto, mudanças nos níveis de atividade econômica teriam impacto no trabalho e na composição dos fluxos migratórios, pois afetariam a “oferta” feita pelos países em concorrência neste mercado.

Levando em consideração os impactos da migração internacional no mercado de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico dos países receptores, podem ser analisadas ainda as teorias que explicam a continuidade dos movimentos internacionais. Os fatores que desencadeiam as migrações internacionais são um pouco diferentes dos fatores responsáveis pela sua perpetuação.

De acordo com as teorias das redes sociais, como fora mencionado anteriormente, as relações interpessoais são uma forma de capital social para ter acesso a uma vaga de emprego no exterior. A conexão dos fundos migrantes com os não migrantes ou mesmo aos migrantes mais antigos do local de destino aumenta a probabilidade dos movimentos internacionais.

Com a diminuição dos riscos de incerteza, os custos para migrar diminuem e, conseqüentemente, o retorno esperado aumenta. À medida em que as redes sociais avançam, os custos da migração passam a ser menores e mais pessoas estarão dispostas a deixar seus países para trabalhar no exterior e os fluxos se tornam menos seletivos em termos socioeconômicos e mais representativo nos países de origem (MARQUES e GUEDES, 2008). Essa teoria apontada pelos autores, aceita a ideia de que a migração internacional é uma

decisão individual ou da família, mas discorda que exista uma forte correlação entre os diferenciais salariais, as taxas de desempregos e os fluxos migratórios internacionais.

Uma vez atendida a procura por mão-de-obra estrangeira nos países receptores de imigrantes, os governos dos mesmos passam a restringir a entrada de trabalhadores imigrantes através da concessão de vistos. Porém, para os teóricos institucionais da migração, essas barreiras criam um nicho lucrativo, em termos econômicos, para os empresários e instituições dedicadas a promover a migração internacional através de meios ilícitos (MARQUES; GUEDES, 2008).

Mais uma vez, o desenvolvimento dessas instituições, assim como acontece com as redes sociais, se torna independente dos fatores que deram origem aos fluxos. Os governos dos países receptores de imigrantes, muitas vezes, encontram dificuldades em frear os movimentos internacionais, uma vez que eles tenham começado. Além do mais, os estabelecimentos de medidas restritivas para dificultar os fluxos acabam criando um mercado negro das migrações. De acordo com Marques e Guedes (2008):

“Muitos cientistas sociais suportam a ideia de que além das redes sociais e do desenvolvimento de instituições que facilitam os movimentos populacionais, as migrações internacionais se sustenta com base num processo denominado de “causação acumulativa”. Tais estudiosos apontam seis fatores socioeconômicos que são potencialmente afetados pela migração cumulativa, entre eles: a distribuição de renda; a distribuição de terra; organização agrícola; a cultura da migração; a distribuição regional de capital humano e; o significado social do trabalho. Mostram ainda que, a teoria dos sistemas de migração explica a continuidade dos fluxos migratórios. O intenso intercâmbio dos bens, capital e pessoas, acontece entre determinadas regiões que nem sempre são próximas entre si (p. 05)”.

Os fluxos migratórios internacionais, na maioria das vezes, refletem relações políticas e econômicas entre países. Esses países podem passar a fazer parte do fluxo ao se desligarem de sistemas migratórios conforme mudanças sociais, flutuações econômicas ou sublevação política.

Atualmente, na era da mobilidade, segundo Ruediger (2012), os estados nacionais confrontam-se com renovados desafios e oportunidades. Faz-se fundamental compreender os diversos fatores que conduzem os indivíduos a deslocarem-se e os vários impactos das migrações, levando-se em conta o enredamento gerado pela coexistência entre uma economia global crescentemente integrada e interdependente e um espaço de relações internacionais ainda fortemente marcado por diferenças no que se refere aos regimes políticos, instrumentos de governo e aos traços culturais diacríticos que definem os mecanismos de sociabilidade e a identidade dos povos.

De acordo com Ruediger (2012), Saskia Sassen foi uma das primeiras a argumentar sobre a necessidade de identificar os processos que transformam os fatores condicionantes das migrações como requisito para que se possam criar mecanismos que permitem valer-nos dos fluxos migratórios e do desenvolvimento socioeconômico.

O relatório da Organização Internacional para Migração (OIM) aponta que a formulação de políticas públicas voltadas para o tema das migrações acontece hoje em um contexto suplementarmente complexo, com a crescente dependência das economias nacionais em relação aos trabalhadores migrantes, a correlata preocupação com a integração harmônica dos imigrantes nas sociedades que os recebem e o coetâneo crescimento de atenção para as vinculações entre fluxos migratórios e questões ligadas à manutenção de segurança nacional. Em outras palavras, Ruediger (2012) diz:

“os impactos das migrações tendem a ter ramificações mais intensas do que anteriormente e é mais importante do que nunca, que as políticas migratórias sejam sensíveis ao contexto econômico, político e social mais amplo da migração internacional”.

É preciso, no entanto, compreender as vinculações e impactos mútuos, entre os círculos de crises econômicas e os fluxos migratórios.

A tensão provocada pela crise internacional econômica nos anos 2008-2009, bem como os episódios anteriores à recessão, analisados pela OIM despertaram a atenção para diversos impactos sobre os migrantes, países de origem e países de destino, incluindo o seu retorno aos países de origem, a transferência de remessas, o desemprego entre trabalhadores migrantes e as atitudes públicas para com os migrantes.

Enquanto os trabalhadores migrantes, em certos setores mais cíclicos da economia, foram atingidos com mais força, há evidências de setores que se mantiveram relativamente incólumes, ou mesmo floresceram durante a crise (RUEDIGER, 2012, p. 23). Assim, os principais desafios estão relacionados às inseguranças quanto às projeções de curto e médio prazo sobre o mercado de trabalho, ao retorno dos imigrantes aos seus países durante os períodos das dificuldades econômicas, bem como sobre o tempo tomado entre a recessão ou recuperação econômica e qualquer modificação do comportamento dos fluxos migratórios.

A OIM apresenta uma tipologia simplificada para identificar os principais impactos negativos, em termos econômicos, sociais e políticos, sobretudo, em períodos de crise. Em termos econômicos temos: aumento de desemprego como resultado de uma perda de colocações no exterior para os trabalhadores nacionais, a exemplo de Filipinas, aumento de desemprego como resultado dos regressos (Bangladesh, Rússia) e redução nas remessas (Ásia, América e África). Já no aspecto social vemos: o papel crescente dos intermediários e agentes

de imigração (Indonésia, Tailândia) e no aspecto político: o enfraquecimento do controle do governo central sobre a distribuição da população (Rússia) e a agitação social resultante de retorno de desempregados urbanos para as zonas rurais (apud RUEDIGER, 2012, p. 24).

1.4 Os estrangeiros no mercado de trabalho: fluxo migratório de trabalhadores para Brasil

Em relação ao mundo atual, de modo geral, a prática tipicamente humana do trabalho adquiriu um papel central tanto na inserção social de cada indivíduo e na decorrente formação de sua identidade quanto na constituição e na sustentação da sociedade, principalmente nos Estados nacionais modernos, fundados na concepção do contrato social. Assim, o ser humano promove a transformação do mundo natural com vista a garantir a sua sobrevivência, assim como cria conhecimento e cultura, transformando a sua própria natureza pelo trabalho. Porém, ao longo da história humana essa condição não foi compartilhada livre e igualmente (CASTEL, 1998).

Hoje, a noção de trabalho figura respectivamente como forma de distribuição de renda na sociedade e, sobretudo, de garantia de dignidade e de direitos. A luta de trabalhadores operários por direitos trabalhistas promove a extensão da reivindicação da luta por direitos humanos mais amplos (HOBSBAWM, 2000). No Brasil, tais noções dos direitos de trabalho constituíram-se, principalmente, de uma forma relacionada com sua modalidade de emprego, regida por uma relação específica do contrato que atribuiu direitos e deveres a empregados e a empregadores, o que ainda mantém relativamente à margem a modalidade de prestação de serviços, trabalhos informais e ocupações precárias (ANTUNES, 1999).

Neste cenário, partimos em direção ao fenômeno da migração internacional relacionado ao mercado de trabalho. Porém, para analisar o cenário da migração, segundo Cavalcanti (2015), não basta apenas o olhar das contribuições históricas, como *The Laws of Migration* de Ernest George Ravenstein datada de 1885 a 1889 que tem sua influência até o presente momento, sendo o fundador indiscutível do pensamento moderno sobre as migrações, ou o imprescindível *The Polish Peasant in Europe and America*, de William Thomas e Florian Zaniecki que corresponde ao período de 1918-1920. Não é preciso permanecer a mercê somente de uma parte do mosaico atual de teorias recentes sobre as migrações, entre as quais, a teoria neoclássica, histórico-estrutural, mercado de mão-de-obra

dual, teoria do sistema mundial, redes migratórias, efeitos de repercussão e perspectiva transnacional.

A diversidade e a complexidade das migrações na atualidade exigem diferentes olhares interdisciplinares, pois, como “fato social total”, a migração é formada pelo deslocamento de pessoas no espaço geográfico, mas também em outros espaços, tais como o social, o político, o econômico e o cultural.

Para a OIM (2010), a migração em busca de melhores condições laborais, geralmente é definida como um movimento que ocorre numa perspectiva além das fronteiras e tem como finalidade o trabalho em um país com melhores oportunidades em relação a seu país de origem. No entanto, não há uma definição para trabalho que seja universalmente aceita. Além dos termos migrantes laborais e trabalhador migrante, existe o termo “migrante econômico” que pode ser utilizado para se referir apenas ao movimento que tem como finalidade o emprego ou num sentido mais amplo, para se referir as pessoas que adentram em um país para realizar outros tipos de atividades econômicas, entre os quais, os investidores.

Essa classificação, muitas vezes, é estabelecida com base na duração das atividades exercidas e nas distinções feitas pelos países receptores acerca as condições necessárias para admissão e estadia de trabalhadores estrangeiros e que podem ser mais ou menos exigentes, de acordo com cada país receptor.

De acordo com Sayad (2001), as migrações internacionais passaram por fases, idades, gerações e modos de geração, no sentido do movimento sincrônico e diacrônico das migrações. No entanto, se até a segunda metade do século XX o Brasil era fortemente marcado pela imigração internacional, a partir da década de oitenta houve uma inversão neste contexto (REIS e SALES, apud CAVALCANTI, 2015).

A crise econômica de 2008 que afetou fortemente os Estados Unidos e que afetou de forma substancial a Europa e o Japão, introduziu uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil. Além disso, o desenvolvimento econômico e social dos países e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos, têm tornado a migração muito mais diversa (CAVALCANTI, 2015, p. 36).

O mercado de trabalho brasileiro tem absorvido, de forma constante e equilibrada, os trabalhadores imigrantes de diferentes origens. De 2010 a 2014, foi significativo o aumento das contratações dos trabalhadores estrangeiros no país, especialmente os novos fluxos migratórios. Entre os diversificados coletivos de imigrantes, os haitianos se consolidam como a principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro e os senegaleses compõem o segundo coletivo que mais admissões tiveram no ano de 2014 (CAVALCANTI, 2015).

Tabela 1 – Entrada dos imigrantes por sexo no Brasil 1982-2010

Gênero	1982-1986	1987-1991	1992-1995	1996-2000	2001-1005	2006-2010
Homens	18.673	18.589	18.694	36.021	33.859	59.690
Mulheres	15.350	15.937	12.874	29.164	25.285	45.587
Total	34.023	34.526	31.568	65.185	59.144	105.277

Fonte: IBGE – 1991, 2000 e 2010, (2011).

A tabela acima mostra um aumento significativo dos imigrantes no Brasil, respectivamente neste intervalo de 10 anos, que corresponde ao período entre 1991 a 2000, o que pode ser visto como a nova dinâmica de crescimento e o espaço que o país ocupa no cenário internacional. Pode ser verificada, ainda, a presença muito forte da migração feminina no mesmo período estudado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo crescimento em valores absolutos foi constatado desde o início do período analisado. No entanto, embora seja crescente a participação feminina nos movimentos migratórios, ainda não se pode quantificá-las na sua totalidade por razões históricas, que interligam o ato de migrar com a figura masculina, tendo a figura feminina apenas como coadjuvante, seja para acompanhar seu marido ou para reunir a família no local de destino.

Por outro lado, pesquisas realizadas em países da Europa com o recorte de gênero indicam que um maior número de mulheres migram, empreendendo projetos pessoais, sendo responsáveis pelas mudanças de *status* e também pelo sustento da sua família.

O que podemos enfatizar perante tais situações é que as migrações femininas se revelam tão presentes quanto a masculina, mas com diferenciações em estratégias e motivações. Também se deve considerar que na análise dos projetos migratórios femininos, existem processos específicos de expulsão, assim como processos específicos de demanda no país receptor, que influenciam na seleção da migração por gênero. Nesse sentido, o fenômeno da migração não pode ser analisado por uma única perspectiva, devendo levar-se em consideração todos os processos correlatos que lhe integram. Uma das questões mais importante é a globalização dos serviços de cuidados. A feminização da migração internacional se compreende não apenas através da saída das mulheres das sociedades de origem, mas também, através da análise das sociedades receptoras.

Ao mesmo tempo em que os países de origem aumentam as desigualdades econômicas e sociais, nos países receptores ocorre uma crise da divisão sexual de trabalho, estabelecida, como consequência do envelhecimento da população, da incorporação das mulheres no

mercado de trabalho e da carência dos serviços públicos para o cuidado de pessoas dependentes, a assim chamada “crise do bem-estar”. No entanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho produtivo não foi acompanhada por uma redistribuição das cargas de trabalho “reprodutivo”, carga essa ainda atribuída às mulheres.

De acordo com os dados da Coordenação Nacional de Migração do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de 2009, os números de estrangeiros que solicitaram autorização de trabalho ao governo têm aumentado, em média, 25% ao ano, passando de 42.914, em 2009, para 70.524 em 2011. Entretanto, a participação feminina é ainda muito pequena, somando 8,8% do total de autorizações de trabalho concedidas em 2009.

Tabela 02: Estrangeiros segundo país de nascimento 2000/2010

PAÍS	2000	2010
Alemanha	19.556	16.227
Argentina	27.531	29.075
Bolívia	20.388	38.826
Espanha	43.604	30.723
Itália	55.032	37.146
Japão	70.932	49.038
Portugal	213.203	137.973
Paraguai	28.822	39.222
Uruguai	24.740	24.031
Outros	180.022	190.349
TOTAL	683.830	592.610

Fonte: OBMigra/CGIg, 2015.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho, analisados a partir do Censo de 2000 e 2010, pode-se observar que, dentre os países com maior fluxo de entrada no Brasil, e que representam maior estoque de imigrantes neste período, Portugal aparece em primeiro lugar, com um tamanho populacional de 351.176, contabilizando-se os dois momentos. Por outro lado, os países europeus e o Japão têm a maior representatividade em relação aos países da América Latina, e pode-se ver, também, que o número de estrangeiros levantados pelo Censo apresenta uma redução de 13%, de 2000 e 2010.

Numa avaliação feita a partir dos relatórios divulgados pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), pode-se observar dois tipos de vistos, entre os quais, autorizações de vistos temporários de no máximo 2 anos e vistos permanentes. Em relação aos permanentes, destacam-se os administradores, executivos, diretores, gerentes e investidores.

Tabela 3 – concessão de vistos temporários e permanentes para o trabalho 2006/2010

Síntese por categoria	2006	2007	2008	2009	2010
Permanentes	2055	2615	2722	2454	1993
Temporários	23385	26873	41271	40460	37064
TOTAL GERAL	25440	29488	43993	42914	39056
Síntese por prazo de concessão (Temporários)					
Até 90 dias	10110	11305	13713	12423	17770
Até 01 ano	3626	5803	14245	12028	10514
Até 02 anos com contrato de trabalho no Brasil	2336	2009	2339	2578	2766
Até 02 anos sem contrato de trabalho no Brasil	7413	7756	10974	13431	12014
TOTAL POR PRAZO	23385	26873	41271	40460	3706
Análise de autorizações permanentes					
Investidor pessoa física	1033	1336	1357	921	642
Administradores, diretores, gerentes e executivos, etc.	828	891	957	933	952
Outros	194	388	408	600	399
TOTAL DE PERMANENTES	2055	2615	2722	2454	1993
Pedidos de prorrogação de estada e transforma. de vistos					
Prorrogações de estada	3091	3005	3130	3742	5529
Prorrogações de visto	341	253	350	227	278
TOTAL	3432	3258	3480	3969	5807

Fonte: MTE: OBNMigra/CGI, 2015

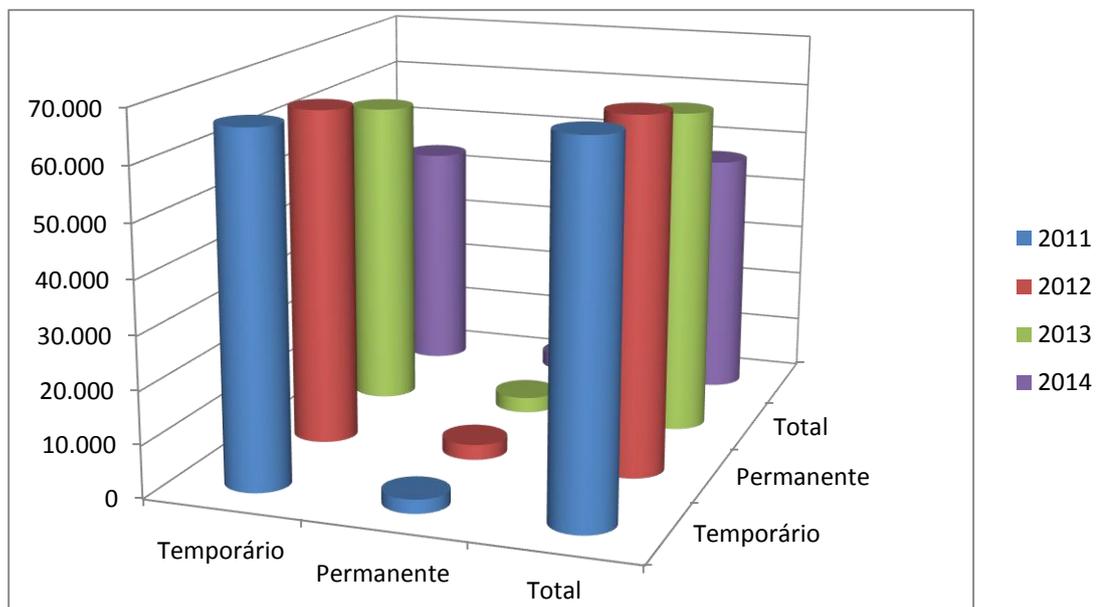
É possível observar na tabela acima que, entre as autorizações temporárias e permanentes concedidas aos imigrantes para trabalhar no Brasil, o período de análise do ano de 2010 aparece com um maior número de concessões (5807). Houve uma redução na liberação de pedidos de 2006 para 2007, uma queda de 174 pedidos, que posteriormente, a partir de 2008, passou a crescer consideravelmente. Neste mesmo período, foram concedidos mais vistos temporários aos trabalhadores migrantes (3706) em relação aos pedidos pelo visto permanente (1993). Isto se deve a questão da política migratória de cada país, em especial, o Brasil. Ao se considerarem as informações disponibilizadas pela Polícia Federal em relação aos números de estrangeiros com registros ativos e que indicam, também, o estoque dos imigrantes internacionais, vê-se que, entre 2000 e 2012, o número de estrangeiros no Brasil aumentou em 34%, passando de 1.175.353 para 1.575.643.

Por outro lado, considerando a imigração que tem por origem os países do Hemisfério Norte, em 2012, o número dos portugueses era de 330.860, representando um total de 21% dos imigrantes, seguido pelos japoneses com 133.931 do total; italianos com 99.336;

espanhóis com 83.926, correspondentes a 5.3%, como mostram os dados da Policia Federal (FERNANDES, 2015).

Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios. O país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo pela crise econômica pós 2007, nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Figura 1 – Concessão da autorização de trabalho a estrangeiros 2011/2014



Fonte: OBMigra/CGI, (2015).

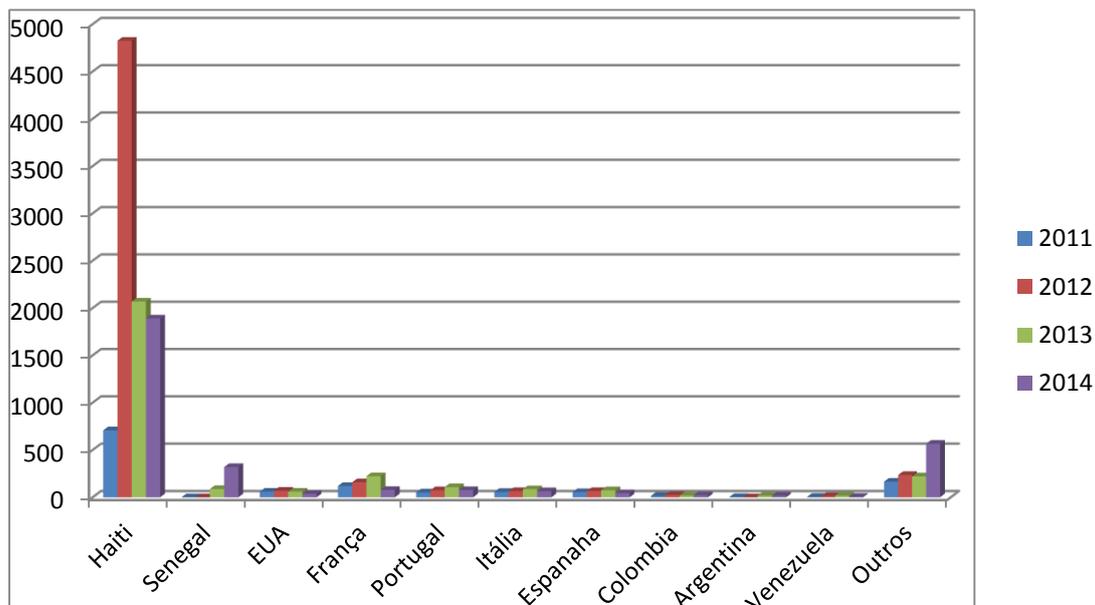
As autorizações de trabalho para estrangeiros que venham desempenhar alguma atividade laboral no Brasil, são concedidas pela Coordenação Geral de Imigração (CGI), integrante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O processo administrativo para concessão de autorizações de trabalho envolve diversos procedimentos. De acordo com Tonhati (2015), no intuito de dinamizar e dar celeridade a concessão das autorizações, a CGI implantou, em 2013, dois sistemas: o cadastro eletrônico de entidades requerentes de autorização para trabalho a estrangeiros – CERTE, e o Novo Sistema de Gestão e Controle de Imigração – MIGRANTEWEB. O primeiro é um sistema de digitalização de documentos, no qual as entidades com um volume elevado de pedidos de autorização de trabalho para estrangeiros inscreve-se na CGI de forma gratuita. Tal procedimento fez-se importante, uma vez que, os pedidos de autorizações de trabalho no Brasil podem partir de uma empresa e/ou

pessoa física, na modalidade de prestação de serviço. Por sua vez, o sistema MIGRANTEWEB, implantado em 2010 e atualizado em 2013, permite um pré-cadastro que é exigido a todos os estrangeiros que solicitam autorização de trabalho. Este sistema busca acelerar a tramitação dos pedidos (TONHATI, 2015, p. 20).

Podemos observar, mais uma vez, na figura 1, que a maioria das autorizações concedidas de 2011 a 2014, semelhante aos dados do Ministério de Trabalho e Emprego de 2006 a 2010, foram da categoria temporária e, também, contam com uma redução de 24% no total deste intervalo de 03 anos. Uma queda de 4% entre as concessões permanentes e 25% entre as concessões temporárias.

Porém, o Brasil volta a receber fluxos migratórios diversificados. Alguns coletivos latinos, salienta a autora, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário brasileiro. No entanto, nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial do final de 2007 e início de 2008, em que os países emergentes não foram tão afetados como os chamados países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil. Outros fluxos mais recentes, como os imigrantes haitianos, passam a ter uma presença aparentemente permanente na imigração contemporânea brasileira.

Figura 2 – Número de autorizações concedidas por país 2011/2014

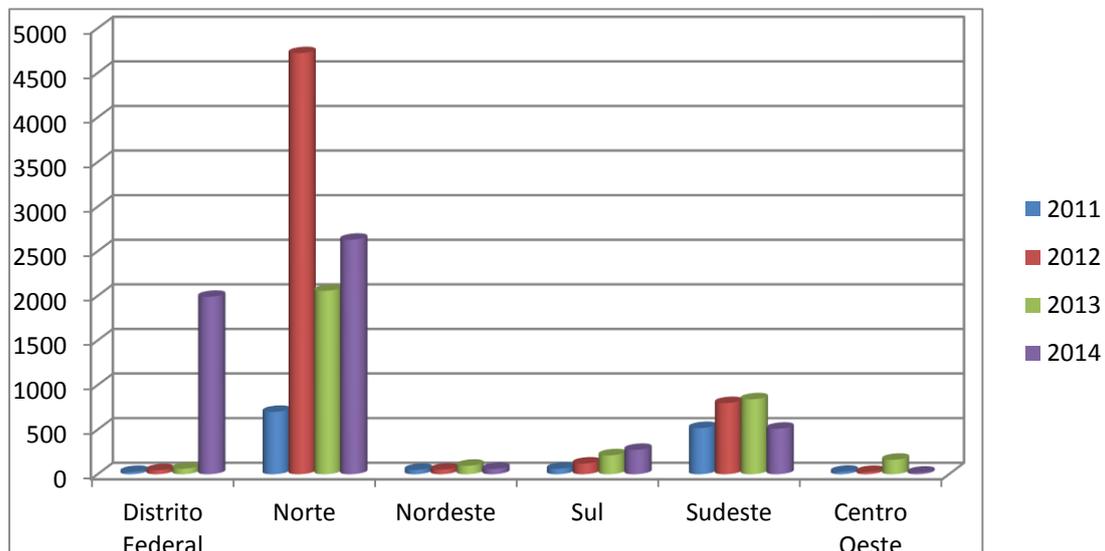


Fonte: OBMigra/CGI, (2015)

Em relação aos números de concessões de autorização para o trabalho no Brasil, de acordo com cada país de nacionalidade dos imigrantes, é possível constatar que a República

do Haiti apresenta um número consideravelmente maior em relação aos outros países analisados, com um total de 9.519, entre 2011 e 2014. Este valor expressivo da população Haitiana em relação aos outros países, pode ser compreendido em virtude do terremoto que devastou o país em 2010, provocando um fluxo maior desta população nos países vizinhos, especialmente, no Brasil. Outros países, que ao longo do final de 2013 e início de 2014, apresentaram um crescimento maior de sua população são a França (580); o Senegal, que conta com um total de 409 e é o único país africano relacionado na análise; Portugal com 312 e a Espanha com 273. Os países latino-americanos contam com um número menor em relação aos países europeus.

Figura 3 – Número de autorizações concedidas segundo Unidade da Federação 2011/2014



Fonte: OBMigra/CGI, (2015)

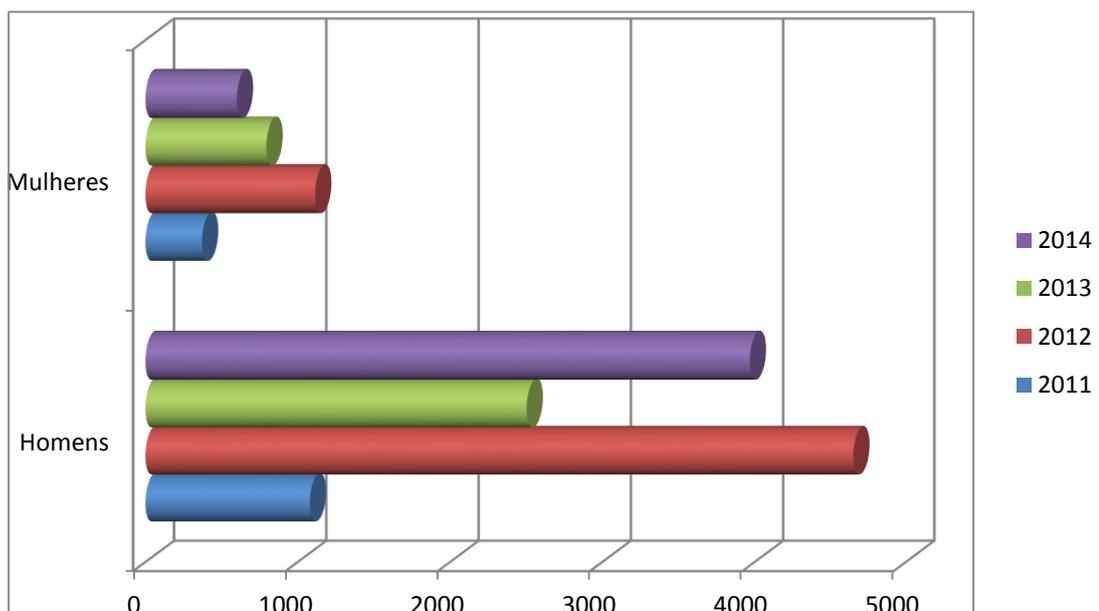
Na figura acima, observamos os números relacionados à concessão de autorizações por Unidades da Federação a partir de 2011 até 2014. De acordo com o relatório apresentado pelo Observatório das Migrações Internacionais vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, entre os 06 eixos analisados, no que diz respeito às regiões brasileiras, a Região Norte aparece com maior número em relação às outras regiões, com um total de 10.106; seguida pela região Sudeste com 2.666, como a segunda maior concessão de autorização de trabalho no Brasil; Distrito Federal com 2.122; a Região Sul com 667; Nordeste 258; Centro Oeste 234.

A maior percentagem da Região Norte em relação às demais regiões legitima-se pela localização geográfica impulsionada, principalmente, pela migração haitiana após o

terremoto. A maior parte da população deste país teve acesso ao Brasil pelas fronteiras do estado do Acre e Roraima, como ponto de partida para os demais estados, sobretudo, o de São Paulo, pertencente à Região Sudeste, onde se deu a segunda maior concessão de autorizações de trabalho.

O estado de São Paulo foi a principal região de atração de imigrantes no Brasil (57% do total de estrangeiros no país), dentro de uma tripartição histórico-geográfica da imigração constituída por uma região central fortemente atrativa como os estados do sudeste, caracterizados pelo sistema agroexportador, mas também, pela incipiente industrialização e pela franca expansão urbana; uma região de atração importante, mas secundária, como os estados do Sul, com consistentes núcleos coloniais rurais formados por pequenos proprietários e urbanizações recentes e mais rarefeitas; a macrorregião do estado do Nordeste, onde a inserção dos estrangeiros foi quase exclusivamente urbana, mas muito pouco significativa no seu complexo e em relação ao resto do país para a população migrante, embora importante para as dinâmicas econômicas, sociais e culturais das grandes cidades. No Nordeste, atualmente, é possível observar os estudantes estrangeiros que compõem o novo fluxo migratório classificado como temporários, migrantes em busca da formação acadêmica.

Figura 4 – Número de autorizações concedidas, segundo sexo, 2011/2014



Fonte: OBMigra/CGIg (2015).

Por outro lado (figura 4), verifica-se que a maioria das autorizações, em termos de gênero, concedidas pelo CNIg, foram destinadas para os homens (12.202) com idade entre 20 e 34 anos idade; enquanto as mulheres somam um total de 2.879, todos no período correspondente a 2011 e 2014. Como dito anteriormente, as mulheres aparecem como as figuras que menos migram e, muitas vezes, suas migrações são consideradas apenas para companhia dos maridos.

Nos últimos anos, vêm crescendo a migração feminina no mundo. Só no contexto brasileiro, observamos, de acordo com os dados do Conselho Nacional de Imigração que, de 2011 para 2012 houve um aumento significativo de mais de 50% da inserção feminina no mercado de trabalho. A partir destes dados, podemos afirmar que nos últimos anos, as mulheres estão abandonando o papel de acompanhantes dos maridos durante o processo migratório e sua inserção no mercado de trabalho proporciona transformações em seus papéis dentro do domicílio e perante a família. Favorecidas pelos contextos dos lugares de destino, as mulheres passam a participar da composição da renda familiar e essa mudança dá início a uma cadeia de transformações que se estendem desde o poder de decisão na família, até mudanças de expectativas temporais nos fluxos migratórios.

Observa-se esse tipo de transformação em diferentes contextos nos quais as mulheres encontram mais facilidade para se inserir em mercados específicos de trabalho, frequentemente construídos a partir de redes migratórias essencialmente femininas, como é o caso do comércio nas fronteiras entre o Brasil e Bolívia ou das brasileiras no setor de serviços domésticos nos Estados Unidos (BAENINGER, PERES, 2012).

De acordo com as autoras, os vínculos existentes entre o trabalho das mulheres migrantes e o domicílio, são relacionados não só à mudança da figura do responsável, mas também à organização e ao controle da renda e da divisão do trabalho doméstico. Assim, a participação dos homens nos trabalhos domésticos varia de acordo com a composição e com o estágio do ciclo de vida do domicílio.

Segundo Morokvasic, os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres antes da migração são bastante “resistentes”, e essa transformação é um processo que acaba por contestar, dentro do domicílio, relações de poder e autoridade. É no domicílio que são criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura socioeconômica e cultural (Apud, BAENINGER, PERES, 2012).

Outra variável importante que pode ser analisada, para compreender a inserção dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro é a emissão da carteira de trabalho.

De um total de 98.696 carteiras de trabalho concedidas para os imigrantes provenientes de 10 países, no período de 2010 a 2014, segundo os dados do Ministério de Trabalho e Emprego, só para o coletivo dos haitianos, foram emitidas 35.534, número três vezes maior em relação aos outros países analisados na pesquisa.

Tabela 4 – principais países em número de carteiras emitidas em 2014

PAÍSES	NÚMERO DE CARTEIRAS
Haiti	17.721
Bolívia	3.100
Argentina	3027
Paraguai	2.554
Senegal	2.420
Peru	1.874
Portugal	1.873
Colômbia	1.657
Uruguai	1.533
Gana	1.135
TOTAL	47.725

Fonte: OBMigra/CGIg, (2015)

Mais uma vez, de acordo com a tabela acima, a República do Haiti lidera (17.721) entre os 10 países, o número de carteiras de trabalho concedidas pelo Ministério do trabalho e emprego. Estes dados dizem respeito apenas às concessões de carteiras autorizadas especificamente, no ano de 2014. Logo após vem Bolívia (3.100) e a Argentina com 3.027 carteiras de trabalho. Em relação ao gênero, num total de 98.696 carteiras de trabalho concedidas aos imigrantes, de 2010 a 2014, os homens somam um total de 62.255, enquanto as mulheres constituem um número de 36,441 carteiras de trabalho, quase 50% a menos em relação aos homens.

O fluxo migratório para o Brasil, especificamente dos haitianos, está diretamente relacionado ao mercado de trabalho nacional, tendo em vista o grande problema da falta de emprego no país de origem, o que envolve a demanda de dois extremos de força de trabalho. O primeiro está relacionado a cargos destinados a trabalhadores possuidores de mão-de-obra especializada e, o segundo, detentor do maior número de vagas, diz respeito aos cargos de nível básico, que exigem baixa qualificação, semelhantes aqueles de construção civil, confecções e serviços gerais, responsáveis em empregar, principalmente, a população do Haiti e dos países africanos.

No entanto, como foi abordado anteriormente por Cavalcanti, não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho. É no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e a que ocuparão os seus descendentes. Não podemos, apenas reduzir os movimentos migratórios a questões meramente laborais, posto que, as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, desastres naturais, formação, etc.) que também são determinantes na mobilidade humana. Reduzir ou vincular a migração única e exclusivamente ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações não se dão unicamente por uma lógica economicista, no sentido de atração e expulsão (*push and pull*) como entendia a perspectiva neoclássica. Os motivos da mobilidade são múltiplos e variados. O fenômeno migratório é heterogêneo, multifacetado e marcado por dinâmicas que mudam constantemente.

Contudo, é importante desmarcar-se de visões que simplificam o multifacetado fenômeno migratório, tanto na sua versão economicista que reduz os imigrantes a uma mera força de trabalho, quanto a vertente humanista que desconsidera a função produtiva e o impacto na economia da população imigrante. É preciso ressaltar que, uma vez no país de acolhida, o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado de trabalho.

Assim, se é possível resumir este panorama da migração internacional em direção ao Brasil, caberia destacar a situação da internacionalização da economia brasileira, ainda na década de 90 e, no período seguinte, o crescimento da economia que, de um lado, demandava mão-de-obra qualificada para atender aos investimentos em infraestrutura e indústria e, de outro, abria oportunidades de trabalho para imigrantes com menor qualificação técnica que substituíam a mão-de-obra local deslocada para setores de maior remuneração.

Todos esses aspectos devem ser considerados em um panorama de avanço acelerado da transição demográfica, que assinala a redução do volume da população do país, já nos próximos 20 anos;

1.5 O envio de remessa (dinheiro) como fator primário na decisão de migrar

Hoje, assim como há muito tempo, diversas famílias passaram a utilizar a migração como meio de subsistência. O termo sustento compreende as capacidades, posses e atividades

necessárias para um meio de vida. Porém, não se consideram apenas atividades de renda familiar, mas as instituições sociais, relações e mecanismos que garantem o acesso a diversos recursos durante a vida. Uma estratégia pode, então, ser definida como uma escolha deliberada por uma combinação de atividades para garantir a subsistência.

A emergência desse conceito apontado pelo estruturalismo-histórico dedutivo demonstra que - optando por abordagens mais empíricas -, a migração é uma das estratégias escolhidas pelas famílias para melhoria de suas condições de vida. As economias subdesenvolvidas complexas, a exemplo de Brasil e China, apresentam um crescimento desigual em seus diferentes setores, o que acaba por excluir muitas pessoas deste processo, como afirma Furtado (*apud* BATTAGLINI, 2012, p. 09). Essa ausência de viabilidade na economia de subsistência pode levar uma parcela da população de um determinado país a optar pelo deslocamento.

No entanto, com a perspectiva familiar e não mais individual, não se opta por migração ou atividades nos países de origem, e sim por ambas. Batagliini (2012) frisou ainda que, imigrantes tendem a manter uma relação próxima com sua comunidade de origem por muito tempo, e por isso sua contribuição para o desenvolvimento não pode ser definida apenas com o seu retorno, como teorias clássicas costumavam afirmar. Contrariando tais teorias, surgiram estudos apontando o potencial positivo do papel do migrante para sua sociedade de origem, através de investimento feito com suas remessas, a exemplo de muitos países africanos, especialmente a Argélia. Assim, o mais evidente e visível efeito econômico da emigração para o país de origem dos imigrantes é o fluxo das remessas monetárias.

As remessas financeiras mantêm vivas as relações entre quem partiu e quem ficou e os familiares que permanecem no local de origem atestam a densidade emotiva e simbólica das relações familiares que se mantêm (TEDESCO, GRZYBOVSKI, 2011, p. 350). As remessas financeiras manifestam vínculos sociais de longa duração e contribuem para alimentar múltiplas relações que viabilizam os fluxos migratórios, expressam a consciência da distancia e a frustração da impossibilidade de contato face a face. Esse afluxo é a consequência da estratégia descrita nas teorias de migração, mais precisamente, na nova economia da migração.

A unidade familiar diversifica os recursos disponíveis, na medida em que alguns membros emigram para obter emprego no exterior. Estes contribuem para o orçamento familiar das pessoas remanescentes no país de origem, transferindo parte de seus salários. Eles também efetivam a estratégia individual de diversificação dos recursos, através do investimento de parte do capital poupado no país de origem.

A partir das remessas dos trabalhadores estrangeiros, podemos analisar as cinco características apresentadas por Tavares (2010). De acordo com ele, é possível analisar algumas características que são essenciais para entender a própria relação, significação e importância desses recursos externos nas economias receptoras, dando uma dimensão mais oportuna e dinâmica do termo.

A primeira trata da remessa como parte da renda privada, diferente da ajuda oficial de origem externa e fundamental para o desenvolvimento econômico; a segunda repousa-se nos aspectos dessas transferências por remessas sociais ou culturais, que são influências de comportamentos, valores, princípios e práticas organizacionais que os imigrantes adquirem e transmitem de forma sistemática e intencionalmente aos países de origem, através de fluxos de bens e serviços, meios de comunicação, visitas familiares periódicas, entre outros. As remessas sociais ou culturais são fundamentais dentro de um contexto de mudança e transformação econômica e social, desde que não signifiquem a remoção dos hábitos, costumes, normas e manifestações culturais dos países de origem.

A terceira característica apontada pelo autor são as causas envolvidas nas remessas de trabalhadores emigrantes, a busca por compreender os motivos pelos quais os emigrantes enviam parte de suas rendas para seus familiares, nos países de origem; a quarta característica dos fluxos monetários está relacionada aos canais de transferências, os quais podem ser formais ou informais⁷. As remessas formais são os serviços de transferências oferecidos pelos bancos, instituições financeiras não bancárias, agências dos correios e as agências para operação de transferência de dinheiro, a exemplo do Western Union e Moneygram; a quinta e última são os impactos que essas remessas proporcionam nas economias receptoras e dependentes destes recursos externos.

Essas rendas representam, em muitos casos, a única fonte para o consumo de bens e serviços, poupança, investimento, educação, bem-estar familiar, entre outras. O que significa que, para muitas famílias de países pobres e em desenvolvimento, as remessas dos emigrantes contribuem para a redução da pobreza rural, acesso a educação básica e superior e desenvolvimento humano, além de investimentos e formação de poupança.

Por um lado, as remessas devem provocar impactos econômicos consideráveis no nível micro, nas áreas de emigração. Por outro, as consequências econômicas das remessas, no entanto, precisam ser vistas no plano macro, levando em consideração que o fluxo dos

⁷ Estas peculiaridades, embora recebam tratamentos mais específicos no sentido de associar o informal a ilegalidade e o formal a legalidade, são importante porque a literatura sobre a remessas de trabalhadores migrantes contribui para clarificar a própria diferenciação da dinâmica entre vários países, além de poder evidenciar dificuldades e os custos de transações existentes nesse mercado (TAVARES, 2010).

recursos dos imigrantes para os países emergentes tem crescido de maneira significativa nos últimos quarenta anos (BROZOZOWSKI, 2012).

Em 1970, segundo Brozowski (2012), todos os países emergentes recebiam apenas US\$ 405 milhões e os países da América Latina e Caribe (a região com maior recepção) US\$ 51 milhões. Em 1990, esses números cresceram para US\$ 31 bilhões e US\$ 5,7 bilhões, respectivamente aos países da América Latina e Caribe. Portanto, do total das remessas dos emigrantes, entre 1990 e 2007, em média 61% foram destinados aos países em desenvolvimento. Nos meados de 2000 e 2007, como apontam os dados, a média da transação para países subdesenvolvidos alcançou 70% do total global sendo que, em 2007 atingiu 75%. De acordo com os dados do Banco Mundial (BM) e a Organização Internacional para a Imigração (OIM), só em 2007, Índia, China e México foram os três maiores receptores de remessas de imigrantes, recebendo respectivamente US\$ 27 bilhões, US\$ 25,7 bilhões, US\$ 25 bilhões. Pesquisadores de políticas de diversos países levaram em consideração esses dados. Assim, em 2007, foram registrados fluxos de remessas no valor estimado de US\$ 318 bilhões, dos quais US\$ 240 bilhões foram para os países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2008).

De acordo com a mesma fonte, as remessas dos emigrantes em 2007, representam 0,7% do PIB mundial; 0,2% do PIB da OCDE; 2,6% das economias dos países da África Subsaariana, 2% das economias em desenvolvimento; 4,6% do PIB das economias latino-americanas e Caribenhas e 6% do PIB das economias dos países em desenvolvimento de renda baixa. Ainda, 16% dessas remessas foram para os países do BRIC e 25% para os países considerados emergentes.

O fluxo bruto de remessas para os países emergentes, em 2008, alcançaram US\$ 338 bilhões, o que demarca 2% do PIB (produto interno bruto) dessas economias (BROZOZOWSKI, 2012). Para os latino-americanos, segundo o autor, foram US\$ 64 bilhões de remessas, que constituíam 1% de seus PIBs.

Mesmo com a crescente redução do afluxo de remessas, proporcionada pela crise financeira mundial, esses números ainda são significativos. Em 2010 foram US\$ 440 bilhões enviados pelos migrantes como remessas, sendo US\$ 325 bilhões para países em desenvolvimento, segundo os dados da Organização Internacional para Imigração (BATTAGLINI, 2012). Esses investimentos, muito embora afirmassem forte ligação do imigrante com suas origens, não podem ser considerados como solução para superar as restrições estruturais para o desenvolvimento. Para De Haas, essas remessas enviadas para os

que ficam nos países de origem são fontes mais seguras e menos voláteis de moeda estrangeira nos países em desenvolvimento. Battagli (2012) diz que

O fluxo não chega aos mais pobres, pois muitos deles não participam da migração. Porém, esta camada social ainda recebe alguns benefícios indiretamente, em razão da expansão econômica (apud, BATTAGLI, 2012)”.

Na discussão em torno das implicações econômicas das remessas devem-se destacar duas abordagens contraditórias, segundo Brzozowski (2012): a otimista e a pessimista. O enfoque otimista salienta que as remessas podem contribuir para a formação do capital humano, por meio de investimentos em vários setores, sendo que, esse tipo de transferência pode ser denominada como remessa produtiva.

Em um processo de desenvolvimento, levando a cabo o conceito da expansão da capacidade, especialmente abordado por Amartya Sen (2010), o aumento dos gastos em áreas como saúde, alimentação e educação, devem ser vistos como produtivos, contrariando a visão dos teóricos pessimistas. Elas podem, também, proporcionar um aumento de investimentos privados em capital físico, na medida em que os imigrantes criam empresas e modernizam espaços de trabalho.

No entanto, ao invés de intervirem de forma temporária na economia, essas remessas passam a se constituir como fator importante para o desenvolvimento econômico em longo prazo, aumentando a renda *per capita* e reduzindo a pobreza.

Para Canales, há uma abordagem pessimista que aponta que, é duvidoso afirmar que as remessas podiam causar impactos positivos em situações em que tanto as “políticas do Estado, como as ações de mercado haviam fracassado sistematicamente (apud BROZOZOWSKI, 2012)”. Somente uma pequena parcela dos recursos transferidos do exterior é usada de maneira produtiva, pois as remessas estão sendo direcionadas principalmente para despesas correntes do cotidiano e o dinheiro é usado para aquisição dos bens de consumo de curto prazo.

Portanto, há muitas controvérsias de opiniões entre os pensamentos pessimistas e otimistas, em relação ao impacto que as remessas dos trabalhadores causam nas economias dos países de origem dos imigrantes e, alguns estudos realizados por diferentes autores sobre os efeitos econômicos das remessas, apontam resultados contraditórios. Desta forma, alguns pesquisadores indicam que não existem evidências de que remessas recebidas por um país afetam positivamente a taxa de crescimento econômico.

Em seus estudos, Brozowski (2012), analisou a pesquisa feita por Spatafora (1970 – 2003) em 101 países em desenvolvimento, que constatou que não existe uma relação

estatisticamente significativa entre o volume de remessas e os gastos em educação ou saúde, nem entre as remessas e os investimentos. Da mesma forma, “essa relação não podia ser comprovada no caso da taxa do crescimento, até em caso dos países nos quais as remessas constituíam mais de 1% do PIB”. O autor demonstra que o impacto das remessas sobre o desenvolvimento apresenta um caráter complexo e indireto, o que torna difícil evidenciá-lo nos estudos macroeconômicos.

Além dos estudos analisados por Brozowski, Giuliano e Arranz (2009) analisaram a relação entre o afluxo de remessas e o crescimento econômico, levando em consideração o desempenho do setor financeiro dos países de origem dos imigrantes. Esta pesquisa ocorreu em 74 países em desenvolvimento, entre os anos de 1975-2002. De acordo com os autores, os resultados obtidos nas pesquisas demonstram que as remessas podem contribuir de forma positiva para a taxa de crescimento econômico, na medida em que consideramos as variáveis que descrevem o nível de desenvolvimento do sistema financeiro do país e a efetividade do mercado de crédito.

Assim, nos países com maiores dificuldades em conceder créditos às populações, os recursos transferidos pelos imigrantes constituem uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos. Neste caso, constam que as transferências de recursos dos emigrantes influenciam positivamente a taxa de crescimento. Os autores concluem que, em países onde o setor financeiro apresenta um baixo nível de desenvolvimento, as remessas crescem quando a possibilidade do investimento aumenta durante o *boom* econômico, tendo um caráter pró-cíclico.

Podemos entender que, o envio de remessas por si só não pode ser concebido como estratégia de desenvolvimento e não gera crescimento econômico nos países receptores, nem arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias. A discrepância do nível de renda internacional, aliada ao barateamento dos custos de transportes e comunicações, são os maiores responsáveis pelo *boom* migratório das últimas décadas e pelo contínuo envio de remessas como estratégia de sobrevivência. Ao exemplo de alguns países da América Latina, a perda de mão-de-obra qualificada também proporciona um efeito perverso de fuga de capital humano, o que pode gerar um efeito-cascata, isto é, a queda sobre toda a cadeia produtiva e depreciação salarial nestes países, o que pode provocar o aumento parcial da inflação, afetando os mais vulneráveis na sociedade.

O desenvolvimento de programas de transferência de renda e o crescimento do salário mínimo acima de níveis inflacionários, são medidas estatais que repercutem muito mais que o simples estímulo governamental à emigração e ao envio de remessas. Ademais, de acordo

com a trajetória de muitos imigrantes, não basta apenas acúmulo de dinheiro fora do país como estratégia de um negócio bem-sucedido. Outros elementos, como universalização do ensino fundamental e a diminuição de desigualdade para criação de um mercado interno mais extenso, parecem mais sólidos como pilares de desenvolvimento. Sem contar com o envelhecimento populacional, que hoje afeta principalmente países desenvolvidos.

É possível identificar, também, a incorporação do imigrante na sociedade receptora, segundo Amartya Sen, de modo que sua incorporação ocorre, muitas vezes, de forma diferente, principalmente no acesso ao consumo, de uma maneira que não existia em seu país de origem.

Porém, tanto Amartya Sen (2010) quanto Sayad (1998), enfatizam que suas liberdades continuam sendo restringidas, de modo que a renda não é a única geração de capacidades. Há outros fatores como faixa etária e gênero, pois a simples naturalização não tira o estrangeiro da condição de migrante. São as condições dos países de origem que irão determinar o quanto de investimento será feito pelos imigrantes ou mesmo se será feito algum investimento. Assim, os Estados devem assumir um papel central no estímulo e direcionamento desses investimentos, independente dos interesses do setor privado.

Battaglini (2012) salienta que a migração não pode ser concebida como uma variável independente que leva ao desenvolvimento, mas sim uma variável endógena, que pode ser considerada parte da transformação e um fator que estimula uma mudança, de modo que passe a revelar uma relação de reciprocidade ao invés do impacto único da migração sobre o desenvolvimento. Mas, se o Estado falhar em programar reformas econômicas e sociais para proporcionar mudanças estruturais, os processos migratórios podem encontrar dificuldades em promover um desenvolvimento mais duradouro a nível nacional.

O Estado precisa encontrar uma dinâmica adequada, composta por um emaranhado de leis e políticas direcionadas a promover o processo do desenvolvimento econômico com o objetivo de atrair investimentos e inovações e criar oportunidades, na parte do setor privado em que esteja disposta a assumir riscos. Sendo assim, haveria um estímulo estatal para que as remessas dos migrantes sejam alocadas de forma a ajudar não apenas os seus familiares, mas também a população como um todo.

Em outras palavras, alocar esses recursos para investimentos internos significa desenvolver estruturas internas que reforçam e potencializam os resultados econômicos e sociais desejados, através do uso adequado das remessas dos emigrantes. Tanto o uso desses recursos quanto o resultado esperado depende não só do contexto econômico e político mais

amplo, mas também da própria percepção dos agentes econômicos, principalmente do Estado, em torno da importância das remessas de trabalhadores emigrantes.

Para tanto, é indispensável revelar que, no atual contexto de globalização e relações de interdependências, o desenvolvimento econômico de um país, especificamente os países pobres e em desenvolvimento, depende não somente dos recursos naturais daquele país, mas também da capacidade institucional e social que promove, efetivamente, as parcerias estratégicas que geram mudanças necessárias nas estruturas econômicas endógenas, gerando a expansão das atividades produtivas e combatendo as desigualdades sociais existentes. As remessas dos emigrantes passaram a ser, cada vez mais, um importante elemento na constituição de um alicerce do desenvolvimento econômico e social das economias em processo do desenvolvimento, como acontece com os países que apresentam um nível de dependência ainda maior.

1.6 Migração e educação: qualificação da mão de obra migrante no mercado de trabalho

Os processos de mobilidade com fins de estudo e universos contextuais específicos revelam que, realidades muito diversas são postas em movimento, o que implica diferentes maneiras de usar caminhos semelhantes que produzem efeitos e consequências difíceis de serem apreendidos por indicadores precisos e quantificáveis.

Silva (2005), por sua vez, demonstra as dificuldades decorrentes de estudos numericamente reduzidos sobre esse tipo de mobilidade e o fato de que indivíduos envolvidos nesse processo escapam aos Censos Demográficos e outras práticas que visam a apreensão dos grandes fluxos migratórios.

Podemos considerar a migração como um importante elemento na reprodução da força de trabalho e no processo de expansão do mercado. As transformações sociais e políticas na sociedade moderna estabelecem, cada vez mais, a preocupação com as novas formas de inserção no mercado de trabalho e na manutenção e exploração do trabalhador.

Atualmente, a mobilidade espacial se insere como um processo intrínseco às grandes transformações internacionais, o que possibilita aos países caracterizados pela imigração, se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão-de-obra. Além disso, alguns países observam o crescimento, nas suas cidades e estados, da chamada “cultura de

emigração” e muitas vezes, passam a ter seu Produto Interno Bruto diretamente dependente das remessas dos imigrantes (CAVALCANTI, 2013).

No entanto, a produção da mobilidade continua existindo com novos papéis e novas formas. O imigrante é o estrangeiro, independente de ultrapassar limites territoriais, nacionais, regionais ou locais, pois adentra em um espaço que não é o seu. Para Sayad (1998), esse estrangeiro permanece no limite territorial do outro, rompendo com o caráter provisório de sua condição, na medida em que se torna um sujeito que permanece, mesmo em condições provisórias, estabelecendo relações de proximidade e afastamento, indiferença e envolvimento.

Para Accioly (2009), os tradicionais fluxos de trabalhadores temporários para os países mais desenvolvidos, concentravam em grande parte, ao longo da história, grupos de trabalhadores sem qualificação, com grau educacional baixo e, na maioria das vezes, em situação irregular. Porém, em meados dos anos 1980, países como os Estados Unidos incluíram em suas políticas de atração de trabalhadores, uma categoria diferente daquela dos imigrantes tradicionais, formada por trabalhadores de alta qualificação, que serviriam ao país temporariamente, a fim de atender necessidades pontuais, sempre tendo em vista sua expansão econômica.

Accioly (2009) demonstra que o conceito de *Skill Exchange* abrange a circulação internacional de cérebros, que considera os trabalhadores internacionais como *skill transientes*. Porém, os programas de contratação de trabalhadores temporários estrangeiros de alta qualificação, se apresentam como um significativo elemento motivador da mobilidade de mão-de-obra qualificada para os países de maior desenvolvimento informacional e produtivo.

Hoje, configuram-se vários acordos econômicos, políticos e, especialmente, culturais. Assim, a mobilidade de estudantes tem sido uma realidade cada vez mais presente e nos leva a pensar no migrante pela ótica dos acordos internacionais, da corrida pela qualificação profissional que se torna uma exigência fundamental num sistema competitivo.

Partindo do pressuposto da migração com fins de estudo, o estudante como migrante temporário, visa à chamada qualificação como uma possibilidade de inserção do indivíduo num mundo que, cada vez mais, busca no contexto de crise fundamental da economia do mercado e do trabalho, por trabalhadores capazes de enfrentar barreiras que o mercado impõe. No entanto, o processo migratório estudantil tem suas particularidades, embora não fuja do processo de mobilização de força de trabalho, buscando melhorias no nível da vontade fetichizada e subjetiva de qualificação profissional. Tratam-se de estudantes que emigram em

busca de melhores condições educacionais, intercâmbios culturais e futuramente, uma inserção no mercado de trabalho.

Para Villen (2012), a crescente economia de serviços nas cidades globais – lugares de representação em maior grau dos processos e das estruturas globalizantes e que mais atraem imigrantes internacionais hoje – coincide com a demanda de trabalhadores com conhecimento técnico de áreas específicas para atuar em setores econômicos líderes, principalmente, os da telecomunicação e financeiros.

Essa ação é análoga e complementar a uma esfera econômica e de empregos nunca representada como parte de economia global, constituída por trabalhadores, na maior parte imigrantes internacionais, em particular, as mulheres, que geralmente exercem atividades manuais, menos remuneradas e com baixa qualificação, segundo Campani e Yamada (apud, VILLEN, 2012). Tendo em conta essas situações, discute-se hoje os efeitos dos diferentes tratamentos políticos desses dois tipos de imigração (qualificada e não qualificada).

Aprocura por imigrantes qualificados e especializados para trabalhar em setores de ponta das economias centrais, além de se revelar hoje como uma face da precarização do trabalho, é também um elemento vital das economias desenvolvidas para a manutenção da produtividade e da concorrência com vista à redução dos custos laborais e a geração de novos conhecimentos (ARAGONÉS, apud VILLEN, 2012). No Brasil, o desenho institucional indica a reprodução de tal tendência e essa migração ocorre por circuitos legalizados e atua em diversos setores econômicos da produção nacional, apresentando-se oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado e das diretrizes das políticas nacionais de imigração.

Tabela 5 – autorizações concedidas a estrangeiros permanentes segundo escolaridade, Brasil, 2006-2015

Escolaridade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fun incompleto	6	26	26	68	52	-	-	4	4	78
Funda. Completo	44	51	109	80	58	16	15	11	10	11
Médio Incompleto	220	654	265	126	74	7	12	19	4	341
Médio completo	8.609	9.487	16.422	16.538	15.144	373	452	460	437	238
Supe. Incompleto	66	87	144	117	84	31	39	36	28	13
Superior Completo	11.976	17.126	25.694	24.856	26.449	1.812	1.871	1.877	1.829	1.175
Mestrado	90	150	234	213	307	291	436	428	415	386
Doutorado	52	44	79	73	81	79	110	121	110	89
Não informado	4.317	1.781	880	642	430	61	-	-	-	1
TOTAL	25.380	29.406	43.853	42.713	42.679	2.670	2.935	2.956	2.837	2.332

Fonte: MTE/Obmigra (2016).

Os principais grupos podem ser relacionados com o grau de instrução dos trabalhadores estrangeiros abordados durante a pesquisa, em um intervalo de 10 anos (2006/2015). Observamos na tabela 06 que, nos dez anos analisados, se registra uma maior concentração de estrangeiros com nível de formação superior completo, aqueles que possuem formação universitária. Verificamos que, num intervalo de cinco anos (2006-2010) houve um aumento significativo (197.761) no que diz respeito às autorizações de trabalhos concedidas aos estrangeiros com segundo grau de escolaridade no Brasil. De um total de 114.665 autorizações de trabalho concedidas aos estrangeiros com nível superior completo, no período compreendido entre 2006 a 2015 verificamos que quase 92% foram apenas entre 2006 a 2010.

Percebemos uma diminuição considerável destes números a partir de 2011 até 2015, totalizando uma redução de 106.101 autorizações. Os trabalhadores estrangeiros com ensino médio completo formam o segundo grupo em termos de quantidades de autorizações de trabalho, totalizando 68.160, sendo que de 2006 a 2010 foram concedidos 66.200 autorizações, quase 99%, em relação ao período entre 2011 e 2015. De acordo com esses dados, tanto as autorizações aos que possuem formação superior quanto àqueles com ensino médio completo tendem a diminuir ao longo dos anos analisados. Percebemos a situação inversa em relação aos trabalhadores estrangeiros com nível de pós-graduação (mestrado e doutorado), cujas autorizações passaram a ter um crescimento acentuado ao longo dos anos 2006 até 2015.

Assim, observamos que pode ser estabelecida uma relação, no sentido de identificarmos uma tendência que demandará uma continuidade na observação durante os próximos anos, desse grupo de trabalhadores com grau de instrução de ensino médio

completo, e o grupo ocupacional de produção de bens e serviços industriais. No Brasil, os imigrantes seguem o modelo da incorporação laboral dos que adentram nos países considerados, tradicionalmente, de maior recepção de fluxos migratórios.

Os imigrantes contam, em grande parte, com uma formação, tanto do nível médio quanto superior, sendo que no momento da inserção no mercado de trabalho descendem da escala laboral e, portanto, social (CAVALCANTI, 2015). Em outras palavras, os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia, diz o autor.

Os imigrantes têm uma formação técnica e profissional superior às exigidas pelo exercício da profissão atual e, portanto, há o que Cavalcanti chama de “inconsistência de status”, na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem. Esse caso pode ser compreendido a partir de uma categoria técnica e social.

Ainda que tecnicamente, o imigrante tenha uma formação específica, socialmente será considerado um trabalhador sem qualificação, na medida em que este somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa suas fronteiras, de acordo com Sayad (apud, CAVALCANTI, 2015). Os dados aqui analisados mostram que no Brasil há uma inconsistência de status entre os imigrantes, de modo que, as maiores partes dos trabalhadores estrangeiros aos quais foram concedidas autorizações de trabalhos, possuem ensino médio e/ou superior completo. Apenas uma fração mínima tem ensino fundamental incompleto e o analfabetismo é quase nulo. No entanto, sua faixa de renda não corresponde à sua formação.

As pesquisas realizadas em torno desta questão demonstram que, em 2000, grande parte da população dos imigrantes (58%) residentes no Brasil vivia em domicílios com rendimento familiar *per capita* superior a 03 salários mínimos. Por outro lado, os dados do Censo Demográfico de 2010 vêm mostrando alterações nestes cenários, com um aumento de mais 1,5% em relação à pesquisa anterior.

De acordo com o IBGE, é possível verificar o aumento no número da população imigrante em seus domicílios, em termos absolutos, com renda familiar *per capita* inferior a 1 salário mínimo (IBGE, 2000; 2010). Assim, observa-se que, de acordo com esses dados, alguns imigrantes estão trabalhando em setores completamente diferentes de sua formação profissional.

Em suas pesquisas, voltadas para a integração dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, Cavalcanti (2015) analisou os resultados do trabalho feito pelos autores Chiswick, Liang Lee e Miller, em 2002, tendo em vista compreender a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho australiano, através da qualificação profissional e respectivos

rendimentos salariais. O autor chegou à conclusão de que, a condição de imigrante, as dificuldades com o idioma e a demora no reconhecimento dos títulos universitários, fazem com que essa população tenha que realizar o que os autores chamam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho.

Os imigrantes partem em uma posição média de seus países de origem e, ao chegarem aos países de destino acabam perdendo essa posição social e será necessário um período de tempo maior para recuperação da sua posição anterior ao deslocamento (CAVALCANTI, 2015). O fator tempo de residência, juntamente com a consolidação das redes, aquisição do capital social e simbólico e as políticas públicas de inserção no mercado de trabalho serão preponderantes para que os imigrantes possam completar a curva em U. No entanto, no Brasil, esse processo ocorre muitas vezes na mesma direção, para uma integração maior.

Ao contrário do que já vimos, no Brasil é possível encontrar uma precariedade no mercado de trabalho que, naturalmente, se prolonga na qualidade de vida do imigrante, na educação, nos serviços de saúde e no domicílio. Conclui-se que, o trabalho para os imigrantes é uma questão de sobrevivência cotidiana, de modo que suas expectativas de melhores condições de vida em relação ao país de origem, só são possíveis através de grandes sacrifícios.

No Brasil, os bolivianos aparecem como a mais representativa classe desse padrão precário de inserção no mercado de trabalho. A invisibilidade desses imigrantes além de institucional, encontra-se ligada diretamente às duras condições de trabalho que enfrentam. Alguns estudos apontam que as jornadas dos trabalhadores imigrantes no Brasil estão em torno de 12 às 17 horas, o padrão de remuneração pelo salário por peça é condicionado à produtividade do trabalhador e a demanda do mercado; as fabricas aparecem como dormitórios, espaços desconfortáveis devido a presença das máquinas de costura, com barulho intenso e pouca iluminação (VILLEN, 2012). Tudo isso, na maioria das vezes, acontece pelo fato desses imigrantes encontrarem-se em situação de informalidade e sem carteira de trabalho.

Em meio ao processo de análise em relação à qualificação da mão-de-obra imigrante no Brasil, é preciso analisar as migrações intra-empresariais que envolvem a formação qualificada e superior dos participantes do processo. Isso ocorre de forma diferente ao tipo de migração já referido ao longo deste estudo. Essas migrações deslocam indivíduos, em geral qualificados, dos países mais desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento. Existe um número de quadros e de técnicos altamente qualificados e com salários

extremamente altos que acompanham os fluxos de investimento estrangeiro, sobretudo para países em desenvolvimento.

Accioly (2009) aponta que deve-se considerar que a multidirecionalidade geográfica do *skill Exchange* (intercâmbio de profissionais qualificados), convive, em muitos casos, com alguma unidirecionalidade econômica, social ou política.

Pode-se afirmar, segundo a autora, que essa unidirecionalidade econômica, social ou política tem como objetivo o predomínio das nações ricas sobre as nações pobres, uma vez que as empresas multinacionais constituem uma parte atual desse predomínio, empregando mão-de-obra barata e desqualificada nos próprios países pobres, conquistando mercado de consumo nesses países, mas gerando poucos empregos de alta qualificação aos nativos, na medida em que os cargos mais qualificados, geralmente, são ocupados por trabalhadores estrangeiros provenientes dos países sede.

Observamos que, a existência de um espaço internacional para uma elite composta por agentes muito qualificados, em um espaço nacional para os trabalhadores que compõem a base do mercado de trabalho interempresarial, têm sua presença fortemente marcada nas estratégias organizacionais dessas empresas. O migrante, isto é, o profissional enviado pela sede à filial, geralmente, não aparece como parte de uma incorporação de capital pessoal, e sim como representante de interesses estrangeiros (PEIXOTO, 1999).

Isso ocorre em muitos países em desenvolvimento e, especialmente no Brasil. Tudo isso pode ser relacionado, em alguns casos, à carência e necessidade de profissionais altamente qualificados, principalmente nas áreas de biotecnologia, infraestrutura, profissionais de saúde (a exemplo do mais médico e ciências sem fronteiras) e, também, à emergência que o país enfrenta devido a demanda de sua população. Os dados analisados mostram que entre os diferentes fluxos dos imigrantes ao Brasil, ao longo dos últimos 15 anos, a sua maioria é composta por aqueles com mão-de-obra qualificada.

CAPITULO II: MIGRAÇÃO PARA O BRASIL: uma abordagem entre a migração estudantil dos africanos e as migrações com fins laborais

Como já mencionado ao longo deste estudo, no decorrer da história contemporânea, observam-se alguns grupos sociais em contínuo movimento, manifestando, então, uma variedade de fatores responsáveis por este deslocamento ou mobilidade. Tais fatores encontram-se agregados a situações econômicas, naturais, culturais ou relacionadas à questão da sobrevivência necessária por ocasião das perseguições políticas, étnicas, religiosos, entre outras. (BECKER, 1997, p. 43).

A medida em que alguns países concluem suas passagens demográficas, obtendo taxas de fecundidade maiores ou menores aos níveis de reposição, deixando seu grupo social mais envelhecido, a mobilidade de pessoas tende a torna-se um fator extremamente importante para a dinâmica demográfica.

Estes intensos deslocamentos motivados por diversas razões, segundo Salim (1992), demonstram certa complexidade no que diz respeito à sua natureza, tanto no campo das migrações nacionais quanto internacionais, de acordo com a matriz teórica sendo classificados como movimento contínuo, intermitente, circular, contínuo, de retorno, entre outros tipos de classificações.

A mobilidade internacional dos indivíduos tornou-se um fenômeno de fundamental importância a nível mundial, tanto para os países de destino quanto para os de origem ou de trânsito. Em seus estudos voltados para mobilidade internacional das pessoas, a Organização Internacional para as Migrações assinala que cerca de 200 milhões de pessoas, em 2008, encontravam-se residindo fora de seus países de origem e, este número representa aproximadamente 3% da população mundial, número que comporta entre 20 e 30 milhões de migrantes ilegais que totalizam 10 a 15% dos migrantes (OIM, 2009).

O relatório das Nações Unidas para Refugiados (UNCHR) assinala que dentre estes estoques de imigrantes, agregam-se outros 42 milhões de indivíduos forçados a deixar seus lugares de nascimento, incluindo 15 milhões de refugiados, 827 mil casos pendentes de asilos e 27 milhões de desalojados internos (UNCHR, 2009). No Brasil, através das fronteiras com os países vizinhos, o número de imigrantes que ingressaram no território, de acordo com OIM (2009), estima-se em 688.026, embora algumas entidades como o IBGE trabalhem com um contingente de pelo menos um milhão de estrangeiros no país, incluindo os indocumentados.

O volume é baixo, levando em consideração o tamanho da população brasileira, mas a centralização de alguns grupos em algumas cidades, especialmente as grandes metrópoles, vem colaborando para a maior visibilidade do tema entre os pesquisadores brasileiros.

De acordo com Aragón (2009), o atual processo de globalização acelerou e alterou significativamente os padrões migratórios internacionais. A expansão do capitalismo, o empobrecimento de alguns países europeus, especialmente no decorrer da crise econômica de 2008, e as políticas favoráveis à migração europeia, levaram a um aumento contínuo dos fluxos migratórios entre as diferentes fronteiras internacionais nas últimas décadas do século XIX, XX e nas primeiras décadas do século XXI, períodos conhecidos como a era das grandes migrações.

Este capítulo abordará a questão da migração como ponto de partida para compreender a migração estudantil dos africanos para o Brasil e o possível enquadramento destes no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto fora dele; as abordagens da migração e o processo do desenvolvimento como um todo; o Brasil e suas cooperações bilaterais, em especial, a Cooperação Sul-Sul, bem como as políticas migratórias brasileiras.

Compreender o fenômeno das migrações internacionais dentro de toda sua complexidade não é uma tarefa simples. Embora seja um fenômeno histórico, foi apenas a partir do final do século XIX e início do século XX que surgiram as primeiras teorias que visavam estudar a migração e a condição de ser estrangeiro. Desde então, muitas teorias foram desenvolvidas, cada qual apresentando um fragmento diferente que compõe este objeto de estudo. Algumas teorias visam à explicação das causas que levam um indivíduo ao ato migratório, outras, as dificuldades de integração nas sociedades de destino e outras ainda, as consequências dos fluxos migratórios tanto para as sociedades de origem quanto para as sociedades de destino.

Partindo de uma perspectiva abordada por Patarra (2006), é possível observar que a crescente importância das migrações internacionais no contexto global tem sido o objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, seus significados e suas implicações. Parte significativa deste emaranhado de contribuições se volta à reflexão de grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional, especialmente a partir dos anos de 1980 (PATARRA, 2006, p. 07). Identificamos as mudanças advindas do setor de reestruturação da produção, o que implica novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo.

2.1. Aspectos gerais da migração internacional

Ao analisar os conceitos e as abordagens sobre migração, autores como Assis e Sasaki (2000), apontam que este tema não foi muito relevante para os estudos sociológicos na transição do século XIX para o XX. Ao analisar os clássicos (Marx, Durkheim e Weber), percebe-se que as migrações, não apenas internacionais, eram vistas como consequências do processo de desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização das sociedades. Isso se deu devido ao declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterógenas e cosmopolitas que levaram à emigração e a luta pelo emprego em outras cidades de ambientes diferentes. Porém, como se pode perceber pela análise das obras dos clássicos da sociologia, somente Simmel irá desenvolver uma análise sobre a condição de ser estrangeiro.

Em seu estudo voltado ao processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, Marx (1983) demonstra que a condição estrutural da qual emerge a mobilidade populacional teria a força de trabalho e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. A mobilidade, por sua vez, se liga à produtividade e a expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas.

Tendo em conta as análises dos efeitos das transformações econômicas e políticas em alguns países como a França, Irlanda e Escócia, Marx deu ênfase aos governos e militares que colaboravam na coerção dos trabalhadores do campo para a migração por meio dos *enclosures*, das autorizações de partida e de todo o aparato estatal assistindo os movimentos de emigração (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 02). Por outro lado,

Durkheim entendia a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços da solidariedade mecânica, isto é, o momento de transição de uma solidariedade onde prevalecia a solidariedade mecânica, para uma sociedade onde vigora a solidariedade orgânica, poderia provocar anomia, permitindo a desintegração social e, assim, provocando a mobilidade populacional (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 03).

Durkheim, em suas análises, tentou demonstrar que o imigrante, quando é inserido em uma nova sociedade, logo se depara com fatos que lhes são estranhos, resultando, portanto, nas dificuldades de interação social (DURKHEIM, 1999, p. 48). O autor enfatiza ainda que, para o imigrante, a integração também pode apresentar um caráter dificultoso pela sociedade

de destino, cuja consciência coletiva daquela e função social se veem na necessidade de absorver um indivíduo cuja consciência individual tenha sido marcada por fatos sociais distintos da sua.

O que enfatiza que a necessidade de integração se torna evidente a partir do momento em que se considera que a falta de integração pode causar a anomia que poderá ameaçar a coesão social da sociedade de destino, principalmente, se o fluxo migratório for em massa (LACERDA, 2014, p. 164).

Weber, por sua vez, compreendia o fenômeno migratório de uma forma mais difusa em comparação aos outros autores (Marx e Durkheim). Ele entendia as migrações como um fator incidental que acabava por criar novas classes sociais e grupos de status étnicos.

Partindo de uma abordagem histórica, é possível afirmar que os estudos migratórios surgiram primeiramente no Reino Unido e, logo em seguida, apareceram nos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XIX e início do século XX. O interesse em conhecer o tema se dá, sobretudo, por se apresentar um volume maior de imigrantes e também pela capacidade de construir conhecimento científico a fim de compreender melhor as questões que emergiram com o movimento populacional no espaço (DIAZ apud INCARNAÇÃO, 2015, p. 03).

Pelo estudo sobre as migrações ter se iniciado no Reino Unido, o autor considerado expoente do tema é o geógrafo inglês Ernest George Ravenstein, que produziu seus primeiros escritos nos finais do século XIX, com o título de *“The Laws of Migration”*, primeira publicação que trabalha o fenômeno das migrações como tema específico.

De acordo com Peixoto (2004), embora tenha sofrido várias críticas pela redundância do empirismo e por um positivismo comuns aos pensadores do seu tempo, a referida publicação ganhou destaque por apresentar uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios, e um espaço por abordar os temas e conceitos que posteriormente seriam estudados pelos pesquisadores com interesse sobre o tema. Entre eles estão as classificações de imigrantes, as migrações por etapas, regiões de atrações e repulsões, o efeito da distância, as contracorrentes e a ação de estímulos econômicos, muitos dos quais perduram, ainda hoje, nos estudos migratórios.

Ravenstein explicitou as “leis de migração” que deram início a uma longa trajetória de análises acerca dos movimentos populacionais que marcavam a associação entre as atividades econômicas, deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos e a regularidade de tais movimentos, buscada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus.

O mais importante é a teoria implícita anunciada por Ravenstein. Assim como é generalizadamente conhecido, o autor encontra-se na base de todos os modelos de atração-repulsão ou pull-push (denominação em inglês). A filiação paradigmática destes modelos é clara, na medida em que eles consideram que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes a sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração. De um certo ponto de vista a existência de regiões ou países com características econômicas desiguais pode ser analisada de maneira mais estrutural.

Por outro lado, a percepção que temos destes modelos em Ravenstein é similar a uma abordagem da economia neoclássica da realidade, em que os fatores e as variáveis intervenientes atuam apenas como precursores da decisão de um agente racionalmente motivado. Este paradigma teórico apresenta o desejo do agente individual em melhorar suas condições econômicas como a principal razão para sua mobilidade. Este modelo conhecido como *push-pull* iria influenciar ainda muitos estudiosos das migrações no decorrer do século XX.

Segundo Incarnação (2015), destaca-se ainda, no pensamento de Ravenstein, o reconhecimento de que nas mobilidades humanas prevalecem as causas econômicas. O autor defende que os movimentos imigratórios motivados pelas tentativas dos indivíduos mudarem de vida são mais comuns que imigrações em que as motivações não são econômicas. Incarnação (2015) sinaliza que, surgiram logo na primeira metade do século XX, os primeiros trabalhos das teorias migratórias providos de uma dimensão sociológica, que se dá destaque para os estudos realizados por Thomas e Znaieckia respeito das migrações polonesas aos Estados Unidos entre as décadas de 1880 e 1910. Estes pesquisadores propõem um estudo qualitativo, procurando demonstrar os laços de solidariedade ao analisar o sistema familiar dos migrantes. Ainda em um contexto de afirmação do fenômeno migratório como passível de sua própria regularidade social, Thomas e Znaiecki defendem a utilização da comparação livremente, para contrastar tradições, costumes, valores sociais e atitudes individuais, através das quais consideram que é possível obter conhecimento sobre as instituições e organizações sociais.

Entre as diversas correntes do movimento migratório, duas abordagens teóricas ganharam destaque sobre o tema. A primeira abordagem, considerada tradicional, dá ênfase às questões econômicas como principal motivo e causa dos deslocamentos populacionais.

Ainda nesse primeiro momento, sobretudo, entre as teorias micro e macrosociológicas, procura-se encontrar as principais influências da sociologia clássica para estruturação do pensamento dessas teorias, para compreender como, mesmo tendo focado seus estudos nas migrações, os clássicos da sociologia possibilitariam quadros teóricos fundamentais para o seu entendimento; o segundo, momento considerado mais atual, aborda as teorias sociais, como por exemplo, as teorias das redes.

Partindo do ponto de vista da análise feita por Patarra (2006), as teorias podem ser divididas em micro e macrosociológicas. As teorias macrosociológicas das migrações internacionais, segundo a autora, possuem em comum o papel analítico conferido ao agente individual. Da mesma forma, pode-se partir do pressuposto de que, por muitos que sejam os condicionamentos externos à sua decisão, é a racionalidade individual que promove a decisão de migrar.

Teoria Microsociológica

Consegue-se perceber dentro da microsociologia algumas influências do pensamento weberiano, embora o autor não tenha analisado especificamente as causas e as consequências dos fluxos migratórios de sua época, sendo que, sua elaboração conceitual da “ação social” é prontamente aplicável ao fenômeno migratório.

Para Weber, a ação social, embora esteja na esfera do individual, nunca é um fenômeno isolado, na medida em que se põe sempre em função de outros e estabelece-se com base na reciprocidade (LACERDA, 2014, p. 161). Weber trabalha com a perspectiva compreensiva hermenêutica na qual a realidade nunca pode ser compreendida em sua totalidade, apenas em sua fragmentação. Assim, a criação de conceitos ou “tipos ideais” foi elaborada com possibilidade de criar recortes puros da realidade, estabelecendo parâmetros para analisar até que ponto o objeto que se pretende compreender se aproxima dessa realidade pura/ideal.

Dentro deste pressuposto weberiano de modelos ideais da ação social, é possível identificar a aplicação de duas das principais teorias microsociológicas das migrações internacionais, sendo elas a Escola Neoclássica, que enfatiza a teoria da atração-repulsão e a teoria do capital humano. A teoria *push-pull* ou da atração-repulsão da escola Neoclássica, considera o indivíduo como o agente racional que visa à migração como opção para melhorar de vida. A decisão por migrar considera racionalmente a relação custo-benefício, de modo que

a escolha é feita com base nas informações que se possui sobre o país de origem, o país de destino e o objetivo final que é melhorar as condições de vida (LACERDA, 2014, p. 162).

Essas teorias apresentam como aspecto comum e fundamental, o privilégio analítico concedido ao agente individual, pois, por muitos que sejam os condicionantes externos à sua decisão, trata-se de um contexto econômico ou social de ação, na medida em que é a racionalidade que, no limite, estuda diferenciadamente estes envolventes e promove a decisão de mobilidade. Esse tipo de abordagem ao tema da migração pode ser encontrado na Sociologia.

Muito embora as divisões paradigmáticas amplas sejam sempre discutíveis, uma linha de pensamento desse tipo tem sido caracterizada, pelo menos desde Weber, por atribuir relevos às capacidades individuais de ação. Deste modo, os indivíduos escolherão como destino os lugares em que suas habilidades pessoais possam ser mais produtivas. Entretanto, no cálculo racional desenvolvido pelo imigrante, este levaria em consideração o salário que irá receber e os custos associados ao movimento.

Teoria do Capital Humano

Na teoria do capital humano, a escolha racional é calculada com base nas informações que buscam a melhor decisão para o deslocamento. Sua diferença, em relação à Neoclássica, encontra-se na perspectiva temporal. Para os Neoclássicos, a escolha é feita com base nos cálculos racionais que consideram resultados imediatos ou em curto prazo, enquanto para os teóricos do capital humano, a decisão por migrar leva em consideração os resultados de longo prazo (LACERDA, 2014, p. 162).

A teoria do capital humano defende, também, uma abordagem dos estudos relacionados ao funcionamento da economia. Essa teoria inova ao promover uma relação de fatores educacionais com vista à integração e permanência do trabalhador estrangeiro no país de destino.

Também demonstra que o indivíduo que migra promove um investimento pessoal antes de sua partida para as terras do outro. Provém uma relação de fatores educacionais com a possibilidade de o trabalhador ser integrado e permanecer no país de destino. No entanto, quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo que migra maior é a chance de adaptação, segundo eles. Neste caso, o agente pressupõe um investimento em educação, aprendizagem do idioma do país que deseja migrar, criação de redes sociais de apoio, as informações acerca do mercado de trabalho, as políticas migratórias do país de destino, entre outras coisas, com vista

à procura de uma migração mais sólida, com o objetivo de garantir melhores resultados posteriormente.

A essência dos argumentos da teoria do capital humano, em se tratando dos agentes da migração, é que as análises econômicas do custo-benefício dos agentes não devem ser apenas observadas no curto prazo, pois em um primeiro momento, quando da chegada ao país do destino, suas qualificações acadêmicas são pouco reconhecidas e valorizadas. Apenas com o passar do tempo, poderá ocorrer o processo de integração social e econômico similar aquele que possuía antes do deslocamento.

Para Weber, são muitas as variáveis que podem ser apontadas para definir se a ação é racional com relação a valores ou a fins, afetiva ou tradicional. Para ele, na prática, uma ação não necessariamente se enquadra em apenas um tipo. A categorização é fixa apenas na teoria, uma vez que, ao analisar a realidade daqueles que migram, as motivações que formam a ação social fluem entre diferentes modelos ideais.

Lacerda (2014) afirma que a decisão de migrar pode sofrer influência de outras variáveis. Não somente a economia do país de destino será avaliada, mas também aspectos culturais como línguas e costumes, religião (uma ação racional com relação a valores); distância entre o país de origem e de destino, bem como a política migratória dos países de destino - a exemplo das novas medidas de controle da migração aos Estados Unidos implementadas pelo presidente Donald Trump – o que pode ser enquadrado em uma ação racional; verificar se o sistema educacional do país de destino pode proporcionar melhores condições aos filhos dos imigrantes (ação afetiva e racional com relação a valores) e por último, observar se há possibilidade de reunião familiar com aqueles que já se encontram no país de destino (ação afetiva e tradicional).

Entre os autores clássicos, destacamos que Simmel já havia realizado uma contribuição ao estudo da condição de ser estrangeiro em uma terra estranha. Ele é considerado uma das referências para estudos da Escola de Chicago. Sua visão de que a sociedade é um “acontecer” constante, um constructo, é essencial para compreender as formas de interação entre indivíduo-sociedade e entre estrangeiro-sociedade. Para Simmel (1983), a individualidade do homem é possível pela sua convivência na sociedade, uma vez que, a socialização é realizada de diversas maneiras, pelas quais os indivíduos constituem uma unidade onde realizam seus interesses.

Lacerda (2014) aponta, ainda, que é possível observar uma maior liberdade e interdependência dadas ao indivíduo social por Simmel, do que com relação ao pensamento de Durkheim que baseia-se na existência de estruturas externas determinantes – os fatos

sociais – para o comportamento e a formação do indivíduo. Se para Simmel a sociedade é um processo de construção em que o conflito passa a ser visto como algo bom, para Durkheim a sociedade é um organismo dado, onde os conflitos são vistos como anomias indesejáveis que ameaçam a ordem e o funcionamento desse organismo.

Seria importante observar que, embora em alguns aspectos os pensamentos de Durkheim e Simmel se afastem um do outro e a referência direta da Escola de Chicago seja Simmel, é possível perceber, em alguns conceitos dessa escola, um raciocínio que em algum momento se aproxima de Simmel e em outro de Durkheim, em especial o conceito de *melting pot*, pensamento de Simmel.

Segundo Simmel, ser estrangeiro, além de ser uma forma específica de interação é estar ao mesmo tempo, próximo e distante da cultura da nova sociedade na qual se encontra inserido. Deste modo, o estrangeiro acaba por apresentar um tipo específico de participação naquela sociedade. Seria uma participação objetiva, de aproximação e distanciamento, na qual o estrangeiro consegue adquirir uma nova cultura e formas de relações sociais, sem correr o risco de perder os laços com sua cultura e seus valores anteriores.

A Escola de Chicago, por sua vez, apresenta uma teoria que busca analisar o processo de assimilação do estrangeiro e não as causas que influenciam sua escolha migratória. Entre os principais clássicos dessa escola encontram-se: Florian Znaiecki, William Foot-White, William Thomas, Robert Park, Dorothy Thomas, entre outros. Os estudos da Escola de Chicago, embora tenham se debruçado diretamente sobre a sociedade americana, procuraram demonstrar com suas produções empíricas e qualitativas, processos de interação social entre indivíduo e sociedade. Seus trabalhos se preocuparam com os estudos do comportamento humano em um ambiente de socialização urbano e foram (e são) pertinentes para a compreensão da assimilação cultural de um imigrante na sociedade de destino. A Escola de Chicago teve uma grande contribuição que a constituiu como um referencial para os estudos migratórios, uma vez que transformou o tema da migração num problema sociológico (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 26).

O que se percebe pelos vários pensamentos da Escola de Chicago é que eles se aproximam ora dos estudos de Simmel ora dos de Durkheim e o distanciamento entre o micro e o macrosociologia, muitas vezes, se depara com áreas cinzas.

Teoria macrossociológica

Neste ponto, partimos de uma análise da teoria macrossociológica acerca das migrações internacionais. As teorias macro partem de uma abordagem mais econômica influenciada pelo pensamento marxista. Essas teorias, de modo geral, partilham do pressuposto da existência de uma estrutura econômica que influencia diretamente uma superestrutura política, social e cultural, onde se encontram, inclusive, as relações das mobilidades internacionais.

Na concepção dessas teorias, existe uma estrutura de constrangimento externo criado pelo ambiente socioeconômico que influencia nas ações dos indivíduos. O mais importante para essas teorias não seria centralizar a ação racional do migrante e buscar analisar motivações individuais e isoladas que os levaram a migrar, e sim, compreender a estrutura na qual o indivíduo se insere e os constrangimentos que surgiram após opção pelo ato migratório (LACERDA, 2014, p. 164).

Segundo Lacerda, vale destacar que para essa corrente de pensamento, os indivíduos não são atores passivos que apenas recebem os constrangimentos externos para depois agir isoladamente. Haveria uma relação interativa entre estrutura e agente. A medida em que o contexto social influencia o indivíduo, ele também interage com o ambiente que o rodeia, criando uma relação dialética entre agente e estrutura que gera o fenômeno migratório, mesmo que para tais teorias, a estrutura seja foco de mais atenção. Essas teorias se dividem em teoria do mercado segmentado ou mercado dual e as teorias estruturais do capitalismo (2014, p. 165).

Teoria do mercado segmentado

Entre os principais avanços teóricos provenientes da economia com aplicação às análises macro das migrações, figura a teoria de mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho dual, teoria que surgiu nos Estados Unidos. Merecem destaque os estudos de Priore e Portes. Esses pensadores desenvolveram suas teorias a partir de uma reflexão feita sobre o mercado capitalista das últimas décadas do século XX. No entanto, “desde os anos de 1970, as alterações estruturais das economias fordistas e o desenvolvimento de novas formas

de regulação levaram a que a existência de setores precários e a necessidade de mão-de-obra flexível se tornassem ainda mais evidentes”.

A primeira teoria aponta que o mercado encontra-se dividido em dois segmentos decorrentes da relação capital-trabalho. Temos o mercado primário onde se encontra o capital e os detentores dos meios de produção e do trabalho qualificado. Há, também, o mercado secundário, composto por trabalhadores detentores de mão-de-obra não qualificada, distante da acumulação de capital e, neste caso, vendedores de força de trabalho. Essa relação é inerente ao modo de produção capitalista e encontra-se cada vez mais cristalizada nas economias de capitalismo.

Na esfera do mercado secundário, a dinâmica migratória funciona com base na lógica pela busca de oportunidades de emprego que são maiores nos países de capitalismo avançado. No entanto, nesses países criou-se um status específico acerca dos empregos oferecidos no mercado secundário. Esse segmento é constituído pela mão-de-obra barata e desqualificada e os empregos não seriam desejadas pela população nativa. Assim, haveria uma procura maior por trabalhadores imigrantes cujas qualificações se encaixam naquelas exigidas pelo segmento secundário do mercado dual (FIGUEIREDO, 2005). Diante dessa situação, podemos afirmar que não existe migração sem uma procura econômica específica.

É importante analisar as consequências desse argumento, pois, o fato de se verificarem correntes migratórias não tem tanto a ver com necessidades sentidas pelos imigrantes ou com os mecanismos econômicos que as solicitam. Priore demonstra (1979) que os fatores críticos para compreensão do processo migratório e da sua evolução ao longo do tempo encontram-se na região desenvolvida. Para Portes (1981), a atração dos imigrantes não ocorre apenas pelo mercado de trabalho secundário. Segundo ele, os seus modos de incorporação são variados, uma vez que os imigrantes atraídos pelo mercado primário têm como características principais a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas, condições de mobilidade idênticas à dos nativos e uma função de reforço de trabalho racional.

Todavia, neste contexto teórico, as análises sobre migrações implicam em abordagens que estudam apenas as relações dos migrantes de forma isolada. Com a diferenciação crescente dos lugares, é necessário que as abordagens geográficas dos espaços migratórios sejam capazes de captar os fluxos sócio-espaciais de forma mais abrangente e detalhada.

Teorias estruturais do capitalismo

Essas teorias examinam as relações que os diferentes elementos (mercado de trabalho, acesso a informação, características individuais do imigrante, entre outros) possuem dentro de um determinado sistema. Esses elementos são interdependentes, sendo impossível analisá-los de forma isolada. Para melhor analisar essas teorias podemos usar como modelo, as análises feitas por Guarani e Singer.

Segundo Guarani, qualquer modelo escolhido para analisar a migração, deve levar em consideração não apenas fatores expulsores e atrativos, como também as demais condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam, tanto no que diz respeito ao lugar da residência quanto ao lugar de destino. O autor afirma\ ser a migração um processo de mobilização social. Guarani (apud SINGER, 1976) aponta, ainda, três níveis necessários para análise do processo migratório. O primeiro seria ambiental, formado pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contatos e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino.

O segundo nível, que ele denomina normativo, seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados e que forneceria o referencial que orientariam os indivíduos a perceber e avaliar suas condições objetivas de existência. O terceiro e último nível, o psicossocial, atenta para as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos. Por exemplo, em uma sociedade totalmente integrada, essas atitudes e expectativas refletiriam o padrão normativo vigente no grupo social, padrão esse que estaria internalizado nos indivíduos.

Por outro lado, Singer (1976) demonstra que as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. O processo de migração está diretamente associado com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente pelo processo de industrialização provocado por este. O principal motor das migrações seriam as desigualdades regionais.

A industrialização levaria à concentração das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais que, por sua vez, motivariam as migrações. Para Singer (1976), haveria atuação de fatores de expulsão do imigrante que podem ser fatores de mudança ou de estagnação.

Os fatores de mudança seriam resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, o que levaria a um desemprego estrutural. Já os fatores de estagnação seriam resultantes da incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da

terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos. Entretanto, o principal fator de atração dos imigrantes seria a demanda por força de trabalho nas cidades, e, por sua vez, as principais motivações para migrar seriam as oportunidades econômicas, principalmente a possibilidade de uma melhor remuneração.

As teorias estruturais do capitalismo tomam esse mesmo pressuposto como base, porém, enfatizam a variável do “exército de reserva”, proveniente do pensamento de Marx. Essa concepção fundamenta uma crítica contundente às explicações neoclássicas do fenômeno migratório. Todavia, para os teóricos das correntes estruturais do capitalismo, os fatores econômicos e o capital são as principais razões para uma mobilidade e, desta forma, atribui poucas importâncias às motivações coletivas ou individuais das pessoas que optam pelo deslocamento.

Novos economistas da migração

Os teóricos desta corrente surgiram em um cenário de críticas e questionamento às teorias neoclássicas e vêm corroborar esta crítica, propondo um estudo que afasta as teorias da decisão de migrar a partir dos atores individuais. Os novos economistas das migrações defendem que as decisões de migrar são tomadas por unidades de pessoas relacionadas – famílias ou domicílios – nas quais as pessoas agem coletivamente, não apenas para elevar ao máximo a venda esperada, mas também, com vista a minimizar ou afrouxar os constrangimentos associados a uma variedade de mercado (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 30).

Outro fator de considerável importância entre os economistas da migração é o “risco”. Eles compreendem que os indivíduos, nas famílias ou domicílios, atuam coletivamente para reduzir os riscos e diminuir os constrangimentos associados com uma variedade de falhas no mercado de origem dos imigrantes, ao contrário dos neoclássicos, que pautavam uma abordagem a partir dos conceitos de renda. Para os economistas da migração, os equilíbrios da taxa salarial ou dos mercados de trabalho não seriam suficientes para frear os deslocamentos populacionais, de modo que, os mercados de trabalho podem estar ausentes ou imperfeitos nos países de origem, o que proporciona um aumento na taxa de migração.

Douglas Massey é considerado o pensador de maior destaque entre os novos economistas da migração. Ele descreve que tal abordagem, que propõe as famílias e os domicílios como unidade de análise, parte do princípio de que as condições necessárias que influenciam a migração são, no entanto, as redes de relação que os migrantes possuem no

lugar de destino. Com isso, considera que aspectos econômicos não são suficientes para oferecer explicações satisfatórias às questões migratórias (MASSEY, 1984, p. 123).

Teoria do sistema-mundo

A teoria dos sistemas mundiais parte em direção a uma reorganização da economia mundial e, ao mesmo tempo, reordenação da relação entre aqueles países ditos centrais e os países tidos como periféricos. As mobilidades internacionais são vistas aqui como parte de um sistema mais amplo, envolvendo locais de origem e de destino dos migrantes. Tendo em conta o desenvolvimento do sistema econômico de caráter global e o surgimento ou agravamento dos problemas internos nos países periféricos, surge um novo processo de migração, facilitada, em grande medida, pelas inovações no campo das novas tecnologias e das informações (INCARNAÇÃO, 2015, p.06).

A reorganização da economia mundial, nos meados das décadas de 70 e 80, teve fundamental importância para a constituição de um espaço transnacional, que impulsiona o fluxo dos trabalhadores, capital, mercadorias, serviços e informações (INCARNAÇÃO, p. 08). Diferentes das outras teorias abordadas, a teoria dos sistemas mundiais parte do pressuposto que a melhor forma para explicar o fenômeno das migrações é a internacionalização da produção. Essa teoria do sistema-mundo alia-se ao capitalismo moderno no qual existe um mercado de trabalho global e encontra-se associada diretamente aos níveis de desenvolvimento, uma vez que as atividades produtivas estão em grandes centros de poder internacional chamados cidades globais.

A complexidade do mercado mundial é cada vez maior, o que acarreta a necessidade de trocas de bens e serviços e de recursos humanos, e uma crescente implementação de empresas sem o impedimento de fronteiras. Nessa teoria, a periferia é vista como espaço formado pelos países subdesenvolvidos enquanto o centro é composto pelos países desenvolvidos, divisão que acabou criando desigualdades nos dois sistemas, no nível das necessidades de mão-de-obra e dos rendimentos auferidos (PEIXOTO, 2004, p. 25).

Os mecanismos específicos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (centro e periferia) levaram à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias, numa situação generalizada de salários baixos e à uma necessidade de recursos humanos acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos.

A mobilidade por razões pessoais tem crescido a partir do momento em que aumentou a difusão dos padrões de consumo das áreas mais desenvolvidas para as regiões periféricas.

A ligação entre nações faz com que as pessoas possam procurar melhores oportunidades ao se deslocarem, tornando a abertura de novos mercados uma condição para a migração recente. As trocas de bens e serviços, bem como de pessoas entre países criaram uma crescente interdependência entre os Estados, nos quais existe agora a percepção de um centro economia-mundo que exerce influência e controle político e econômico nas regiões periféricas, que satisfaz as necessidades e, em certa medida, introduzindo suas produções no mercado global. Por esta razão, a distribuição territorial das atividades humanas constitui um ponto de atração para o deslocamento (TEIXEIRA, 2013, p. 26).

O fenômeno da globalização, visto como responsável pela demanda de imigrantes e pela mobilidade das pessoas para os países desenvolvidos, acaba por originar os meios de transportes, comunicação, políticas e infraestruturas necessários para a maior e melhor deslocação de fluxos migratórios.

Teoria das redes

Ao contrário das teorias migratórias analisadas até aqui, a teoria das redes, também abordada no primeiro capítulo, defende que os imigrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão individual, nem na realização dos recursos concretos ou nas formas de integração no país de destino, uma vez que estes se encontram inseridos em redes de compatriotas, familiares ou dos agentes promotores de imigração.

De acordo com os teóricos desta corrente, os deslocamentos populacionais recentes recebem uma grande influência das redes sociais, tendo sua base em um primeiro imigrante que se dirige a um destino em busca de novas oportunidades, mantendo contato com os familiares ou amigos nos países de origem. Estes primeiros imigrantes têm a responsabilidade – nem sempre - de descobrir os mecanismos facilitadores do processo de migração. A partir dos novos fluxos vão surgindo as redes sociais cujos principais objetivos são promover o deslocamento, hospedar o imigrante recém-chegado e facilitar sua inserção no mercado de trabalho.

Nos estudos do processo migratório podem ser observados vários tipos de redes cujo papel na formação de fluxos, ritmos e ciclos migratórios e nos percursos de mobilidade social dos imigrantes é importante, sendo o seu estudo essencial para analisar uma corrente migratória. O argumento das redes migratórias é essencial para compreender algumas das perspectivas teóricas anteriores. Peixoto (2004), em sua análise, pontua que é preciso

compreender, em primeiro lugar, a natureza imperfeita da informação que acede a um imigrante.

Em lugar de um mercado perfeito e de escolhas racionais dos agentes em face de múltiplos destinos migratórios, deparamo-nos com uma racionalidade limitada que advém das informações disponíveis nas redes. Em segundo lugar, compreende-se que as migrações não estejam apenas sujeitas a mecanismos econômicos, e que também não respondem diretamente às conjunturas econômicas.

Para Portes (1995), resulta daí a existência de uma racionalidade não instrumental em alguns fluxos concretos, tais como a decisão pela reunião familiar ou adequação a comportamentos mais apropriados. Por último, observa-se que, tem se formado uma vasta bibliografia a respeito dos “enclaves de imigrantes”, “enclaves étnicos” ou “nichos de imigrantes” como meio de salientar laços de natureza social e étnica que une algumas atividades no destino. A base destes grupos pode ser territorial ou ocupacional.

Porém, diferentemente do que se objetiva com relação à migração dos âmbitos tradicionais, o emigrante nas redes sociais encontra-se na posse de sua identidade. Ao mudar de sua localidade para o país de destino, ele transplanta valores, costumes e religiões, e, na maioria das vezes, reforça sua identidade como forma de se aproximar dos conterrâneos e construir uma imagem junto aqueles que o recebem.

O círculo de relações sociais interligadas por um emaranhado de expectativas recíprocas e de comportamentos determinados, que dão apoio às mobilidades humana, de bens e serviços, liga migrantes e não-migrantes, conecta comunidades de origem e destino e compõe a rede migratória. No entanto, essa rede tende a tornar-se auto-suficiente com o tempo, tendo em conta o capital social acumulado, que faculta aos imigrantes potencial contato com parentes e amigos.

A partir da minha experiência como imigrante, há 10 anos vivendo fora do meu lugar de origem, percebo que as relações que vinculam os migrantes aos que permaneceram em seus países, regiões ou locais de origem são de fundamental importância para a apreensão do mecanismo que intensifica os fluxos migratórios entre determinados lugares do mundo e das estratégias utilizadas pelos migrantes que compõem as redes. No entanto, para que a migração aconteça é necessário o contato prévio, através das redes, com os que se encontram integralizados na sociedade de destino, caso contrário, é pouco provável que a migração ocorra.

Encontramos várias teorias acerca das migrações internacionais que podem ser divididas em uma teoria macrossociológica e microssociológica das migrações. Algumas teorias

contribuíram não apenas para a compreensão dos fatores que deram origem aos fluxos migratórios, mas também para a sua continuidade. Percebe-se que, dentro da modalidade de cada uma, elas possuem bases nos pressupostos sociais ou nas metodologias estabelecidas pelos clássicos da sociologia. No entanto, tais suportes teóricos dos clássicos não influenciam apenas as pressuposições analíticas, mas também influenciam o enquadramento teórico na perspectiva dessas correntes (micro e macrosociológica).

Com base nessas teorias, é possível compreender, de forma geral, como as teorias macro e microsociológicas compreendem ou buscam analisar o fenômeno das migrações internacionais. Porém, há ainda um vazio enorme na busca por um entendimento holístico com relação à realidade daqueles indivíduos que se deslocam com vista ao lugar do outro.

Muitas têm sido as análises que se pautam na decisão dos indivíduos em sair de um lugar em direção a outro. Todavia, seria necessário pensar esse fenômeno dentro do contexto em que a migração sai do nível de determinação macro e passa ao nível micro, em que a motivação é vista com mais racionalidade, uma vez que envolve questões individuais.

Por outro lado, quando pensamos nos enfoques atribuídos ao fenômeno das migrações ao longo do tempo, podemos concluir que há um predomínio de uma dinâmica macroestrutural, de onde decorre grande parte das teorias neoclássicas, nas quais a migração seria responsável pela melhoria de vida das pessoas. Nessas perspectivas, a migração também deve ser pensada a partir de outros elementos da vida em sociedade, como os valores, culturas e crenças.

Segundo os estudos macroestruturais voltados à centralidade do mercado de trabalho, considera-se que o fator determinante da migração deve incorporar também esses novos elementos explicativos como fatores impulsionadores da mobilidade.

Compreendemos, ao longo desse trabalho e a partir das análises feitas pelas diferentes correntes teóricas que, embora cada uma destas teorias apresente uma contribuição importante ao estudo do fenômeno migratório, a fragmentação analítica que elas possuem é limitante para a compreensão abrangente de um tema complexo, como é o caso das migrações internacionais.

Partimos do ponto de vista de que a falta de interação dialética entre as teorias limita o campo analítico que deveria se expandir para o processo migratório em sua totalidade, o que acaba deixando várias partes desse processo a margem das análises teóricas. Portanto, “é importante à elaboração de uma abordagem teórica com vista a preencher os espaços de análises existentes e a perspectiva dialética de interação entre agente e estrutura para a formulação de novas teorias das migrações”.

2.2. O Brasil nas rotas da migração internacional: a política migratória brasileira

A mobilidade populacional em direção ao Brasil teve início com o surgimento do período colonial, época de exploração do território brasileiro, de suas riquezas naturais e culturais pela Coroa Portuguesa. Devido à ausência de uma contingência populacional suficiente para a exploração das diversas oportunidades oferecidas pelas novas conquistas, Portugal lançou mão da força de trabalho escrava, trazendo, de forma compulsória, os negros africanos. Este processo perdurou desde o século XVI até as últimas décadas do século XIX.

Baseada na experiência acumulada com o fabrico do açúcar nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil desde a década de 1530. Mas, até os anos 1570, os colonos encontraram grandes dificuldades para fundar com bases sólidas uma rede de engenhos no litoral, tendo problemas com o recrutamento da mão-de-obra e a falta de capital para financiar a montagem dos engenhos.

Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e a articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu (MARQUESE, 2006, p. 110). O emprego dos escravos nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas, por esse motivo eram bem mais caros que os indígenas.

Os escravos chegaram de várias partes do continente africano, porém, a grande maioria pertencia a grupos do tronco linguístico Bantu da África Centro-Occidental, que inclui as regiões do Congo, Angola e Moçambique. Outros eram iorubas ou sudaneses (oeste da África), que se destacavam como grupos mais importantes. Alguns pertenciam aos grupos conhecidos como Nagôs e os Geges, que incluem as etnias Fon, Ashanti e Ewé. Os Mina e os Malé são povos do oeste africano muçulmano, entre os quais estão os Mandingas, Fulas, Tapas, Bornu, entre outros. Esses países são, agora, Togo, Nigéria, Benin, Gana e Costa do Marfim.

Os portos de Senegal e Gâmbia, no século XVII, foram principais pontos estratégicos de envio de escravos para o Brasil, especialmente aqueles capturados na costa ocidental da

África. Cabo Verde aparecia, na época, como centro de entreposto comercial, lugar no qual ocorria o processo da seleção dos africanos, em especial aqueles com a prática de agricultura Tropical.

No final do século XVIII e início do século XIX, o Brasil (América portuguesa) contava com uma configuração demográfica ímpar no quadro das sociedades coloniais do Novo Mundo⁸.

Com o traslado da família real, já no Brasil Reino, D. João, em 1815, traça uma estratégia que poderia ser analisado como a primeira política migratória, a qual tinha como orientação o ideal de um “projeto civilizatório”. Resulta disso, a chegada de indivíduos brancos, cultos, desprovidos de habilidades para o trabalho.

No entanto, o monarca estimula a vinda, subsidiada pelo governo português, de imigrantes suíços, construindo a primeira colônia de agricultores estrangeiros no distrito de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, conhecida posteriormente como Nova Friburgo, semelhante ao nome do Cantão de origem suíço (OLIVEIRA, apud SEYFERT, 2002, p. 79-110).

Oliveira (2015) assinala que a falta de infraestrutura de transporte adequada para o acesso às localidades, pode ser a causa do isolamento da colônia, somando, ainda, as terras impróprias para a plantação, que causaram o fracasso dessa primeira experiência. Posteriormente, após a independência, D. Pedro retoma o projeto de criação de uma nação civilizada, a partir de 1824, quando passou a subsidiar a vinda de colonos europeus, principalmente os alemães, que foram distribuídos em nove colônias.

De acordo com Oliveira, este foi o período no qual a migração era vista como uma forma de colonização baseada na ocupação, na defesa do território nacional e na busca de um ideal de nação civilizada em que o deslocamento dos povoadores deveria ser financiado pelo Estado.

Nos meados de 1831 a 1840, o estímulo à migração de forma subsidiada foi abandonado pelo governo imperial, sendo considerado um período em que houve uma redução significativa nos fluxos migratórios para o Brasil. A redução se deu, também, pelo

⁸ Houve no Brasil um processo específico que transformou a miscigenação — simples resultado demográfico de uma relação de dominação e de exploração — na mestiçagem, processo social complexo dando lugar a uma sociedade plurirracial. O fato de esse processo ter se estratificado e, eventualmente, ter sido ideologizado, e até sensualizado, não se resolve na ocultação de sua violência intrínseca, parte consubstancial da sociedade brasileira: em última instância, há mulatos no Brasil e não há mulatos em Angola porque aqui havia a opressão sistêmica do escravismo colonial, e lá não (ALENCASTRO, 1999).

fim do tráfico de escravos e da migração interna de escravizados do norte para o sul⁹. A partir de 1874, a política de atração dos imigrantes foi reativada com novas dinâmicas, sem ajuda do Estado. A partir daí, começaram a surgir de forma mais intensificada, as companhias de colonização e se estabeleceram valores para as terras, com vista na Lei de Terras de 1850 (OLIVEIRA, apud IOTTI, 2010, p. 04). Foi incoerente essa medida, uma vez que mobilizava população livre e transformava a terra em mercadoria, numa relação de produção que convivia com o trabalho escravo.

Vainer (2000) aponta que a questão migratória assume uma nova dimensão a partir de 1874, na medida em que não se tratava mais de colonizar e ocupar espaço com vista a proteger o território.

Os problemas que se iniciavam pela urgente passagem do trabalho escravo para o livre, a exemplo de restrição ao comércio de escravos e a lei do ventre livre, que estabeleciam a adoção de mão-de-obra para impulsionar a lavoura cafeeira em expansão. Assim, com a força de trabalho nacional, os libertos eram vistos como ineptos ao trabalho e a única solução era promover a vinda dos estrangeiros para ocupar os postos. Para Vainer, essa política era baseada em três pilares: necessidade econômica, necessidade eugênica e necessidade nacional.

Nessa ótica, a política de subsídios foi retomada e ampliou-se o espectro de países emissores, incluindo, além dos alemães e suíços, os poloneses, bascos, italianos, dinamarqueses, belgas, entre outros, que chegavam com promessas de compra de lotes, da escolha da colônia a qual iriam se integrar e que teriam a livre circulação para trabalhar nas cidades e vilas (OLIVEIRA, 2015, p. 05).

Devido ao fracasso dessas promessas e às péssimas condições de trabalho nas quais os colonos se encontravam levaram os governos dos seus países, principalmente, a Inglaterra, Alemanha, a Itália e a França, a proibirem a emigração para o Brasil.

Com o surgimento da república, nos primeiros momentos de gestão, nos anos 1889 e 1891, o governo deu continuidade às políticas migratórias herdadas do período colonial. Durante a primeira Guerra Mundial, o fluxo migratório em direção ao Brasil diminuiu constantemente e, posteriormente, voltou a crescer com o final da Guerra. Pode-se considerar

⁹A transição para o trabalho livre não ocorreu de forma semelhante por todo o território nacional. Em São Paulo, a rentabilidade da economia cafeeira, na segunda metade do século XIX, proporcionou o financiamento da imigração europeia, enquanto em outras regiões, onde não havia capitais para investimento em imigrantes, aproveitou-se a mão-de-obra nacional livre. A imigração em massa não se destinava, em geral, a abertura de novas fazendas, mas a possibilidade de formação de novos cafezais, ainda assim, de esses imigrantes, pois era necessário mão-de-obra para cuidar dos cafezais formados. No entanto, para a tarefa de expansão foram mobilizados caboclos caipiras e ex-escravos (GONÇALVES, 2006).

que o período compreendido entre 1874-1930 foi o de maior intensidade de fluxos migratórios para o Brasil, resultantes do estágio de transformação demográfica na Europa, sobretudo, após a transição de uma sociedade escravocrata, para uma sociedade primário-exportadora, com a necessidade de força de trabalho livre e com o projeto civilizatório racial de branqueamento da população brasileira. Teriam entrado no país, cerca de 4,07 milhões de estrangeiros, entre os quais, portugueses, italianos, espanhóis e alemães. Nos primeiros momentos da década de XX, os japoneses passam a ser um coletivo importante, com volume de aproximadamente 100 mil pessoas (LEVY, 1974, OLIVEIRA, 2015, VAINER, 2000).

Almeida e Baeninger (2015) assinalam que a emergência da economia de modo capitalista permitia ter uma visão da estreita relação entre a dinâmica da produção econômica e os processos da mobilidade humana. Inicialmente, o modelo da mobilidade baseava-se na mão-de-obra escrava, ainda que conduzisse a um tipo de migração específica, assim como a mobilidade interna dos homens livres.

O processo da redistribuição da população no Brasil, historicamente, vincula-se, às transformações estruturais que a sociedade brasileira vivenciou, trazendo como componente básico os processos migratórios e de urbanização. No centro de tais transformações econômicas estruturam-se e redefiniram-se movimentos migratórios de acordo com os locais da produção de riqueza, de forma que a recuperação histórica desse movimento permite identificar articulações de etapa econômica e a migração até a última década do século XX (ALMEIDA; BAENINGER, 2015, p. 04).

Posteriormente, a economia brasileira esteve aportada nas transformações da estrutura política e econômica, alternando o modelo anterior de monocultura voltada à exportação para a industrialização, reorganizando o significado do crescimento, que passou a se condicionar internamente. Essa nova fase, após 1930, sinaliza o princípio da configuração de um novo processo migratório no Brasil: a mobilidade rural-urbana. Almeida e Baeninger apontam ainda que, para uma melhor compreensão do ponto de vista da construção teórico-metodológica do fenômeno, migração e mobilidade migratória correspondem a determinado momento histórico, com profundas alterações na medida em que se altere o modelo de desenvolvimento (ALMEIDA; BAENINGER, 2015, p. 05).

Após a Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios passaram a diminuir, não apenas ao Brasil, mas em todos os países da América do Sul em desenvolvimento. As mobilidades populacionais passam a dirigir-se, sobretudo, para os Estados Unidos da América e Europa, com vista a atender às demandas do padrão de reprodução fordista do capital, em plena expansão. No que se refere à emigração brasileira para a Europa, esta se deve, em

grande medida, a fatores históricos e culturais decorrentes do próprio processo migratório brasileiro, que até pouco tempo, caracterizava-se como receptor de imigrantes, onde predominavam os fluxos provenientes da Itália, Espanha, Alemanha, Portugal, entre outros países. O perfil dos emigrantes que partem em direção ao Brasil assemelha-se aos daqueles que têm como destino os EUA, posto que, os traços culturais instituem dimensões importantes no ato de migrar (PATARRA; BAENINGER, 2001, p. 05).

Nesse interim, foi registrada a entrada de aproximadamente 1,1 milhão de estrangeiros no país. Durante este período, o Brasil seguiu regulando e estabelecendo acordos migratórios específicos, de forma bilateral, com alguns países. (OLIVEIRA, 2015; LEVY, 1974).

Para Oliveira, nesse momento, as migrações voltam a fazer parte da nova agenda nacional, agora com a saída dos brasileiros para o exterior. Na década de 1980, foi estimado um saldo de fluxos migratórios negativos de aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, as quais se dirigiram aos Estados Unidos.

Na década de 1990, o número continuou sendo negativo para o Brasil, devido aos fluxos agregados entre os principais destinos, como EUA, Japão e os países europeus. É importante ressaltar que, neste período, em função do processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro, correntes migratórias de menor intensidade ingressavam no país, provenientes dos países vizinhos, especificamente, Paraguai e Bolívia (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com os dados do Ministério do trabalho e da Justiça, através do departamento da Polícia Federal, o cômputo total do estoque de imigrantes no Brasil aponta que, no período compreendido entre 2007 a 2014, cerca de 1.900,44 imigrantes entraram no país.

Compreende-se que a contribuição do fenômeno migratório no processo do desenvolvimento capitalista brasileiro, em suas etapas ou tipos, permite captar sua importância como processo histórico e seus desenvolvimentos subsequentes. Esta abordagem incide sobre a relação entre a migração e o fenômeno do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

A disseminação espacial da produção tornou-se elemento central nessa nova fase da reestruturação econômica, atrelada à nova etapa da acumulação capitalista que implica em uma intensa mobilidade de capital e de força de trabalho (SASSEN; 1991; 1988). Castells (1999), por sua vez, sublinha que a economia internacional, a constituição de poderosas organizações transnacionais interligadas por tecidos subordinadas e descentralizados e as tecnologias de informações e de comunicação são elementos primordiais no processo de

interligação estrutural a cada território, em uma situação mais abrangente. Para Almeida e Baeninger (2015), essas abordagens de tipos e etapas não possuem a abrangência necessária de explicação das migrações e processos migratórios dos últimos anos.

Essas discussões foram elaboradas para pensar os processos migratórios nacionais e também podem ser utilizadas para a análise das migrações internacionais contemporâneas, considerando que as migrações internacionais estão, em grande medida, relacionadas à atual fase do capitalismo e às grandes mudanças sociais que ligam, de formas diferentes, o mundo.

Como foi visto até aqui, a inserção dos imigrantes no Brasil é regulada por normas legais implementadas no período do Regime Militar¹⁰, nas quais o imigrante é visto como uma ameaça à estabilidade e coesão social do país, prevalecendo, assim, o enfoque da segurança nacional, com vista a manter fora das fronteiras brasileiras os que pretendiam trazer perturbações para o país. Trata-se de uma Lei gestada no período não democrático brasileiro, trazendo em seu interior a marca desse espaço de tempo.

Nos anos de 1980, sob o regime militar, o Estatuto do Estrangeiro é instituído por intermédio de da Lei 6815. Essa Lei caracterizou-se pelo forte componente ideológico e baseou-se nos aspectos da segurança nacional, com o imigrante sendo visto como ameaça terrorista ao país. Esse aparato legal, segundo Oliveira (2015), altamente restritivo à mobilidade, até os dias de hoje regula a entrada e a estada de estrangeiros no país.

Essa mesma Lei permitiu a criação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), conhecido como instância de articulação da política migratória brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, por meio de diálogo permanente com a sociedade brasileira. O referido Conselho seguiu colocando em prática, num panorama de baixa pressão imigratória, a política de mobilizar, selecionar e localizar que desde sempre predominou nas políticas migratórias brasileiras, visando atender as demandas por força de trabalho estrangeiro.

Oliveira (2015) parte da perspectiva de que nos meados da década de 80, a migração voltou a ganhar atenção na agenda política e social brasileira, destacando, fundamentalmente,

¹⁰ Todavia, por mais paradoxal que pareça, no ano de 1930, mesmo num quadro no qual o estágio da transição demográfica europeia proporcionava melhor equilíbrio entre mercado de trabalho e oferta de mão-de-obra que, combinados aos efeitos da crise econômica enfrentada pelo capital, induziam os volumes dos fluxos migratórios internacionais, os setores hegemônicos na política nacional impunham, desnecessariamente, políticas restritivas à imigração. No governo Vargas, a política migratória seguia sendo tratada na perspectiva do aperfeiçoamento eugênico e visava acelerar o processo nacional. Na prática, o que implementou uma série de constrangimento a chegada de estrangeiros com a Lei dos 2/3, em 1930, que estabelecia uma reserva de mercado nas empresas para os trabalhadores brasileiros; o estabelecimento de cotas na Constituinte de 1934, que impunha um percentual de 2% relativos ao volume dos coletivos presentes no país nos últimos 50 anos, restringia entrada à necessidade de integração étnica e impedia a concentração estrangeira no território nacional.; e na constituinte de 1937, que também estabelecia cotas para a entrada de estrangeiros (KOIFMAN e SANTOS, VAINER, apud OLIVEIRA, 2015)

a emergência da emigração internacional, visto que grande maioria dos cidadãos brasileiros residentes fora do país passou a enfrentar uma situação vulnerável e não vislumbravam as mínimas condições necessárias que facilitariam uma possível reinserção.

Para Marinucci (2012), a abordagem das questões relacionadas às mobilidades internacionais vem caminhando num mar de progressos, paralisia e atrasos, a exemplo da não assinatura da convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1997, que tratava sobre o direito dos trabalhadores migrantes e sua família. Desta forma, diz Ventura (2014) que, fragmentada, opaca e casuística, a política imigratória brasileira existe e garante a mesma discricionariedade absoluta do Estado, a restrição dos direitos políticos e da liberdade de expressão, além da explícita desigualdade em relação aos direitos humanos dos nacionais, semelhantes à época da ditadura.

Patarra (2012) mostra ainda, que é importante observar que a relevância voltada para questões migratórias no país, impulsiona e pressiona em direção aos avanços necessários, o que acarreta a disputa de posições ideológicas e conflitivas.

Por parte do governo central são emitidos sinais distintos na forma de abordagem à problemática. Temos como exemplo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que procura alterar algumas leis de migração com objetivo de impulsionar a inserção dos imigrantes com mão-de-obra qualificada. As alterações visam, em um primeiro momento, atrair os profissionais da área de engenharia, medicina, ciência e tecnologia, de modo que viessem a contribuir no processo do desenvolvimento e crescimento econômico (BRASIL, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Por sua vez, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) busca alterar a lei a partir do padrão das garantias dos direitos dos imigrantes, criando uma Comissão de Especialistas que elaborou um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Esse anteprojeto foi avaliado pela sociedade civil na Primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), realizada em 2014, e foi encaminhado à Presidência da República, com vista à submissão e aprovação no congresso nacional. O Conselho Nacional de Imigração também apresentou um Projeto de Lei que procura assegurar garantias e direito aos imigrantes (OLIVEIRA, 2015, p. 17).

Essas tendências em torno da regulamentação das leis e políticas normativas da migração no Brasil, têm gerado discussões e disputas sobre as migrações internacionais e se refletem nas propostas de leis e normatizações que, além do Anteprojeto amparado pelo MJ/SNJ e no Projeto de Lei apresentado pelo CNIg, aparecem no 288/2013 e no Projeto de

Lei (PL) 5.565/2009 que se encontrava em tramitação e no Congresso Nacional. Oliveira, em sua análise enfatiza que:

“Aqui cabe um parêntese para reforçar que o setor mais conservador dos dois lados do espectro ideológico, que continuam enxergando a migração como ameaça aos empregos dos brasileiros, e/ou que aceitam alguma migração, desde que seja branca, não têm se colocado de forma mais incisiva no debate, mas vem atuando naquilo que podem para atrasar o progresso (OLIVEIRA, 2015, p. 17).”

Algumas propostas e considerações que vêm sendo discutidas foram apresentadas, a exemplo do Projeto Lei 5.565/2009, assinado desde 2005 e que só em 2009 foi apresentado ao Congresso Nacional, pelo governo.

Apesar de ter notado alguns avanços nesses projetos, segundo Sprandel (2012) esse espectro é ainda muito limitado e introvertido. Isso pode ser observado nos artigos 04, que aponta os desejos e as preferências pelos profissionais especializados nos diferentes setores da economia brasileira, para o desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do país; o 80, que impede a participação dos estrangeiros na política, impedindo-os de organizar, criar ou manter associação ou entidade de caráter político, salvo os cidadãos portugueses, devido ao acordo do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta; o 87, que reduz o acesso à naturalização, exigindo mais tempo de residência (10 anos), imediatamente anteriores ao pedido de nacionalidade e impondo obstáculos àqueles que respondem a processo criminal ou tenham sido condenados por crime doloso no Brasil e/ou no exterior.

No entanto, foi apresentado ao Senado, o PLS 288/2013¹¹, de autoria do Senador Aluysio Nunes, com a proposta de fazer prosseguir o estatuto jurídico da questão migratória, visando garantias e direitos aos estrangeiros, a asseveração da plena integração dos estrangeiros, a redefinição da política da cooperação internacional, bem como inibir o tráfico humano e observar a questão dos imigrantes (OLIVEIRA, 2015, p. 18).

Outro fato importante apresentado pelo Projeto de Lei 288/2013 é a ampliação da concessão de visto humanitário para cidadãos dos países em situação de instabilidade institucional, conflito armado e de calamidade (a exemplo do Haiti, Guiné-Bissau, Senegal, Síria, República da Guiné) que ponham em risco ou violem os direitos humanos.

Outro ponto deste PL considerado positivo pelas entidades da Sociedade Civil é a possibilidade de criação de um espaço legal mais próspero para a formulação e

¹¹ Poderiam ser observados outros avanços por parte do PSL, como por exemplo, os artigos 4 e 5 que criam a possibilidade do visto de trânsito, extremamente importante para o deslocamento das pessoas ao redor do mundo; 7 que estende para o prazo de 10 anos a concessão de visto para o turismo e negócios; 11 que destaca de forma sucinta a questão dos imigrantes vítimas de tráfico humano; 30 que aumenta o tempo a expulsão do país, pessoas que entram quando eram crianças, entre outros artigos (OLIVEIRA, 2015, p. 18).

implementação de políticas públicas com vista a atender os novos fluxos migratórios, impedindo a violação dos direitos dos imigrantes.

Pode-se afirmar que estas batalhas travadas em torno da política migratória, marcam a relativa transformação de paradigmas no tratado da questão migratória que, de forma vagarosa, procura atrelar-se sem ruptura brusca, com o paradigma anterior. No entanto, o país poderá desenvolver a nova formulação e construção de novos paradigmas à medida que os setores que protegem a causa da migração se tornem hegemônicos e façam exercer um estatuto legal, tanto para o estrangeiro no país quanto para os brasileiros residentes fora do Brasil.

Reis (2011) enfatiza que a importância internacional do tema das migrações contribuiu para que fosse bem sucedida a campanha dos grupos imigrantes e de apoio aos imigrantes que buscam promover mudanças na legislação brasileira. Há mais de vinte anos, esses grupos defendiam e ainda defendem a tese de que, para exigir um tratamento mais digno e em consenso com princípios de direitos humanos aos emigrantes brasileiros fora do país, seria necessário, antes de tudo, proporcionar o mesmo tratamento aos imigrantes residentes no Brasil.

2.3 As diversas formas de inserção legalizada: fronteiriças, permanência e nacionalidade.

Os temas e as abordagens teóricas que envolvem o processo da migração internacional são diversificados em suas perspectivas e tentam dar conta das explicações de, pelo menos, uma das partes da intrincada rede estabelecida entre países receptores, países de origem e seus atores. O tema das migrações internacionais, definidas como movimento de pessoas ou estrangeiros que cruzam as fronteiras nacionais, com propósitos que não sejam o turismo, pode ser abordado em diferentes formas, oferecendo as mais diversas perspectivas no tratamento das questões relativas às migrações. Essas produções que procuram dar conta dos movimentos populacionais apresentam-se vastas e não respondem necessariamente às mesmas abordagens metodológicas.

Fronteiriças

Analisar a situação das migrações fronteiriças compreende-se como um processo de construção política e simbólica, uma vez que, as delimitações das áreas não acontecem sem as experiências das tensões e conflitos que envolvem as relações sociais compartilhadas por diferentes sujeitos históricos. Partindo deste pressuposto, a fronteira pode ser abordada enquanto campo teórico das ciências sociais ou humanas. Martins (1997) enfatiza que as fronteiras e suas nuances podem ser vistas como um ponto de referência importante para a pesquisa sociológica, por meio das maiores riquezas de possibilidade histórica em relação a outras situações sociais. Porém, além do confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, acrescenta-se a essa disputa o conflito entre historicidades não encontradas.

Não, se trata, no entanto, de compreender um conceito de fronteira, mas sim analisar as concepções das fronteiras em que se dão as questões das migrações internacionais. A fronteira pode ser compreendida como uma situação que aponta para uma transitoriedade e não se trata, essencialmente, de um lugar ou espaço geográfico, mas de um determinado contexto provido de significações e é, ao mesmo tempo, um campo teórico para a pesquisa em ciências sociais e humanas.

O Brasil possui uma vasta extensão de fronteiras com os países latino-americanos, extensão que compreende um total de 15.179 km de fronteiras. Dentre os dozes países que compõem a América do Sul, apenas o Chile e o Equador não fazem divisa com o Brasil.

No Brasil, o estatuto do estrangeiro, contido na Lei nº 6.815 de agosto de 1980, em seu artigo 21, define o fronteiriço como natural do país limítrofe. De certa forma, este artigo atua no sentido de regulamentar a situação da mobilidade da população fronteiriça, que se encontra trabalhando ou estudando nas localidades limítrofes, onde lhes é concedida uma identificação especial, mas com algumas restrições (POMPEU; CARTAXO; CARDOSO, 2014, p. 18).

Reis observa a necessidade da integração regional entre o Brasil e os países fronteiriços no que concerne à migração latino-americana, no sentido de cumprir os dispositivos contidos na Constituição Federal 1988. A autora afirma que o tema da migração regional deve estar na pauta central como um dos pontos fundamentais na política imigratória adotada pelo Brasil e não pode ser deslocado para o segundo plano. Portanto, cabe observar e compreender a necessidade de identificar as diversas situações de outros contingentes de imigrantes como os irregulares e os refugiados, assim como os de fronteiras.

A situação da migração fronteiriça no Brasil se dá de maneiras particulares nas fronteiras com cada país, sendo este fenômeno encontrado nas fronteiras da Colômbia com o Equador, Peru com a Bolívia, e entre as Guianas. De acordo com Aragón:

“melhoria das vias de acesso, iniciativa de integração regional, acordos diplomáticos bilaterais e precária fiscalização, são alguns dos fatores que fortalecem as migrações transfronteiriças. Esse processo pode envolver mudanças longas ou permanentes, mobilidade frequente de pessoas que se dirigem a outros países apenas para trabalhar ou valer-se de melhores serviços; ou mudança de residência com constantes movimentos de ida e vinda ao país de origem (ARAGÓN, 2009, p. 30)”.

Em seu trabalho, realizado nas fronteiras da Pan-Amazônica, Aragón (2009) parte de uma perspectiva em que a mobilidade das pessoas ocorre de diversas maneiras, que vão desde o prolongamento de processos migratórios internos, à presença irregular dos garimpos nas terras das Guianas, das rotas de narcotráficos até os nichos de trabalho nas fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana.

Os espaços geográficos ou fronteiras transnacionais, vão instituindo pontos particularmente vulneráveis às implicações cruéis do fenômeno da globalização, aos acordos bilaterais firmados em nível de comércio e às condições de vida dos agentes sociais envolvidos. Anteriormente, o que era visto como a expansão de questões agrárias não solucionadas, agora implica na crescente vulnerabilidade e em uma maior insegurança promovida pelas rotas paralelas do narcotráfico, de contrabando e de procedimentos ilícitos (PATARRA; BAENINGER, 2006, P. 98).

O deslocamento das pessoas nas zonas fronteiriças ocorre com expressiva intensidade, na medida em que se formam espaços privilegiados para apreensão do processo da mobilidade internacional, visto que estes territórios fronteiriços se constituem em zonas de empréstimos e apropriações culturais (SILVA, 2008, p. 02). Muitas vezes, as mobilidades podem ser compreendidas pelas vias das permutas no âmbito cultural, no que concerne aos fatores socioeconômicos, troca estas realizadas pelos sujeitos que protagonizam esta mobilidade, com seus projetos, desejos de permanência, de retorno e de reconstrução de suas vidas no cruzamento dessas fronteiras.

Parte-se, então, do pressuposto de que a realidade é empreendida por vários sujeitos que interagem no tempo e no espaço, não necessariamente no mesmo ritmo, mesma direção e mesma escala. No entanto, interesses múltiplos, recursos adversos e poderes assimétricos, imprimem a pluralidade espacial e territorial que caracterizam as realidades fronteiriças.

Para Silva (2008), é imprescindível negar a dimensão encontrada atualmente pelos processos das mobilidades internacionais no planeta, em consequência da significativa influência que estes processos exercem, em especial sobre as áreas fronteiriças, intensificados pelos projetos de infraestrutura que buscam integrar os países da América do Sul.

De acordo com o autor, a análise do deslocamento populacional nas fronteiras, a exemplo entre Brasil e Bolívia, justifica-se pelo fato de que o processo migratório entre estes países tem apresentado fluxos significativos, fazendo com que o trabalho, em questão seja uma possibilidade de compreensão desta dinâmica migratória.

Permanência

Neste momento, cumpre-nos esclarecer que a entrada dos estrangeiros no Brasil é condicionada à satisfação de exigências legais. Suas inserções em solo brasileiro são regulamentadas por três ministérios:

1) O Ministério das Relações Exteriores (MRE), que tem como área de competência os seguintes assuntos a) política internacional; b) relações diplomáticas e serviços consulares; c) participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras; d) programas de cooperação internacional e de promoção comercial; e) apoio à delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais. Sendo também responsável pelas emissões de todos os tipos de vistos, temporários ou permanentes, que vão desde turismo e da de artistas, desportistas ou estudantes, até o desejo de estabelecer residência. É o órgão responsável pela emissão de vistos nas unidades consulares exteriores, aos estrangeiros que desejam estabelecer-se de forma temporária ou definitiva no Brasil.

2) Ministério da Justiça (MJ), órgão responsável pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil, dotado da competência para prorrogar vistos temporários, transformando-os em permanentes e conceder permanência no Brasil por motivo de reunião familiar, filho (a) brasileiro (a), casamento e/ou união estável. Parte efetiva do ministério da Justiça, o departamento de Polícia Federal, através da Divisão de estrangeiros, é responsável pelo controle, orientação e execução das atividades relativas à transformação de vistos, à permanência definitiva, ao asilo político e à prorrogação do prazo de estada de estrangeiros no Brasil, bem como também é responsável por receber, instruir, analisar e controlar os processos de pedido de transformação dos respectivos vistos, de acordo com as exigências, fixar prazo para o cumprimento das exigências, determinar o arquivamento, deferimento e o indeferimento dos processos, observar e aplicar a legislação e a jurisprudência de acordo com as matérias de sua área de competência e providenciar a publicação dos autos oficiais inerentes à Divisão.

Também compete ao Departamento de estrangeiros, vinculado à Polícia Federal, processar, opinar e encaminhar os assuntos relacionados com a nacionalidade, a naturalização e o regime jurídico dos estrangeiros, bem como processar, opinar e encaminhar os assuntos relacionados com as medidas compulsórias de expulsão, extradição e deportação. Com relação à transformação do visto temporário em permanente, o Decreto 8.374/2014, atribui tal competência à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, de forma autônoma, para analisar e julgar o respectivo pedido.

3) O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), é o responsável pelas emissões de autorizações de carteiras de trabalho aos estrangeiros que desejam exercer alguma atividade laboral no Brasil e que possuam a qualificação de sua estada (visto). No período compreendido entre 2011 e 2013, foram concedidas, aproximadamente, 250.000 carteiras de trabalho aos estrangeiros, temporários e permanentes.

Para os homens, foram 179.076 carteiras emitidas, enquanto para as mulheres foram 21.378. (MTE, 2015). A partir destes dados do Ministério do Trabalho e Emprego, percebemos que há uma maior presença de homens em relação às mulheres nos fluxos migratórios. Entretanto, ao longo das nossas pesquisas, percebemos, cada vez mais, o avanço das mulheres nos processos migratórios a nível mundial, embora o número seja ainda muito menor em relação aos homens. Abordaremos esta questão de forma mais clara no quarto capítulo do presente estudo. Vale ressaltar que, os imigrantes com prazos temporários são aqueles com estada concedida por até um ano. Os permanentes, por sua vez, possuem vistos por um período igual ou superior a um ano.

Outro fator importante é o visto de permanência/residência concedido aos cidadãos estrangeiros com base em casamento, união estável e procriação. Estes vistos podem ter a duração de 5 a 10 anos no Brasil. Também, os refugiados e asilados políticos poderão solicitar a residência permanente em qualquer unidade da Polícia Federal se atenderem aos seguintes requisitos: residir no Brasil há pelos 04 (quatro) anos na condição de refugiado ou asilado (conforme resolução normativa nº 91, de 10 de outubro de 2010 do CNIg); ser profissional qualificado e contratado por uma instituição instalada no Brasil; ser profissional com a capacitação reconhecida por órgão da área permanente ou estar estabelecido com negócios resultantes de investimento de capital próprio, que satisfaça os objetivos da Resolução Normativa nº 84 do Conselho Nacional de Imigração relativa a concessão de visto a investidor estrangeiro (MTE, 2015).

Nacionalidade

No caso da nacionalidade, a constituição brasileira de 1988 prevê que são brasileiros natos, os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país, como por exemplo os embaixadores ou os funcionários das repartições consulares. O Brasil trata a nacionalidade não só como um direito fundamental interno, mas como um direito humano. A nacionalidade de um indivíduo pode ser originária ou adquirida.

A primeira resulta do nascimento, isto é, *Jus Soli* (direito ao solo), a segunda da mudança ou aquisição de outra nacionalidade. No Brasil, existem quatro tipos de naturalização, sendo estas a comum, que pode ser concedida ao estrangeiro residente no país há quatro anos; a extraordinária, com trâmite mais simples e rápido, destinada aos estrangeiros que vivem no Brasil há mais de quinze anos e a provisória, destinada a estrangeiro que chegaram ao Brasil durante os primeiros cinco anos de vida.

Depois de atingida a maioridade, o titular poderá confirmar a intenção de continuar como brasileiro. Há ainda a naturalização especial, conferida à pessoa casada há mais de cinco anos com diplomata brasileiro em atividade e aos empregados em missões diplomáticas brasileiras ou em repartição consular do Brasil, com mais de 10 anos de serviço. Vale lembrar que todos os pedidos podem ser feitos na Polícia Federal, através do Departamento do Estrangeiro ou diretamente no Ministério da Justiça (MJ/DPF, 2015).

Para os estrangeiros originários da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), é exigida apenas a residência no Brasil por um período de um ano ininterrupto e a idoneidade moral. Neste caso, o pedido pode ser feito através de carta registrada ou Sedex, na Polícia Federal ou diretamente no Ministério da Justiça.

Cabe-nos ressaltar que a Lei não faz distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo para alguns cargos, tais como Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, carreira de Diplomata, Oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado de Defesa (MJ/DPF, 2015). De acordo com os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2015, 1.192 estrangeiros residentes no Brasil obtiveram a concessão da nacionalidade brasileira. Até junho de 2016, dos 859 pedidos de naturalização recebidos pelo Ministério da Justiça, 701 foram concedidos (MJ/DPF, 2015).

2.4 As políticas de desenvolvimento: a cooperação sul-sul e seu impacto na relação entre o Brasil e os países africanos

Durante muito tempo, desde os meados da década de 60, o intercâmbio entre países vem crescendo constantemente, na medida em que as economias mundiais encontravam-se mais integradas ao comércio, no centro das rodadas de não agravação tarifária no setor de Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATC), bem como aos acordos financeiros, posteriores a criação do mercado eurodólares, acompanhada da circulação de petrodólares, aos investimentos, principalmente nos Estados Unidos e Europa na década de 50, e os avanços nas tecnologias de comunicações por satélites e transportes. No decorrer destes processos, as tomadas de decisões e os eventos ocorridos surtiam efeitos visíveis sobre os demais, e os Estados se deparavam constantemente com problemas exteriores a sua jurisdição doméstica, sobre os quais não exercia controle absoluto (LEITE, 2011, p. 22).

Para compreender essa trajetória, partimos de uma análise feita a partir do conceito da interdependência de Keohane e Nye. A interdependência como conceito analítico, refere-se à condição caracterizada por efeitos recíprocos entre nações ou entre agentes em diferentes países. Todavia, percebe-se que tal interdependência não é sinônima de interconexão na medida em que sugere efeitos de custo recíproco, gerados pela elevação do intercâmbio a nível planetário.

Keohane e Nye (1988) apontam a interdependência complexa como um novo modelo explicativo que visa compreender as cooperações no âmbito nacional e internacional. Esta interdependência complexa, segundo os autores, consiste em diversos procedimentos de contatos entre as associações, contemplando observações das relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais, considerando as ações tomadas tanto em forma burocrática quanto do Estado, pelas repartições financeiras, bancos comerciais, empresas multinacionais, entre outros. Pressupõe-se, ainda, que as medidas adotadas por esses agentes em diferentes lugares do mundo interferem cada vez mais entre si, transcendendo as fronteiras.

A ausência de hierarquia nos temas da agenda internacional é uma das características da interdependência complexa, mostrando que a variedade de assuntos internacionais torna-se mais extensa e diversa, incluindo assuntos como bem-estar social e proteção ambiental..

Partindo desta linha de pensamento, Keohane demonstra que a cooperação não significa harmonia de interesse. O autor se afasta da matriz liberal do Kant, o que afirma que o máximo contato entre as nações pode suscitar uma harmonia de cooperação conducente, o que

proporcionaria a paz mundial e rejeita a ideia de que a cooperação é alcançada por atores com interesses profundos, mesmo de forma involuntária. De acordo com Keohane, a cooperação não é automática e não resulta apenas da existência de interesses mútuos, de modo que exige a alteração de padrões de comportamento e o ajuste de interesses nas condutas dos Estados.

A cooperação é compreendida como um procedimento de coordenação de políticas em que a conduta de um agente é vista como compatível com a promoção dos objetivos do outro (KEOHANE, 1984). A abordagem do autor traz consigo uma importância fundamental para estes estudos, posto que não resume apenas as condições sob as quais a cooperação é possível, mas também explica a importância de instituições internacionais que operam como instâncias de coordenação de planos e estratégias, com a finalidade de encontrar interesses comuns e agentes na formação dos interesses e preferências entre os Estados envolvidos.

Vale a pena explicar, de forma geral, a noção desta cooperação. Seu significado é controverso, tanto a nível político quanto na academia. Seu objetivo, o período histórico do seu nascimento, seu modo de funcionar e seus atores constitutivos, são pontos fundamentais para o debate.

No entanto, é fundamental a percepção de que a noção de Sul não se reduz apenas a uma posição geográfica, visto que o tema envolve a caracterização, cooperação ou relação entre países que apresentam similitude em termos dos desafios sociais, políticos e econômicos, sem contar com as trajetórias históricas de passados coloniais e de exploração.

Essa terminação é utilizada de modo relacional, com vista a diferenciar as nações em desenvolvimento do Sul, dos países desenvolvidos do Norte, e que funciona para os países em desenvolvimento como símbolo de mobilização e expressão ideológica do leque de desafios comuns relacionados ao desenvolvimento.

O termo Sul é uma categoria com certa capacidade de condução no seio dos países emergentes ou países em vias de desenvolvimento, sem necessariamente, uma unidade absoluta entre eles. Serve de base para formas diferentes de interação que almejam aprimorar determinadas pressões estruturais dos países desenvolvidos, alguns esforços de cooperação, de construção e de elaboração de instituições, além de reproduzir novas dinâmicas de cooperação na perspectiva de nações com importantes desafios de inclusão social a serem ultrapassados.

Para tanto, alguns fenômenos e instituições diferentes, a exemplo da cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul¹², a cooperação no setor da saúde materno-infantil representada pelo

¹² A noção do Sul-Sul apresenta relação com dimensão de ação estatal. No caso, os Estados são agentes importantes com vista a impulsionar e manter as instituições criadas para esse diálogo. Com isso, há análises

programa brasileiro de Bancos de Leite Materno, o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, o Fundo do desenvolvimento China-África, a ação do Petrocaribe e a formação do Banco do Desenvolvimento dos BRICS podem ser inseridas nesta perspectiva, pois são formas de atuação que apresentam como uma de suas consequências o fortalecimento dos princípios das leis internacionais integrado ao processo de desenvolvimento e às questões ligadas ao mundo social (ALMEIDA; JUNIOR; MARIANO, 2015, p.15).

A Cooperação Sul-Sul teve seu surgimento no início da década de 50. Nesse período, percebia-se a presença dos países recém-independentes da Ásia e alguns países africanos, ilustrada pela mediação chinesa e sua articulação com a Índia na Conferência de Genebra, ao fim das guerras entre as Correas e a Indochina, entre abril e junho de 1954, como também pela visita do Primeiro Ministro da China e a consequente assinatura do acordo proferindo os cinco¹³ princípios de Coexistência Pacífica com vista a orientar a resolução do incerto sino-indiano no Tibete.

Conta, ainda, com a Conferência de Colombo, que reuniu cinco Primeiros Ministros (Ceilão, Burma, Índia, Paquistão e Indonésia) entre abril e maio de 1954 e a Conferência Bogor, a qual reuniu os representantes dos mesmos países, em dezembro de 1954.

Esses acontecimentos ilustravam o reconhecimento de interesses e problemas comuns a esses países e a necessidade de concentração política comum entre eles para a sua resolução, num processo que teve seu fim na Conferência de Bandung, em 1955 (LEITE, 2011, p. 56).

Foram agregados 29 países africanos e asiáticos que contabilizavam cerca de dois terços da população mundial. A Conferência de Bandung é considerada um marco no despertar das populações que haviam passado anos e anos em uma dominação colonial, alertando-os para a consciência de sua força e de suas possibilidades. Ocorrem então, pela primeira vez, um grande encontro de cúpula que unia os Estados dos países em desenvolvimento, sem a presença dos Estados Europeus.

Os Estados tinham como um dos pontos fundamentais para a organização, o associativismo dos jovens e seus respectivos países em prol da inserção internacional independente e autônoma, no que concerne à identificação e interesse para ambas as partes, além do repúdio a qualquer tipo de colonização e o neocolonialismo, compreendido como uma nova forma de controle econômico e intelectual.

que, a partir da ideia “Sul Global” redefinem o foco do âmbito interestatal para o transnacional. Com isso, ganha destaque a ação de movimentos sociais transnacionais, de grupos da sociedade civil e de redes de ativistas (ALMEIDA; JUNIOR; MARIANO, 2015, p.16).

¹³ O respeito mútuo a integridade territorial e a soberania de cada nação; a não agressão mútua; a não interferência mútua nos assuntos internos de cada nação; benefícios iguais e mútuos da relação e a coexistência pacífica (LEITE, 2011).

Os 29 países¹⁴ que faziam parte do acordo Sul-Sul, como aponta Leite (2011), pregavam a igualdade de todas as raças, combatendo a segregação racial e discriminação. Segundo Leite:

A preocupação com a defesa e a segurança internacional era ainda maior, de que percebiam que a lógica bipolar encontrava-se muito distante de manter a segurança, e gerava a instabilidade, sobretudo após o equilíbrio do terror alcançado pela posse das armas de destruição maciça de ambos os polos, com preocupação de uma eventual guerra entre as nações. A partir daí, os dez princípios do desarmamento das Nações Unidas passaram a ser adotados. Por outro lado, em Bandung, um dos principais acordos firmados foi a cooperação a nível do economia, principalmente, em prol do desenvolvimento dessas regiões e está resumido em 12 pontos fundamentais, entre eles: a cooperação técnica entre países; a formação de instituições a nível regionais e planetárias; a ação coletiva para a estabilização do preço das *comodities* agrícolas, a elevação do comércio entre eles; o intercâmbio de informações em matérias de interesse mútua e consultas prévias as reuniões multilaterais para o fortalecimento de posições, entre outros (LEITE, 2011, p. 57)”.

Isso demonstra claramente a ideia de construir um eixo estratégico no ambiente internacional, entre o Norte e o Sul, para além do eixo ideológico entre Leste e Oeste e fortalecer a maior cooperação entre os países afro-asiáticos. Além do processo de descolonização dos países asiáticos e africanos na década de 1950, o tratado Sul-Sul surgia no auge eminente da Guerra Fria, entre 1945 a 1989.

Entre vários acontecimentos na época, percebia-se o movimento da independência dos países africanos e asiáticos dos seus colonizadores, o intervencionismo das potências mundiais, além da disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética e a organização dos regimes interacionais, responsáveis pelo ambiente normativo que contribuiu para o surgimento da maioria dos movimentos e organizações de cooperação Sul-Sul. Neste período, entre varias decisões tomadas pelos países que compõem o tratado, destacam-se o anti-imperialismo, o anticolonialismo e o não alinhamento (ALMEIDA; JUNIOR; MARIANO, 2015, p.16).

Leite (2011) foi ainda mais longe em sua análise ao enfatizar que a Conferência de Bandung, além de contribuir para a criação da primeira identidade própria dos povos do Terceiro Mundo, mostrava desinteresse em adquirir a plataforma ideológica tanto do bloco capitalista quanto do bloco socialista. Isso, no entanto, sinalizava o princípio da aproximação da política entre os países do hemisfério Sul, com marcos importantes como a criação do Movimento dos Não Alinhados, que contava inicialmente com 25 países membros e três

¹⁴ Entre esses 29 países africanos e asiáticos que assinaram o tratado na primeira Conferência ocorrido em Bandung encontravam-se: Arábia Saudita, Afeganistão, Mianmar, Ceilão, Camboja, China Costa do Ouro (Gana), Egito, Etiópia, Índia, Filipinas, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Iêmen.

latino-americanos observadores (Bolívia, Brasil e Equador). Na primeira Conferência de Belgrado, em setembro de 1961, o movimento contava com 47 países membros e 11 países observadores, em sua maioria da América Latina.

No entanto, a década de 70 pode ser vista como o ponto mais alto da Cooperação Sul-Sul (CSS), visto que a agenda do desenvolvimento econômico, anteriormente centrada a nível de comércio e ajuda oficial, passou a ser ambiciosa. Mostrava-se um interesse em dismantlar a velha ordem internacional, entendida como prejudicial aos países do Sul e instaurar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Essa iniciativa foi tomada de forma conjunta e pontual a partir da percepção de que as instituições políticas e econômicas existentes eram não só retrógradas como também lesivas ao sistema, ao refletirem uma correlação de forças com um sistema internacional alterado pelo fim da colonização africana e asiática e pela vontade de um poder autônomo e desenvolvimento dos países latino-americanos (LEITE, 2011, p. 65).

Além dessas iniciativas¹⁵, somam-se outros fatos importantes ocorridos no mundo em prol das mudanças importantes com vista a criar e fortalecer uma parceria conjunta entre os países desenvolvidos e os que se encontravam em processo de desenvolvimento.

De acordo com Leite (2011), em setembro de 1970, durante a Conferência dos Países Não Alinhados, em Lusaka, os países que faziam parte da CSS passaram a adotar o conceito de autossuficiência individual e coletiva, que sugeria o reconhecimento do fato de que os países do hemisfério sul não poderiam mais aguardar a benevolência dos países mais desenvolvidos, com o objetivo de consolidar a Nova Ordem Econômica Internacional.

Já na Quarta Conferência dos Países Não Alinhados, realizada em Argel, em 1973, as vozes econômicas e políticas dos países da CSS consolidaram-se de forma definitiva. Esses fatos ocorridos durante esses períodos subsequentes passaram a fortalecer a unidade política dos países em vias de desenvolvimento e colocaram em destaque a propriedade do poder de transação nas negociações coletivas para consecução de objetivos de desenvolvimento.

Partindo desse processo de crescimento e desenvolvimento dos países da CSS, percebe-se que, na transição entre os anos de 1980 e 1990, a Cooperação sofreu a queda da força política e perdeu importância na conjuntura internacional, visto que a grande maioria

¹⁵ A I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e desenvolvimento, em 1964; a cooperação cubana por meio de envio de médicos e professores a vários países em desenvolvimento, desde 1960; a criação do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Árabe em 1961 e a criação do Banco de Desenvolvimento Islâmico e do Banco Árabe para o Desenvolvimento, em 1970; a criação do G-77 pela ONU e a Nova Ordem Econômica Internacional; a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as duas crises dos anos 1970; a Conferência do Buenos Aires e seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (1978), entre outros, (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 04).

dos países em desenvolvimento deparou-se com uma crise decorrente das dívidas contraídas com os parceiros internacionais e estavam sujeitos a programas de ajustes estruturais. Depreende-se que:

“No âmbito econômico, foi também nesse momento em que a crise sistemática dos modelos nacional-desenvolvimentistas e a aceleração dos processos de globalização cresceram o sistema da Cooperação Internacional Norte-Sul, a dependência de muitos países em desenvolvimento e corroboraram com o surgimento de novos critérios e condições para concessão de financiamentos pelos países do Norte (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 04)”.

Até meados da década de 1990, as possibilidades de renovação da agenda política de Cooperação Sul-Sul eram limitadas. O processo de desenvolvimento dos países do Sul encontrava-se ligado a estratégias de êxito econômico, definida de acordo com a ética do mercado financeiro e os modelos neoliberais¹⁶. Posteriormente, as crises ocorridas no final da década de 90, afetaram, sobretudo, os países membros da CSS, fazendo com que muitos deles elegessem como caminho mais viável, o modelo da integração regional.

Por esses motivos, as décadas de 80 e 90 são consideradas como um período trágico para a economia e a política (dos países em desenvolvimentos) que se encontravam em plena ascensão com sinais de estabilidade no cenário internacional (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 04).

Nos primeiros períodos dos anos 2000, percebeu-se a prorrogação das promessas de uma nova relação de cooperação entre os países desenvolvidos e os da CSS, ao adotarem uma nova forma do desenvolvimento a partir da realidade de países como África do Sul, Brasil, China, Índia e Turquia, afastando a ideia do desenvolvimento a partir de uma visão liberal da ordem internacional, visto que:

“O papel do Estado e as coalizões entre países do Sul passaram a reforçar a horizontalidade do desenvolvimento de programas de cooperação. Trata-se de uma tentativa com vista a garantir uma inclusão internacional diferenciada de alguns países do Sul no diálogo com os países desenvolvidos (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 04)”.

No entanto, grande parte da plataforma institucional, que desde início dos anos 2000 tem apoiado a CSS, baseia-se na hipótese de que países em processo de desenvolvimento podem e devem cooperar entre si, a fim de promover reformas políticas da governança a nível planetário (ONU) e solucionar os problemas recorrentes a nível econômico e social, baseando-se nas identidades compartilhadas, valores comuns, interdependência e harmonia.

¹⁶ Desestatização da economia, desregulamentação financeira, abertura de mercados, internacionalização do comércio, entre outros.

O Brasil, por sua vez, teve e ainda tem um importante papel no processo do desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul. Isso poder ser visto a partir da década de 60 quando o país passou a oferecer cooperação técnica aos demais países em desenvolvimento, sobretudo, os países da África e América Latina e preocupava-se mais na capacitação dos funcionários públicos dos países parceiros.

Essas ações eram limitadas, desde os números de iniciativas lançadas até no que concerne aos gastos. Daí percebe-se que as cooperações técnicas que o Brasil firmava com seus parceiros bilaterais eram bastante pequenas em relação à assistência que o país recebia dos doadores e das organizações multilaterais (ABDENUR; RAMPINI, 2011, p. 87).

Com o passar do tempo, quando o discurso e os esforços para melhoria da CSS se fortalecia, principalmente no âmbito na ONU, a partir do Plano de Ação de Buenos Aires, o Brasil passou a preocupar-se mais na tentativa de fortalecer a sua cooperação Sul-Sul. Isso foi possível devido à fundação, em 1987, através do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável pela coordenação e cooperação no âmbito internacional (ABDENUR; RAMPINI, 2011, p. 88).

A ABC delibera cooperação para o desenvolvimento a partir de sua estrutura técnica, com responsabilidade de constituir importante instrumento de desenvolvimento, ajudando uma nação a promover mudanças estruturais nos seus sistemas de produção, como vias para melhoria de algumas barreiras que impediam o crescimento.

A atuação da política externa brasileira a partir dos anos 2000, segundo Flandes e Saraiva (2014), conservou princípios tradicionais da diplomacia do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e conseguiu ligar a eles uma participação intensa em redes de política externa com outras potências mundiais. Daí, os autores observam não apenas o nascimento de novos polos de poder entre os continentes (Ásia, África e América Latina), mas também inovações estruturais na política a nível mundial, formando uma ordem de rede, sendo dentre os países do BRICs, os que detém mais de 21% do PIB de todo planeta, com o tamanho populacional de cerca de 40% do globo, 45% da força de trabalho e um dos maiores poderes do consumo do mundo.

Suas ideias consistem em um mecanismo de organização governamental internacional da rede de política externa. A percepção do ordenamento internacional dos países do BRICs orienta-se pela mudança de uma visão tradicional pluralista da comunidade internacional em direção a uma visão fadada por maior solidarismo.

No decorrer dos anos de 2003 a 2011, surgiram novos contornos nas relações entre o Brasil e a Cooperação Sul-Sul, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, na medida em

que tornou-se a cooperação uma das prioridades da política externa brasileira. O governo lançou mão de estratégias institucionais e discursivas. Como demonstram Abdenur e Rampini (2015), no plano institucional, visto como parte de um esforço de ampliação do corpo diplomático, a ABC foi remodelada com o objetivo de expandir a capacidade de coordenação de projetos pelo Ministério das Relações Exteriores.

Tais mudanças ocorreram com a intenção de incrementar o alinhamento entre a cooperação técnica e contribuir para a ampliação das relações brasileiras com os países em vias de desenvolvimento, de modo a ampliar seus intercâmbios e trocas de conhecimento, comércio exterior e utilidade de conhecimentos técnicos, da capacitação dos recursos humanos e fortalecimento de suas instituições.

2.4.1. Fases da relação Brasil-África

As relações entre o Brasil e o continente africano podem ser associadas às questões históricas que remontam ao comércio do império português (tráfico de escravos) e variam de acordo com o tempo. A política africana pode ser compreendida a partir do desenvolvimento da corrente nacional-desenvolvimentista, que ambicionava a mundialização com o objetivo de alcançar maiores projeções da política internacional, a fim de alargar o seu mercado.

Essa intensificação das relações entre o Brasil e os países africanos se deu devido às pretensões diplomáticas e intelectuais, levando em consideração a sua matriz cultural e por seu desequilíbrio estrutural, tanto interno quanto externo. |As novas nações africanas procuraram se juntar a fim de formar uma frente unida de países periféricos em prol de uma plataforma internacional de desenvolvimento (LEITE, 2011, p. 98).

O ano de 1961 foi uma data importante para o continente africano, período em que ocorreram as primeiras iniciativas de políticas africanas. Foi o ano no qual o governo brasileiro tomou a iniciativa de criar um Departamento de Divisão da África, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, com vista a tratar, exclusivamente, das relações do Brasil com o continente africano, da abertura de embaixadas no continente, em especial na Argélia que acabava de encontrar sua independência, e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Segundo Leite (2011), foi incluído no relatório do MRE, um capítulo dedicado à África que mostrava a posição do Brasil sobre as nações africanas e as atividades desenvolvidas anualmente.

Com o fim da grande guerra (Segunda Guerra Mundial – 1945), o Brasil remodelou sua política externa com o objetivo de desenvolver um projeto de crescimento econômico e industrial. A aproximação com o bloco ocidental e, em especial, com os Estados Unidos, passou a ser vista como prioritária pelas elites brasileiras como uma ação necessária ao projeto do desenvolvimento nacional.

Durante o governo de Goulart, deu-se a abertura dos portos, ligando o Brasil ao continente africano, de modo a facilitar o intercâmbio comercial (escoamento dos produtos fabricados no Brasil). Essa tentativa de fortalecimento da cooperação comercial entre o Brasil e os países africanos, sobretudo Senegal, Angola e Moçambique, ampliava seu perfil internacional, uma vez que, a prevalência interna do regime democrático aproximava-o das grandes forças ocidentais, enquanto ambições mútuas em prol da paz mundial e do desenvolvimento de sua economia aproximavam¹⁷ o Brasil do continente africano.

Leite (2011) aponta que em uma comparação entre os dois governos (Quadros e Goulart), é possível constatar nuances voltadas para a política africana. Embora os dois tenham apresentado os mesmos desejos de aproximar o Brasil do continente africano, na prática, o governo Quadros teve maior progressão em criar medidas para o fortalecimento da cooperação, como a instituição de missões permanentes e especiais e institutos culturais voltadas para as questões africanas. Já Goulart não partiu por esta direção, pois seus objetivos focalizaram mais nas relações bilaterais do que na implementação do apoio africano para a criação de uma unidade em prol das questões principais da CSS. Segundo a autora, enquanto o governo Quadros teve como prioridade a política de segurança, Goulart priorizou a política internacional voltada ao desenvolvimento econômico e à ação internacional em prol de sua proteção.

Posteriormente, após o golpe militar em 1964, a política externa brasileira sofreu alterações e redirecionamentos voltados para os Estados Unidos, o que chegou ao fim dez anos depois (1974), quando o governo brasileiro associou-se novamente a CSS, sobretudo com países africanos e do Oriente Médio, em busca de novas parcerias econômicas. Abdenur e Rampini (2015) assinalam que, durante a ditadura militar, as relações com o continente africano foram restabelecidas de forma gradual pelos governos Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), objetivando a diversificação de parcerias¹⁸ com os países periféricos.

¹⁷ Aproximação vista nos discursos a defesa dos princípios da igualdade racial, da autodeterminação dos povos, do anticolonialismo e da não intervenção que figuram como a principal ligação entre eles.

¹⁸ Com Médici foram 30 tratados comerciais com países africanos e com Geisel foram 22.

Embora tenha defendido os princípios da soberania e da autodeterminação, o Brasil já havia defendido a colonização europeia, e em particular, a portuguesa, no continente africano. Essa dualidade parece explicar os recuos e avanços da política externa em relação à independência, em especial dos países¹⁹ dos PALOP (Países Africanos de Língua oficial Portuguesa), dos quais o governo brasileiro manifestava-se a favor da descolonização (LEITE, 2011; ABDENUR e RAMPINI, 2015).

O compromisso entre Brasil e Portugal, advindo do tratado de amizade e consulta assinado no Rio de Janeiro em 1953, restringia a liberdade da ação do Brasil quanto ao tema colonial, o que impôs barreiras ao exercício diplomático, condicionando a tomada de qualquer decisão internacional acerca da colonização a um acordo prévio com Portugal. Essas ações permitiam um caráter mais flexível, embora bastante confuso, o que pode ser visto de forma clara nas atitudes adotadas pelo Brasil nas conferências das Nações Unidas. Como mostram Abdenur e Rampini (2015), ao mesmo tempo em que votava contra a resolução que ordenava Portugal a apresentar a ONU informações sobre suas colônias em África, o Brasil também votava a favor do projeto de Declaração sobre a concessão de independência (descolonização) à população de países colonizados.

O Brasil não só inutilizou suas relações com os países colonizados por Portugal, devido a seu posicionamento confuso perante os processos de descolonização, como também dificultou sua relação com alguns países africanos, tendo em vista o esforço destes na luta pela independência e em favor da autodeterminação dos povos. O Brasil só despiu-se desta ambiguidade após a falência (queda) do colonialismo Português, após o fim do regime do Salazar, em 1974. A partir daquele momento, teve início o ciclo da independência de muitos países africanos, principalmente os de expressão portuguesa, entre eles, Guiné-Bissau e Cabo Verde, (1974-1975).

Nesse período percebia-se o interesse cada vez maior de alguns países em criar ou manter relações diplomáticas com o continente africano, a exemplo de Figueiredo, o primeiro presidente brasileiro a visitar países africanos, entre os quais: Nigéria, Senegal, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Argélia, no final de 1983.

Posteriormente, com a abertura democrática e o fim da Guerra Fria, o Brasil, através do governo Sarney, passou a intensificar ainda mais as relações externas. As relações entre África e o Brasil, na década de 90, aos olhos de alguns especialistas, são assinaladas por

¹⁹ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

interpretações contraditórias. Alguns observam um desenvolvimento dos laços, outros enxergam como um período marcado pelo enfraquecimento destas relações.

Entre os especialistas, Rizzi expõe a queda nas relações a partir da diminuição do número de diplomatas brasileiros nos países africanos e a queda nas relações comerciais iniciadas após a Guerra Fria; a vulnerabilidade política e econômica dos países africanos e a escassez de novas oportunidades de comércio. Nas interpretações de Hirst e Pinheiro, houve uma retomada gradual da política africana na década de 90 (*apud* ABDENUR e RAMPANI, 2015, p. 49). Embora o Brasil tenha buscado mais contato com os EUA e com a Europa, o país também participou da restauração da Zona da Paz (ZOPACAS) e da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, com vista a encontrar uma integração mais efetiva com o continente africano.

A partir do início do século XXI, o Brasil, a China e a Índia, passaram a ser vistos como os novos protagonistas no cenário da política internacional e da economia no continente africano. Após um longo período de distanciamento, as relações do Estado e da sociedade brasileira com a África ganharam novos contornos, sobretudo, durante o governo Lula (2003-2010).

De acordo com Pereira e Visentini (2008), o discurso e a prática diplomática do então governo Lula tenderam para a elaboração de parcerias com seus parceiros no setor das relações Sul-Sul, aumentando a autonomia da política externa brasileira em relação aos países do Norte. Nesse aspecto, a África representa uma das maiores áreas de investimento tanto no âmbito da diplomacia quanto em nível do comércio, à exceção da América do Sul. Essa nova importância dada ao continente africano, de modo geral, se reflete na abertura ou reabertura das embaixadas e outras representações diplomáticas brasileiras no continente.

Entre os 54 países que compõem a África, o Brasil conta com representações em 37, das quais 19 foram abertas durante o governo Lula. O então Presidente Lula foi quem mais fez visitas à África em relação aos seus antecessores e tais esforços facilitaram não apenas a assinatura de acordos oficiais, mas também a atuação de agentes não estatais²⁰. Em seu primeiro mandato, Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em julho de 2004, São

²⁰ Os investimentos brasileiros na África, liderados pela Vale, Petrobras e grandes construtoras como a Odebrecht, aumentaram de forma significativa, às vezes com o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Socioeconômico (BNDES). A própria estrutura do BNDES passou a refletir o maior empenho do governo em ampliar a cooperação Sul-Sul, entre os quais: o financiamento a exportações, lançadas em 1990, expandidas e concentradas em divisão própria dentro do banco. 2013, o BNDES abriu escritório em Johannesburg (África do Sul) com vista a coordenar suas atividades em todo continente africano (ABDENUR; RAMPANI, 2015, p. 95).

Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal; em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Além de ampliar o apoio aos processos de pacificação e reconstrução, o presidente também perdoou dívidas de vários países e concedeu créditos e assistências em diferentes áreas (PEREIRA; VISENTINI, 2008, p. 04).

Após várias décadas de desequilíbrio, percebeu-se que a economia africana começa a dar sinais de melhoria, visto que, nos últimos anos, o continente não só teve a aceleração em nível do crescimento de sua economia, mas também tem vivenciado as novas oportunidades do comércio e investimentos.

Os países africanos têm se esforçado na promoção do desenvolvimento econômico sustentado por iniciativas políticas próprias, a exemplo da União Africana (UA), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Comunidade dos Estados da África Oriental (ECOWAS), da Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD), da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDAO) e da União dos Estados da África Ocidental (UEMOA), que são marcos importantes na busca pela superação dos problemas causados pelas conquistas europeias ao longo dos séculos. Ainda que o continente seja marcado pelos intensos conflitos advindos de diferentes regiões e outras formas de violência, pobreza e problemas sanitários, é considerado ainda um espaço adequado aos investimentos das empresas, principalmente, as brasileiras.

Hoje, é possível observar, além das empresas brasileiras, a presença cada vez mais forte das empresas chinesas em vários cantos do continente africano, atuando em diferentes setores. Como mostram Pereira e Visentini (2008), em 2007, durante a quarta reunião do Grupo de Observadores da Terra (GEO) na Cidade do Cabo, Brasil e China anunciaram que iriam distribuir gratuitamente para todo o continente africano, imagens de satélites Sino-brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), com objetivo de maximizar a capacidade de atuação dos governos e organizações africanas, com a utilização de imagens de satélites para monitorar desastres naturais, desmatamento, secas e desertificação, ameaça à produção agrícola e a segurança alimentar e riscos a saúde pública.

2.5. A internacionalização do ensino superior no Brasil

A sociedade globalizada, instituída principalmente pela transformação decorrente do mundo, passou a conhecer uma nova ordem pautada, sobretudo, nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, com ênfase fundamentada no ensino superior. A compreensão do referido fenômeno, obriga-nos a observar não apenas a função do conhecimento e da informação em nossa sociedade, mas também a própria apreensão de tal conhecimento e dos objetivos e representações sociais a eles ligados.

Sendo assim, a análise das possibilidades de desenvolvimento de ensino superior em nível internacional precisa levar em consideração a dinâmica da evolução que os campos sociais, políticos, econômicos e culturais adquirem e que fornecem um quadro maior do atual contexto e do meio circundante. Até certa medida, como parte da sociedade global, a universidade passa a valorizar o capitalismo acadêmico, numa lógica de economia de conhecimento.

A internacionalização da educação aparece, no atual cenário da globalização, como uma nova perspectiva: o entendimento de que a educação é um serviço e que deve ser vista como uma mercadoria, devendo, portanto, ser regulada pelo mercado. Nessa intenção, países desenvolvidos e organismos internacionais, comprometidos com a lógica do mercado, orientam as diretrizes das reformas educacionais para o ensino superior (CASTRO, 2012, p. 817).

A internacionalização da educação superior pode ser vista numa perspectiva do mercado. Nessa perspectiva, a partir de 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC), através do Acordo Geral de Comércio e Serviços, apresentou uma proposta de inclusão da educação como serviço, na qual foram estabelecidos quatro campos em que se poderia proceder a internacionalização da educação, sendo estes a oferta transfronteiriça, como mobilidade de educação à distância; consumo exterior (mobilidade estudantil); presença comercial (mobilidade de instituições) e a presença pessoal direta do provedor (mobilidade científico-acadêmico).

Com base nisso, organismos internacionais e países desenvolvidos passaram a orientar as diretrizes das reformas educacionais para o ensino superior, exigindo um espaço comum da educação, possibilitando a livre circulação de serviços e capitais educacionais, e requerendo a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e a formação de padrões educacionais equivalentes (CASTRO, 2012, p. 818).

Algumas mudanças ocorridas no âmbito da educação superior, sobretudo no final do século XX, tais como a expansão de instituições de ensino superior públicas e privadas, seguiram um modelo centrado na heteronomia, no qual setores externos subordinam as universidades na definição da missão, da agenda e dos seus “produtos”, de modo que a prática universitária passa a ser administrada pela lógica do mercado.

Essas políticas de educação, no entanto, visam fortalecer a competitividade econômica, na tentativa de inovar os “produtos” e “processos”, dando ênfase a currículos ligados à necessidade do mercado, a preparação dos estudantes de acordo com as demandas do mercado de trabalho e à efetiva gerência do trabalho institucional e docente, burocratizando o trabalho dos professores (AKERMAN; GUAZZELLI; RAYMUNDO; VARJABEDIAN, 2015, p. 297).

Percebe-se, então, a importância dos papéis desempenhados pelas grandes corporações transnacionais no processo de internacionalização do ensino superior. Ainda que estas corporações apresentem objetivos claramente nacionais, elas são fundamentais na difusão de novas tecnologias da educação e são importantes protagonistas do mercado financeiro, principalmente nos países em desenvolvimento.

Compreendido como algo de extrema importância, que envolve não só a cooperação internacional em termos geográficos da atividade, algumas alterações internas fizeram-se necessárias no âmbito do programa de mobilidade de professores e alunos, franquias de cursos, educação *online* e estudos internacionais, criando-se novas demandas para Instituições de Ensino Superior. O fenômeno da internacionalização da educação superior, no início da década de 90, despertou o interesse de vários países, passando a ser visto como um serviço internacional possível de ser comercializado como um bem de mercado (CASTRO, 2012, p. 819).

Diante disso, uma das primeiras iniciativas no sentido de criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior foi feita pelos países da União Europeia, tendo como pressuposto o atendimento aos requisitos de uma sociedade em mudança. Os ministros da educação da Alemanha, Itália, Inglaterra e França, reunidos no ano de 1998 em Paris, assinaram a “Declaração de Sorbonne” e nesse momento já se projetava a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior (CASTRO, 2012, p. 822).

Um ano depois, foi assinada a “Declaração de Bolonha”, com a participação de 29 países europeus, não apenas participantes da União Europeia, mas sim como um todo, de modo a intensificar o processo de mudança da educação superior, objetivando a formação de

um Espaço Europeu coerente, compatível, competitivo e atraente aos estudantes europeus e de países que se encontravam fora da Comunidade Europeia.

Por outro lado, alguns organismos como a Associação Internacional de Universidades (IAU), fundada desde a década de 50, com a associação de mais de 360 instituições e a participação de 150 países, propõe garantir o papel social das universidades no mundo, primando pela qualidade da educação superior por meio das cooperações internacionais, buscando promover a integração social e cultural, importante à sociedade contemporânea. Tais fenômenos buscam, também, promover o desenvolvimento humano através do intercâmbio de saberes, bem como ampliar a diversidade de conhecimento, os horizontes culturais, as possibilidades científicas e tecnológicas e as trocas culturais entre os países integrantes.

A compreensão de que o conhecimento é a chave preponderante para desenvolver a sociedade capitalista e a percepção de uma forte economia pautada no conhecimento, não se encontram apenas no acesso das pessoas à informação, mas também num grau de formação que os possibilitem ter acesso à essas informações, o que levou muitos países a repensarem seus sistemas de ensino superior.

Durante a Conferência Mundial de Ensino Superior (CMES), em 1998, em Paris, a UNESCO defendeu a importância do papel do ensino superior para o desenvolvimento dos países e para a compreensão da dinâmica de atuação dos fatores externos que determinam a dinamicidade de sua transformação e a conformação de seus processos de desenvolvimento socioeconômico. Foi ressaltado e reforçado durante a conferência o ideal de que, sem educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que se responsabilizem pela formação das pessoas cultas, com um senso crítico de qualidade, seria impossível assegurar um desenvolvimento puro e sustentável e muito menos diminuir as desigualdades que separam os países pobres dos mais desenvolvidos.

No entanto, com essas dificuldades econômicas, políticas e sociais, nas quais se encontram os países em vias de desenvolvimento ou em processo de transição, não haveria como ultrapassar esse déficit, levando em consideração apenas seus recursos próprios, visto que necessitariam de ajuda internacional significativa por parte dos países mais ricos. Nesse interim, as discussões em torno do processo da internacionalização do ensino superior passaram a ganhar mais ênfase, afirmando que a educação deve reagir às possibilidades e desafios que o mundo globalizado impõe (UNESCO, 2000).

Durante a conferência, foi reforçada também, a necessidade de compartilhar o conhecimento, estabelecendo a cooperação internacional, de forma que o surgimento das

tecnologias modernas pudessem oferecer oportunidades diferenciadas que buscassem reduzir as desigualdades existentes a nível global.

A UNESCO assumiu a responsabilidade de desempenhar um papel determinante no sentido de promover a cooperação internacional no âmbito da educação superior, com o objetivo de beneficiar todos os países, ressaltando ainda o caráter de internacionalização do ensino superior, demonstrando que a dimensão desta internacionalização deveria estar presente no planejamento dos estudos e nos projetos de ensino e aprendizagem, como prioridade nas agendas dos Governos e Estados de cada país. Castro aponta que:

no atual momento das relações internacionais entre os países, o conceito da cooperação internacional, em especial, em nível educacional, inicialmente compreendido como uma fonte de financiamento externo passou para uma visão mais ampliada na qual, a cooperação deve converter-se em um instrumento para a internacionalização dos sistemas de educação superior, com políticas mais ativas, priorizando temáticas e prioridades regionais, dessa forma, cada mais é vista como um meio para o desenvolvimento institucional, envolvendo atividades conjuntas entre as universidades e uma integração com fins mútuos (CASTRO, 2012, p. 820).

Essa visão encontrada em Castro é compatível com a visão da UNESCO, que parte do princípio de que a internacionalização da educação superior não deve estar apenas resumida à questão da cooperação internacional entre países, uma vez que este pode ser compreendido, também, como a introdução de uma extensão internacional/intercultural total no processo do desenvolvimento da educação e pesquisa.

Tendo em vista as análises elaboradas até aqui, percebemos que as grandes universidades situadas nos países mais desenvolvidos e centrais se configuram como grandes produtoras de pesquisa, formulando redes de colaboração internacional, desenvolvendo seu poder e capacidade de influenciar o ensino superior nos países periféricos nos quais tornou-se constante a diversificação dos produtos oferecidos pelas universidades internacionalizadas, tais como a reestruturação da grade curricular, o surgimento de novos cursos e campos profissionais, entre outros.

Ao partirmos do ponto de vista no qual se relacionam o conceito da internacionalização da educação superior com a política externa brasileira, percebemos que o investimento em políticas públicas dessa natureza carece, de acordo com a história, de ações e coordenadas. Nesse sentido, a referida *public diplomacy*, para qual a educação oferece grande potencial de crescimento, é ainda quase inexistente no Brasil, sobretudo, na medida em que o investimento, tanto em educação quanto na divulgação da cultura entre países, configura-se como instrumento de projeção do Brasil a nível internacional, bem como representa uma ação

de *soft power*, de acordo com a tradição da política externa brasileira (CANDEAS, apud OLIVEIRA, 2015, p. 04).

A dinâmica da internacionalização dos meios de aprendizagem e de ensino se manifesta de forma relevante quanto a análise do movimento dos países em processo de desenvolvimento, visando reduzir as assimetrias através de iniciativas das cooperações Norte-Sul-Sul e Sul-Sul.

Para Oliveira (2015), a educação superior no Brasil tem sido internacionalizada de forma progressiva, o que teve início com a reforma educacional nos meados da década de 60, quando foi proposta uma estrutura mais interligada e que adequasse a unidade entre o ensino e a pesquisa. Também é possível compreender esse processo de internacionalização da educação superior no Brasil ao levar-se em consideração a diversidade do sistema e sua hierarquização em termos de atendimento às demandas sociais, assim como a partir do fato de que sua construção tem por base as políticas e os programas e estratégias utilizadas a nível nacional, setorial e institucional, de acordo com os distintos atores envolvidos (LAUS, 2004, p. 02).

Duas décadas depois, no início da década de 90, após a criação do MERCOSUL e a formulação de uma estrutura especial na organização (Mercosul educacional), a internacionalização da educação ampliou-se e fortaleceu-se em escala regional, com a implementação de múltiplas iniciativas com o objetivo de facilitar diálogos entre os países membros da cooperação e, principalmente, promover a mobilidade de docentes e discentes e o reconhecimento dos referidos diplomas (OLIVEIRA, 2015, p. 05).

Isso se deu, assim como explica a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando surgiu a necessidade de estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e pesquisas desenvolvidas pelas instituições públicas. Este processo teve início de forma indutiva e em atenção às preferências do Estado, se concretizando como uma ação assentada entre o governo e as instituições em prol da criação de uma massa crítica com a finalidade de estimular o desenvolvimento do país (LAUS, 2004, p. 01).

Nos últimos anos, sobretudo após as medidas tomadas durante a Conferência da UNESCO que visavam à melhoria da educação a nível global, enfatizando a concepção de que o crescimento econômico sustentável e a qualidade de vida de um país devem ser pensados em alinhamento com o processo de desenvolvimento de suas capacidades científicas, o Governo Federal, através dos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação (MRE e MEC), vêm trabalhando de forma conjunta no fortalecimento do processo

de internacionalização da Educação e da Ciência e Tecnologia do país. No entanto, o aumento do número de estudantes estrangeiros no país criou a necessidade de firmar Acordos de Cooperação Cultural Bilateral, entre os quais, o PEC-G e o PEC-PG. Tudo isso se deu no incremento da internacionalização do meio acadêmico, em especial das universidades públicas.

No primeiro semestre de 2011, o Governo Federal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação, representado pela CNPq e pelo CAPES, criou o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de consolidar, expandir e internacionalizar a ciência e a tecnologia, bem como a inovação da competitividade brasileira por meio de intercâmbios e da mobilidade internacional. O referido programa representa um marco na visibilidade internacional da educação brasileira e nos movimentos nacionais e internacionais da educação superior. O programa previa a utilização de até 101 mil bolsas de estudo em quatro anos, nas universidades estrangeiras com as quais o Brasil mantém um acordo de cooperação educacional.

Em se tratando dos estudantes a nível de graduação, compete a CAPES e a CNPq a responsabilidade de definir os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países. Tem-se também o doutorado sanduíche, importante no processo da internacionalização do ensino superior brasileiro e o doutorado pleno no exterior, no qual alguns estudantes brasileiros passaram pela experiência de estudos e pesquisas nas universidades estrangeiras.

De acordo com Oliveira (2015), o Programa Ciências sem Fronteiras, embora apresente um resultado significativo em termos numéricos, foi criticado pelos especialistas que questionam a ausência de fiscalização e apontam as falhas na qualidade da experiência, principalmente entre os estudantes da graduação. Tal questionamento também se dirige à participação das instituições de ensino superior no processo seletivo dos candidatos. Entretanto, apesar de alguns problemas e desafios decorrentes do processo, o programa tem atingido sua meta em inserir o país em uma realidade que envolve, sobretudo, os aspectos econômicos, políticos e sociais no processo da internacionalização não apenas educativa, mas também cultural.

2.6 A cooperação educacional entre Brasil e África: programa de estudantes – convênios de graduação

De forma geral, trata-se de uma cooperação que pressupõe a integração de diferentes atores num processo de trocas impulsionadas, sobretudo, pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, assim como dos transportes. Entre os sociólogos, economistas e cientistas políticos, foram feitas inúmeras tentativas de dar uma definição concreta a este conceito, visto que, para alguns ele pode ser observado como um produto da modernidade, o marco de um novo período. Para outros, tal conceito é sinal de um prolongamento de tendências do passado, vivenciadas ainda no período da expansão europeia.

O importante é que a agilidade da elaboração de novos conhecimentos, novas ferramentas de informação e comunicação cria a possibilidade desses instrumentos estarem ao alcance de todos, o que pode ser comprovado a partir do crescente êxodo, tanto do campo para cidade quanto dos países em processo de desenvolvimento aos mais desenvolvidos.

Nesse tipo de mobilidade populacional, encontram-se muitos casos de formação técnica e superior que, devido à carência em termos de enquadramento, acabam por não ser úteis nem ao país de origem e nem aos países elegidos como destino. Este fenômeno pode ocorrer com os estudantes que terminam o curso universitário e optam por permanecer no país onde estudaram.

Seria de suma importância que os esforços dos países interessados em incorporar esses novos profissionais, se concentrem, sobretudo, em criar formas efetivas de ação que explorem o potencial dos programas de cooperação, principalmente daqueles que envolvem as universidades na qualidade de centros de excelência capazes de estimular pesquisas conjuntas, intercâmbios, bem como possibilitem a geração de empregos, a inclusão social e a criação de canais de acesso ao mercado de trabalho internacional.

A inserção dos estudantes africanos no Brasil e sua vinculação às universidades públicas brasileiras são baseadas em mecanismos institucionais próprios. Estes ingressos são regulados pelo Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), mantido pelos Ministérios da Educação (MEC) e das Relações Exteriores (MRE).

Estes acordos de cooperação científica, cultural e tecnológica, expressam formas sociais próprias de contextos da globalização e do novo status buscado pelo Brasil no cenário geopolítico internacional, envolvendo-se mais diretamente na “luta contra a pobreza, a desigualdade e exclusão, para o desenvolvimento sustentável (uma das metas do milênio das

Nações Unidas) e para o estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação” (MEC, 2000, p. 06).

O continente, em sua forma geral, apresenta grandes dificuldades, pois, embora seja detentor de uma grande variedade de matérias primas, este necessita de capital humano para potencializá-las. Isso demonstra a preocupação de uma luta efetiva em transformar o continente, para que abandone a condição de mero consumidor, tornando-se um potencial produtor.

Todavia, essa mudança de qualidade apenas se concretizaria com o desenvolvimento intelectual, empreendedor e tecnológico de sua população. É aí que entra a contribuição do governo brasileiro na formação de novos quadros profissionais, com africanos capacitados e preparados para a inserção nos novos mercados em seus países de origem.

2.6.1. O PEC-G – Marco Institucional

Como efeito do processo de independência da maioria dos países do continente africano nos finais de década de 60 e início da de 70, bem como da necessidade pela rápida integração desses países na nova ordem planetária, sobretudo pela dominação das grandes potências, tem sido realizado um esforço de desenvolvimento e ampliação de suas estruturas educacionais, através de acordos de cooperação internacional que possibilitem as necessárias adequações aos padrões contemporâneos de demanda por processos de educação formal.

Nesse contexto, a cooperação dos países africanos com o Brasil consiste em um esforço conjunto entre as nações africanas e a brasileira para a formação de estudantes em nível superior, com o objetivo de suprir as poucas ofertas de vagas de nível superior nos países africanos, em especial aqueles da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A ideia central é que o acesso às instituições de ensino superior brasileiro (IES) com objetivo de formar, qualificar e capacitar os recursos humanos, principalmente entre a camada juvenil, faça com que estes se tornem os principais atores no processo de desenvolvimento de seus países e do continente africano.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) constitui um dos instrumentos de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece a alguns países em vias de desenvolvimento, sobretudo, países da África e da América Latina. O referido acordo de cooperação foi mantido de forma pontual desde o final da década de 20, administrado

exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty) até o final da década de 60.

Desde então, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação é desenvolvido com a assinatura de protocolos conjuntos com prazos indeterminados entre os Ministérios: o da Educação (MEC), com a participação das instituições de ensino superior e o das Relações Exteriores, com a participação das Missões Diplomáticas e Repartições consulares oriundas destes países que mantêm um acordo de cooperação bilateral com o Brasil (MEC, 2000).

Os referidos protocolos são avaliados pontualmente em função dos resultados decorrentes dos desempenhos dos estudantes conveniados e dos relatórios encaminhados pelas instituições de ensino superior integrantes, enviados aos gestores do programa juntamente com o manual do estudante-convênio, conforme a regulamentação própria do programa, junto com o estatuto do estrangeiro (Lei nº 6815/80, Lei nº 6964/81 e Decreto nº 86715/81). Quaisquer alterações futuras introduzidas nos protocolos visam o aprimoramento dos mecanismos reguladores do programa, objetivando facilitar aos estudantes conveniados a integralização na sociedade brasileira, uma das metas principais do programa (MEC, 2000).

2.6.2. Histórico do PEC-G

O manual do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (MEC, 2000), foi elaborado pela Secretaria Nacional de Educação Superior. Apesar de ter havido um intercâmbio com a América Latina desde o início da década de 20, suas participações eram esporádicas e de iniciativas isoladas. No meados de 1917, observou-se a presença de Brasileiros estudando no Uruguai. Em 1919, os jovens estudantes da Argentina, do Chile, Paraguai e Uruguai realizavam cursos superiores no Brasil, sobretudo na escola militar e na escola naval.

Devido ao aumento de número de estudantes, surgiu a necessidade de criar o convênio de cooperação cultural entre o Brasil e os países latino-americanos (incluindo os aspectos educacionais), que eximia os estudantes de países signatários de algumas exigências que pesavam sobre os alunos autóctones, com vista a promover a inserção daqueles estudantes nas instituições de ensino superior (entre os quais, os dos países latino-americanos).

O PEC-G recebeu a sua atual denominação em 1964, em um relatório do Ministério das Relações Exteriores, que gerenciou o programa sem a participação do Ministério da Educação, em contato direto com as instituições de ensino superior, a partir da sede nacional no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1967, o programa auferiu seu primeiro instrumento

normativo permanente, no decorrer da assinatura de um protocolo com 19 cláusulas entre o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores. Esse aparelho do estado regulamentou a oferta e a distribuição de vagas por país, segundo a escolha dos candidatos e seus encaminhamentos às instituições de ensino superior, determinando as responsabilidades dos dois ministérios.

Assim, na base dessas relações entre os dois ministérios, foram elaborados alguns protocolos²¹, como forma de compreender os desdobramentos do programa.

No decorrer da pesquisa e através de minha experiência como participante do programa, verificamos que estas medidas para a contenção da permanência infinita de alguns estudantes nas IES e no Brasil acabou prejudicando boa parte dos estudantes que não intencionavam permanecer no país, visando apenas dar continuidade aos estudos. Percebemos que tais regras são tão rigorosas que chegam a superar as das instituições de ensino superior (universidades).

Em consequência, o estudante conveniado corria mais riscos de ser desligado do curso e do programa do que um aluno de graduação, brasileiro, estudante de uma mesma universidade, que eram submetidos à regras mais brandas. Mais tarde, a partir de 2012, foram feitas algumas alterações nos protocolos. Os alunos conveniados vinculados ao PEC-G passaram a ter as mesmas obrigações dos estudantes brasileiros no que diz respeito à questão de desligamento por reprovação (desligamento imposto por reprovação três vezes na mesma disciplina ou a perda de três disciplinas no mesmo período letivo).

Percebe-se, de acordo com o manual PEC-G (MEC, 2000), que as responsabilidades de execução das normas que regulamentam o programa estão claramente colocadas de acordo com sua natureza. De um lado, encontra-se a Divisão de Tema Educacional (DCT), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pelo gerenciamento externo do programa, articulando-se com as missões diplomáticas responsáveis pela coordenação do programa nos

²¹ Por exemplo, as cláusulas 1 e 10 estabeleciam que a oferta de vagas e seleção de candidatos era anual, ou seja, início de cada ano letivo. Esse protocolo completava apenas aos estudantes da América Latina.

A cláusula 12 demonstrava que o “estudante conveniado é extremamente proibido de trocar do curso para o qual foi selecionado”. A cláusula 13 proibia a “transferência de estudante de uma universidade estrangeira para nacional em regime de estudante-convênio”. A cláusula 16 demonstrou que o “estudante com reprovação em mais de uma vez na mesma disciplina ou conjunto das disciplinas (mais de 2 disciplinas) teria seu desligamento (jubilamento) imediato”. E a cláusula 17, não permitia o “curso de pós-graduação a ser feito imediatamente após a conclusão do curso de graduação”.

Posteriormente, em 10 de novembro de 1986, foi instituída, pela primeira, a regra restritiva no que diz respeito às questões como: a conclusão do curso no prazo determinado, a da não reprovação por duas vezes ou mais na mesma disciplina após o primeiro ano do estudo no mesmo período letivo. Foram novamente restringidas as possibilidades de mudanças de cursos e de transferências entre as instituições de ensino superior e a impossibilidade imediata de ingressar, na Pós-Graduação, mecanismos esses, frequentemente utilizados por alguns estudantes com finalidades de dar continuidades aos seus estudos ou manter suas permanências no país.

países signatários dos acordos culturais. Do outro lado, tem-se a Secretaria de Educação Superior (SESu), órgão do MEC responsável por promover a execução interna do programa, em colaboração com as instituições públicas ou privadas de ensino superior participantes do programa.

Ao se promover a coordenação das atividades gerais e a reunião periódica dos representantes do programa nas IES, objetiva-se o aprimoramento da aplicação das normas protocolares do referido manual.

Em 1981, foi criado o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), administrado conjuntamente pelo Departamento Cultural – DC do Ministério das Relações Exteriores, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, constituindo atividades de cooperação educacional exercida entre países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém Acordos de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia.

O programa tem como um dos objetivos: contribuir para a formação de recursos humanos, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para realização de estudos nas IES Brasileiras que emitem diplomas de validade nacional, em programas de pós-graduação *strictu sensu* com nota igual ou superior a 03, de acordo com a classificação da CAPES. Outro objetivo do programa é melhorar a qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior, visando sua contribuição para o desenvolvimento de seus países.

No entanto, para participar do programa estudante-convênio em se tratando de uma pós-graduação, o candidato deverá atender alguns requisitos²², entre os quais, ser cidadão de um país em desenvolvimento com o qual o Brasil mantenha acordo ou memorando de entendimento na área de Cooperação Educacional, cultural ou de Ciência e Tecnologia.

²² O candidato interessado deve ter permanecido em seu país de origem ou residência por, no mínimo, dois anos após ter obtido o diploma brasileiro, no caso do candidato que tenha recebido bolsa de estudos ou pesquisa de agência brasileira de fomento para cursar graduação e deseje inscrever-se para doutorado direto, o mesmo se aplica para os candidatos com título de mestre (profissional ou acadêmico) e; estar apto a iniciar as atividades do curso de pós-graduação imediatamente após a aprovação pela agência financiadora (MRE/DCE, 2015, p. 6-7).

Capítulo III: A formalidade e a informalidade como forma de compreender a inserção de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro

As mobilidades internacionais ou movimentos migratórios compreendem-se como um processo inerente às mudanças internacionais, fazendo com que países caracterizados pela mobilidade humana em diferentes formas, se transformem em países exportadores ou importadores de mão-de-obra. Esse fenômeno retomou sua relevância e voltou a ser tema de grande interesse para os pesquisadores dos grandes centros internacionais de estudos demográficos do século XXI.

A decisão de migrar nem sempre se associa à procura por grandes oportunidades de trabalhos ou melhoria de vida. Muitos casos estão relacionados às guerras, desastres naturais ou perseguição política e religiosa, ainda que, na maioria das vezes, o trabalho seja considerado o maior motivo. Este tipo de mobilidade caracteriza-se tanto por aqueles que escolhem sair dos seus países²³ quanto pelos que realizam migrações forçadas²⁴.

É possível observar as recentes tentativas frustradas de migração da população africana, em especial, da Líbia, e das populações do Oriente Médio, com ênfase aos Sírios²⁵, por decorrência da guerra. A população se move rumo à Europa, e tem despertado a atenção dos governos e a reação da sociedade civil, tanto para o acolhimento dos imigrantes quanto para exigir medidas mais duras com vista a impedir a entrada dessas populações em seus países.

No Brasil, também é possível acompanhar tal fenômeno, devido a uma retomada do país como centro de atração dos imigrantes, especialmente, dos vizinhos latino-americanos, o que ocorre desde os anos 80. Esse fenômeno aumentou seus níveis a partir do início do século XXI, impulsionado não só pela entrada dos imigrantes europeus e asiáticos, mas, sobretudo com a entrada dos africanos e haitianos neste fluxo migratório.

O Brasil voltou a inserir-se no novo contexto das migrações internacionais a partir das duas últimas décadas do século passado, vivenciando a mobilidade dos brasileiros para o

²³ Com finalidade de auferir renda para sua sobrevivência e enviar parte dela para família no país de origem.

²⁴ Procurando meios de sobrevivência no outro país, isto é, a procura de uma nova oportunidade de sobrevivência.

²⁵ De acordo com a agência da ONU para refugiados (Acnur), a guerra da Síria já deixou mais de 5 milhões de refugiados na Turquia, no Líbano, na Jordânia, no Iraque e no Egito. O violento confronto que completou seis anos no início de março, já deixou cerca de 400 mil mortos e mais de 6,3 milhões de deslocados internos. No entanto, os dados coletados pela Acnur e a pelo governo da Turquia indicam que, dos 5.008.473 refugiados sírios, 488.531 encontram-se em acampamentos. Acnur estima que quase 1,2 milhão de refugiados precisarão ser assentados em 2017, entre quais 40% são sírios (ACNUR, 2017).

exterior e um maior número de estrangeiros entrando no país. As migrações internacionais surgiram novamente no cenário brasileiro como uma importante questão, uma vez que, após quase um século de inserção massiva de estrangeiros no país, as mobilidades populacionais contemporâneas ocorreram no contexto das grandes transformações²⁶ econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que ocorrem desde o final dos anos 80 e que acabaram por configurar os deslocamentos populacionais mais recentes.

Estes processos de inserção dos imigrantes em solo brasileiro causa um impacto (ainda que reduzido) na oferta de mão-de-obra no mercado, tanto informal quanto formal, sendo o Brasil, um dos principais polos de atração da mão-de-obra na América Latina.

O presente capítulo se propõe a analisar as características de inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal e informal brasileiro, a partir do século XXI e também alguns dados que demonstram o comportamento do mercado de trabalho brasileiro do século passado (XX). Para tal, utilizaremos os dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, ainda que a RAIS ofereça um relatório parcial do mercado de trabalho brasileiro por excluir do seu universo os trabalhadores autônomos e os demais trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, a lista configura uma fonte importante de dados para a análise de mercado de trabalho, por tratar-se de uma base de dados anualmente atualizada que permite diferentes níveis de desagregação do plano amostral nas Pesquisas Nacionais por Amostra aos Domicílios (PNAD) e do grau de cobertura geográfica das pesquisas mensais de emprego.

De acordo com Lobo e Matos (2010), a ampla cobertura disponibilizada pela RAIS oferece possibilidades adicionais na análise do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, em relação à presença da mão-de-obra estrangeira, ainda que uma parcela grande da população esteja fora do mercado de trabalho, o que é válido também para os imigrantes ilegais. Outro fator importante consiste no sentido de que todas as informações extraídas das bases da RAIS podem ser comparadas com outras fontes de dados, entre as quais o Censo Demográfico. As informações contidas nesses bancos de dados permitem elaborar um perfil provável do nível de inserção no mercado de trabalho formal, tanto dos nativos como dos estrangeiros residentes no Brasil, bem como das condições gerais de rendimento, escolaridade e o tipo de ocupação dessa população.

²⁶ No Brasil, o final de década de 80 foi marcada por importantes transformações de caráter estrutural ocorridas nos ambientes econômico e institucional, ligada ao novo conjunto de políticas macroeconômicas adotado, quanto a implementação de reformas de cunho liberalizante, com objetivo de retomada do crescimento econômico de forma a que a crise do início dos anos 1980 fosse superada.

3.1 Tendências gerais do mercado de trabalho formal e informal no Brasil

Nesta seção, com o objetivo de complementar o levantamento anterior (recorte temporal), partimos de uma abordagem de análise das características mais gerais do mercado de trabalho formal e da informalidade no contexto brasileiro, analisando os dados da inserção dos brasileiros com vínculo de emprego tanto formal como informal dos anos 2000 até 2017, perpassando por alguns levantamentos dos dados da década de 90, visando a compreensão da inserção dos estudantes estrangeiros (africanos) no mercado de trabalho brasileiro.

Tomamos tal ponto de partida por saber que nos anos 2000, principalmente no ano de 2008, foi vivida uma intensa crise econômica internacional decorrente da falência do banco de investimento Lehman Brothers, após recusa do Federal Reserve (EUA) em socorrer a instituição. Como efeito da crise, no último trimestre de 2008 a produção industrial dos países desenvolvidos experimentou uma redução bastante significativa, apresentando, em alguns casos, uma queda de mais de 10 pontos quando comparado ao último trimestre de 2007.

Tanto os EUA quanto a União Europeia sentiram profundamente os efeitos dessa crise e o desemprego registrou um aumento significativo, resultando em um processo de migração para outros países menos afetados pela crise, como é o caso do Brasil. De certa forma, é notória a prosperidade brasileira, que apresentou uma taxa média de crescimento anual do PIB de 3,2% para a última década, e também um aumento de 96% do PIB per capita em comparação aos períodos de 1991-2000 e 2001-2009. Em 2010, o Brasil alcançou um PIB de 7,5% e, em 2011, 2,7%. Segundo informações divulgadas pelo Banco Central, através do Boletim Anual de Economia Brasileira, o comportamento dos investimentos se constituiu como um determinante adicional à sustentabilidade do atual processo de crescimento econômico, em virtude do nível crescente da demanda interna. Todos esses fenômenos resultaram numa inserção crescente de imigrantes no Brasil nesse período, o que nos leva a tomar esses marcos teóricos como ponto de partida para compreender a inserção dos estrangeiros e, sobretudo, dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro.

Percebe-se também, nesse período, um intenso processo da migração de retorno dos brasileiros que se encontravam nos países afetados pela crise internacional, especialmente, Portugal, Espanha, Itália e Grécia. A década de 90 pode servir como fonte de estudo no sentido de contextualizar historicamente esse processo de mercado de trabalho brasileiro, para aqueles que visam compreendê-lo a partir dos anos 2000, através dos aspectos da crise econômica internacional.

Na tentativa de compreender a inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso de graduação, o foco da nossa análise partiu de uma abordagem histórica do período compreendido entre os anos 2003-2017, levando em consideração que, a partir de 2007, já é possível observar os primeiros concluintes do curso de graduação e suas possíveis inserções no mercado de trabalho.

A partir do início do século XX inicia-se o processo de desenvolvimento do mercado de trabalho no sentido moderno do termo, como forma predominante de produção de bens e serviços. Durante as primeiras décadas do século XX, o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, posto que as leis e contratos coletivos eram praticamente inexistentes. Posteriormente, durante os anos de 1930 e 1940, o corporativismo de governo Vargas instituiu um código de leis trabalhistas que impactou o mercado nacional durante todo o século.

A partir daí, as noções de “formalidade e informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas, segundo Noronha (2003). A autora enfatiza, ainda, que durante esse período, as estatísticas indicavam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo pelas leis federais e, secundariamente, por contratos coletivos.

As leis trabalhistas brasileiras estabeleciam, de forma detalhada, as regras mínimas de relações de trabalho justas, desde salário mínimo, jornada de trabalho e férias anuais, entre outros direitos definidos pela lei. Durante esse processo, segundo Noronha (2003), muitos direitos sociais foram garantidos aos trabalhadores e os servidores públicos foram os primeiros contemplados com contratos formais e, conseqüentemente, com os direitos sociais associados a eles. A partir da década de 70, o espectro do mercado de trabalho brasileiro aparentava claramente as faces da informalidade, nas quais boa parte dos trabalhadores das indústrias havia sido incorporada ao mercado de trabalho formal²⁷, assim como os trabalhadores do setor de serviços. O processo contínuo da urbanização reduziu, ao longo dos anos, o número de trabalhadores rurais que se encontravam em informalidade ou em outras formas não contratuais de trabalhos.

A partir de janeiro de 1991, os empregados com carteira assinada representavam 55% da força de trabalho. Na qual 20% dos trabalhadores eram autônomos e os empregadores somavam 4,5%;. O número de trabalhadores informais chegava a 20% no total (NORONHA, 2003, p. 115). Observa-se que uma das principais preocupações acerca da qualidade e das

²⁷ A invenção da carteira de trabalho teve significados simbólicos e práticos. Durante muito tempo funcionou como uma verdadeira carteira de identidade ou como comprovante para a garantia de crédito ao consumidor, prova de que o trabalhador esteve empregado em boas empresas. Hoje seu significado popular é o compromisso moral do empregador de seguir a legislação do trabalho.

dinâmicas do mercado de trabalho no Brasil se refere à formalização dos vínculos como um diferencial significativo em termos de inserção dos trabalhadores.

Nesse sentido, é importante reconhecer o alto grau de heterogeneidade do trabalho informal no Brasil, que congrega os trabalhadores que agem por conta própria, cujas características, em termos ocupacionais, são igualmente diversas. O pertencimento ao campo da informalidade, visto como um fator preponderante no mercado de trabalho, pode ser considerado um importante fenômeno do crescimento econômico no país. No Brasil, o mercado de trabalho informal e seus respectivos contratos, tem sido compreendidos como problemas sociais e econômicos, na medida em que representam rupturas em um padrão contratual único, ou contrato formal.

O que se observa aqui, é que a percepção do mercado informal torna-se mais problemática em sua totalidade com relação à noção de padrões mínimos legais/formais de contratos.

De acordo com Noronha (2003), o sentido desta dualidade conceitual “formal/informal” não se apresenta de forma clara, da mesma forma que não há coerência sobre a relação de contratos homogêneos nem sobre o papel da legislação nos contratos de trabalho. Ademais, Noronha (2003) enfatiza que, apenas quando tivermos a identificação de tipos diferenciados ou grupos de “contratos irregulares” (informal) previstos ou não pelas leis trabalhistas, poderemos definir as eventuais inconveniências da ausência de um padrão contratual único e, sobretudo, identificar as razões da existência de contratos atípicos ilegais ou não previstos em leis e socialmente ilegítimos. O autor afirma que:

O conceito de “informalidade”, embora muito adotado pelas ciências sociais e econômicas brasileiras, refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito, como a literatura internacional vem apontando. O significado da “informalidade” depende, sobretudo, do de “formalidade” em cada país e período e, embora isso seja evidente, as análises sobre o tema tendem a ignorar a noção contraposta da qual ela deriva (NORONHA, 2003, p. 111-112).

Observa-se, então, que a compreensão do conceito de informalidade de trabalho ou dos contratos atípicos, depende, primeiramente, da compreensão do contrato formal vigente em cada país, região ou categoria profissional. A percepção desse conceito (formal/informal), no contexto brasileiro, provém da ordem jurídica, na qual são considerados informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada.

No Brasil, até o surgimento das mudanças introduzidas no governo de Fernando Henrique Cardoso, o contrato por tempo indeterminado previsto na Consolidação das Leis

Trabalhistas (CLT), era a única opção disponível para as empresas privadas. O conceito de “formalidade”, no país, tinha apenas um formato, diferente de outros países, cuja legislação antecipava contratos em tempo parcial.

De forma geral, os padrões contratuais da informalidade são muito mais diversos e poucos discutidos. O trabalho, por sua vez, encaixa-se em diferentes tipos de contratos informais, desde os trabalhos visivelmente ilegais até os de familiares ou outros tipos de trabalhos cujo estatuto encontra-se comumente em disputa - cooperativa ou terceirizada, (NORONHO, 2003, p. 112). Habitualmente, o conceito da informalidade é tratado como um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável, segundo Noronha.

Nesta mesma direção, o planejamento governamental e as políticas públicas brasileiras estabelecem formas de mensuração objetivas e de fácil aplicação de condições contratuais que reforçam a simplificação que a classificação implica.

O que se pode perceber é que, uma vez aceitas essas considerações, é pertinente admitir que as abordagens econômicas ou sociológicas baseadas em conceitos da formalidade e informalidade do mercado de trabalho, representam apenas uma concepção parcial e com poder explicativo limitado das razões pelas quais o país conta com uma trajetória longa de contratos²⁸ atípicos e de fracassos na procura da uma homogeneidade no mercado de trabalho.

No entanto, o cenário do mercado trabalhista brasileiro apresentou uma significativa inversão de sua trajetória. Durante as duas últimas décadas do século XX, o mercado de trabalho brasileiro foi bastante restritivo na absorção da população economicamente ativa, visto que o emprego formal deu espaço para formas de trabalho precárias, com ampliação do trabalho autônomo, do assalariamento sem registro formal de vínculo empregatício, do trabalho doméstico e trabalho sem remuneração. De Maria e Moretto (2016), ao analisarem a inserção de latino-americanos no mercado laboral formal brasileiro e suas implicações para as políticas públicas, apontam que, se ao longo dos anos 80, a maior informalização do trabalho manteve a taxa de desempregos em níveis baixos, nos anos 90, o desemprego teve tendência crescente e as remunerações sofreram, na década de 90, com os elevados níveis inflacionários.

Por outro lado, segundo De Maria e Moretto (2016), se o estancamento da escalada inflacionária da década de 90, através da implantação do Plano Real, trouxe alívio para as categorias de trabalhadores com baixo rendimento, por outro, as mudanças nas diretrizes da política econômica implicaram em perda acentuada de geração de emprego.

²⁸ Sustenta-se aqui que as noções de contratos “eficientes” da economia, de contratos “legais” do direito, assim como as noções populares de contratos “justos”, podem elucidar as possibilidades contratuais de fato existentes no mercado de trabalho de forma mais rica do que aquela derivada de uma interpretação puramente econômica, jurídica ou sociológica (NORONHA, 2003).

No Brasil, as mudanças ocorridas no cenário econômico da década de 90, inseriram o país na nova divisão internacional de trabalho, de forma subordinada, com o Estado brasileiro tendo pouca capacidade para consolidar as diretrizes do seu desenvolvimento. Carneiro (*apud* DE MARIA; MORETTO, 2016), em seu estudo, afirmou ainda que, num contexto de dominação das finanças e dos mercados, acompanhado das ampliações e das incertezas em relação aos retornos de curto prazo, a procura de ampliação dos lucros levou as empresas a reduzir ao máximo os custos, principalmente os trabalhistas.

No início dos anos 90, deu-se a abertura comercial e financeira, por parte do então governo, bem como a intensificação da adoção do Plano Real, que aceitou a sobrevalorização da moeda do país, contribuindo para a destruição dos elos das cadeias produtivas e obrigando as empresas nacionais a uma intensa reestruturação da produção de forma acelerada, com vista a diminuir os elevados custos de produção e impulsionando a competição com os produtos estrangeiros, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Durante essa fase de reestruturação produtiva, o desemprego teve um crescimento intensificado, diminuindo, assim, o poder de barganha perante os trabalhadores frente ao setor empresarial, dando espaço à adoção de mecanismos que facilitaram a gestão do trabalho pelo empregador, dando-lhe a possibilidade de ajustar a quantidade de trabalho e a remuneração no nível de atividade (DE MARIA; MORETTO, 2016, p. 07).

A introdução desses mecanismos de controle, com o uso da terceirização, levou as empresas a externalizarem parte de sua produção sem perder o controle sobre o processo, uma vez que as empresas terceirizadas possuíam maior facilidade de contratação dos trabalhadores sem o registro formal. Este novo instrumento produtivo, sobretudo em atividades econômicas mais tradicionais (construção civil, confecções, vestuários, entre outros) contribuiu de forma significativa para a organização da produção por meio dos pequenos negócios (empreendimentos), cuja forma de contratação não segue as normas trabalhistas, não reconhecendo formalmente o vínculo empregatício.

Porém, qualquer que seja a forma utilizada, o resultado consiste na maior precariedade das relações de trabalho e, esse modo de organização do sistema produtivo possibilita a realização de parte da produção ou comercialização fora do circuito formal, criando a possibilidade de algumas actividades que desviam das normas da legislação do trabalho, promovendo a condição análoga ao trabalho escravo, que oferecem oportunidades de trabalho não apenas aos nativos, mas também aos imigrantes ilegais.

Pesquisadores como Baeninger e Freitas (2010), em suas experiências, sobretudo entre os imigrantes bolivianos e coreanos no interior de São Paulo, procuram centrar suas análises

no modelo que considera o fluxo de origem do imigrante e compreender os mecanismos que permitam a construção de um canal entre o local da saída do imigrante e o de destino. Os pesquisadores consideram, ainda, as análises que focam nessa nova divisão internacional do trabalho e da emergência das atividades terceirizadas como modelo explicativo para migração. Cavalcanti (2015) defende que, ainda que os estudos sobre os casos dos trabalhadores bolivianos tenham destaque, o Brasil, a partir dos anos 2000, passou a ser polo de atração de novos fluxos migratórios, principalmente de africanos e haitianos.

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015) também afirmam que a questão do trabalho imigrante não visa solucionar problemas do mercado brasileiro, semelhante ao caso da imigração entre o final do século XIX e início do século XX. Afirmam também que o trabalhador migrante não atua exclusivamente em situação precária (informalização), havendo também a inserção de trabalhadores migrantes em ocupações que exigem alta qualificação em postos de direção, sobretudo, entre as empresas transnacionais.

De acordo com os autores, isso implica em nichos de mercado que são ocupados pelo trabalhador imigrante, rendendo tanto ocupações de boa qualidade quanto ocupações precárias. Nesse sentido, surge à necessidade de uma presença mais ativa por parte do Estado, implementando políticas públicas que considerem as diversidades e as complexidades dos fluxos migratórios recentes para o Brasil. Assim, a ampliação do fluxo recente de trabalhadores migrantes estrangeiros para o Brasil, especialmente após a crise de 2008-2009, é um fenômeno importante para o mercado de trabalho, ainda que, em termos quantitativos, ele seja pouco representativo, sobretudo em relação ao emprego formal.

3.2. O Mercado de trabalho formal como forma de compreender a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro.

Ao longo das últimas décadas do século XXI, surgiram no Brasil, debates, não apenas na academia, mas também entre os meios de comunicação social a respeito das novas tendências do mercado de trabalho, em particular, no que diz respeito aos efeitos inflacionários em torno do pleno emprego e a necessidade de aumentar os trabalhadores qualificados com vista a incentivar a produtividade do trabalho e a competitividade da economia do país.

Segundo Oliveira (2015), os problemas estruturais que marcavam o mercado de trabalho nacional até o início da década passada, assim como o desemprego de longa duração, o alto índice de trabalho informal e os baixos salários, teriam sido superados ou estavam sendo equacionados. Portanto, não haveria mais razão para falar em excedente estrutural de mão-de-obra, seja pelo avanço da urbanização e da ampla oferta de emprego, seja pela evidente mudança na dinâmica demográfica. Contudo, vários especialistas têm mostrado que os problemas relacionados com esse fenômeno de trabalho excedente e com a heterogeneidade da estrutura produtiva continuam a caracterizar o mercado de trabalho brasileiro, sendo um equívoco se falar em pleno emprego, assim como enfatizam que é preciso criar políticas que possibilitem, de certa forma, alguns avanços para fortalecer os mecanismos para a geração de emprego de qualidade, a ampliação da produtividade média e a elevação dos salários de base.

Uma das principais preocupações acerca da qualidade e do dinamismo do mercado de trabalho brasileiro reside no setor da formalização dos vínculos que se tornou um diferencial significativo em termos de inserção dos trabalhadores. É importante reconhecer o alto crescimento da heterogeneidade da informalidade no país, que agrega desde os trabalhadores sem carteira assinada em vários setores de atividade, até os trabalhadores autônomos, cujas características, em termos de ocupação são igualmente diversas.

O pertencimento ao mundo formal, além de ser um forte ativo no mercado de trabalho, é um importante termômetro do crescimento econômico do país. Nesse sentido, Costanzi (apud LIMA; ABIDAL, 2007), analisou a evolução do emprego formal no Brasil entre os anos de 1985 a 2002, cujos dados apontam para a importância que o crescimento econômico acarreta ao setor formal.

De acordo com o autor, para cada incremento de 1% do PIB real, o estoque dos postos de trabalho cresceu cerca de 0,87%. Com efeito, seria necessário verificar as características dos vínculos criados nesse setor. O estoque do emprego formal no período analisado, apresentou um crescimento de cerca de 40%. Os tipos de contrato de trabalho responsáveis por esse crescimento foram os temporários (9%) e os contratos estatutários (6,4%). Os contratos de CLT foram os que apresentaram uma menor taxa de crescimento (2%), segundo Costanzi (LIMA; ABDAL, 2007).

Em 2003, a população ocupada cresceu cerca de 1,53%, enquanto os trabalhadores formais tiveram um crescimento de 3,79%. Os dados da PNAD demonstraram que esse comportamento do mercado de trabalho perdurou ao longo do período estudado, com

destaque para o ano de 2007, em que houve um aumento de 2,32% para a população ocupada e 7,31%, para os trabalhadores formais (IBGE, 2008).

Ao se referir à questão da geração de trabalhos formais em cada categoria, é fundamental observar o comportamento do saldo entre as contratações, demissões e seu perfil, objetivando analisar a oscilação no tempo desejado para o estudo. Portanto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) são ferramentas importantes no auxílio da elaboração e análises destas variáveis.

Durante o período analisado, (2001 a 2008), segundo os dados da CAGED, o país obteve um saldo positivo de 9.732.061 de trabalhadores e a média anual de 1.081.340 de novos postos de trabalho. Dois anos depois, precisamente a partir de 2003, foram criados cerca de 7.720.971 empregos líquidos, sendo a média de novas vagas de trabalho ao ano de 1.286.829.

Tabela 6 – O comportamento do mercado de trabalho no Brasil – 2001/2008

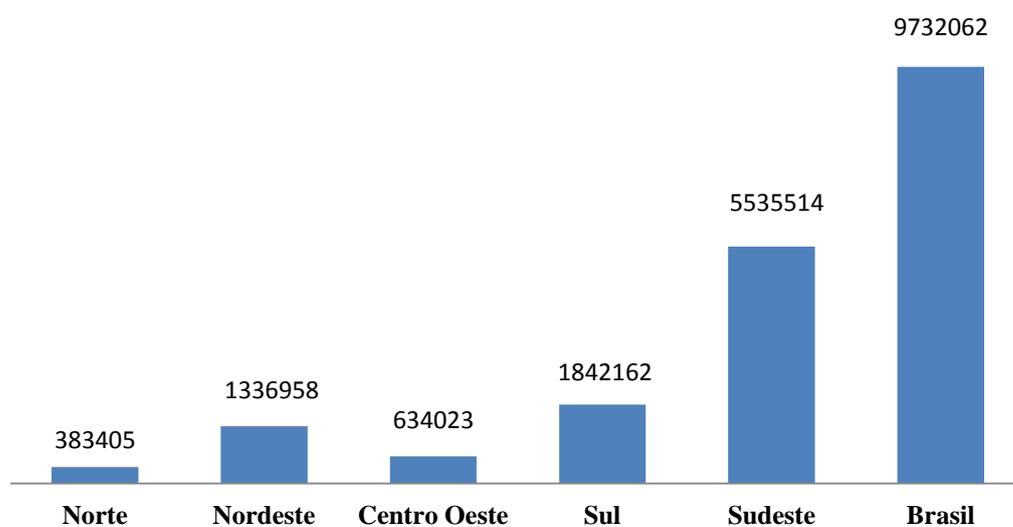
Brasil	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Formais	27.287.772	28.215.605	29.284.492	31.263.668	32.537.088	33.908.720	36.356.753	38.302.592
Ocupados	76.098.533	78.958.866	80.163.481	84.596.294	87.089.976	88.725.147	90.786.019	92.394.585
Outros	48.810.761	50.743.261	50.878.989	53.332.626	54.552.888	54.816.427	54.399.266	54.091.993
Total	152.197.066	157.917.732	160.326.962	169.1921588	17411791952	177.450.294	181.542.038	184.789.170

Fonte: IBGE/PNAD, 2010.

Na tabela acima, observa-se que durante o período analisado, que compreende os anos de 2001 a 2008 e de acordo com os dados do IBGE/PNAD, a evolução do mercado de trabalho com carteira assinada no Brasil e da população ocupada apresentaram uma tendência crescente ao longo dos anos, com variações diferenciadas em relação às categorias estudadas. De 2001 a 2008, houve uma variação de 19.74% em números absolutos entre os trabalhadores ocupados no país, enquanto entre os trabalhadores formais com carteira assinada, percebe-se uma variação de 34.82%. Encontramos uma queda de crescimento ao analisamos outros tipos

de categorias que não se enquadram entre os trabalhadores ocupados e formais. Percebemos uma variação crescente de 11.82% a partir de 2001 até 2006. Já os anos de 2007 e 2008 apresentam uma variação decrescente da taxa de emprego, contabilizando uma queda leve de -1.32% do total.

Figura 5 – Saldo de emprego formal segundo as regiões do Brasil entre 2001 a 2008



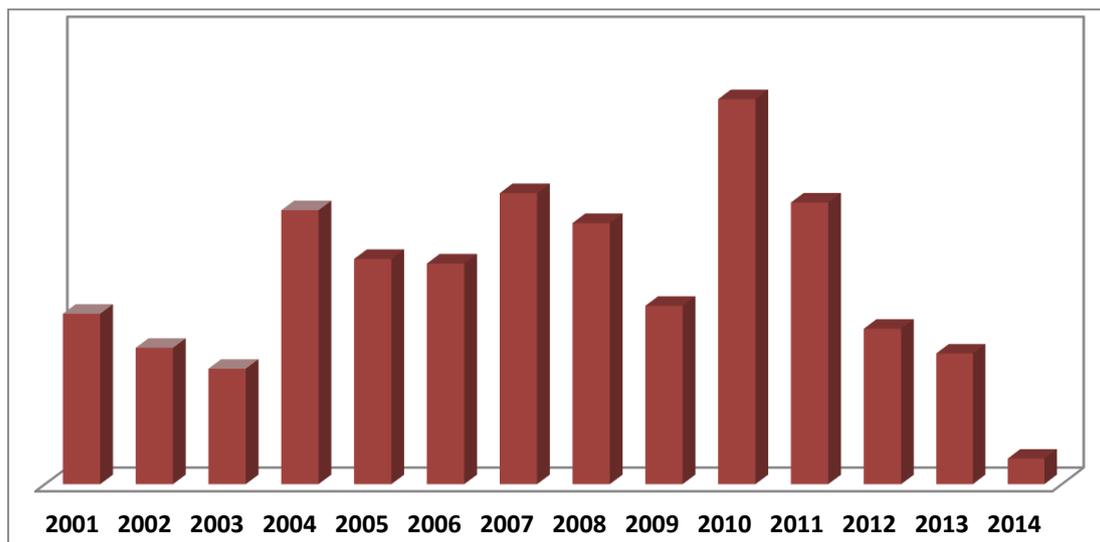
Fonte:

RAIS/MTE, 2010.

No Brasil, ao longo do período compreendido entre 2001 a 2008, segundo as informações do Ministério do Trabalho e Emprego, com base na RAIS, o processo do desenvolvimento e criação das vagas de empregos formais entre as cinco regiões, teve um crescimento significativo, apesar de apresentar algumas disparidades. A região Sudeste teve uma concentração de mais da metade (56%) das novas vagas de emprego. Em seguida, aparece à região Sul, com mais de 18% das vagas de empregos criados durante o período analisado. Entre as outras regiões restantes (Nordeste, Centro Oeste e Norte), o Nordeste aparece em primeiro, com um total de 1.336.958 vagas, que corresponde a 13% do total das novas vagas criadas. As regiões Centro-Oeste e Norte contabilizam um total de 1.017.428 vagas, das quais a região Centro-Oeste é responsável por 634.023, o que corresponde a um total de 6,5% das novas vagas com carteira assinada e o Norte com 3,4% do total. Tais disparidades entre essas regiões seriam os resultados das dinâmicas econômicas que o Brasil apresenta, em que a maior parte das riquezas e dos investimentos, em diversos setores de

atividades, encontra-se nas regiões Sul e Sudeste do país, com destaque para o Estado de São Paulo, onde a maior parte dos investimentos ocorre.

Figura 6 – Estoques de vagas formais no Brasil de 2001 a 2014



Fonte: RAIS – Elaboração própria.

Em relação ao saldo de vagas de empregos formais no Brasil, de 2001 a 2008, os dados da RAIS e CAGED apontam para um total de 9.074.466 novas vagas. Neste período analisado, o ano de 2007 aparece como o segundo maior em quantidade de vagas de emprego abertas, com um total de 1.617.392 vagas, em comparação aos outros anos analisados, com exceção de 2010, onde o crescimento das novas vagas apresentam números recordes em relação aos demais períodos. Em seguida, vem o ano de 2011, com um total de 1.566.043 das vagas.

O ano de 2008 atingiu 1.452.204 postos de trabalho, mesmo com o cenário econômico frágil devido à crise econômica internacional. Nesse período analisado, percebe-se que o ano de 2014 é o de menor quantidade de empregos criados no país, com um total de 142.714 vagas.

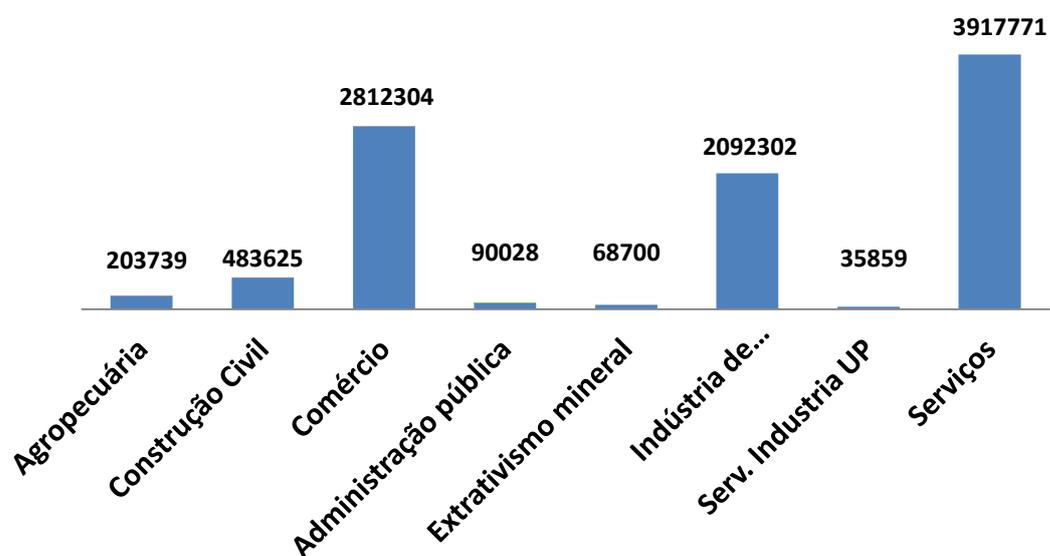
O ano de 2003 teve um leve aumento com um total de 645.433 vagas, e um aumento bastante significativo surgiu a partir do ano 2004, contabilizando 877.433 postos de trabalho, em um aumento de mais de cem por cento em relação ao ano anterior (2003), sendo o quarto maior crescimento, perdendo apenas para os anos de 2007, 2010 e 2011. Manteve-se, assim, a tendência de mais de um milhão de postos de trabalho formais abertas por ano no país.

É possível observar na figura 07, segundo as informações divulgadas pelo Ministério de Trabalho e Emprego (TEM) e as agências responsáveis por tais divulgações, que a trajetória da taxa de desemprego tornou-se visivelmente descendente na maior parte do período, sobretudo a partir de 2004.

No entanto, o baixo nível de crescimento de empregos formais atingido no ano de 2014, trouxe para o cenário uma série de debates no país acerca da situação do pleno emprego, ao mesmo tempo em que abriu-se uma discussão a respeito das causas dessa forte queda no trabalho formal.

Autores como Mattos e Lima (2015), após um estudo econométrico, associam as causas desse desemprego ao crescimento econômico ocorrido no período de 2003-2013, tendo uma ponderação com base em outros indicadores (como aqueles que revelam o crescimento da informalidade no mercado de trabalho) tendo como referência alguma reflexão teórica que demonstra que a economia do país não atuava em pleno emprego desde o início de 2013.

Segundo os autores, o papel do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi decisivo para a redução da taxa do desemprego ocorrida no período analisado, sendo que o processo da desaceleração do crescimento demográfico teve seu papel importante nesse resultado, além de certa redução da taxa de participação. Os dados dessa figura demonstram a evolução de indicadores do mercado de trabalho entre o período de 2001 a 2013, de acordo com as pesquisas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o que nos permite observar o processo da evolução de trabalhos informais (sem carteira assinada).

Figura 7 – Estoques de emprego formal por setores de atividades 2001 a 2008

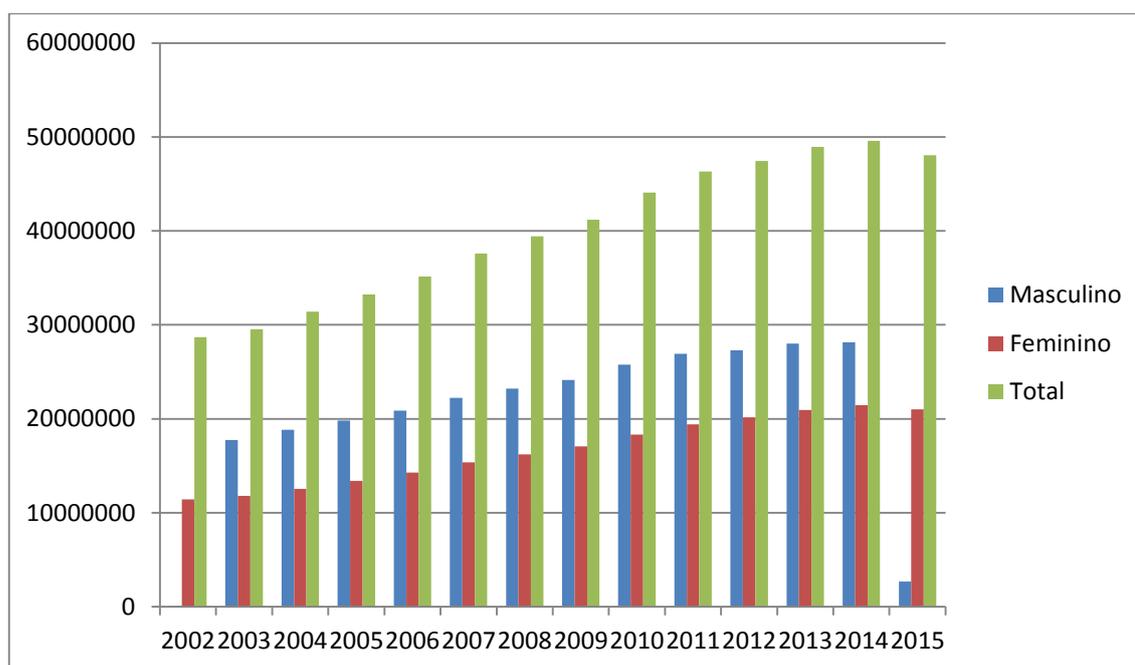
Fonte:

RAIS – MTE, 2010.

Quando se analisa o crescimento do trabalho formal em relação aos setores de atividades, percebe-se que, dentre eles, os de serviços foram os de maior expressão em termos de quantidade de postos de trabalho criados ao longo do período analisado, contabilizando cerca de 3.937.771 postos de serviço. O comércio aparece como segundo maior com um total de 2.812.304 vagas.

Os demais setores como os serviços industriais de utilidade pública, de construção civil, extrativismo mineral, administração pública e agropecuária apresentam baixa participação no seu conjunto. Porém, é fundamental demonstrar a recuperação do setor da construção civil, o qual aparece em quarto lugar em números de vagas geradas ao longo dos anos 2001 a 2008, com um resultado de crescimento de 4,9%.

A agropecuária continua apresentando pouca participação em termos de crescimento no país, em relação aos outros setores da economia brasileira, no período analisado, aparecendo em quinto lugar. A administração pública demonstrou uma produção média de cerca de 10.000 postos de trabalho ao ano durante o período, com destaque para o ano de 2005, com cerca de 21.000 postos de trabalho.

Figura 8 – Número de emprego no Brasil segundo sexo 2002 a 2015

Fonte: RAIS: Elaboração própria

Entre os postos de trabalhos criados no Brasil, ao longo do ano de 2002 até 2015, de acordo com os dados da RAIS e CAGED, 58% foram preenchidos pelos indivíduos do sexo masculino, enquanto as mulheres ocuparam aproximadamente 42% das vagas, o que demonstra uma preferência do empregador pela força de trabalho masculina.

Por outro lado, é possível observar um crescimento contínuo ao longo dos anos estudados dos postos do trabalho criados no país para ambos os sexos. Entre os setores de atividades observados no período de 2002 a 2008, o da construção civil é o que mais emprega os homens (430.000) já as mulheres ocupam apenas 43.000 das vagas o que indica uma diferença bastante expressiva.

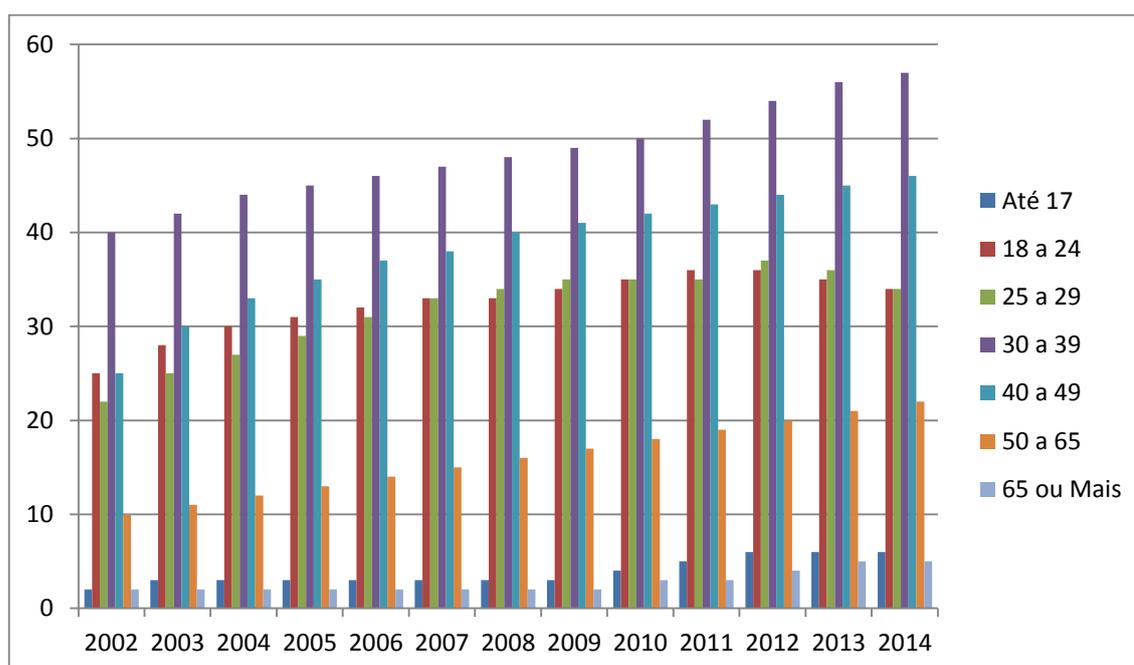
O setor de serviço é o que mais emprega as mulheres (cerca de 1.800.000), enquanto os homens ocupam aproximadamente 2.180.000 das vagas de emprego. O setor de maior equilíbrio para ambos os sexos é o do comércio, onde os homens aparecem com 16% e a mulheres com 12%.

A partir de 2004 até 2014, o Brasil apresentou um desempenho extremamente expressivo em termos de geração de empregos e rendas, aumento do salário dos trabalhadores, ampliação da proteção social e a redução da informalidade. Tais processos de desenvolvimento socioeconômico do país passaram a sofrer uma mudança radical a partir do primeiro semestre de 2015, no qual os indicadores apontam, a partir do final de 2014, uma

diminuição significativa na dinâmica positiva de geração de emprego. Porém, essa redução no processo de geração de emprego e renda não se acelerava devido a uma redução na procura por ocupação, ou seja, uma redução da população economicamente ativa. Também, percebiam-se os impactos da taxa de inflação nos rendimentos reais da população brasileira.

Essas mudanças ocorridas no país a partir do primeiro semestre de 2015, já demonstravam um processo de desestruturação do mercado de trabalho, em ritmos e intensidades que podiam se qualificar como graves, razão pela qual se observa um movimento decrescente e continuado nos resultados líquidos entre as contratações e as demissões no mercado formal de trabalho. A taxa de desemprego, de acordo com IBGE, atingiu no mês de julho 7,5%. Isso representou um crescimento de 56% no volume das demissões, maior alta desde 2002, que representa um indicador da intensidade da queda no mercado de trabalho formal.

Figura 9 – Evolução de trabalhadores formais por faixa etária no Brasil, 2002/2013



Fonte: RAIS – Elaboração própria

Além das variáveis abordadas até aqui, como setores de atividade e sexo dos trabalhadores formais, a faixa etária é também outra variável seletiva no mercado de trabalho. No gráfico, os dados da RAIS/CAGED são apresentados considerando a evolução do número dos trabalhadores empregados por faixa etária no período contínuo de 2002 a 2013. Nessa análise, podem ser observados aspectos como o crescimento significativo do número de

trabalhadores das faixas mais altas, um número demais de 130% para as duas faixas com idade superior aos 50 anos, acompanhando a tendência do envelhecimento da população e, possivelmente, uma retardação no processo de aposentadoria na expectativa de mudanças nas regras previdenciárias.

Através da faixa etária, observa-se que os contingentes com empregos formais no país, de 2002 a 2014, concentram-se mais entre a população de 30 a 49 anos idade. Por outro lado, entre os anos analisados, diferentemente de 2013, quando houve um aumento generalizado do emprego, em 2014, percebe-se, de um lado o incremento na população acima de 30 anos e de outro, a redução no nível de emprego na faixa entre 17 a 29 anos.

A expansão da faixa etária de 30 a 49 anos de idade atingiu mais de 1,64% dos postos de trabalho criados. Quanto à população da faixa etária de 50 a 64 anos de idade, a elevação de nível de emprego, principalmente entre os anos de 2013 e 2014, foi da ordem de 5,45%, percentual menor que o verificado para a faixa de 65 anos ou mais (9,04%).

Em termos absolutos, nessas duas faixas, entre 2013 e 2014, anos de maior evolução de empregos formais, ocorre a implementação de mais de 390.000 postos de trabalho e 43.800 empregos, respectivamente. Entre a população jovem, nestes mesmos anos, o nível de emprego registrou queda em 2014 em relação a 2013, especialmente entre as faixas de 17 anos (queda de 0,8%), de 18 a 24 anos (2,4%) e, entre 25 a 29 anos, cuja redução foi de 0,7%.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre encerrado em janeiro de 2014, o desemprego atingiu 12,% da população no país, a maior taxa da série histórica do IBGE até então. Essa taxa aumentou em 9% em relação ao mesmo trimestre em 2015 e, frente ao trimestre de agosto a outubro, chegou a atingir 11%. De novembro de 2016 a janeiro de 2017, a população desempregada atingiu mais 12 milhões de pessoas.

O número é 7,3% maior do que o registrado no trimestre de agosto a outubro de 2016. No tocante ao período de novembro a janeiro do ano posterior, o aumento foi ainda maior, somando 34%. Entre a população empregada com carteira assinada contabilizou-se um total 89,9 milhões de pessoas - quantidade praticamente igual à registrada no trimestre de agosto a outubro-. No entanto, na comparação com o trimestre de novembro a janeiro, o contingente recuou 1,9%. Entre esses trabalhadores com carteira assinada, 33 milhões estavam no setor privado - quase o mesmo número em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2016. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a quantidade caiu 3,7%, segundo o IBGE (2017). Havia-se registrado ainda, 10,4 milhões de pessoas empregadas no setor privado, mas

sem carteira de trabalho assinada, o que evidenciou um crescimento de 6,4% quando comparado com o contingente há um ano.

Dentro desse cenário de crescimento da taxa de desemprego, outra categoria que registrou um aumento foi a de trabalhadores por conta própria (22,2 milhões de pessoas). Em relação ao trimestre anterior, o avanço no número foi de 2,1% e, em relação ao ano anterior foi de 3,9%. Entre os trabalhadores domésticos não há alterações em relação ao trimestre passado, contabilizando um total de 6,1 milhões, segundo o IBGE (2017).

De acordo com os dados do CAGED, o Brasil fechou o mês de abril com saldo positivo, no qual foram criados cerca de 60 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, com 1.141.850 admissões e 1.081.994 desligamentos. O mês de abril demonstrou uma sequência de crescimento como o segundo mês de 2017 em que houve geração de empregos formais, uma vez que foram gerados mais de 35.000 postos de trabalho. Fevereiro obteve o primeiro saldo positivo em dois anos. Em março, foram fechados mais de 63.000 postos de trabalho. Em abril do ano passado, o mercado de trabalho formal tinha registrado a perda de 62.844 postos de trabalho.

Esses dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego incluem os empregos formais e tem como base as informações fornecidas pelas empresas contratantes. De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre de 2017, o número de desempregados no país chegou a alcançar 14 milhões de pessoas, um contingente 27% maior que o registrado há um ano e 14,9% superior ao apurado de outubro a dezembro de 2017.

Com isso, o desemprego atingiu mais de 13% da população ativa no primeiro trimestre deste ano, uma taxa de 2,8 pontos percentuais maiores que a registrada no mesmo período do ano passado e 1,7 pontos superiores à apurada entre outubro e dezembro de 2016.

Quando se observa o comportamento do mercado formal, os números apontam para direção semelhante à do mercado de trabalho como um todo. O número de empregados com carteira assinada somou 33,4 milhões de pessoas de janeiro a março de 2017, uma queda de 3,5% entre o mesmo período do ano anterior e de 1,8% na comparação com o trimestre anterior. É o menor número de pessoas com carteira assinada já observada pelo IBGE desde o início desta pesquisa, em janeiro de 2012.

De acordo com os dados do CAGED, divulgados no dia 17 de julho pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no primeiro semestre de 2017, o Brasil gerou cerca de 67.358 mil vagas de emprego formal, o que pode ser considerado o primeiro resultado positivo para o período desde 2014. De acordo com o MTE, foram um total de 7.523.289 admissões nos primeiros seis meses deste ano e um total de 7.455.931 demissões, comparado ao mesmo período de

2016, foram registradas cerca de 530 demissões a mais em relação às admissões, no país. Para o mesmo período, em 2015, foram 345,4 mil admissões.

Dentre essas admissões, o setor de atividades que mais contribuiu foi a de agricultura, com um total de 117.013 vagas abertas. A indústria contribuiu com 27.775 vagas formais, o setor de serviços abriu 60.757 vagas com carteira assinada e a administração pública com 18.372 vagas formais. O setor de comércio apresentou saldo negativo, no período, apresentando a demissão de 133.238 trabalhadores. A construção civil apresentou uma queda de 33.164, total das demissões de trabalhadores com carteira assinada no período e a indústria extrativa mineral despediu 1.444 trabalhadores com carteira assinada.

Nesta perspectiva, no que concerne a inserção formal dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, a partir dos dados da Relação Anual de Informações sociais podemos destacar alguns elementos que contribuem para a compreensão do processo de inserção desses trabalhadores. De acordo com os dados da RAIS, o total de estrangeiros com vínculos formais de trabalho no Brasil, entre os anos de 2011 a 2013 aumentou, registrando-se uma variação de 19% em 2012 se comparado a 2011, e de 27% em 2013 quando comparado a 2012. No acumulado de 2011 a 2013, o número de estrangeiros cresceu 50,9% (RAIS/MTE, 2015).

Esse crescimento indica que o Brasil se tornou um destino para os imigrantes, especialmente para os africanos e latino-americanos, ainda que a reversão do dinamismo da economia brasileira possa desestimular novos fluxos. Esses dados nos permitem observar, ainda, que a quantidade de trabalhadores homens é maior (209,133) do que a de mulheres (85,189), em uma variação que se mantém de um ano para o outro, ou seja, 2013/2012 vagas, sendo mais de 30% de trabalhadores homens e 20% de trabalhadoras mulheres e 2012/2011 vagas, sendo mais de 21% de trabalhadores homens e 14% de trabalhadoras mulheres.

Autores como Almeida, Dutra, Palermo e Tonhati (2015), apontam que esta predominância dos homens sobre as mulheres trabalhadoras, pode ser explicada por estarmos analisando dados que se referem a trabalhadores estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

Estamos dentro de um cenário que ratifica o fenômeno daquilo que se convencionou denominar “feminização da pobreza” e uma precarização das condições do trabalho feminino, sustentadas tanto pelos dados publicados por organismos estatais ou internacionais e organizações da sociedade civil, quanto pelos debates científicos sobre o tema. Porém, vale salientar que, ao tratar apenas dos vínculos formais de trabalho nesse momento, perdemos uma quantidade muito grande de trabalhadores/trabalhadoras que se encontram inseridos no mercado de trabalho informal.

Alguns estudos (PARELLA, 2010; NASH, 2004; HIRATA, 2009, Apud SUZUKI, 2015) mostram que as trabalhadoras migrantes tendem a ser maioria no mercado de trabalho informal, pois encontram-se inseridas em postos de trabalhos específicos que historicamente são direcionados para mulheres, como é o caso de trabalho doméstico. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) mostra que o Brasil, em 2011, possuía o maior número de trabalhadores domésticos do mundo, totalizando 7,2 milhões, sendo que, entre estes, 6,7 milhões são mulheres e apenas 504 mil são homens.

Parella (2010) e Dutra (2013) afirmam que as mulheres migrantes ocupam um lugar de grande vulnerabilidade na sociedade receptora e que são amplamente exploradas e discriminadas no mercado de trabalho. O entrecruzamento das relações de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela condição delas no mercado de trabalho informal. Nash (2004) aponta que algo que tem sido cada vez mais associado à figura das mulheres migrantes no final do século XX e início do século XXI é a sua presença no mercado das tarefas domésticas e de cuidado.

Assim, as mulheres recém-chegadas, acabam se tornando “mães substitutivas da infância global”. Uma quantidade muito expressiva de mulheres migrantes encontra-se nesse mercado de trabalho doméstico, sendo esta uma atividade socialmente pouco valorada, assumida como algo inerente à condição feminina e frequentemente realizada na economia informal. Ademais, observar como o imigrante é absorvido no mercado de trabalho formal ajuda a compreender esse fenômeno e pode auxiliar a formulação de políticas públicas envolvendo trabalhadores estrangeiros.

3.3. A informalidade de trabalho e sua relação com a mão-de-obra estrangeira no Brasil

A informalidade e as nuances de sua definição devem ser compreendidos, nos períodos/tempos de globalização, a partir da dinâmica da economia global, contexto em que a relação de trabalho, tanto dentro quanto fora da informalidade, mudam. Nesse sentido, a economia global teve sua dinâmica intensificada pelo processo da globalização que influenciou as relações de trabalho. De acordo com Cacciamali (2000), essa mudança teve impactos positivos e negativos na economia informal e na promoção do trabalho.

Os estudos em torno da informalidade do trabalho apresentam características relativamente recentes e suas primeiras teorizações tiveram início há um pouco mais de 30

anos e se relacionavam, sobretudo, com o fenômeno da industrialização e a consequente transição do campo para cidade que se verificava nos países do terceiro mundo.

O fenômeno da informalidade ganhou destaque no cenário internacional a partir da década de 70, especialmente nos estudos e relatórios sobre a economia do Quênia, elaborados por ocasião do World Employment Program. Entretanto, essa expressão havia sido introduzida inicialmente pela Organização Internacional do Trabalho, no final dos anos 60.

A definição de setor urbano informal no reconhecido estudo sobre o Quênia datado de 1972, tinha um caráter descritivo, uma vez que não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse de forma clara o que constituía a informalidade, compreendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas no intuito de formar um “setor” que engloba tanto empresas quanto indivíduos envolvidos na produção de bens, prestação de serviços pessoais ou comércio.

O referido programa teve como objetivo avaliar o crescimento de emprego e renda nos países em processo de desenvolvimento, sobretudo aqueles em que o Estado implementou um processo de aceleração da industrialização e, também, contribuiu para a quebra de paradigmas, atendendo a necessidade de uma nova atitude teórica mais aberta, contrária ao preconceito acadêmico predominante. Tais debates prosseguiram com os trabalhos sobre o Programa Regional de Emprego à América Latina e ao Caribe (PREALC) e outras missões. Então, a partir desse marco uma vasta produção técnica e acadêmica passou a destacar o tema. O que orientava tais estudos era a compreensão de que, embora muito difundida na época pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o seu crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, uma vez que visava universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse proporcionar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das populações que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social (KREIN; PRONI, 2010, p. 09).

Cacciamali (1983) enfatiza que o referido relatório sobre empregos no Quênia foi pioneiro ao reconhecer o setor informal como fonte de oportunidades de trabalho e rendimento para um grande número de pessoas, embora este setor seja considerado, frequentemente improdutivo e estagnado, sem o apoio governamental que, tradicionalmente é dedicado ao setor do trabalho formal. Ciente de tais aspectos, o relatório propõe uma atitude e uma atenção positivas ao governo, no sentido de promover políticas públicas direcionadas ao setor.

A expressão “setor informal”, esteve, pela primeira vez, vinculada ao modo de organização de unidade produtiva, em um programa que tinha entre seus principais objetivos a “proposta de estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável principal, a criação de mão-de-obra ao invés do crescimento acelerado do produto”.

A partir de tal manifestação, tornou-se evidente a existência de um excessivo crescimento da taxa de emprego nesses países. Os quais sobreviviam através de ocupações à margem da produção capitalista. Essa população subempregada, que ao se revelar por completo enquanto o rural predominava sobre o urbano nas economias destes países, chamou atenção ao iniciar o processo de migração em direção às cidades a procura de novas oportunidades de trabalho, e, não encontrando emprego, começou a desenvolver novas formas de ocupação que fugiam das lógicas da acumulação capitalista, por suas baixas produtividades, baixas remunerações e a ausência de qualquer tipo de regulamentação.

A partir de 1987, o Programa Regional de Emprego à América Latina e ao Caribe considerava o setor informal como manifestação do excedente de mão-de-obra nos países da América Latina e enfatizava que a heterogeneidade da estrutura produtiva dava origem a dois setores de trabalho: de um lado, o mercado formal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado à atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes (KREIN; PRONI, 2010, p. 09).

Contudo, como o setor informal se caracterizava por baixa remuneração, o PREALC postulava uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção neste setor do mercado de trabalho, na medida em que o contingente do setor informal era vistos como socialmente pobre, com menor grau de instrução, com faixas etárias compostas tanto pelos mais novos quanto pelos mais velhos (entre eles, os imigrantes que vieram da zona rural para urbana) ²⁹.

Porém, no início da década de 90, período da profunda transformação da ordem mundial em razão da transição das economias socialistas para o modelo de economia de mercado, a questão da informalidade foi colocada em pauta na 78ª Conferência Internacional do trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1991). Durante a conferência, a preocupação se voltava para os problemas a serem enfrentados pelos países onde predominava a informalidade do trabalho. Propôs-se optar entre a gradual eliminação do

²⁹ Acreditava-se que o setor informal tenderia a desaparecer a medida que o setor moderno se expandisse e se tornasse economicamente viável a formalização de algumas atividades informais. Nesta perspectiva, o PREALC recomendava o estudo das relações entre os dois setores com a finalidade de conhecer as atividades informais que deveriam ser fomentadas pelos governos e outras que deveriam desaparecer pelas condições desfavoráveis diante da concorrência intercapitalistas (KREIN; PRONI, 2010).

conjunto heterogêneo de atividades que fazem parte da informalidade e a elaboração das estratégias com vista a promover emprego e melhorias salariais para populações menos favorecidos.

A solução proposta pela Organização Internacional do Trabalho foi uma tentativa de conciliação, onde se demonstrava que o apoio ao setor informal deveria estar condicionado a superação de situações extremas de exploração e das condições de trabalhos desumanos.

Em 1993, durante a 15ª International Conference of Labour Statistics, a OIT adotou uma definição internacional do setor informal a partir do funcionamento e organização das unidades produtivas. Adotaram-se os critérios estabelecidos durante a conferência³⁰ de 1991, nos quais as unidades econômicas informais poderiam ser de dois tipos, entre os quais, empreendimentos unipessoais ou familiares e microempresas com trabalho assalariado.

Durante a 90ª Conferência Internacional do Mercado de Trabalho, ocorrida em 2002, foi adotada uma medida mais abrangente, que reconhecia a importância social e política das atividades informais, quando se passou a utilizar mais o termo “economia informal”, procurando assim, englobar toda a diversidade e dinamismo deste universo complexo e heterogêneo (OIT, 2002).

Durante a 17ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, em 2003, a OIT divulgou novas diretrizes sobre o emprego no setor informal que contemplaram a resolução de 1993, com a inclusão da concepção de economia informal e a adoção de uma definição para o emprego formal. Foi estabelecido que, em se tratando do setor informal, parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego formal está associado a postos de trabalho.

O surgimento acelerado e desordenado das ocupações informais, além da diversidade e dos eventuais problemas decorrentes das mesmas, despertaram a atenção de diversos estudiosos, fazendo surgir, assim, os primeiros esboços teóricos sobre o tema. Desde então, os estudos sobre a informalidade no mundo do trabalho começaram a desenhar um quadro de maior complexidade, o qual se sobrepôs à percepção inicial da heterogeneidade e colocou em questão a eficácia das políticas recomendadas para o mercado de trabalho em países subdesenvolvidos.

³⁰ Mesmo assim, na década de 1990, continuam persistindo muitas discordâncias a respeito da generalização (por exemplo, como classificar o trabalho doméstico com carteira assinada ou autônomo que presta serviço a uma empresa) e grandes dificuldades para padronização internacional de métodos de classificação das atividades econômicas (KREIN; PRONI, 2010).

Para Kon (1992), as principais linhas teóricas a respeito do trabalho informal, encontradas na literatura, demonstram que a economia informal é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas em constante movimento não podem ser capturadas por uma definição estrita. Por essa razão, definições ou conceitos diferentes de trabalho informal são adotados nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais têm passado as economias, ao longo do tempo, no processo de subdesenvolvimento.

De acordo com Krein e Proni (2010), há uma considerável desarmonia na utilização da expressão economia informal, apesar do reconhecimento geral no que diz respeito a sua crescente expansão enquanto atividade. Para esses autores, a informalidade guarda algumas características em comum, sobretudo em situações em que os rendimentos são irregulares e baixos, em que há riscos para a segurança e a saúde, uma ampla jornada de trabalho, e dificuldades de acesso a financiamentos e de exercício legal das atividades.

Nos debates contemporâneos acerca da informalidade, é fundamental destacar a importância de Cacciamali (2000) para a compreensão de tal fenômeno. Segundo a autora, durante a década de 90, período marcado pelas ideias liberais, percebiam-se profundas mudanças estruturais na produção e no emprego, seguidas pelas transformações no âmbito tecnológico, estimuladas pelas novas divisões de trabalho. Para Cacciamali (2011), essas mudanças provocaram o desacerto entre as práticas econômicas, comerciais, que se tornaram inadequadas no processo sociopolítico de adaptação de normas e interesses da sociedade atual.

Essa assincronia passou a ser entendida através do termo “processo de informalidade”, que analisa os principais e vácuos legais ou os procedimentos consensuais no uso da mão-de-obra, processos de trabalho e da compra e venda no decorrer das cadeias de produção e de outras relações.

Cacciamali (2000) propôs, também, a utilização de um novo “conceito da informalidade”, uma vez que esse remeteria às mudanças institucionais ocorridas na maior parte dos países em face da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, o que alterou a estrutura do emprego nas empresas, proporcionando maior incidência de empregos sem registros ou sem direito à proteção social, entre outras manifestações de informalidade, bem como alegando que o conceito de “setor informal” havia se tornado muito restrito para explicar a realidade dos países da América Latina.

É importante destacar o trabalho feito por Tavares (*apud* TARGINO; VASCONCELOS, 2015) que demonstrou a necessidade de compreender que a informalidade

moderna não se desenvolve à margem do sistema capitalista. De acordo com a autora, a economia capitalista seria responsável por imprimir a dinâmica e expansão do trabalho informal, na qual, parte dos empregos informais acolhidos pelas atividades da terceirização, articula-se diretamente ao movimento do capital.

Em uma abordagem alternativa, Noronha (2003) aponta que o caráter polissêmico em torno do conceito de informalidade pode resultar em distorções do uso da terminologia, ao mesmo tempo em que dificulta a compreensão dos vários elementos e processos que estão relacionados à palavra. Para o autor, esses termos e expressões atuais sobre a informalidade poderiam ser resumidos em “contratos atípicos”.

Diante dessa tentativa de atentar para uma nomenclatura comum acerca da informalidade de trabalho, Noronha (2003) sugere uma diferenciação entre a economia informal e o trabalho informal. Segundo o autor, ao considerarmos apenas a informalidade do trabalho, evitamos, em geral, a complexidade da economia informal. As interdependências entre a economia e o trabalho informal não justifica o fato de tratá-las como fenômenos iguais, posto que, a economia só pode criar empregos informais, enquanto a economia formal, muitas vezes, cria e oferece mão-de-obra informal quando contratam trabalhadores sem registro em carteira de trabalho.

Entre as múltiplas leituras possíveis em relação ao mercado de trabalho informal, Barbosa (2009) enfatiza que o mercado trabalhista é um campo de estudo em que se deve atentar para as diferentes realidades dos países, o que demanda uma reconversão teórica e uma adaptação na sua aplicação em cada caso específico.

Da mesma forma, Noronha (2003) frisa a necessidade de abordar o trabalho informal, considerando a conjuntura específica de cada período e território, uma vez que a concepção da informalidade encontra-se diretamente relacionada com a configuração do contrato formal em vigor em cada região, categoria profissional e setor, o que torna indispensável respeitar as especificidades do mercado de trabalho brasileiro.

As discussões sobre a informalidade no Brasil passaram a ganhar mais interesse a partir da segunda metade da década de 70, período em que vários autores buscaram caracterizar a situação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro. Essas discussões deram sequência aos estudos de Lewis e Lima (TARGINO; VASCONCELOS, 2015, p. 144) sobre a segmentação do mercado de trabalho.

Diante disso, é fundamental demonstrar que, no contexto brasileiro, a heterogeneidade observada ao entorno da informalidade se sobrepõe à desigualdade regional da estrutura econômica nacional.

Assim, ao analisar a estrutura ocupacional não agrícola, entre o estado de São Paulo e a região nordestina, Tomazini (1995) apontou as diferenças entre emprego sem carteira e o trabalho autônomo, buscando encontrar elementos para compreender a diversidade de manifestações do problema da falta de emprego no Brasil. Um dos resultados apontados pela autora consiste no sentido de que, nas regiões mais ricas do país, é frequente a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de emprego informal e, percebe-se, também, que trabalhadores com mais de 50 anos de idade, mesmo sem o ensino fundamental completo, mas portadores de alguma experiência de trabalho e capital econômico, haviam conseguido montar um pequeno negócio bem-sucedido, enquanto nas regiões menos ricas as oportunidades de conseguir emprego formal são muito escassas, com poucas chances de obter uma ocupação informal. A autora conclui, enfatizando que a categoria do setor “informal urbano” é muito limitada para explicar a dinâmica do mercado de trabalho nas regiões mais desenvolvidas.

As modificações nos conceitos de informalidade, vêm se sucedendo historicamente, acompanhando as transformações nas economias mundiais que levam a reformulações nas características das atividades informais. Especificamente no setor informal brasileiro, a heterogeneidade das características das ocupações e das formas de relações entre os agentes econômicos, permite o reconhecimento do perfil básico destas atividades não apenas através de um conceito, mas de forma diferenciada por várias linhas conceituais.

Segundo Kon (1992), são encontradas entre algumas das ocupações exercidas por esse setor no país, algumas características que apontam para: a facilidade de entrada, tais como propriedade individual ou familiar do empreendimento, operação em pequena escala, utilização de materiais nacionais, processos de produtividades intensivos por meio de tecnologia adaptada, atuação em mercados não regulamentados, entre outras. É evidente a condição de informalidade, uma vez que esta se deve ao fato da atividade não ser oficialmente registrada perante os órgãos competentes.

De forma paralela, é possível identificar, na maioria das vezes, subutilização de mão-de-obra, de acordo com a incapacidade dos trabalhadores de encontrarem ocupação desejada ou remuneração compatível com suas pretensões, o que é associado ao baixo nível de renda, insuficiente para a necessidade básica da família e a baixa produtividade de força de trabalho (KON, 1992, 03). O autor afirma que

Nas atividades brasileiras, essa mão-de-obra em condições desvantajosas compõe a maior parte do setor informal alocado fora de empresas, enquanto que outra parte muito considerável engloba pequenos produtores de serviços de níveis superiores de renda e produtividade, alocados fora de empresas, bem como assalariados de empresas (KON, 1992, p. 03).

No Brasil, as forças que determinaram a ampliação da informalidade, segundo os estudos de Kon (1992), se originaram mais intensamente no período correspondente ao processo da industrialização por substituições de importações, no final de da década de 1950³¹. Porém, apesar da incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, o referido processo teve sua contribuição para o aumento de oportunidades de trabalho que surgiam como complemento às demais atividades e também, como resultado do crescimento médio dos rendimentos dos trabalhadores assalariados, acompanhado de um aumento de consumo de bens e serviços.

Dentre vários estudos, um conceito mais atualizado em torno do fenômeno da informalidade é delimitado a partir de uma unidade de economias direcionadas para o mercado, destacando-se o fato de que o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado, de posse de instrumentos de trabalho e, sobretudo com ajuda de trabalho familiar, sem a separação entre as atividades de gestão e produção (CACCIAMALI, 2000).

Percebe-se, então, que essa definição aborda uma conotação diferenciada dos conceitos que visualizam o setor informal apenas a partir de categorias de empregados sem carteira assinada ou empresas que operam com trabalhadores com salários baixos. Há ainda uma crítica à definição que aponta o setor informal como característica de baixa produtividade e baixa renda, sem uma esfera produtiva e independente da produção capitalista, além de ser definido como um conjunto agregado de formas de organização de produção e distribuição, que se estabelece nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada.

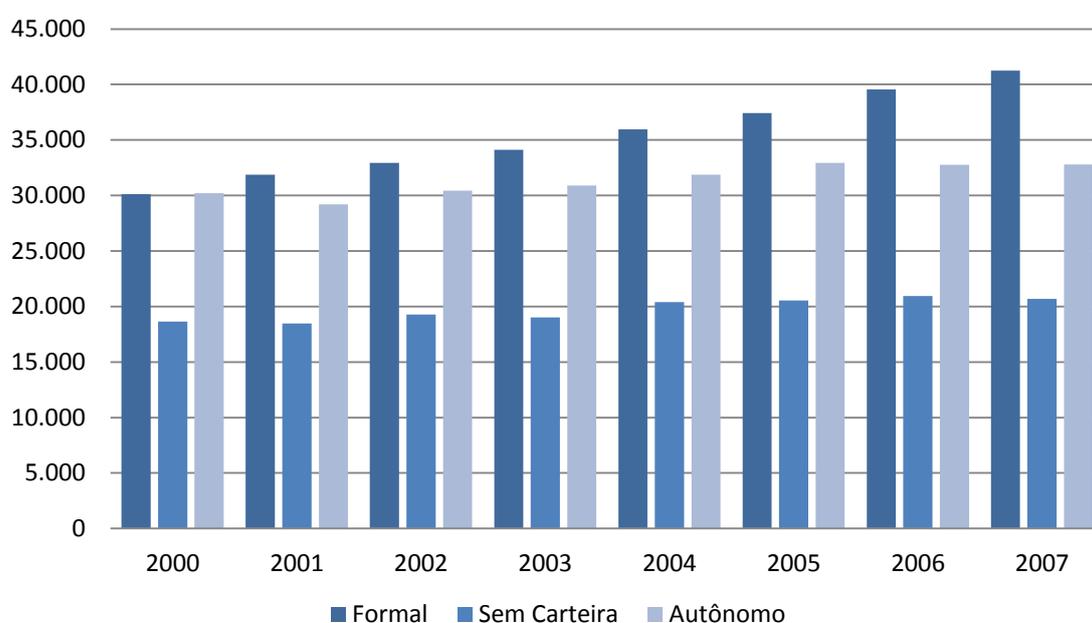
Esse modo de abordagem encontra-se mais próximo da condição contemporânea encontrada na realidade brasileira, em um contexto microeconômico em que é abordada a necessidade de transformações produtivas e organizacionais, e no qual impera o processo de terceirização no interior de empresas capitalistas, o que orienta as novas formas de inter-relações entre o mercado formal e informal, tanto dentro quanto fora das cadeias produtivas.

De acordo com o relatório da OIT (1993), um conceito mais atualizado da informalidade foi estabelecido a partir da 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, em 1993, conceito este que considera o setor como um subconjunto de empresas familiares, seja de forma individual ou com parceria de outros.

³¹ A ampliação da participação de trabalhadores em atividades informais brasileiras no período da industrialização é também condizente com a abordagem de análise do PREALC/OIT sobre a informalidade, o qual aponta que do lado da oferta dos trabalhadores o crescimento natural da força de trabalho urbana se acelerou com a chegada de trabalhadores anteriormente alocados no setor rural, pela busca de melhor oportunidade de emprego.

As condições da informalidade das atividades brasileiras, na contemporaneidade, são determinadas de um lado, por políticas públicas que priorizam a continuidade da estabilização econômica, e por outro, pelas transformações estruturais intensificadas, manifestadas de forma diferenciada tanto em nível global e internacional quanto regional, resultando também, em várias formas de inserção do trabalho, que se definem neste campo por conta própria ou em micro empresas, mas que também são encontradas no assalariamento ilegal. Para Kon (1999), seus níveis de emprego e renda resultam de dinâmicas diferentes e, portanto, seu comportamento não pode ser analisado conjuntamente.

Figura 10 – Ocupação dos trabalhadores com vínculo formal e sem vínculo formal no Brasil, - 2000 a 2007



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de Sistemas de Contas Nacionais é possível observar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro nos oito anos analisados (2000 a 2007). Percebe-se, a partir dos dados analisados que, no período de oito anos, o total de pessoas ocupadas aumentou em 15,7 milhões, uma vez que, o tamanho dessa população em 2000 era de 78, 972 milhões e, em 2007 ela atingiu um total de 94, 714 milhões, o que demonstra em termos percentuais um crescimento de 19,9% dos trabalhadores.

Esses resultados contabilizam tanto as pessoas com vínculos formais quanto informais. É possível observar que entre as categorias estudadas (formais e informais), o crescimento das ocupações demonstra uma linha diferenciada, sobretudo nos finais dos anos analisados. Entre os anos 2000 a 2007, o crescimento do emprego formal teve um aumento de aproximadamente 37% enquanto para o setor da informalidade o crescimento foi de quase 10%. O referido crescimento no mercado formal brasileiro a partir dos anos 2000, demonstra um comportamento positivo em relação aos anos 90, período marcado por uma forte queda no setor de empregos. De acordo com os dados da PNAD, pode-se observar que nos anos 90 o grau de informalidade mostrou-se praticamente inalterado, sem sinais de arrefecimento durante toda a década.

De 1993 a 1999, as categorias do mercado formal tiveram um aumento de 7,2% de trabalhadores enquanto os contingentes da informalidade tiveram um aumento entorno de 08%. A partir desses dados, pode-se chegar a duas conclusões em torno do crescimento da informalidade na década de 90 e o crescimento do emprego formal a partir de 2000.

Para Krein e Proni (apud TARGINO; VASCONCELOS, 2015), o elevado nível da informalidade na década de 90 pode ser compreendido a partir de dois elementos principais, sendo estes, a queda no crescimento econômico do país e as transformações provenientes do capitalismo contemporâneo, as quais promoveram um processo de combinação entre a reorganização econômica e a mudança no papel do Estado e das instituições públicas, resultando em uma maior flexibilização das relações de trabalho.

Nessa mesma linha, Santos (2006) aponta que o elevado nível da informalidade na década de 90 pode ser atribuído ao processo de terceirização, porém, a causa maior guarda relação estreita com a necessidade de sobrevivência das pessoas dada à existência de um elevado taxa de desemprego.

Por outro lado, de acordo com os dados da figura 11, o crescimento do emprego formal a partir de 2004 pode estar associado ao progresso do crescimento da atividade econômica, visto que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) teve um aumento anual de 5,7%, entre os anos de 2004 a 2007, respectivamente. Nesse período percebeu-se um aumento significativo no incremento do emprego formal, principalmente, a despeito da ausência na mudança das leis trabalhistas.

Tabela 7 – Trabalhadores sem carteira assinada no país nos anos 1990 e 2000

Anos/Brasil	Agricultura	Indústria	Serviços
1993	92,3%	42,6%	53,7%
1999	91,8%	48,7%	54,9%
2004	90,7%	48,7%	51,5%
2009	88,7%	45,8%	49,9%
2013	87,6	43,2%	42%

Fonte: PNAD

A partir dos dados computados pela Pesquisa Nacional de Amostra ao Domicílio (PNAD) a partir da década de 90 e até o ano 2000, acerca da informalidade de trabalho no Brasil, é possível observar um alto nível de trabalho informal no país. Nos setores de atividades, ao longo da década de 90, viu-se um total de 92,2% da população ocupada no setor da agricultura, o maior percentual em relação aos outros setores de atividades.

Esse índice elevado dos trabalhadores sem carteira assinada demonstra um comportamento de crescente no decorrer desses anos, principalmente a partir de 2004, ano em que o número de trabalhadores com carteira assinada teve uma queda significativa. Essa queda tende a diminuir ao longo dos anos subsequentes. Em 2013, o nível da informalidade caiu, atingindo 87,6%.

O segundo setor de atividade com maior crescimento de emprego informal é o de serviços que apesar de pequena alteração em seu nível de informalidade, ainda apresenta um alto nível de desempenho, em especial na década de 90, período em que o setor representa a maior taxa de crescimento de trabalhadores sem carteira assinada. Em seguida, tem-se o setor da indústria, que tradicionalmente apresenta níveis de informalidade menores.

Nessa análise, observa-se que o referido setor de atividade na década de 90, apresentou uma tendência de crescimento de 6,2%, o que corrobora com os efeitos nocivos da perda do dinamismo neste setor durante o período analisado, uma vez que este é considerado um dos redutos do trabalho formal. Portanto, presume-se que, parte dessa informalidade se deu, sobretudo, pelo desempenho dos trabalhadores com carteira assinada ao longo dos anos. Conclui-se, também, que parte dessa informalidade é constituída por trabalhadores autônomos.

Após estas considerações, podemos observar que o conceito da informalidade tem uma relação direta com a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Por este motivo, vale lembrar que na sociedade atual, a migração é um processo bastante problemático, que sofre variações de acordo com os períodos e regiões, posto que tal fenômeno é influenciado por problemas geográficos, econômicos, políticos e sociais. por conseguinte, a migração hoje é estudada como um fenômeno espontâneo, devido àqueles que migram por anseios econômicos ou mesmo necessidades de estudos – o caso dos estudantes africanos das universidades públicas brasileiras e suas lutas pela inserção no mercado de trabalho – .

No entanto, tal fenômeno se relaciona também, com mudanças relacionadas a contratações no trabalho. Por outro lado, a migração é vista como um fenômeno imposto, diante da ameaça ao estado de paz e bem-estar, assim como dos direitos políticos.

Os reflexos da reestruturação produtiva e o crescimento da informalidade foram evidentes no mercado de trabalho brasileiro, visíveis não apenas em relação à mão-de-obra brasileira, mas também às condições dos trabalhadores estrangeiros residentes no país. A forma como o trabalho informal se desdobra em diferentes setores de atividades no Brasil, revela também as diferentes trajetórias de antigos e recentes imigrantes, bem como suas respectivas inserções nas cadeias de produção e comercialização. Tomemos como exemplo os imigrantes bolivianos, que trabalham na ponta das cadeias de produção, em regimes próximos da escravidão, nos quais a maior parte deles não existe nos registros de imigração. São pequenos grupos (bolivianos) instalados em pequenas malharias clandestinas, localizadas em alguns pontos da cidade de São Paulo, sobretudo, na região central (Brás, Barra Funda, nos distritos da Zona Leste, etc.).

De acordo com Itikawa e Veiga (2008), até 2007, o estado de São Paulo contava com cerca de 1000 bolivianos irregulares e 63% deles trabalhavam em confecções com salários de até R\$ 1000,00, que sofriam grandes descontos devido às despesas com aluguel, alimentação e infraestrutura do espaço de trabalho-moradia. Esses contingentes de imigrantes ilegais que se encontram na informalidade no Brasil, cumprem jornadas de até 18 horas de trabalho, recebem centavos por peças e são submetidos a condições desumanas de trabalho.

Por outro lado, um olhar mais atento às feiras formais e informais do Brasil, em especial nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, ambas da Paraíba, bem como as do Recife, em Pernambuco, revela uma grande diversidade de feições e sotaques entre os comerciantes.

No centro de Campina Grande, no terminal rodoviário de João Pessoa e na Avenida Conde da Boa Vista, no centro de Recife é possível perceber a presença dos senegaleses, que negociam mercadorias informalmente, não representando uma concorrência direta para os lojistas, pois geralmente não vendem os mesmo produtos. As populações nordestinas podem observar aquelas pessoas de diferentes características, dividindo espaço em um comércio informal que transforma o cenário, nos centros das cidades.

Porém, apesar de terem como principal destino a região sudeste, os imigrantes também fazem do nordeste local de moradia e serviço. No nordeste, assim como no restante do país, os estrangeiros ocupam tanto o topo quanto a base do mercado. Estão em embaixadas, organizações e empresas multinacionais, mas também no chão das fábricas, nas cozinhas e banheiros e, naturalmente, nas ruas das grandes e pequenas cidades.

Aliu Mor Ndiaye, 30 anos, saiu do Senegal há mais de dois anos, em busca de uma melhor condição de vida no Brasil. Inicialmente, atuou no comércio na cidade Campina Grande, ora no centro da cidade, ora na feira da prata (que acontece aos domingos), até conseguir um emprego com carteira assinada como terceirizado em João Pessoa, atuando na área de serviços gerais. É possível perceber que nem todos os imigrantes conseguem se inserir no mercado formal como Aliu Mor. É o caso do Ganês Maxwell, de 25 anos, que ainda se encontra no centro de Recife trabalhando como ambulante, vendendo relógios e bijuterias.

Cavalcanti (2015) aponta que o perfil dos imigrantes tem mudado nos últimos cinco anos, nos quais se observa no país, a presença cada vez maior dos haitianos, senegaleses, ganeses e latino-americanos. De acordo com a Federação Nacional de Serviços e Limpezas Ambientais, a força de trabalho estrangeiro tem sido cada vez mais usada no setor para ocupar cargos preteridos pelos brasileiros, como operador de carga, recepcionista, atendente, porteiro, manobrista, entre outros.

Essa abordagem contribui de forma significativa para que compreendamos melhor a inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, após a conclusão do curso. Dentre este contingente de imigrantes³² e com grande diferença em relação aos perfis abordados anteriormente, alguns contam com uma formação profissional superior a exigida pelo exercício da profissão atual, o que causa uma inconsistência de status, na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências no Brasil.

Essa situação pode ser entendida a partir de uma classificação inseparavelmente técnica e social e através do levantamento e das análises de dados feitos no capítulo IV, com o

³² Entre esses imigrantes, a maioria não possui cursos superiores.

intuito de compreender a inserção desses contingentes no mercado. Ainda que o imigrante tenha uma formação específica, segundo Sayad (2001), socialmente, ele será considerado um trabalhador sem qualificação, pois o imigrante somente passa a existir aos olhos do Estado nacional, no dia em que atravessa suas fronteiras, quando tudo que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação e os seus diplomas, situação que pode vir a mudar (para melhor ou pior) ao longo do tempo. Esta situação mostrou-se diferente no caso dos estudantes/migrantes das universidades brasileiras abordadas no capítulo subsequente.

Levando em consideração as análises feitas até aqui e as abordagens de alguns teóricos acerca do tema, é possível compreender que o trabalho informal apresenta um elemento recorrente e estrutural, na medida em que segue as tendências do panorama da economia do mercado, apresentando períodos de menor crescimento econômico que tendem a criar impactos negativos no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da capacidade de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, promovendo o alto grau de trabalho informal.

Por outro lado, foram observados aspectos preponderantes que caracterizam os padrões da estruturação dos trabalhadores informais, no que concerne à tipicidade brasileira. Em se tratando da distribuição global de trabalhadores no Brasil, as maiores alterações nesta última década se apresentaram na elevação da ocupação de vagas e vínculos empregatícios sem carteira de trabalho assinada e de trabalhadores autônomos brasileiros dedicados à atividades terciárias, tendo sua quase totalidade alocada na área da produção direta de bens e serviços, enquanto uma minoria compõem o setor burocrático.

3.4. Jovens no mercado de trabalho brasileiro

Com o objetivo de compreender a inserção dos estudantes estrangeiros - que em sua maioria são jovens - no mercado de trabalho brasileiro, esta seção procura entender os processos empregatícios no Brasil nos últimos anos (a partir de 2000). Para compreender o período denominado juventude, é preciso ter em mente que este representa um processo de transição em que os indivíduos passam de uma dependência completa na infância à uma plena autonomia que caracterizaria a vida adulta.

Esse processo se dá mediante um conjunto de transições que levam o jovem a desenvolver plenamente sua personalidade, a incorporar-se na vida ativa, a ter independência

econômica, a construir um lugar próprio e a estabelecer uma colocação estável. A juventude, segundo Sanchis, é uma categoria sociológica, constituindo “um processo em longo prazo no qual um indivíduo, fisiologicamente maduro passa a realizar as funções físicas da existência do adulto em coletividade, adquire as habilidades necessárias para desempenhá-las numa forma social determinada” (*apud* CRUZ, SOUZA, SOUZA, SOUZA, 2001).

É possível observar, então, que o termo juventude ultrapassa uma delimitação estatística que inclui o conjunto da população, cuja idade pode variar em média entre 15 e 30 anos. Numa perspectiva analítica do mercado de trabalho, é relativamente simples postular uma definição operativa de juventude. Diante de tais circunstâncias, seriam considerados jovens aqueles que tenham atingido a idade mínima obrigatória para o trabalho, possuindo menos de 25 anos.

Este processo de transição sofreu algumas alterações ao longo do tempo, uma vez que, as crises econômicas recentes influenciaram consideravelmente nas transições que classificam a juventude como uma fase da vida humana. Tomemos como exemplo a expansão do período de tempo que os jovens passam no sistema escolar, as dificuldades em encontrar um emprego, o atraso na idade estabelecida para contrair matrimônio. Por sua vez, a inserção no mercado de trabalho possui um papel importante neste processo de autonominação existente em todas as demais transições próprias à juventude.

De acordo com Pochmann (2000), a redução das oportunidades para jovens no mercado de trabalho, sentida a partir da década de 90, pode influenciar todo o ciclo de sua vida produtiva. Segundo o autor, as oportunidades de trabalho têm sido escassas para os jovens, posto que, o desempenho pouco favorável do mercado acirrou as competições pelos reduzidos postos de trabalho, fazendo com que os jovens sejam os mais atingidos.

No Brasil, existem algumas políticas públicas relativas ao primeiro emprego, todavia, estas têm sido insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para enfrentar a nova realidade que se configura, a fim de favorecer a entrada desta nova parcela da população no mercado de trabalho.

Vale ainda ressaltar que, a denominação de juventude ultrapassa sua delimitação estatística, que inclui em sua categoria a população entre 15 e 30 anos. Em se tratando da busca dos jovens por uma vaga de emprego, a mudança expressiva se produz numa faixa etária entre 20 e 24 anos e a de 25 a 29 anos, tendo em conta que, nesta última, as taxas de

participação e de desemprego mais que se equiparam a idade adulta³³ (SANCHIS, apud CRUZ, SOUZA, SOUZA, SOUZA, 2001).

A decisão³⁴ dos jovens de se inserir no mercado de trabalho (que varia conforme sua classe social) muitas vezes é tomada a partir da mediação entre interesses da família – levando em consideração os recursos disponíveis e os valores culturais que influenciam a compreensão sobre a importância da escola e do trabalho como elemento da formação dos filhos – assim como da decisão individual influenciada pela atração que o mercado de trabalho exerce sobre a camada juvenil, mediante a independência proporcionada pelo salário.

Levando em consideração a necessidade de garantir a melhor transição entre a escola e o trabalho, foi instituído em 2014, através do convênio firmado entre o Ministério de Trabalho e Emprego e a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (MTE/SPPE), um conjunto de políticas públicas orientadas para a maior permanência dos jovens na escola e para criação de condições que regulem a transição para o mercado de trabalho.

O objetivo dessas políticas deve estar de acordo com as quatro prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), sendo estas: I) melhor educação; II) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; III) inserção ativa e digna no mundo de trabalho, mediante a igualdade de oportunidades e de tratamentos e IV) diálogo (juventude trabalho e educação), (MTE, 2016). A formulação e execução dessas iniciativas são orientadas pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criada em 2005. Destacam-se, entre as iniciativas a cargo da SNJ dois programas: o Projovem Trabalhador³⁵ e a aprendizagem profissional³⁶.

Por este motivo, compreendemos que a oportunidade do primeiro emprego caracteriza a realização de sonhos e projetos de vida da juventude, que planeja o futuro na intensa procura de adequar-se aos desafios que o mercado de trabalho impõe. Nessas grandes transformações e mudanças contínuas, desde políticas a tecnológicas apresentam-se novos desafios,

³³ Estas definições possuem algumas simplificações, como por exemplo, a persistência do trabalho infantil mesmo em sociedades mais avançadas e o alargamento do tempo de permanência no sistema de ensino.

³⁴ Alguns aspectos como local de domicílio, tamanho da família, habilitação literária dos pais, entre outros, são fatores que podem ajudar a compreender a razão pela qual os jovens saem em busca de algum tipo de trabalho, dependendo do interesse de cada um.

³⁵ O Pro jovem Trabalhador é um programa federal voltado para jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo, e tem como objetivo qualificar os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Os participantes contam com uma bolsa de R\$100 mediante a comprovação de frequência a alguns dos cursos de qualificação oferecidos (MTE,2016).

³⁶ A aprendizagem Profissional, defendida pela Lei nº 10.097/2000, tem como objetivo promover qualificação e o ingresso dos jovens e adolescentes no mercado (CLT). Essa política é direcionada aos jovens de 14 a 24 anos de idade e as pessoas com deficiência que estejam matriculadas em cursos de aprendizagem profissional (MTE, 2016).

ocasionando a necessidade de uma capacitação, com o intuito de acompanhar a transformação da sociedade e do mercado de trabalho. As profundas transformações no final do século XX, sobretudo no início da década de 90, marcaram a evolução da economia mundial.

Na medida em que foram verificados constantes avanços tecnológicos, novas formas de gerenciamento e organização da base produtiva, principalmente a industrial, notaram-se também elevações substanciais nos níveis de produtividade e do crescimento das taxas de desemprego em diferentes países, em especial, os mais desenvolvidos. Essas elevações podiam ser vistas através das crises pelas quais passam os mercados de trabalho, as quais resultam em aumentos sucessivos nas taxas de desemprego, na precarização das relações de trabalho, exclusão social e redução da renda média da população.

Esse cenário impõe restrições distintas aos diversos grupos populacionais, sobretudo entre a camada juvenil, que passa a sofrer com mais intensidade os constrangimentos impostos nesse contexto. Vale ressaltar que a elevada taxa de desemprego entre os jovens é um fenômeno mundial.

No Brasil, assim como nos outros países, principalmente o da OCDE e os da Comunidade Europeia, a taxa de desocupação entre os jovens se encontra em torno do dobro da taxa do desemprego total da economia. Países mais desenvolvidos como Espanha, Itália e França convivem com as mais altas taxas de desemprego juvenil nos países centrais. No Brasil, o nível de desemprego entre a população jovem entre 15 e 17 anos foi de 44,2% e 17% para aqueles na faixa de 18 a 24 anos, enquanto a taxa de desemprego para a média da população é de 9,6%, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra ao Domicílio (PNAD). No entanto, essa proporção varia de acordo com o ciclo econômico, demonstrando que, além das circunstâncias de natureza conjuntural, há variáveis estruturais interferindo na geração de empregos para jovens.

Furtado (2016) enfatiza ainda que, além da taxa de desemprego entre os jovens ser sistematicamente superior a dos adultos, o tempo que levam para conseguir uma ocupação tende a ser maior do que o das demais faixas etárias da População Economicamente Ativa (PEA). E essa situação é ainda mais grave para aqueles que procuram seu primeiro emprego. Segundo o autor:

“no Brasil e algumas economias emergentes, a transição escola-trabalho é tipicamente conseguida por meio da colocação em ocupações informais, de baixa produtividade. Mesmo os jovens que conseguem sua primeira colocação no mercado de trabalho formal são submetidos à taxa mais altas de rotatividade (FURTADO, 2016, p. 05)”.

Tais problemas, enfrentados pelos jovens no processo de inserção no mercado de trabalho brasileiro, são registrados com mais vigor a partir da década de 90, assim como mencionado anteriormente, na medida em que este período é marcado pelo processo de reestruturação produtiva e das configurações nas relações de trabalho, o que ocasionou a desestruturação do emprego jovem no Brasil.

Esses aspectos foram condicionados, principalmente, pela elevação excessiva da informalidade do trabalho juvenil, menores rendimentos e a ocupação de postos de trabalhos com taxas de rotatividade mais elevadas quando comparadas a dos adultos (NORONHA, 2003). Em relação à demanda de trabalho para os jovens, pesa o menor custo da mão-de-obra, o menor grau de organização e seu baixo poder de reivindicação.

A falta de emprego formal, vista como um problema social que ameaça uma transição adequada para a vida pós juventude e impõe obstáculos à elevação da produtividade das economias de longo prazo, aparece como preocupação central da Conferência Internacional da Organização do Trabalho, ocorrida em 2012 (101ª conferência). A referida conferência teve como um dos aspectos principais “A crise do emprego juvenil: um chamado à ação”, tendo como objetivo principal, a “criação de postos de trabalho decentes, em número adequado para os jovens, como fator primordial”.

De acordo com as tendências gerais do mercado de trabalho, o déficit de emprego para o jovem constitui um aspecto primordial da crise mundial de empregos. Por esse motivo, sua gravidade não se encontra apenas relacionada com os níveis e a duração do desemprego, mas também está cada vez mais relacionada ao declínio da qualidade dos empregos disponíveis para os jovens, como os fatos tendem a demonstrar. No entanto, o principal receio, segundo a OIT (2012) é que a crise do emprego jovem, em todas as suas manifestações, não seja meramente uma evolução transitória relacionada com um fraco crescimento econômico, mas venha a tornar-se uma tendência estrutural se não houver mudanças de políticas significativas. Por esta razão, o problema adquire uma nova dimensão crítica.

O relatório da Conferência Internacional de Trabalho, na sua seção 38, aponta que as taxas de atividades e os níveis de emprego-população dos jovens estão em declínio. A taxa global de atividade dos jovens regrediu de 52,9% para 48,7% entre 2000 e 2011, o que demonstra que em 2011, menos de um em cada dois jovens do mundo participava ativamente no mercado de trabalho. Em 2011, o número de jovens empregados era de 516 milhões, um aumento de 16 milhões desde o ano 2000.

Porém, com o crescimento da população jovem em um ritmo mais acelerado do que a disponibilização de vagas de emprego, a percentagem de jovens empregados sofreu uma

queda de 46,2% para 42,6% entre 2000 e 2011. Uma das principais causas desta tendência pode estar relacionada ao aumento do número de jovens no sistema educacional. Pode-se compreender, também, em algumas regiões, que o desânimo entre os jovens desempenhou um papel significativo na contabilização dessas tendências.

Em 2011, quatro em cada dez desempregados eram jovens. Globalmente, os jovens tinham três vezes mais probabilidades que os adultos de estarem desempregados e, no Sul e Sudeste asiático, a probabilidade era 05 vezes maior. Durante a crise de 2008/2009, a taxa de desemprego juvenil atingiu o maior aumento anual desde que há registros, saltando de 11,9% para 12,8%, representando a maior proporção anual nos últimos 20 anos.

No que diz respeito às taxas de desemprego entre as mulheres jovens, em 2010 esta taxa era de 13,1%, em relação aos homens (12,6%), e este fenômeno teve mais impacto nos países como Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal, por estes terem passado por um período conturbado de crise econômica decorrente dos anos de 2008 e 2009. Mas esse quadro não é homogêneo. Países industrializados como Alemanha, Áustria, Bélgica e Luxemburgo, com a crise, registraram uma queda na taxa de desemprego jovem. Entre os poucos países em desenvolvimento, para os quais existem dados disponíveis, o Brasil teve uma queda perceptível na taxa de desemprego jovem de 21,8% em 2007, para 15,2% em 2011 (OIT, 2012).

A pesquisa realizada pelo autor e pesquisador Pochmann (2008), voltada para a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, observou que o desemprego desta população compreendida entre a faixa etária de 15 a 24 anos de idade, teve maior aumento em relação às outras faixas etárias. O autor teve como base de estudo a pesquisa realizada pela PNAD, em 2005.

Essas taxas, entre os jovens, tiveram uma variação de 70,2% entre 1995 e 2005, indo de 11,4% para 19,4%. Já para o restante da população economicamente ativa, a variação foi de 44,2% (4,3% para 6,2%). De acordo com Pochmann, a situação é ainda pior em relação aos jovens do sexo feminino, que se encontram nesse espaço desprotegido do mercado de trabalho, significativamente inferior em relação aos homens. Entre elas, a taxa de desemprego passou de 14,1% para 25%, num intervalo de 10 anos (crescimento de 77,4%), enquanto para os homens (jovens), houve uma variação de 9,7% para 15,3%, configurando um aumento de 57,8%. Para o autor, uma das principais causas do desemprego entre a população jovem do sexo feminino é a gravidez precoce.

Tabela 8 – População de 14 a 29 anos, condições de atividade e ocupação no Brasil 2009 e 2014

Condições de atividade e ocupação	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
População 14 anos ou mais	14.166	23.275	16.653	54.094	14.123	22.682	15.733	52.538
PEA	4.378	17.407	13.932	35.716	3.710	16.325	12.978	33.013
Ocupados	3.388	14.521	12.546	30.455	2.778	13.841	11.895	28.513
Desocupados	990	2.886	1.386	5.262	933	2.484	1.083	4.500
Inativos	9.788	5.868	2.721	18.378	10.413	6.357	2.756	19.525
Taxa de participação (PEA/PIA)x100	30,9	74,8	83,7	66,0	26,3	72,0	82,5	62,8
Taxa de desocupação (desocupados/PEA)x100	22,6	16,9	9,9	14,7	25,1	15,2	8,3	13,6

Fonte: PNAD/IBGE

Com efeito, o número de jovens que compõem o contingente da população economicamente ativa (PEA), tem-se reduzido de forma mais intensa em relação à diminuição observada para a população total jovem. Da mesma forma, as taxas de participação entre os jovens correspondentes à proporção da população jovem empregado ou que procuram empregos, entre 2009 e 2014, passou de 66% para 62,8%. De modo inverso, a taxa de desocupação entre os jovens diminuiu de 14,7% de 2009 para 13,6%, em 2014, de acordo com os dados da PNAD.

Estas mudanças nas variáveis do mercado de trabalho podem ser compreendidas pelo crescimento da população jovem dedicada aos estudos ou outras atividades em detrimento do emprego. Contudo, a reduzida participação da população com vínculos empregatícios entre os jovens de 14 a 17 anos pode ser compreendida pela legislação trabalhista em vigor, que impõe barreias à contratação de pessoas menores de 16 anos, com o objetivo de promover sua proteção em atividades de trabalho insalubres e prejudiciais à formação individual.

A análise dos indicadores referentes à escolaridade - que não constam na Tabela 05 - toma como mecanismos de avaliação das mudanças no ano 2000, a variável “anos de estudo”. Verifica-se então, que em 2009, 56% da população com idade entre 20 anos ou mais, não superavam o grau de escolaridade equivalente ao curso Médio Incompleto.

Levando em consideração que a maior parte dessa população encontra-se fora do sistema educacional e que dificilmente retornará a ele de forma espontânea, pode-se concluir, segundo Borges (2010), que sem um investimento decisivo em políticas eficazes de educação de adultos e de garantia de permanência na escola das crianças, adolescentes e jovens, o país levará para as próximas décadas uma força de trabalho com baixíssima escolaridade, se tomados como parâmetros os padrões dos países desenvolvidos.

Os dados da PNAD apontaram uma diminuição de 67,3% para 53% (2002 e 2009) em relação à velocidade e intensidade das mudanças da escolaridade entre os jovens de 20 anos ou mais, sem diplomas de Ensino Médio. Para o grupo de jovens com diploma de Ensino Médio, inseridos ou não nos cursos universitários, houve um salto de 25,5%, em 2002, para 33,9%, em 2009. No mesmo período, entre o contingente de jovens com idade entre 20 e 29 anos, as taxas saltaram de 38,4% para 52,5%. Além desses números apontados pelas pesquisas, à taxa de desemprego entre os jovens se mantém no mesmo nível, 13%, em 2002 e 14%, em 2009, com um aumento pouco significativo de 1%.

Diante das análises feitas até aqui, faz-se necessário compreender a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro e, também, a reestruturação pela qual vêm passando os mercados de trabalho global e nacional, iniciada desde a década de 80, aliada às políticas de estabilização da década de 90, para que possamos nos conduzir à algumas considerações conclusivas.

Essas mudanças, em primeiro lugar, podem ter contribuído para redução na oferta de trabalho e também para a elevação dos níveis de exigência do mercado de trabalho, o que afeta de forma negativa, alguns segmentos da sociedade, em especial, os jovens e mulheres. Além de revelar, em segundo lugar, que as variáveis como idade, sexo, experiência profissional e o nível de escolaridade são fundamentais na determinação das chances dos trabalhadores ocuparem um posto de trabalho de qualidade.

No caso das mulheres, as dificuldades de inserção persistem, apesar delas já apresentarem um padrão de participação que se eleva em relação ao dos homens. Porém, faz-se primaz a necessidade de investimento em programas que priorizem ou promovam a educação de qualidade, possibilitando aos jovens um maior acesso ao ensino superior.

De modo geral, é identificada uma subutilização de mão-de-obra, diante das dificuldades dos indivíduos para encontrarem a ocupação desejada ou a remuneração compatível com seus anseios, muita vezes associados ao baixo nível de rendimento, insuficiente para as necessidades básicas da família e de produtividade da força de trabalho.

No que diz respeito às atividades brasileiras, é perceptível que esta mão-de-obra em condições desvantajosas compõem a maior parte do setor informal alocado fora das empresas.

Uma outra parte considerável engloba pequenos produtores de serviços com níveis superiores de renda e de produtividade alocados fora das empresas, assim como aqueles que se encontram na categoria dos assalariados.

Todavia, é de fundamental importância demonstrar que as dificuldades para estabelecer consensos em torno das categorias de análise e das explicações mais adequadas à compreensão do fenômeno tanto da formalidade quanto da informalidade na sociedade brasileira contemporânea, não podem impedir que esforços sejam feitos com o objetivo de encontrar soluções ou minimizar os problemas sociais. Compreende-se que, a exclusão de um contingente muito expressivo de pessoas dos círculos econômicos e sociais que proporcionam acesso ao sistema de proteção social e garantia dos direitos que fundamentam a cidadania, pode destruir a possibilidade de alcançar um grau mínimo de coesão dos indivíduos na sociedade. Os conceitos, tipologias e referenciais teóricos abordados até aqui, devem ser compreendidos como suportes indispensáveis para o diagnóstico correto dos problemas e a idealização de políticas públicas capazes de atender a esse desafio em todas as suas dimensões.

Dada a alta taxa de jovens que não estudam e nem trabalham, bem como a persistência de elevadas taxas de desemprego entre jovens, a sua permanência por um longo período em situação de desemprego e sua inserção no mercado de trabalho em ocupações informais ou de alta rotatividade, é indispensável que não haja um descuido na tentativa de aumentar o investimento em educação, visando melhorar a sua qualidade, com o objetivo de assegurar que os jovens permaneçam mais tempo em um sistema educacional elevado e desenvolvam qualificações que atendam às necessidades do mercado de trabalho.

Vale destacar que, os jovens não compõem um grupo homogêneo. Aqueles provenientes de famílias com situação econômica (renda) mais confortável e com formação em nível superior não fazem parte dos “grupos vulneráveis”, composto por jovens com tendência ao abandono precoce às escolas. As políticas públicas de incentivo ao emprego de jovens, precisam ser direcionadas a um público específico, cujos perfis de qualificação devem ser bem moldados.

Nesse caso, não basta apenas rascunhar boas políticas de incentivo ao emprego jovem, uma vez que, sua implementação requer mecanismos de controle, de monitoramento e avaliação, que garantam a concessão de subsídios àqueles que se encontram no padrão exigido pelo programa.

E perceptível que a legislação trabalhista brasileira possui mecanismos que contribuem para a crescente rotatividade de emprego, em especial, entre a camada juvenil. Diante de tais situações, as altas taxas de demissões/desligamentos geram custos elevados, não apenas para os trabalhadores jovens, mas também para os empregadores, a depender da situação do desligamento. Talvez seja necessário rever os pontos na legislação que desestimulam a prática de dispensa precoce no mercado de trabalho formal no país.

3.5. O preconceito e o mercado de trabalho brasileiro

O racismo se apresenta como um dos grandes desafios a serem superados pela população negra. Esta condição, acrescida da distribuição injusta da riqueza e dos benefícios gerados pela política econômica à classe dominante, que é notadamente “branca”, relegam a grande maioria negra à condições extremamente precárias de sobrevivência.

Neste viés, faz-se necessário, primeiramente, frisar que a transição capitalista no Brasil se constituiu através de um processo de profundas transformações. Iniciada na década de 30, a industrialização, que se caracteriza inicialmente por uma indústria restringida, (1933-1955), passa a um novo padrão de acumulação (industrialização pesada) a partir de 1956, como demonstra Draibe (apud MARTINS, 2012, p. 118).

Nas concepções desta autora, a industrialização é apenas um lado econômico de um processo maior de formação e consolidação do domínio do poder burguês, processada por uma “revolução”, que a rigor, não operou as transformações necessárias à instauração de uma nova ordem e não revolucionou formas sociais e políticas pretéritas.

É no curso do período denominado “industrialização restringida” que se evidenciam alguns dos efeitos do racismo constituído e fomentado no processo de transição capitalista no Brasil, compreendido entre o período de 1888 a 1930. Nesse contexto, segundo Martins (2012), os negros, mesmo tendo se constituído como uma força de trabalho livre e disponível para capital, tiveram sua liberdade tomada, passando a ser utilizados como componentes indispensáveis ao desenvolvimento capitalista do país, sendo impossibilitados de participarem da estrutura produtiva instalada.

Assim, a discriminação racial no mercado de trabalho impulsionou relações de produção e reprodução social que conduziram ao deslocamento dos racialmente discriminados

para as regiões menos dinâmicas do Brasil, transformando-os em uma população excedente para as necessidades médias do capital agrário.

Martins (2012) enfatiza que a primeira percepção do racismo no processo de transição capitalista brasileiro consiste na formação de regiões criadas a partir do racismo que se estabelecia nas relações sociais de produção no âmbito do modelo de competição capitalista no Brasil. Martins (2012) afirma que:

essa determinação sinaliza a “raça” como componente fundamental que, no âmbito das particularidades da formação social brasileira, desempenhará papel decisivo. Momento em que o país se conforma uma “questão social” expressa por meio de uma classe operária constituída majoritariamente por imigrantes. Eis porque ela já emerge entrelaçada estruturalmente à condição racial (MARTINS, 2012, p.118).

A referida formação regional do Brasil, segundo Hasenbalg (2005), se firmará a partir da década de 30, tendo em vista que o racismo manifesto na preferência dos fazendeiros e empresários urbanos pela força de trabalho branca, oriunda dos imigrantes europeus, colocara à margem os trabalhadores negros dos setores de empregos mais dinâmicos, limitando-os em uma situação de desocupação ou de ocupação em atividades menos atrativas, com salário expressivamente baixo.

Hasenbalg (2005) afirma ainda que, nos meados da década de 40, período em que as relações de trabalho sob bases corporativas se consolidaram, os negros e mulatos totalizavam um percentual de 40% dos que se encontravam inseridos no setor primário da economia, compondo 46% dos empregados, 41% dos autônomos e 22% dos empregadores.

Em 1950, esse contingente populacional aumentou para 42,5% dos que trabalhavam nesse setor, sendo estes, 47% dos empregados, 43% dos autônomos e 22% dos empregadores. Esses números indicam que, quase metade da população negra economicamente ativa, encontrava-se no meio rural, onde as relações de trabalho caracterizavam-se pela dominação tradicional das oligarquias rurais, nas quais o coronelismo assumia a direção das relações sociais, em regiões economicamente decadentes.

Em seu estudo sobre o racismo no mercado de trabalho, Martins (2012) afirma que, a partir da década de 30, após o processamento da transição capitalista no Brasil e a industrialização se tornarem fonte de atração para uma abundante força de trabalho existente no país, a população negra, desocupada ou subempregada, mantida por décadas nas regiões menos desenvolvidas, se soma aos negros que, mesmo tendo permanecido em áreas urbanas das regiões de maior desenvolvimento capitalista do país (sudeste, por exemplo), em decorrência da competição com os trabalhadores europeus, permaneceram fora dos setores de emprego com relações formais.

Essa parcela de população, por ser mantida à margem do processo produtivo ou ser destinada à ocupações braçais, domésticas e outras ocupações informais e precárias, não conviveu com os processos organizativos que caracterizaram a relação capital/trabalho até a fase da industrialização restringida.

Diante disso, vale ressaltar a crença de uma verdadeira democracia racial no país, associada às ideias de Gilberto Freyre acerca das variações regionais da cultura brasileira. Tomando como exemplo as “realidades da vida social” do Brasil, o autor da Casa Grande e Senzala, reproduz, a partir da “casa grande” do senhor de escravos, o cenário de uma sociedade racialmente igualitária, onde as bases sobre as quais se assentam as suas ideias acerca de uma “democracia racial” nascem da insuficiência de mulheres brancas, o que ocasionou o surgimento de zonas de confraternização entre os colonizadores e os colonizados, senhores e escravos (FREYRE, 2004, p. 33).

De acordo com Ianni (apud MARTINS, 2012),

as análises de Freyre embora apresentem-se com uma sofisticação metodológica, parecem construções abstratas, estilizadas, sem movimentos históricos. O que ressalta é a humanidade do escravismo. Em Freyre o que se movimentam são pessoas, nos limites e dimensões de um sociologismo e psicológico e culturalista, bastante sensível para o incidente humano sui generis, insólito, anedotado ou exótico.

Essas ideias de Freyre fomentaram, no Brasil, uma crença que produziu um consenso generalizado acerca da ausência do preconceito e da discriminação racial na sociedade. No entanto, esses ideais impediram que as desigualdades sociais vivenciadas pelos negros fossem enfrentadas na perspectiva da “classe” e da “raça”. Esse consenso gerado pela ideia de democracia racial, direcionou a luta política, exclusivamente, para as demandas da classe trabalhadora com emprego formal e regulado, ao mesmo tempo em que acabou contribuindo para manter intocado o racismo no mercado de trabalho, com claras limitações à possibilidade dos trabalhadores racialmente discriminados constituírem uma “questão social”.

Em meio a um regime de trabalho que não se universalizava para toda a classe trabalhadora e um racismo velado sob um suposto “paraíso racial”, o negro é mantido fora da cidadania regular. Aquela parcela de trabalhadores domésticos e autônomos, composta, principalmente, por negros, foi fortemente impactada pela ausência de condições objetivas de organização, diante da dispersão que caracterizava as ocupações em que esta se insere. Esta população negra será vista e tratada pelo estado como um contingente de não cidadãos. Segundo Martins (2012), no marco da informalidade e nas ocupações sem carteira assinada, o negro será tratado com “ações mínimas” do Estado, caracterizadas pelo “favor”, ou pela sua absoluta ausência.

Assim, em se tratando da discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro, não se deve perder de vista todo esse contexto que, em última instância, determina e hierarquiza a forma de relacionamento entre homens e mulheres, jovens e idosos, negros e brancos. Fanon (2008), em sua obra *Pele Negra, Máscara Branca*, traz a ideia de que ou uma sociedade é racista por inteiro, ou não é, extinguindo a possibilidade da existência de “meios racismos” ou de uma parcela da sociedade caracterizada como mais racista que outra.

Embora o Brasil possua um passado colonial, que tenha sofrido as opressões impostas pelo modelo capitalista de desenvolvimento e as suas consequências para a sociedade, as heranças históricas não condizem com o que é reproduzido em seu território, o que pode ser percebido pelo nível da migração (para o Brasil) dos países do sul global em comparação com os do norte global.

Por mais ultrapassado que este ideário possa parecer, grande parte das pessoas ainda cultiva o pensamento de que o imigrante que chega em terras brasileiras é uma ameaça para o trabalhador no mercado de trabalho, o que se configura como uma das causas da xenofobia reproduzida pela população, a exemplo do imigrante haitiano agredido até a morte em Santa Catarina, em 2015, que reforça a ideia de que o Brasil é um país racista e que a xenofobia caminha lado a lado com esse problema.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – publicou, em 2001, um estudo que revelou a situação do mercado de trabalho no Brasil e suas particularidades na década de 90. Esse período caracterizou-se pelo crescimento insignificante do Produto Interno Bruto (PIB), as altas taxas de desemprego e a crescente precarização das condições de trabalho, terceirizações, subcontratações e o crescimento do setor informal que intensificou a heterogeneidade deste mercado de trabalho, como afirma Antunes (1999).

De certa forma, parte desta pesquisa foi direcionada à discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro, ainda pouco estudada pelos institutos de pesquisa. Alguns dados estatísticos que serão analisados aqui revelam o quão velado é o racismo brasileiro, desmistificando a lenda da democracia racial.

De acordo com os dados da DIEESE (2001), que analisaram a inserção dos negros no mercado de trabalho brasileiro em 1999 e tendo em vista as seis regiões metropolitanas estudadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), revelam que a população negra representavam 41,3% do total da População em Idade Ativa (PIA), compreendida entre 10 a 40 anos ou mais.

Ao analisar separadamente as regiões, constatou-se que em Salvador os negros representavam a grande maioria (82,4%) da População em Idade Ativa, seguida por Recife

com 65,2%, Distrito Federal com 58,8%, Belo Horizonte com 53,3%, São Paulo com 31,4% e Porto Alegre com 10,4%.

Esses dados confirmam o processo histórico de formação econômica e social, no qual os grandes latifúndios, fundamentados pelo trabalho escravo, encontram-se, em sua maioria, na região do nordeste brasileiro, fato que explica maior concentração dos negros nessa região.

Os estudos divulgados nos anos anteriores, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, têm mostrado que, apesar da redução das desigualdades ao longo das últimas décadas, ainda persistem diferenças significativas nas condições de trabalho vivenciadas por negros e brancos (PED, 2013).

Em 2012, segundo a mesma entidade, os negros eram pouco mais de dois terços da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa, sendo maioria em relação aos não negros, que representava pouco menos de um terço destes contingentes. Os negros ainda enfrentam obstáculos históricos, tanto no que diz respeito ao acesso às oportunidades de mercado de trabalho, quanto à precariedade das condições de trabalho e emprego.

A PED (2013) demonstra que as formas de inserção ocupacional e os setores de atividade nos quais os negros se incorporam, revelam a dimensão da discriminação por raça presente na sociedade brasileira. A população negra encontra-se em ocupações mais precárias, caracterizadas pela ausência de proteção social e por jornadas de trabalho mais extensas e com as remunerações mais baixas do país. Mesmo levando em consideração a expansão dos rendimentos médios dos ocupados no mercado de trabalho regional ocorrido entre 2011 e 2012, no último ano, o rendimento médio dos ocupados negros foi de R\$ 1.041, o que representava aproximadamente dois terços (67,1%) do valor recebido pelos não negros (R\$ 1.552). E o rendimento médio por hora dos ocupados negros (R\$ 5,40) equivalia a 65,5% do auferido pelos ocupados não negros (R\$ 8,24).

Essas informações trazidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, referentes ao período 2011/2012 revelam algumas mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, principal fonte de renda e de mobilidade social ascendente. Porém, os avanços registrados ainda são insuficientes para garantir uma maior igualdade de oportunidade e de padrão de vida para os negros no país.

3.6 O mercado de trabalho na África e a inserção dos jovens no mercado de trabalho guineense

Á África, sendo o continente com, demograficamente, mais incidência de jovens (cerca de 60%), em que metade da população com idade inferior a 25 anos está desempregada, em termos mais absolutos do que nas outras partes do mundo, mostra que a criação de empregos para a geração jovem é, sem dúvida, o tema mais premente do futuro. O continente africano é considerado um continente em processo de desenvolvimento, carregado de sérios problemas políticos, econômicos e sociais, provocados pela herança de um passado de exploração, subordinação e de luta.

O referido continente, em 2015, segundo a OIT (2015), contava com o total de 27% de sua população em situação de desemprego, em especial, entre os jovens. Por conseguinte, a falta de crescimento de emprego consequentemente resultou no atraso na redução da pobreza. Não obstante a proporção da população pobre na África ter diminuído de 56%, na década de 90, para 43%, em 2012, o número de pessoas pobres aumentou. Por sua vez, a desigualdade também aumentou, aumentando de 0,52 em 1993, para 0,56, em 2008 - o valor disponível mais recente (BAD, 2018). A conjunção do elevado crescimento econômico e da reduzida criação de empregos deu origem à afirmação de que a África está passando por um crescimento sem emprego, como diz relatório do Banco Africano do Desenvolvimento (BAD).

Os conceitos de emprego e desemprego manifestam-se de forma desajustadas em relação à realidade vivida, não só por jovens, mas também por uma sociedade em geral. No entanto, mais do que o fim das oportunidades de trabalho, o que se percebe ocorrer é a substituição de um emprego formal, cuja estabilidade é garantida por benefícios assistenciais, por um emprego precário e informal.

As formas de “*dubriagem*³⁷” correspondem aos processos nos quais os jovens, na maior parte dos casos, vítimas de processos de reestruturação econômica, põem em jogo uma pluralidade de estratégias criativas que expressam a sua capacidade de gerar formas próprias de ganhar dinheiro e melhorar as condições de vida (PAIS, apud BARROS, 2010, p. 06).

Nos países africanos, em geral, as atividades informais aparecem como fator principal das economias urbanas, visto que, esse processo foi acelerado, sobretudo em nível de África

37 As pessoas sem emprego, que fazem alguns negócios, sejam quais forem, para que no final do mês consigam algo para ajudar em casa.

Ocidental, principalmente entre os países da UEMOA, devido à desvalorização da moeda comum (franco CFA), em 1994, quando a maioria das grandes e pequenas empresas informalizaram parte dos seus negócios de venda a varejo, estabelecendo acordos com pequenos empresários que asseguravam uma fração de comercialização das empresas (FAURÉ, 2007, p. 128). Nesse sentido, a informalidade pode ser vista como uma característica permanente dos mercados de trabalho africanos.

A economia informal representa cerca de 50 a 60 por cento do PIB, 60 a 80 por cento dos empregos e até 90 por cento dos novos empregos na África, onde mais de 60 por cento da população tem empregos informais com remuneração reduzida (BAD, 2018).

Um exemplo disso pode ser visto no fato de que, o crescimento do setor informal no mercado guineense, foi favorecido pela política de liberalização que beneficiou particularmente o comércio, e que, atualmente constitui o setor econômico mais próspero, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais, em resultado da sua adaptabilidade às exigências do mercado, proporcionando uma rentabilidade comparativamente mais benéfica em relação à dos empreendimentos no setor formal da economia (DOMINGOS apud BARROS, 2010, p. 07).

Portanto, é possível observar que essas pequenas empresas informais, no aspecto social, têm contribuído para a redução do desemprego, oferecendo novas oportunidades, sobretudo para população jovem. É fato que, a economia informal, como na maioria dos países, é comum na Guiné-Bissau e, além do setor informal constituído pelos pequenos e grandes negócios, que abastecem os mercados, o próprio setor formal da economia funciona através de múltiplos procedimentos informais.

Os jovens, enquanto uma categoria social, surgem enquanto produtos e produtores nos contextos em que se encontram e constituem uma força social emergente e integrante da configuração das sociedades, que deve ser levado em consideração na compreensão das mudanças que as sociedades enfrentam.

Barros (2010), em seu trabalho sobre a juventude guineense, enfatiza que, foi por volta da década de 60, período da colonização, que a juventude guineense começou a emergir como questão política, na clandestinidade e através de agrupamentos musicais, mas ganhou os contornos mais significativos após a liberalização política que se transformou em um objeto de consciência social, chamando a atenção para as questões voltadas para a educação, formação, emprego, profissionalização, saúde e participação política.

Por outro lado, a emergência do pluralismo partidário na Guiné-Bissau, favoreceu a explosão de novas formas de organização social, que vão desde os partidos políticos,

sindicatos livres e independentes (UNTG), aos agrupamentos de cariz empresarial autônomo e às ONG's e associações de base local comunitária. Essa explosão pode ser vista como resultado de um longo processo contínuo de mudanças na relação do Estado com a Sociedade, considerado fruto da própria natureza do partido único, que transformava a mobilização numa participação controlada e dirigida, favorecendo ou não os rascunhos de alternativas face aos poderes instituídos a nível da evolução histórica.

A Guiné-Bissau, apesar de ter experimentado, na primeira metade do ano 2000, a elaboração de um conjunto de programas para uma política de emprego e de um plano nacional da juventude, jamais chegou a ver a implementação destas medidas, que foram vistas mais como uma imposição dos doadores do que como esforço por parte do governo, posto que, até o presente momento, o país continua sem uma política de juventude e sem uma estratégia clara para este setor, deixando espaço para intervenções atomizadas e descontínuas, sobretudo no setor de emprego juvenil.

Esta seção, no entanto, propõe-se a analisar as formas singulares em que se dão os processos de inserção dos jovens no mercado de trabalho guineense, levando em consideração o crescimento da taxa de desemprego numa conjuntura de elevados níveis de pobreza, através da identificação de estratégias e dinâmicas inovadoras que emergem num contexto imprevisível, socialmente marcado por contingências e níveis de pobreza elevados.

Buscamos compreender, entre os jovens formados no Brasil, o comportamento do Estado no cotidiano do país, especialmente em Bissau, no processo de geração de emprego e renda para a população do país, principalmente, para a camada juvenil.

Partindo do ponto de vista econômico e social, verifica-se que a avaliação da resposta à estratégia nacional da redução da pobreza (DENARP), demonstrou que os contextos político-institucionais e socioeconômicos do país continuam a ser precários e frágeis a nível global, o que pode ser visto como resultado de uma ação conjunta entre a instabilidade político-militar³⁸ e o fraco desempenho do setor econômico nacional, que apresenta uma das taxas de crescimento real do PIB mais baixa entre os países da região. A partir de 2006 foi possível verificar, consecutivamente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), totalizando este 0,6%; em 2007, 2,7%; em 2008, 3,3%, caindo em 2009 para 2,9%. O crescimento econômico ocorrido nesses períodos pode ser compreendido devido á instabilidade político-militar em que o país se encontrava após um longo período de confronto da guerra civil.

De acordo com Barros (2010), foi possível verificar um excessivo serviço da dívida externa, uma situação precária subjacente às finanças e o rácio das receitas públicas com uma variação entre 10 e 14%, o que é considerado abaixo da média da UEMOA³⁹ (17%). O Estado, muitas vezes, vê-se com dificuldade de assegurar as despesas públicas, principalmente, o pagamento de salários da função pública, com um orçamento estatal em grande parte deficitário e um saldo primário de 10% em 2007, motivado, principalmente, pela fraca capacidade de poupança e investimentos internos. O Estado, muitas vezes, encontra uma saída através dos empréstimos com os parceiros internacionais (dívida externa).

O fraco investimento associado ao setor privado, pode explicar, em grande parte, o insuficiente desenvolvimento das infraestruturas básicas de apoio às atividades económicas, contribuindo, dessa forma, para a pouca diversificação da economia nacional, fortemente dependente de um único produto (castanha de caju), o qual representa mais de 95% das exportações e, em média, 17% das receitas do Estado, enquanto o setor agrícola continua a ser marcado pela fraca produtividade de ordem estrutural.

No que diz respeito à questão social, notou-se que, é pouco provável que o país possa alcançar a maior parte dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM/ONU), tendo em conta o quadro social pouco favorável ao desenvolvimento humano. Barros (2010), ainda em seu estudo, aponta os elevados níveis de pobreza absoluta em 2005 (68,5%) e de pobreza extrema em 22%, no mesmo ano. O crescimento da taxa de desemprego juvenil, o fraco acesso aos serviços básicos, acompanhado de certas doenças, como malária, HIV e tuberculose, a degradação da qualidade de ensino primário e secundário, são outros fatores que impossibilitam o país de atingir estes objetivos.

De acordo com o levantamento feito em 2009, pelo governo guineense, com o apoio do Banco Mundial, a pobreza afeta de forma geral muito mais nas zonas rurais do que nas urbanas. Estima-se o crescimento do desemprego em 46,8% para os jovens com a faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos de idade, nas zonas urbanas e em 19,3% nas zonas rurais. Em inúmeras vezes, as nossas conjecturas associadas a alguns resultados obtidos pelos pesquisadores, nos levam a pensar que a situação da pobreza afeta, de forma geral, mais as zonas rurais do que as urbanas. Mas, na Guiné-Bissau, assim como na maioria dos países do terceiro mundo, a vulnerabilidade das populações tem-se agravado devido a sua exposição a um conjunto de riscos, sobretudo o de poderem contar em menor escala com a agricultura para a sobrevivência e a menor possibilidade de encontrarem um emprego.

Outro fator importante para compreender a situação do emprego jovem na Guiné-Bissau, diz respeito à questão da educação. Verificou-se durante a pesquisa que o índice de analfabetismo é muito alto e que mais de 60% da população encontra-se nessa situação. Constatou-se também que, em 2005, somente 28,6% de mulheres com idades compreendidas entre 15 e 24 anos de idade sabiam ler e escrever.

Muito embora tenham havido alguns progressos na primeira década após a independência, ainda é possível verificar uma degradação progressiva da qualidade de ensino, resultado da falta de atenção do Estado para com o setor da educação, principalmente após a liberalização econômica e política, devido à políticas de Ajustamento Estrutural. Tal situação tem proporcionado uma grande evasão escolar no período de abril a junho, quando muitas famílias, em particular nas zonas rurais, tiram os filhos das salas de aulas para o trabalho na colheita de castanha de caju, principal fonte de renda das famílias.

Para Barros (2010), neste contexto onde o sistema de ensino não promove uma mediação da relação do indivíduo com o mercado de trabalho, a informalização da economia, sobretudo na capital, tem-se revelado como uma das principais estratégias da população, com o intuito de encontrar uma oportunidade de inserção e ascensão social e econômica. Porém, no que diz respeito à crise que caracteriza a situação atual da Guiné-Bissau, percebe-se que os jovens fazem o uso de modelos tradicionais e exógenos de forma sintética e informal, com vista a fortalecer sua posição social através de processos de hibridização criativa, fazendo um uso oportunista da pluralidade cultural e jurídica existentes.

Há um conceito importante que não conseguimos abordar durante a pesquisa, conceito este que versa sobre as relevâncias das questões étnicas no processo de inserção no mercado de trabalho guineense. Nessa perspectiva relacional, segundo Barth (1997), compreende-se a etnicidade como um aspecto da intersecção social que engloba processos variáveis e intermináveis pelos quais os atores sociais identificam-se e são identificados pelos outros, na base da dicotomização nós/eles, manifestando-se em redes discursivas. Essa perspectiva é, portanto, estabelecida a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum, realçada pelas interações sociais.

3.6.1 O caso dos ex-estudantes guineenses das universidades do Nordeste brasileiro (UFCEG, UFPB e UFPE).

A crise pela qual passam muitos mercados de trabalho urbanos, em especial nos países da África Subsaariana, ocasionam aumentos sucessivos das taxas de desemprego, da precarização das relações de trabalho, da exclusão social e da redução paulatina da renda média da população. Tal cenário impõe restrições distintas aos diferentes grupos populacionais. Na Guiné-Bissau, por exemplo, os jovens que já apresentavam uma inserção mais difícil e vulnerável no mercado de trabalho, passam a sofrer com mais intensidade os constrangimentos impostos por este contexto.

Ainda assim, a inserção no mercado de trabalho possui papel fundamental no processo de autonomização, pela incidência que tem em todas as demais transições próprias da juventude e no modo de vida dos jovens e da sociedade em seu conjunto.

De acordo com Souza (2001), a redução das oportunidades para os jovens no mercado de trabalho, percebida desde a década de 90, pode influenciar todo o ciclo da vida produtiva. As oportunidades de trabalho têm sido escassas para os jovens, e o oferecimento pouco favorável de vagas de emprego acirrou a competição pelos reduzidos postos de trabalho, fazendo com que os jovens sejam os mais atingidos. Na Guiné-Bissau, embora comecem a surgir tentativas de implementação de algumas políticas públicas relativas ao emprego, estas tem sido insuficientes e, algumas vezes, inadequadas quando se trata de enfrentar as novas realidades que se configuram, com o objetivo de favorecer a entrada desta parcela da população no mercado de trabalho.

Vale salientar que, segundo a OIT (2002), durante muito tempo, o desenvolvimento do emprego produtivo não acompanhou o aumento da oferta de mão-de-obra. De acordo com as perspectivas demográficas, a Guiné-Bissau conheceu e conhecerá, de 2001 a 2020, um aumento acelerado de efetivos que compõem o grupo etário entre 15 a 59 anos. Com efeito, o crescimento médio anual dos “potencialmente ativos”, no mesmo período de tempo, será de 2,2% e 1,7% anuais. Por outro lado, o mercado de trabalho será decisivamente influenciado pelos desempregados, vítimas da estagnação do emprego remunerado, da diminuição dos salários reais e da deterioração geral das condições de trabalho e de vida.

A busca pela inserção no mercado de trabalho guineense tem provocado a frustração entre os jovens, acerca de suas expectativas de ingresso e de estabilidade no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Durante a pesquisa na Guiné-Bissau, deparamo-nos com o sofrimento de muitos jovens que, ao concluírem os estudos no Brasil, em especial, ex-estudantes da Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco, decidiram regressar ao país, na luta pelo primeiro emprego ou na tentativa de reinserir-se no mercado de trabalho guineense. Alguns obtiveram suas inserções de forma mais tranquila em relação aos outros. Como conta Silva:

no momento, como sabem, qualquer estudante ao regressar ao seu país de origem tem sempre uma dificuldade em encontrar trabalho, porque sem nenhuma orientação, é tipo, cair de paraquedas, logo no início tem isso, um choque, podemos dizer que, quando deixastes o país, ao regressar pensastes que ia encontrar uma melhoria e não encontra, e por isso, muitas das vezes, várias pessoas sem contatos e sem conhecimentos acabam por não conseguir. Primeiramente tens que saber que quando chegar não é chegar e começar a trabalhar e é chegar e tentar ampliar o horizonte e ver quais são os passos que tens a dar pra poder conseguir um emprego, porque logo no início é muito difícil. Não chegas hoje e comesas a trabalhar, nem em um mês, nem dois meses, isso é muito difícil.

Com base nesse depoimento foi questionado como se dá o processo de inserção no mercado de trabalho guineense, levando em consideração os concursos públicos, avaliação de currículos ou a indicação com base no conhecimento, e também a situação dos colegas pelos quais regressaram do Brasil após a conclusão do curso, ao que ele respondeu:

eu não acho que a grande maioria estão empregados, eu acho que aqueles que estão empregados são as pessoas com famílias com “costas largas” que acabam conseguindo, de uma forma ou de outra, se inserirem no mercado. Minha aluna de catequese, por exemplo, falou uma coisa bem interessante: eu nem estágio consegui, sou formado em turismo, já estagiei no Brasil, mas disseram que deveria começar a estagiar aqui também, mas acontece que tem uma menina que também é formado em turismo que nem se quer estagiou no Brasil e que aqui ela tem uma família influente dentro do ministério do turismo e já começou a trabalhar ali. Minha aluna com especialização não conseguiu e a outra menina sem especialização conseguiu emprego, então é pra você ver que na Guiné-Bissau, na função pública a questão do mérito ainda não é levada em consideração. A questão do título não importa, apenas as pessoas que possam fazer com que você chegue aí. É aquela coisa, típica de países desorganizados ou com as democracias frágeis, o que importa é o conjunto de ismos, nepotismos, paternalismos, infelizmente é assim que funciona na Guiné-Bissau.

Ele ainda explicou que:

Não é nada fácil. Pelo pouco tempo que estou aqui já é fácil perceber, como estou a dar aulas e muitos pensam que não é trabalho, mas não acho fácil. No meu caso foi bem rápido. O grande problema aqui na Guiné-Bissau é que a função pública é que emprega as pessoas e a maioria dos estudantes que regressaram recorrem mais à função pública. Então existem as ONG's, ONU e outras instituições privadas que dão mais a garantia de trabalho, mas que também não é fácil, lá tudo é mais pelo concurso, entramas pessoas mais preparadas, o que não significa que lá também não tem a questão da influencia, alguns concursos também são apenas de fachada, mesmo sendo a ONU, e funciona da mesma forma que as funções públicas, porque mesmo na UNICEF, PLAN e PNUD acontecem essas manobras.

O funcionalismo público nesse país não leva em consideração a questão da meritocracia e sim o conhecimento e a influência dos parentes, amigos e conhecidos por parte dos interessados, o que acarreta uma grande dificuldade nos processos de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Percebe-se então que, apesar de elevado nível de educação formal deste segmento da população, o nível dos empregos não avançou da mesma forma, contribuindo para a piora do padrão de inserção ocupacional tanto daqueles formados no país quanto daqueles que regressam após um longo período de formação fora, entre os quais, os ex-estudantes das universidades do Nordeste brasileiro (UFCG, UFPB e UFPE).

De um contingente de 57 estudantes formados nessas instituições de Ensino Superior do Brasil, 33 deles ainda se encontram em situação de desemprego ou em estágios sem remuneração. As dificuldades em encontrar o primeiro emprego e de manter-se na ocupação, mostram um panorama quase semelhante àquele verificado em momentos anteriores da história do país.

Houve uma piora na qualidade dos postos de trabalhos reservados aos jovens, o que pode ser visto pela redução da participação destes no setor de emprego assalariado e pelo aumento no setor de trabalho autônomo. Também verificamos que, entre os estudantes de diferentes áreas de formação, os da área das ciências biomédicas são mais propensos a se inserir no mercado, seguidos pelos estudantes das ciências exatas e depois pelos de humanas, o que demonstra uma homogeneidade.

Vale ressaltar que, na maioria das vezes, a dificuldade de inserção dos jovens não se restringe às elevadas taxas de desemprego. Quando conseguem uma ocupação, esta geralmente é instável, precária e possibilita rendimentos muito baixos. Tentamos saber junto aos pesquisados se o Estado/Governo guineense tem empregado esforço na tentativa de combater o desemprego e incentivar os investimentos, não apenas externos, mas também internos, para o país, Reinaldo respondeu:

Eu acho que neste momento, com o andar das carruagens, o foco do governo está no conflito que provocou esta instabilidade política. Se estão a envidar esforços para atrair investimentos externa ou internamente neste momento talvez o esforço seja mínimo, entendes, é um esforço mínimo porque eu acho que toda preocupação do governo é ultrapassar esta fase da instabilidade e conseguir desbloqueio do dinheiro que, através da mesa redonda em ocorrido em Genebra, tinha prometido ao país, eu acho que o foco do governo é conseguir esse dinheiro pra depois investir.

A Guiné-Bissau, nos últimos quatro anos, continua numa situação de impasse político e nada indica que os protagonistas deste conflito estejam em condições de procurar um consenso. As posições divergentes do Presidente da República, da Assembleia e dos diferentes partidos com assento parlamentar, extremaram-se e as populações já perderam por

completo sua confiança no sistema político e tentam sobreviver, apesar da estagnação econômica.

Esta é uma das razões principais que levaram alguns estudantes que se encontram na diáspora, a tentar permanecer fora do país, com objetivo de procurar melhores condições de emprego, evitando o risco de permanecer, por muito tempo, numa situação de desemprego em Guiné-Bissau.

Outra dificuldade encontrada pelos estudantes ao regressarem ao país diz respeito à questão do idioma. Pelo fato do país integrar o bloco econômico UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano), onde a maioria dos países é de Língua Oficial Francesa, os estudantes guineenses que regressam do Brasil, assim como aqueles vindos de outros países em que a língua oficial não é a francesa, se depararam com as dificuldades em promover suas inserções no mercado de trabalho e são obrigados a procurarem alternativas através dos cursos de francês oferecidos pelas demais escolas de língua do país, ou através do Centro Cultural Francês em Bissau. Joana, ex-estudante do Brasil, demonstrou sua preocupação em relação a isso ao afirmar que:

È uma coisa muito interessante, esta pergunta agora, porque nós estamos no mercado de uma zona chamado CEDEAO onde a língua que predomina é a língua francesa e também no mercado econômico UEMOA no qual a língua francesa ainda predomina, mas o certo é que muitos trabalhos que são feitos em francês deveriam ser traduzidos pra nós da língua portuguesa, independentemente se há pessoas que falam ou não o francês. Isto deveria ser porque, por mais que a pessoa saiba falar o francês ela não tem o mesmo nível de compreensão que uma pessoa da língua francesa tem.

Percebe-se que, entre os motivos mais variados para este fenômeno, está a inserção do Estado guineense na UEMOA e sua participação na CEDEAO (Comunidades dos Estados da África Ocidental). Não apenas os estudantes, mas a população em geral, sofre com este problema no processo da busca por um emprego melhor, uma vez que a língua oficial do país é a portuguesa. Seguindo esse parâmetro, ao comprovar conhecimentos avançados em francês, os candidatos aumentam suas chances de atingir cargos de liderança, assumindo novas responsabilidades.

A razão para tal problemática estaria, principalmente, na perspectiva de crescimento do mercado e subsequentemente, em medidas focadas na atuação em diferentes nichos, sobretudo, devido à abertura de novos bancos provenientes dos países francófonos. Neste sentido, devido à grande demanda pela língua francesa, promovida pelo setor de emprego, o Estado da Guiné-Bissau deveria começar a pensar seriamente no processo de inserção do ensino do francês, através do currículo nacional, visto que o aprendizado da língua é um dos

principais pontos de partida para a inserção no mercado do trabalho. Por outro lado, há que se preocupar com a situação do português que é a língua oficial do país, visto que a língua portuguesa está perdendo cada vez mais espaço em detrimento da língua francesa.

Os estudantes guineenses, além de se depararem com o problema da falta de emprego, deparam-se também com a situação de reinserção em sua cultura, após um longo período fora do país, o que pode enquadrá-los no processo de migração de retorno.

Como observado em diversas situações apontadas por Fazito (2005), as habilidades adquiridas, muitas vezes, podem vir a se tornar verdadeiros obstáculos à readaptação dos retornados na sociedade de origem, além de poderem atuar como potencializadores de conflito com os não migrantes. Dessa forma, nem as habilidades adquiridas nem o dinheiro poupado parecem cumprir papel definitivo na reinserção dos retornados às comunidades de origem.

Portanto, pode-se afirmar que o retorno ocorre pura e simplesmente por um “sucesso” ou um “fracasso” econômico no mercado de trabalho de destino, relacionando-se também com o próprio ciclo de vida dos migrantes. O estranhamento no reencontro com a família e em relação aos costumes e a sensação de não se reconhecerem pertencentes ao seu local de origem, tornam-se angustiante para alguns emigrantes que retornam. O espaço geográfico e social, as pessoas idealizadas durante os anos de emigração já não são as mesmas, tal como relatam muitos deles, “as pessoas são diferentes, já não são as mesmas”.

Mariana afirma que:

A minha reinserção não foi fácil, e não está sendo fácil, porque me deparei com a ausência de alguns colegas que faleceram e alguns com uma situação difícil de saúde e outros em situação de desemprego e você vê que isso tem muito a ver com falta de oportunidade criada pelo estado, se estivéssemos num país onde o estado facilita as coisas através da educação e oportunidades de investimentos externos, isso tenderia a minimizar o desemprego e as pessoas não se refugiariam no álcool e nas drogas. Não é uma reinserção fácil, mas existem outras questões, por exemplo, em relação a saneamento básico. Aqui as pessoas não tem a cultura da preservação do meio ambiente, a política de reciclagem, as pessoas gostam jogar sacos plásticos nas ruas, não há coleta seletiva de lixo, isso pra quem viveu muitos anos fora é um choque de realidade, além de lixos que são queimados nas ruas, isso intoxica o organismo humano. Em relação a culinária é uma coisa atraente, a pessoa volta a comer aquelas comidas que deixaram as saudades da casa da família e que no Brasil nós não comemos, apenas feijão, churrascos e nós não estamos acostumados a isso.

Entre os nossos entrevistados, as mensagens para aqueles que ainda não retornaram mostram uma divergência em termos de conselhos no sentido do retorno. A grande maioria enviou uma mensagem de encorajamento para o retorno, alegando que um dia o país vai melhorar e ressaltaram a importância de contribuírem no processo de desenvolvimento do mesmo.

Por outro lado, há um número consideravelmente expressivo entre aqueles que, por alguma razão, aconselharam os estudantes a permanecer no Brasil ou ir para outros países com melhores oportunidades. Percebemos que entre esses estudantes que não viram nenhum sinal de prosperidade no país, estão aqueles que ainda não conseguiram um enquadramento no mercado de trabalho, o que acaba gerando um sentimento de revolta. Alguns deles afirmam que aguardam apenas uma oportunidade para retornar ao Brasil ou partirem para outros países. Como assinala Bernardo:

Estou aguardando uma oportunidade, seja via Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação ou por outro meio de regressar ao Brasil. Já estou cansado, minha idade está avançando e eu não senti nenhum sinal de que as coisas vão melhorar no futuro. Já estou arrependido da minha volta ao país. Vou continuar lutando, se aparecer algo antes, talvez posso pensar na possibilidade de ficar, caso contrário voltarei ao Brasil ou tentarei ir para outro país.

Percebemos então, que a busca pela inserção no mercado de trabalho guineense tem provocado o desespero entre os jovens, sobretudo os recém-formados, anulando suas expectativas de uma estabilidade rápida no mercado de trabalho. Fato este que tem levado alguns dos atores em questão a reformular seus projetos de vida, adotando outras formas e meios, entre os quais, um novo curso universitário ou a inserção em uma pós-graduação, o que muitas vezes, causa o adiamento no processo da constituição familiar, a aceitação de um emprego de menor remuneração para a aquisição de experiência na profissão, a ocupação de um emprego em uma área diferente de sua formação ou a procura por emprego em outras cidades ou países. Com efeito, observamos que pouco se tem promovido à política do emprego para jovens no país, o que dificulta ainda mais sua inserção no mercado de trabalho.

CAPITULO IV: OS NOVOS DESAFIOS: A INSERÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O processo de inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, envolve tanto sua condição de migrante quanto sua condição de estudante universitário, de modo que este tem que lidar, simultaneamente, com o ingresso em dois mundos sociais – o que do ponto de vista sociológico, é multidimensional =.

Para se analisar esta inserção, foi necessário incluir neste estudo um conjunto diversificado de variáveis, que podemos agregar em quatro eixos de análise: definição de um perfil dos estudantes/ migrantes; as formas específicas de sua vivência como migrante e como negro; e o conjunto das percepções e expectativas em relação à experiência acadêmica e profissional no Brasil. O que ocorre, também, entre os estudantes guineenses que optaram por voltar aos seus países de origem, com o objetivo de se inserirem no mercado de trabalho local.

Neste capítulo, analisaremos os dados produzidos – sobre os quatro eixos temáticos acima mencionados – a partir da realização das entrevistas (18), da aplicação de questionários com uma amostra não probabilística de estudantes e ex-estudantes radicados nas cidades de Campina Grande, João Pessoa e Recife e da observação participante nessas três cidades onde vivem esses estudantes/ migrantes.

Na impossibilidade de falar das muitas coletividades migrantes de africanos em solo brasileiro, buscamos aqui, relatar o modo de perceber, sentir e vivenciar os efeitos do processo migratório e sua inserção no mercado de trabalho através daqueles residentes em Campina Grande (PB), João Pessoa (PB) e Recife (PE). A proposta desse trabalho consiste em analisar a inserção dos estudantes/migrantes no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no período compreendido entre 2003 – como período da inserção nas universidades - a 2017, momento da inserção profissional.

O deslocamento entre a África e o Brasil se dá no contexto da busca por melhores condições de vida e também de uma formação e qualificação necessárias à realização de um projeto de vida familiar ou individual. Portanto, a motivação do deslocamento da terra natal para estes imigrantes africanos, com fins de estudo, pode ser compreendida a partir de duas variáveis: atravessar o atlântico com o objetivo de estudar e se inserir no mercado de trabalho e fazê-lo com a finalidade de migrar para um país mais desenvolvido.

4.1. A aplicação do questionário e perfil da amostra

O processo de elaboração, planejamento e execução da pesquisa é uma arte que exige, além de um adequado método, certa criatividade, disciplina e organização. Nesse sentido, ao se desenvolver a metodologia desta pesquisa, buscamos também a união dessas três virtudes do fazer científico, tanto no planejamento quanto na execução do projeto.

Babbie (2005) aponta que haveria duas razões específicas justificáveis e, por sua vez, válidas, para todas as pesquisas, na realização do desenho da amostra, sejam elas científicas, sendo estas tempo e custo, fato que justifica o método usado para selecionar a população da amostragem, considerando o universo das Instituições de Ensino Superior (UFCG, UFPB e UFPE) no Nordeste, com programas voltados para recepção de estudantes africanos e latino-americanos.

Porém, a presente pesquisa, inserida dentro de uma metodologia qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumento as entrevistas e os questionários, limitou-se a um estudo de caso dos estudantes africanos que passaram por essas três Instituições do Ensino Superior Público no Nordeste do Brasil. Desse modo, as análises feitas a partir das informações obtidas pelo questionário, permitem explicar pelas distribuições empíricas dos valores nas variáveis, como se constitui esta dinâmica migratória, focalizadas nesta amostra específica.

Tabela 9 – Sexo dos estudantes/imigrantes e suas universidades

Sexo	Universidade dos estudantes			Total
	UFCG	UFPB	UFPE	
Feminino	03	03	04	10
Masculino	09	08	10	27
Total	12	11	14	37

Fonte: Dados da pesquisa

Entre um número de 43 estudantes/imigrantes que estiveram nessas três Instituições de Ensino Superior (UFCG, UFPB e UFPE), do início de 2009 até então, foram aplicados 37 questionários para estudantes/imigrantes selecionados em uma amostra não aleatória. Foram procurados estudantes/imigrantes africanos da UFCG, UFPB e UFPE considerando uma

distribuição entre imigrantes dos sexos feminino e masculino. Entre eles, 10 estudantes/imigrantes (o que corresponde a 27%) são do sexo feminino, enquanto 27 (que correspondem a 73%) são do sexo masculino. Percebe-se claramente grande domínio da presença dos homens em relação às mulheres nessas três cidades, o que nos levou a tentar compreender melhor o que proporciona essa grande diferença. Depois de uma longa conversa com duas estudantes de diferentes nacionalidades (Cabo Verde e Camarões), passamos a entender, pelo menos, uma das razões pelas quais os homens são a maioria em relação às mulheres, na concepção delas. De acordo com Fátima, ex-estudante da Universidade Federal de Pernambuco:

Aqui no Brasil, principalmente em Recife, pelo que posso entender durante esses anos do estudo, homens têm a tendência de ficar mais que nós mulheres, porque eles têm tendência facilmente em criar vínculos, ou seja, ter uma relação com as brasileiras, algo mais fixo. Conheço muitos que já se casaram, têm filhos e muito mais. Nós mulheres, não vou dizer que não tem, mas são poucas que você vai encontrar nessas situações. Algumas já se casaram com os brasileiros, mas muito são casadas mais com homens africanos.

Quando foi perguntado o porquê das preferências das mulheres mais pelos homens africanos do que os brasileiros, ela responde:

é que, para as mulheres africanas é mais fácil se relacionar com os homens africanos, porque eles, geralmente frequentam os mesmos lugares, as mesmas festas, ou seja, o espaço de relações sociais entre eles permitem que isso aconteça, pelo menos, é o que eu acho e percebo.

O que podemos perceber, até aqui, é que a realidade dos homens é bem diferente da realidade das mulheres. Na sociedade brasileira, principalmente nos espaços de convivência e de relações sociais, são percebidas, na maioria das vezes, as facilidades que os homens africanos têm de se entrosarem e se relacionarem mais rápidos em relação às mulheres.

Entre as mulheres, há sempre uma barreira ou distanciamento, o que se pode considerar como um cuidado que elas mantêm entre si antes de qualquer envolvimento. Isso pode ser explicado, também, pelas questões culturais, posto que, em alguns países africanos, como Guiné-Bissau, Congo e Senegal, como afirma uma das meninas entrevistadas, não havia essa cultura de “ficar”, o que faz com que elas, antes de terem qualquer tipo de relação, procurem sempre conhecer a pessoa antes de qualquer contato físico.

Durante a pesquisa, encontramos uma família formada por estudantes que passaram pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba e que ao final da formação acadêmica, decidiram permanecer no Brasil. Esses cônjuges eram namorados durante o período da formação e depois da conclusão do curso decidiram formalizar a união entre eles. São pessoas provenientes do mesmo país africano e que hoje já têm dois filhos. Verificamos

dois casos semelhantes entre estudantes na cidade de Recife. Mas entre os estudantes pesquisados, o mais comum são casamentos entre homens africanos e mulheres brancas brasileiras.

Estudos sociológicos e antropológicos apontam a vigência do conceito de raça e a persistência da interdição do casamento entre indivíduos considerados racialmente diferentes, o que obriga-nos a refletir sobre a importância e a influência da raça como categoria social, considerando as representações existentes a respeito do casamento inter-racial. Tendo como base os depoimentos analisados até então, é necessário partir para uma abordagem mais geral no sentido de compreender esse fenômeno de relações sociais entre as mulheres negras imigrantes em relação aos homens/imigrantes.

Também é possível promover uma reflexão a partir de um conjunto de questionamentos ou problemáticas, tais como, se há diferença cultural quanto ao “ficar” e porque essa diferença não afeta os homens africanos; observar se as diferenças de gênero podem estar interferindo nesse processo e por último, a questão do preconceito.

Na verdade, os estudos sobre seletividade matrimonial encerram por si mesmos um campo de pesquisa. Alguns autores, a partir da década de 70, tentaram aplicar a teoria econômica para explicar a dinâmica das uniões conjugais e relações sociais, tomando o constructo do mercado matrimonial como unidade de análise. Um número considerável de estudos tem sido dedicado à endogamia que ocorre de acordo com as fronteiras de status, sejam elas baseadas em crivos raciais, étnicos, socioeconômicos ou de filiação religiosa.

Naturalmente, essa última tem sido uma abordagem de interesse em estudos sobre relações raciais concentradas em duas perspectivas relacionadas, sendo a primeira referente aos níveis gerais de endogamia enquanto indicadores do quão forte são as distâncias sociais impostas por crenças e valores raciais, e a segunda referente à questão do intercâmbio de status, o qual parte da observação de que pessoas negras em movimentos de ascensão social tenderiam a buscar casamento com pessoas com menores níveis de status socioeconômico, como se os dois critérios se compensassem na busca por um cônjuge.

Frazier (1957) afirma que a tendência de homens negros de classe elevada nos Estados Unidos, mesmo enfrentando as fortes restrições quanto ao casamento com mulheres brancas, é buscar como cônjuges as mulheres de pele mais clara dentro da população negra. No Brasil, Segundo Rocha (2016), esse fenômeno também foi explorado pela literatura clássica, sobretudo por Thales Azevedo (1955) no que se referem as “elites de cor”.

De modo geral, a pesquisa sobre o tema, principalmente entre os autores vinculados à literatura clássica, tem dado especial atenção ao fenômeno da troca de status no ponto de vista

do homem negro em ascensão social, mas não no ponto de vista da mulher negra. De acordo com Oliveira (2006), é fato que os estudos atuais confirmam ser mais provável que homens negros se unam às mulheres mais claras do que as mulheres negras a homens mais claros. Pacheco (2006) enfatiza ainda que, o preterimento da mulher negra, enquanto candidata a uniões conjugais no Brasil, tem sido observado por pesquisadores desde a década de 50 e constitui forte evidência de que há um acirramento da discriminação diante da interseção entre condição racial e de gênero.

No entanto, é importante questionar se, quando em condição de afluência econômica, as mulheres negras não manifestam a tendência de se unirem com pessoas de cor branca. Neste sentido, alguns estudos recentes têm demonstrado um pouco a situação conjugal da mulher negra em condições mais afluentes. Ao utilizar a educação como indicador socioeconômico, Petruccelli (apud ROCHA, 2016) traz evidências de que a endogamia racial para pessoas brancas é maior em extratos sociais mais elevados, relação que se inverte entre as mulheres negras, uma vez que, quanto maior o seu status socioeconômico, maior o número de uniões racialmente exogâmicas.

Esses resultados são confirmados por estudos mais recentes, encontrados nos trabalhos de Ribeiro e Silva (2009), que demonstram que não apenas os homens, mas também as mulheres negras experimentam as redefinições em seus padrões de endogamia racial a partir da ascensão social.

Em seus estudos sobre relacionamentos afetivo-sexuais entre negros e brancos, Moutinho (2001) observa que, nas análises que mencionam relações afetivas inter-raciais, sejam elas quantitativas ou qualitativas, é bastante recorrente a preocupação em identificar fatores que levam a escolha de mulheres branca ou negras pelos homens, mas não se percebe a preocupação com os motivos pelos quais as mulheres escolhem homens brancos ou negros como parceiros. Para Alguns autores como Pierson, Azevedo e Harris (apud, BARROS, 2003), frequentemente referidos em algumas análises voltadas para as relações raciais, as barreiras aos casamentos inter-raciais são atribuídas à posição de classe dos envolvidos. No entanto, percebem-se variações no que se refere à explicação da importância da raça nesses relacionamentos.

Barros (2003) demonstrou que Pierson, a exemplo de Freyre (1933), insiste no caráter amistoso das relações raciais nesta sociedade. Após traçar um panorama da presença do negro na Bahia, no período colonial, na década de 40, o autor conclui a existência de um racismo que nega o mesmo status ontológico ao negro, atribuindo às manifestações de discriminação racial à situação de classes, na qual a oposição ao casamento com os negros se baseia mais em

classe que em raça. É importante mencionar que, no trabalho de Pierson, a interpretação formulada por ele nos leva a perceber, na classe social, uma categoria predominante, não sendo analisadas as representações socialmente partilhadas a respeito de raça, influenciadas por diferenças de gênero e geração entre negros e brancos.

Esses estudos reforçam a ideia de pensar mais acerca da situação da permanência e das preferências de relações sociais das mulheres imigrantes africanas pesquisadas, em relação aos homens, no cotidiano brasileiro.

Verificamos outra questão que, de acordo com o depoimento dos entrevistados, faz com que as mulheres, muitas vezes, decidam retornar mais cedo para o seu país de origem. Levando em consideração o que foi dito até então, desde as dificuldades de relacionamento, até as suas preferências em relação às escolhas, há também a questão da idade, principalmente, no tocante à maternidade. Segundo Maria, de Cabo Verde, as mulheres também levam em consideração a questão da maternidade e a formação da família, o que é causado, principalmente, pelo fator idade após a conclusão do curso. Esta é uma das preocupações fundamentais que ajudam a promover o retorno às suas origens.

Podemos então, entender que as mulheres geralmente são mais ligadas à família, um dos motivos que contribuem nesse processo de retorno ao país de origem. Vale lembrar que esses dados dizem respeito apenas aos estudantes/imigrantes residentes nos locais dessas universidades. Por outro lado, como foi possível observar na tabela acima, embora haja certo equilíbrio em termos da quantidade dos estudantes/imigrantes entre essas três universidades, é possível observar que a UFPE (campus de Recife) apresenta a maioria de imigrantes, em relação ao demais campus, entre os africanos pesquisados, o que se deve ao tamanho da cidade e a uma diversidade consideravelmente maior de variedades de cursos oferecidos e da quantidade de vagas que a universidade (UFPE) disponibiliza todos os anos ao Programa Estudantes-Convênio de Graduação.

A cidade de Recife, além de ser uma metrópole, é uma das cidades mais antigas do Brasil. Ela aparece como uma das cidades do Nordeste brasileiro, mais conhecida a nível internacional e é, entre as cidades escolhidas para a realização da pesquisa, a que tem a maior procura dos estudantes africanos para a realização dos estudos e, também, é a que apresenta mais oportunidades de emprego entre as cidades pesquisadas.

Entre os estudantes/migrantes pesquisados, a maioria, 79%, é solteira e 21% é casada. Entre os casados, cinco (05) têm como cônjuges pessoas brasileiras e duas (02) possuem cônjuges africanos. Esses dados reforçam os argumentos já analisados anteriormente sobre as relações inter-raciais.

Alguns estudos científicos e literários que abordaram ou retrataram a sociedade escravagista ou colonial, apresentam, predominantemente, os casos de envolvimento afetivo entre o homem branco e a mulher negra, e em menor escala, o relacionamento entre um homem negro e uma mulher branca. Entretanto, este último tipo de relacionamento também existia. Se os relacionamentos entre um homem branco e uma mulher negra refletiam as relações de poder presentes no domínio do senhor branco sobre as escravas negras, muitas vezes exercidos de forma abusiva e extramatrimonial, os relacionamentos entre o homem negro e a mulher branca eram vistos como impuros e passíveis de censura social, rendendo à mulher branca conotações desqualificativas e isolamento social.

Nos dias atuais, segundo Moutinho (2004) as lógicas de relacionamento inter-racial parecem ter mudado radicalmente. Alguns estudos pormenorizados sustentam a ideia de haver, agora, mais relacionamentos entre homens negros e mulheres brancas do que entre homens brancos e mulheres negras. No primeiro caso, referente aos relacionamentos entre homens negros e mulheres brancas, as motivações de natureza exclusivamente sentimentais, razões como a renegação do sentido de pertença ou a necessidade de afirmação social por parte do homem negro, podem explicar, em parte, a sua preferência afetiva ou sexual, provavelmente à luz de fatores derivados da tradição colonial ou de dinâmicas de socialização em países onde os negros sempre foram uma minoria racial.

Os relacionamentos inter-raciais entre o homem branco e a mulher negra ocorrem, por sua vez, num contexto de menor proporção, como afirma Barros (2003). As causas para tais relacionamentos para a mulher negra, levando em conta as razões sentimentais, justificam-se pela busca de estabilidade afetiva, social ou material. A mulher negra se atrai mais pela segurança derivada deste relacionamento, para além de outros fatores como o status e a ascensão social por ele conferida. Já o homem branco, mantendo também as motivações passionais a parte, geralmente vê a mulher negra como fonte de uma exuberante beleza física e como objeto sexual acima da média.

Tabela 10 – Sexo dos estudantes/imigrantes e faixa etária

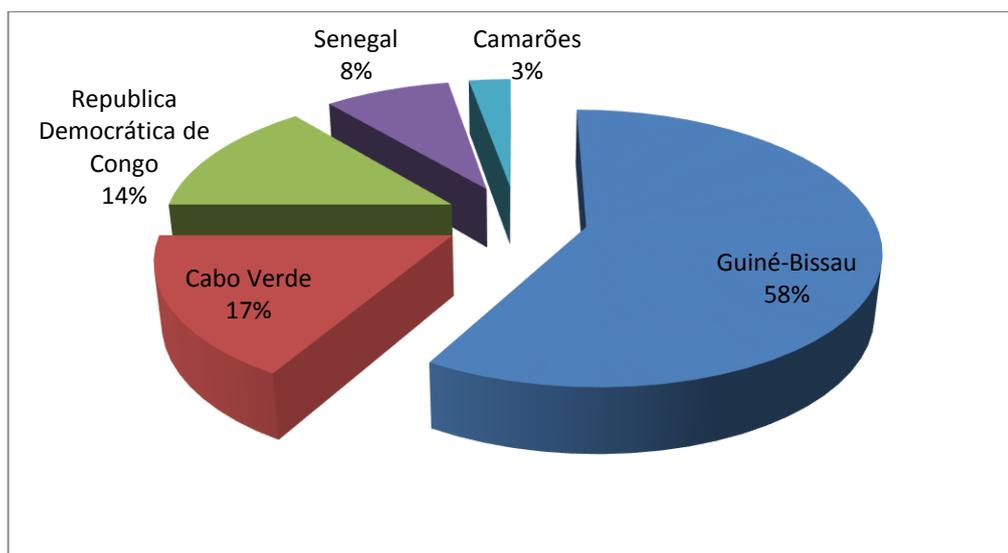
Sexo	Faixa etária dos estudantes			Total
	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Acima de 30 anos	
Feminino	02	07	01	10
Masculino	04	09	14	27
Total	06	16	15	37

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa pesquisa, a idade dos estudantes/imigrantes variou entre 24 (mais novo) e acima de 30 anos. Entre os pesquisados do sexo feminino, 02 se encontram na faixa etária de 20 a 24 anos; 07 na faixa etária de 25 a 29 anos e os restantes acima de 30 anos. Entre os homens, 04 estudantes/migrantes se encontram na faixa de 20 a 24 anos; 09 entre 25 a 29 anos e, por último, 14 acima dos 30 anos. Observa-se que entre esses estudantes, a maioria (14) se encontra na faixa etária acima dos 30 anos de idade.

Esta situação encontrada entre estudantes/migrantes africanos é igualmente motivada pela carência de Instituições de Ensino Superior bem como pelas poucas oportunidades oferecidas para os estudos no exterior, após a conclusão do segundo grau de escolaridade nos seus países de origem.

Por exemplo, no meu caso, após ter concluído o Ensino Médio, no meu país (Guiné-Bissau), precisei passar quatro anos na tentativa de ingressar em um curso de ensino superior, pelo fato de não existirem universidades em meu país. Apenas no final do ano 2003, foi criada a primeira universidade no país, que teve seu início de funcionamento a partir da segunda metade de 2004 e, eu cheguei ao Brasil apenas em 2006, contabilizando um total de seis anos para que, efetivamente, eu estivesse numa universidade. Essas são algumas das dificuldades que os africanos de diferentes países enfrentam e que podem ser vistas como uma das principais razões para a inserção tardia nas universidades. Por outro lado, o fator econômico das famílias pode ser levado em consideração, também.

Figura 11 – País de origem dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE)

Fonte: Dados da pesquisa

Atualmente, têm-se observado mudanças substantivas nas concepções e nos papéis sociais das universidades. Esse movimento dialético que envolve tanto os aspectos internos quanto os externos das universidades, tende a situá-las não somente no contexto nacional, mas no cenário da internacionalização da educação superior.

Discutir as novas concepções e finalidades sociais que estão sendo reclamadas para as universidades públicas, no contexto da reestruturação produtiva do capital em âmbito global, faz-se necessário, na medida em que o papel social da universidade vem ganhando significativa centralidade, ao ser exigida uma nova relevância social na e para a sociedade da economia de conhecimento, expressão propalada que assume a perspectiva de que a sociedade e a economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local e regional, quanto no internacional (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 51).

Entre os países africanos, em especial os de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), a maioria das Instituições de Ensino Superior datam da década de 90. Outras Instituições públicas mais antigas são remanescentes do período colonial e sofreram revitalização nas diretrizes e estruturas curriculares após 90.

Mesmo com a ampliação da oferta de vagas, estas continuam apresentando deficiência na cobertura, não atendendo a demanda da população universitária. Encontra-se nesses países uma enorme carência de acesso à universidade e a formação de ensino superior é privilégio de

poucos e não um direito a todos, um fator de exclusão e um indicador do aumento da desigualdade social nestes países, como assinalam Filho, Lemos, Fernandes e Moreira (2016) em seus trabalhos sobre a experiência dos estudantes africanos expatriados no Brasil.

Partindo desse ponto de vista, a expatriação torna-se cada vez mais necessária para muitos jovens que almejam uma formação superior. No mais, esses países contam com um grave quadro do sistema educativo superior que obriga os estudantes a se deslocarem para o exterior, com vista à realização do sonho de ter uma formação superior. As despesas, na maioria das vezes, são pagas pelas próprias famílias dos estudantes, uma vez que a promoção da educação superior com bolsa de estudo depende de estratégias políticas.

Na figura acima, podemos observar que, nas três cidades nordestinas, cenários desta pesquisa, dentre os africanos de diferentes nacionalidades pesquisados, que ao concluírem o curso através do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e que, por certos motivos decidiram permanecer no Brasil, os da Guiné-Bissau formam o maior grupo nacional na amostra que aplicamos (58%), seguido pelos estudantes de Cabo Verde com 17%; os estudantes da República Democrática do Congo com 14%; o do Senegal com 8% e por último, os de Camarões com apenas 3%.

De acordo com os dados da pesquisa, pode-se perceber a baixa percentagem em relação a Camarões, Senegal e República Democrática do Congo e a ausência de outros países africanos de língua portuguesa como Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, entre os participantes do Programa. O que valida a ausência desses países de Língua Oficial Portuguesa é o fato de que, durante a nossa pesquisa de campo, não foi encontrado nenhum estudante/migrante desses países que decidiram aqui permanecer, com exceção de Angola⁴⁰.

Por outro lado, o pouco número de estudantes/migrantes desses países de língua francesa e inglesa pode estar relacionado às dificuldades de adaptação imediata que esses estudantes/migrantes enfrentam quando de sua chegada ao Brasil, uma vez que, inicialmente, o domínio fluente da língua portuguesa é condição fundamental para a garantia da sua permanência no país. Um fato curioso, é que nos últimos anos, houve uma inserção muito forte dos estudantes da República Democrática do Congo, Benin, e alguns outros países, nos cursos superiores no Brasil, fato que, anteriormente, era quase inexistente.

Podemos associar esse fato ao fortalecimento de acordos bilaterais com os países africanos de língua francesa, inglesa e os países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), em vias do desenvolvimento, firmados pelo governo do

⁴⁰Procuramos por esse estudante/migrantes, mas o mesmo não se encontrava por motivos pessoais.

então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir do seu segundo mandato. A maior presença dos estudantes da Guiné-Bissau e Cabo Verde está relacionada, também, com o acordo mais forte que o Brasil mantém com os países africanos de língua portuguesa, desde o final da década de 70.

Durante a pesquisa, observamos que a permanência desses estudantes, principalmente da Guiné-Bissau, não se deu apenas pelas questões da cooperação. De acordo com Antônio:

A maior parte das pessoas de Guiné-Bissau que decidiram permanecer no Brasil, pelo que pude ver, foi devido as poucas oportunidades de emprego no país. Muitos decidem continuar estudando, fazer uma especialização, mestrado ou doutorado do que voltar e ficar sem nada pra fazer. Você sabe, o meu país tem problemas muito sérios de instabilidade política. Temos um presidente que não respeita a constituição, fica o tempo todo demitindo e nomeando Primeiro Ministro. Nossa Assembleia Nacional Popular não está funcionando a mais de dois anos. Algumas pessoas, incluindo eu, acabam por ficar aqui no Brasil e aguardar como vão resolver lá em casa pra depois voltar.

Com base neste depoimento, pesquisamos a questão dos problemas da instabilidade política que a Guiné-Bissau enfrenta no momento. Através do relato de Antônio, observamos que o referido país está há quatro anos nesse impasse político institucional entre seus atores e percebemos que o mercado de trabalho anda com problemas sérios, onde o índice de desemprego é muito alto, principalmente entre os jovens com idade ativa, o que poderia dificultar o regresso desses estudantes ao país de origem.

Por outro lado, observamos uma situação um pouco diferente entre os ex-estudantes pesquisados de Cabo Verde, os quais não observaram essa questão de instabilidade política e institucional que Guiné-Bissau vive. Entre os estudantes cabo-verdianos, o motivo da permanência é outro, como mostra Júlio:

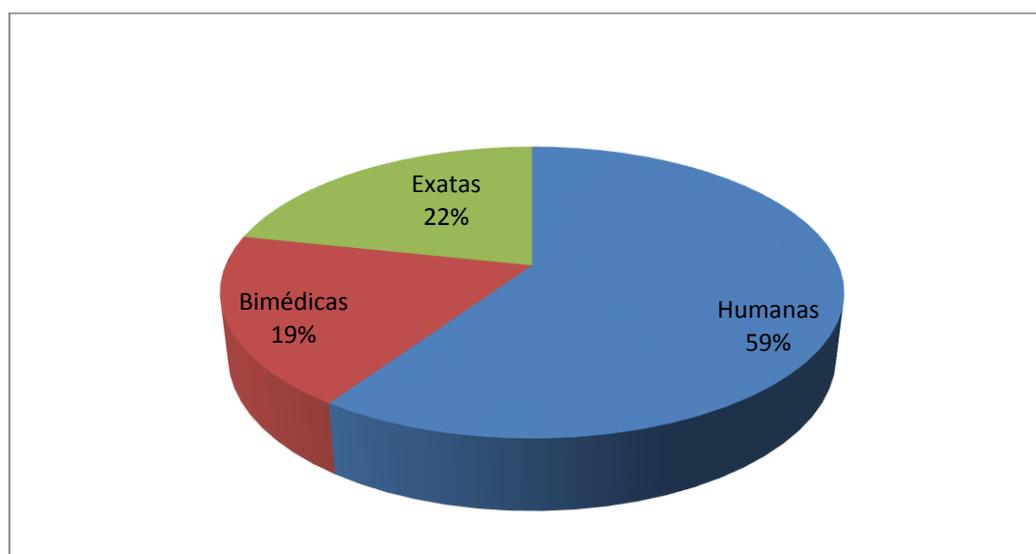
Bem, o primeiro motivo é porque achava a graduação muito pouco diante da demanda do mercado de trabalho e quis me especializar mais na minha área e uma foi levando a outra, comecei a fazer o mestrado e no meio do mestrado vi que era interessante ainda mais seguir para o doutorado e estou terminando o doutorado e continuo vendo que é melhor aprofundar mais, e o mercado de trabalho agora pra minha área está um pouco complicado e a tendência é usar o paliativo da bolsa de pós doutorado até conseguir arrumar uma posição, um emprego fixo, então eu vou continuar nessa linha.

Muitos cabo-verdianos como Júlio, compartilham do mesmo pensamento de se especializarem mais como forma de facilitar suas inserções no mercado de trabalho cabo-verdiano. Outro fator importante, é que constatamos uma presença maior dos cabo-verdianos em relação às outras nacionalidades entre os países pesquisados,. A maioria deles sempre regressa ao país no fim dos cursos de pós-graduação no Brasil. Essa motivação e a vontade de

regressar podem ser vistas, também, por causa de uma estabilidade do mercado de trabalho e o comprometimento em contribuir no processo de desenvolvimento do país.

Verificamos que muitos estudantes/migrantes cabo-verdianos chegaram ao Brasil com bolsa do próprio país e que, ao final do curso, sentem-se na obrigação de regressar no sentido de darem suas contribuições como cidadãos beneficiados com a ajuda do país. Ao contrário dos estudantes/migrantes guineenses, que afirmam não terem nenhuma ajuda do país de origem para realização de suas formações no Brasil, razão pela qual a maioria afirma não ter nenhuma obrigação moral de regressar ao país para contribuir como cidadãos. Entre outros, ainda continua a ideia de voltar para ajudar o país a ultrapassar essa situação de instabilidade.

Figura 12 – Área de formação dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à área de curso dos estudantes/migrantes africanos pesquisados, as observações revelam que nos registros nessas instituições, esse grupo também segue as tendências mais gerais de áreas de cursos preferências dos estudantes africanos, com uma menor representatividade na área das ciências biomédicas e uma superioridade nas áreas de ciências humanas.

Desse modo, as informações obtidas com os questionários revelam um percentual elevado na área de humanas que representa um total de 59% da população pesquisada; a área de exatas aparece em segundo lugar com 22% e, por último, a biomédica com 19%. E, no que se refere à área preferencial por país de origem, observa-se a maior presença de estudantes

cabo-verdianos e guineenses na área de humanas em relação às outras áreas de conhecimento (exatas e biomédicas).

Isso foi percebido através das informações trazidas dos estudantes/migrantes africanos que se encontram nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, nas quais há uma preferência por determinados cursos e áreas, razão pela qual, por intermédio do Ministério da Educação do Brasil, a partir de 2007 houveram restrições de vagas em certos cursos de humanas, tais como Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Contábeis, Administração, entre outros, passando a oferecer-se mais vagas para os cursos de Letras, Biblioteconomia e os cursos das áreas de Ciências Exatas.

De acordo com os Coordenadores dos Programas e Estágios dessas três instituições de ensino, essa medida tomada pelo Ministério da Educação do Brasil durou apenas dois anos e que, a partir de 2009 voltaram a restabelecer o antigo critério. Segundo os órgãos competentes, essa decisão do Ministério de Educação não foi tomada de forma unilateral, foi necessária uma decisão conjunta entre o Ministério da Educação, o Ministério das Relações Exteriores e os Ministérios da Educação dos países participantes, com o objetivo de incentivar os estudantes a diversificarem as áreas de formação.

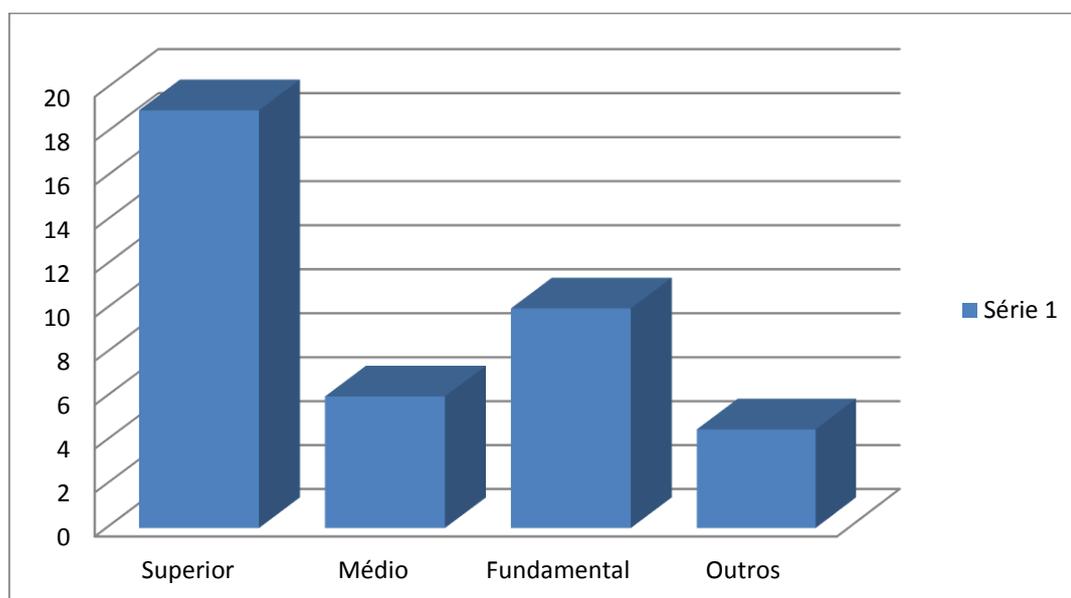
Foi uma medida bastante criticada, segundo as informações dos ex-estudantes do Programa, e que posteriormente, teve que ser substituída em função do critério estabelecido pelo manual do Estudante-Convênio. Outro fator que pode ser destacado como fundamental durante o processo seletivo dos estudantes em termos das preferências pelos cursos, consiste no sentido de que as instituições brasileiras participantes do Programa, geralmente oferecem poucas vagas na área das ciências biomédicas, sobretudo, o curso de medicina, o mais disputado no país e um dos cursos com maior probabilidade de inserção no mercado de trabalho.

É importante destacar que os pais ou familiares, sobretudo aqueles com formação superior, tendem a influenciar direta ou indiretamente nas escolhas dos cursos dos filhos. Mamadu da República Democrática de Congo explicou que durante o processo da inscrição junto ao Centro Cultural Brasileiro mantido pela Embaixada brasileira em Kinshasa (capital do país), optou em cursar Economia, mas o seu pai o orientou a escolher a engenharia civil, alegando que as oportunidades de emprego seriam mais fáceis, posto que, o país ainda (RDC) se encontra em processo de construção estando a engenharia civil ainda em fase embrionária.

Através da história de Mamadu, assim como as de muitos outros estudantes africanos no Brasil, percebemos que para as famílias, segundo Bourdieu (1996), a escolha da profissão constitui uma via de reprodução social e cultural, sobretudo para aquelas famílias nas quais os

pais são profissionais em exercício da mesma profissão. A família exerce papel determinante na manutenção da ordem social e na reprodução das relações sociais, como bem afirma o autor. Mercado (2004), em seus estudos voltados para as relações familiares, mostra a influencia da família na decisão da escolha por um determinado curso que definirá a profissão do adolescente. A autora explica como os pais intervêm, utilizando estrategicamente seus recursos sociais, para convencer seus filhos a seguirem determinados cursos e profissões ou assegurarem suas decisões, deixando os filhos com poucas opções de reverterem o “jogo” em que estão envolvidos.

Figura 13 – Grau de escolaridade dos pais dos estudantes/migrantes pesquisados (UFCG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao grau de escolaridade dos pais desses estudantes/migrantes pesquisados, constatamos que a maioria deles tem formação superior, enquanto alguns cursaram o ensino fundamental e poucos o médio. Alguns não souberam responder a esta questão. Esses resultados demonstram que, por mais difícil que possa ser a questão da educação nos países de origem dos estudantes/migrantes, as pessoas ainda conseguem, ao menos, ter uma formação ou a oportunidade de ir à escola.

Mas, por outro lado, a educação é uma questão que precisa ser analisado minuciosamente visto que, muitos países africanos ainda enfrentam o grande desafio que é a melhoria do setor educacional, principalmente no que diz respeito à formação superior.

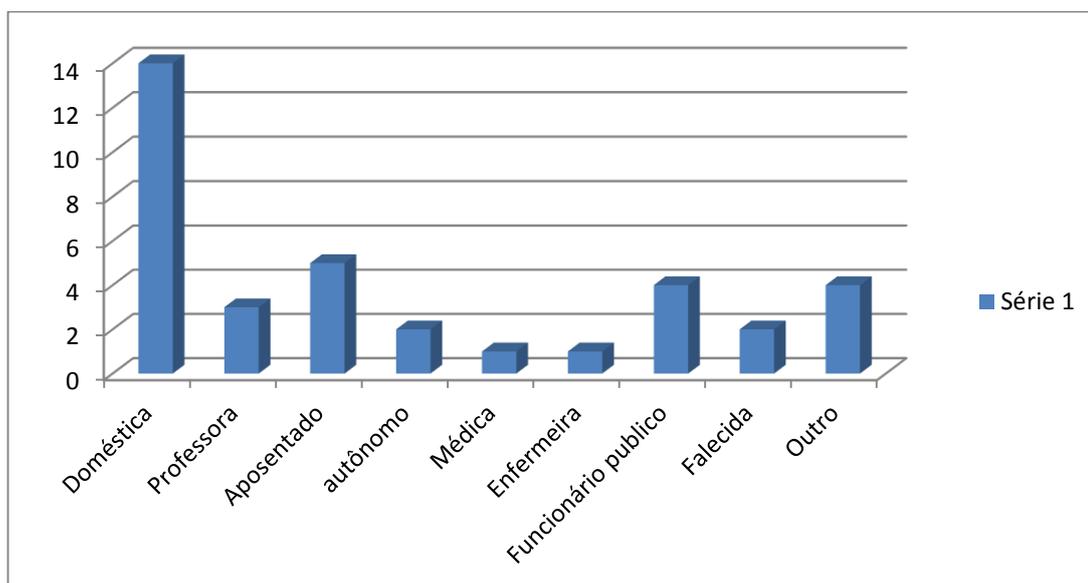
Um relatório da UNESCO de 1997, que trata sobre o sistema educacional, sobretudo as universidades, mostrou que a África traçava um quadro dramático de carências, tais como colapso das infraestruturas, ausência quase total dos equipamentos, corpo docente miseravelmente remunerado e por isso desmotivado e propenso à corrupção, poucos ou nulos investimentos em pesquisas. O Banco Mundial diagnosticou de modo semelhante à situação e, caracteristicamente, declarou-a irremediável.

Criticados por não conseguirem incluir nos seus cálculos a importância da universidade na construção dos projetos do país e na criação de pensamentos críticos e de longo prazo, o Banco Mundial aferiu que as universidades africanas não geravam suficientes retornos e, conseqüentemente, impôs aos países africanos que deixassem de investir em universidades, concentrando seus poucos recursos no ensino primário e secundário, instruindo-lhes a deixar que o mercado global lhes resolvesse o problema das universidades. Essa decisão teve efeito devastador nas universidades dos países africanos.

Em 2011, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, publicado em Paris, os países africanos, principalmente da África Subsaariana, aumentaram o investimento em educação em 6% nos últimos dez anos. O aumento dos investimentos foi acompanhado por resultados satisfatórios, os quais mostraram que o número de crianças inscritas no Ensino Primário aumentou 28%, enquanto as matrículas nas escolas maternas, no Ensino Secundário e Superior aumentaram 60% durante o mesmo período. Estes desempenhos refletem os investimentos significativos efetuados pelos governos africanos na educação.

Quando perguntamos sobre a ocupação do pai, a maior parte dos respondentes (27,5%) afirmou que os seus pais são funcionários públicos, 18,5% são autônomos, 13% deles são professores, sendo o mesmo percentual visto na agricultura e 24% afirmaram que os pais possuem outras profissões, tais como engenheiro, comerciante, gestor público, pedreiro, economista, jornalista, pastor, empresário, dentre outras. Os últimos 4% dos estudantes/migrantes não responderam. De modo geral, a maioria dos pais desses estudantes possui algum tipo de ocupação.

Figura 14 – Ocupação das mães dos estudantes/migrantes pesquisados (UFCEG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à ocupação da mãe, foi possível constatar que 39% deles afirmaram que suas mães são domésticas, 15% afirmaram terem mães já aposentadas, 13% responderam que suas mães são funcionárias públicas, 9% que são autônomas, 8% afirmaram que suas mães já são falecidas, 10,5% disseram que suas mães são médicas ou enfermeiras e 4,5% não responderam a esta questão. Nesta seção, quando examinamos conjuntamente os dados levantados para a ocupação dos pais, vimos a emergência de um quadro de estudantes/migrantes cujas ocupações dos pais firmam-se no funcionalismo público (ainda que não tenhamos levantado informações sobre as atividades que desempenham no serviço público) e entre os profissionais liberais.

Esta pesquisa nos fez refletir imensamente quanto à questão do gênero. Verificamos um percentual muito alto de mães que são domésticas em relação às profissões dos pais, o que nos fez pensar que, ainda que as mulheres⁴¹ estejam ganhando cada vez mais destaque, não

⁴¹Durante a pesquisa, chamaram atenção as profissões dos pais em detrimento das mães, na medida em que observamos um intervalo relativamente maior da ocupação do pai em relação à mãe. O que demonstra que, mesmo que as mulheres africanas estejam ganhando cada vez mais espaços na direção dos seus países, a exemplo de Johnson Sirleia, que em 2005 se tornou a primeira mulher eleita democraticamente em um país africano (Libéria), há ainda muito a ser feito, no sentido de que existem mulheres ainda em sua situação de doméstica como demonstra a figura 16. Mas a conquista da Johnson Sirleia demonstra uma esperança e reflete também a luta feminista de acessibilidade não apenas da mulher africana a cargos que noutros tempos eram ocupados apenas pelos homens.

apenas nos países africanos, mas a nível mundial, ainda há muito trabalho a ser feito no sentido de formar uma sociedade igualitária em termos de oportunidades de gênero.

Uma das propostas que avançam para o desenvolvimento de uma política de empregos na África é a de investir no desenvolvimento humano através da instrução de base e da formação das mulheres, pois, apesar dos esforços efetuados nos últimos anos, a taxa de alfabetização das mulheres é ainda bastante baixa e persistem as desigualdades no acesso à educação. Uma das razões que explicam o baixo nível de escolaridade das mulheres em relação ao dos homens, tem a ver com a visão tradicional da sociedade em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho e nela própria.

A repartição do trabalho doméstico e agrícola desde sempre, exerceu uma influência decisiva no momento da escolha quanto à escolarização dos filhos, seguindo uma perspectiva de gênero negativa e priorizando a educação masculina (sacrificando as mulheres) sempre que os recursos não permitissem a educação de todos. Este foi um dos fatores determinantes na condição social e cultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens nos países subdesenvolvidos e, em especial, nos países africanos.

De acordo com Gomes (2008), entre as medidas propostas pelos Estados africanos no combate a desigualdade de gênero e que poderão melhorar o acesso das mulheres à educação, incluem-se a redução dos encargos escolares impostos às famílias mais pobres, a adoção de medidas que incentivem as “estudantes” a permanecerem nos estudos, bem como a realização de campanhas a favor da escolarização das jovens em estado de gravidez. Um dos aspectos mais importantes dessa iniciativa é o da escolarização das mães. A formação profissional “não formal” da mulher constitui outro aspecto importante da nova política adotada, sendo um caminho seguro para aquisição de competências e de qualificações mais elevadas, o que poderá projetar a mulher para o mercado de trabalho, em condições de igualdade em relação aos homens.

Gomes (2008) assinala que o alargamento das possibilidades de emprego para a população de sexo feminino e a melhoria dos rendimentos de seu trabalho e das condições de obtenção de um emprego, passa pela implementação de diversas estratégias.

As mulheres africanas, por sua vez, encontram-se nos setores económicos de baixa produtividade, como a produção alimentar e o pequeno comércio. Por esta razão, a estratégia de valorização do trabalho feminino deve procurar favorecer a sua produtividade e estimular o investimento nos setores de maior prioridade, como culturas para comercialização e produtos manufaturados destinados à exportação.

Entre os estudantes/migrantes pesquisados, alguns, sobretudo os cabo-verdianos, afirmam que em seus países de origem, quase toda a população é egressa da classe média. Essas afirmações nos levam, então, a pensar que em alguns países africanos, particularmente os de origem dos estudantes/migrantes pesquisados, a maior parte da população se encontra na posição de classe média.

Um dos requisitos para a participação no Programa consiste na comprovação da renda per capita familiar, com o objetivo de demonstrar que a família do estudante conveniado possui as mínimas condições necessárias para manter seus filhos estudando no Brasil.

Ainda assim, mesmo sem termos levantado dados diretos sobre a renda familiar e per capita desses estudantes e seus respectivos países, é preciso pensar muito sobre tais afirmações, visto que, tanto Cabo Verde quanto os outros países africanos encontram-se na categoria dos países do terceiro mundo e em vias de desenvolvimento, que se deparam com os problemas do desenvolvimento socioeconômico. Em um estudo realizado em Cabo Verde, pelo Ministério da Família e Luta Contra Pobreza cabo-verdiana, em 2008, demonstra-se que o país conviveu e continua convivendo com a situação de precariedade social e econômica, decorrentes, de um lado, da debilidade de sua base produtiva e de sustentação econômica e, de outro, de políticas públicas pouco diversificadas.

Sendo um arquipélago, situado na zona saheliana, num contexto climático pouco favorável para a prática da agricultura e da pecuária, com um ecossistema extremamente frágil, uma base de recursos naturais reduzida e terras agricultáveis escassas (10% do total da superfície do país), é sabido que sua população se deparou em vários momentos, com a situação de pobreza extrema e que até o final da primeira metade do século passado, deram lugar a períodos de fome, secas e mortandade, como afirma Carreira (1972). De acordo com o autor, foi apenas a partir da década de 60 que os episódios de mortes causadas pela fome deixaram de ocorrer.

Em termos gerais, a análise das características dessa pobreza permitiram constatar e concluir que o crescimento econômico verificado em Cabo Verde na última década, foi concomitante a um aumento de desigualdade na divisão da renda. A excessiva concentração da riqueza faz-se notória no fato de que 10% da população mais pobre obtém apenas 1% do rendimento econômico. Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa per capita, enquanto o último decil (10% mais ricos) representam 57% da despesa total (CABO VERDE, 2008, p. 28).

Nesse sentido, o aspecto mais negativo, do qual se podem originar processos de exclusão social é o crescimento da desigualdade que cria um fosso cada vez maior entre quem

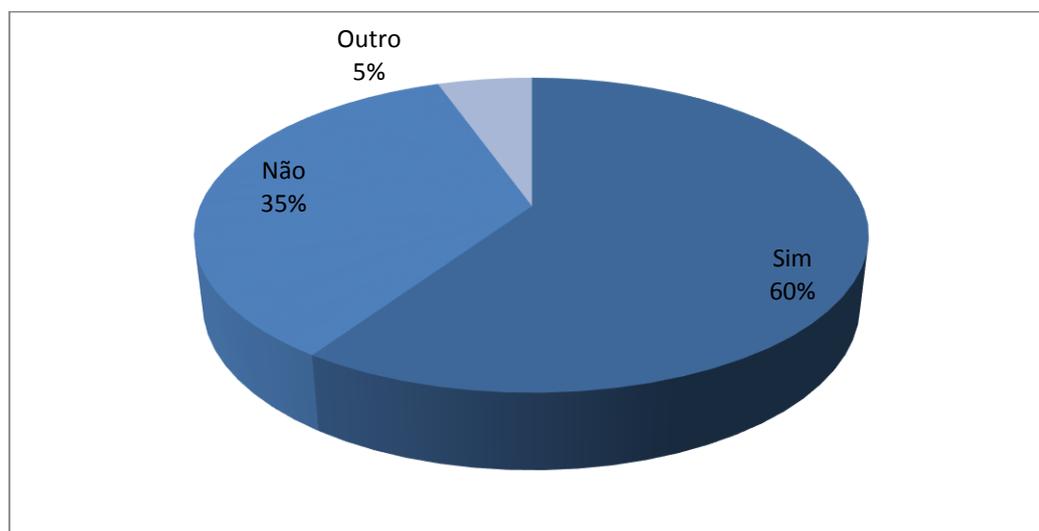
tem mais e quem tem menos acesso a recursos. O grande exemplo disso é o caso da Guiné-Bissau, país que apresenta uma sociedade “aparentemente homogênea”, mas que vive uma situação social, política e econômica conturbada, desde muito tempo, onde a desigualdade social entre a população é muito alta. Portanto, as afirmações feitas pelos estudantes/migrantes precisam ser pensadas com muita atenção antes de qualquer conclusão que possa ser tomada de forma rápida.

4.2. Envio de remessas dos estudantes/migrantes aos seus países de origem

Com as migrações ocupando um lugar de destaque nas relações internacionais, a utilização das remessas e as suas implicações no desenvolvimento dos países de origem dos imigrantes transformam-se numa questão central. Como explanado na primeira seção deste trabalho, isto acontece, em parte, porque existem fortes evidências de que o grosso das remessas é gasto no financiamento do consumo das famílias, na quitação das dívidas familiares e na construção ou aquisição da casa própria, sendo mínima a fração destinada ao investimento produtivo, inclusive a educação e a saúde.

Antes das migrações, o impacto das remessas e o combate à pobreza serem trazidos para o primeiro plano dos debates acadêmicos em nível nacional e internacional e de serem temas correntes em países de tradições migratórias como o Brasil, Portugal e os demais países africanos, entre outros, terão compreendido que, emigrar contribui, em parte, para a redução da pobreza de quem parte e de quem fica, dependendo da forma e do meio de inserção no país de destino do imigrante e também da situação do seu mercado de trabalho. Observa-se, também, que o dinheiro remetido para os países dos que partiram, contribui para aumentar o bem-estar da família e diminuir o nível de pobreza da população..

Figura 15 – A situação financeira da família no país de origem dos pesquisados (UFCEG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa.

A remessa dos imigrantes pode ser vista como o fluxo de recursos, dinheiro ou de produtos, através de canais formais e informais, com destino ao país de acolhimento. Para ser consumido, doado, depositado ou investido no país de origem do migrante. Além da diferença entre transferência em dinheiro e transferência em produtos, transferência formal e transferência informal, é preciso levar em conta o fato de um número crescente de investidores incluíram como categoria as remessas sociais, as atitudes, competências e tecnologias que, consciente ou inconscientemente, são transferidas pelos migrantes (TOLENTINO, 2008, p. 71).

A África tem uma longa tradição migratória e a maior parte da população africana, em diferentes países, vive das remessas dos imigrantes, como afirma Estevão, estudante cabo-verdiano do curso de doutorado da Universidade Federal de Campina Grande. Estevão diz que

Uma das maiores fontes de divisas no meu país é a remessa dos imigrantes, porque a maioria do povo cabo-verdiano quando não tendo a oportunidade de trabalho no seu país tende a emigrar e uma forma de ajudar a família é enviando divisas (dinheiro). Então, pra minha família tem sido bastante importante esse processo, porque num determinado período, onde as contas são maiores que os salários, minha família, minha mãe e meu padrasto precisaram migrar pra poder ajudar a família e por muito tempo a gente convive com essas ajudas dos imigrantes que é o envio das remessas. Então, pra minha família foi muito importante assim como pra todas as famílias de Cabo Verde que tem imigrante e quase todos tem algum parente que mora fora e envia o dinheiro sempre. o dinheiro é muito importante.

Em relação à situação financeira da família dos estudantes/migrantes e às possíveis formas de ajuda através de envio de recursos, vê-se na figura acima alguns resultados deste questionamento. Entre os respondentes, 60% afirmam que, de alguma forma, tentam ajudar os seus familiares e isso inclui não apenas aqueles que trabalham, mas também os estudantes de cursos de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras que recebem uma quantia em valores (bolsas de estudo) nacionais, como suporte para a manutenção durante o período determinado do curso. 35% dos entrevistados afirmam que não enviam ajuda financeira às suas famílias e 5% deles não responderam a questão.

Entre aqueles que enviam ajuda financeira aos familiares, a maioria (33%) afirma que a cada seis meses enviam sua ajuda; em seguida estão aqueles que (22%) enviam todos os meses. 18% deles enviam suas ajudas a cada dois meses, representando o mesmo percentual daqueles que afirmam que os seus familiares não precisam de suas ajudas financeiras e 6% dos pesquisados não responderam a questão. Para enviar essas remessas, 24% deles afirmam que usam o serviço dos bancos como forma de envio. 29% enviam as remessas através de agências de turismo, como Money Grant e Western Union. 18% não responderam a questão e 9% deles não sabem.

Podemos concluir que, a nível macroeconômico, as remessas constituem fontes importantes de moeda estrangeira e de poupança. Em se tratando das famílias, as remessas são majoritariamente utilizadas nas despesas do dia-a-dia, na educação e na saúde. Essas remessas enviadas pelos migrantes pesquisados, servem como fonte de renda com objetivo de suprir as necessidades básicas dos seus familiares em seus respectivos países de origem. Podemos então, partir do princípio de que certas aplicações das remessas podem ser vistas como formas de consumo pelos acadêmicos e como investimento pelas famílias, dependendo do estatuto econômico e social, assim como das prioridades destes.

De acordo com Tolentino (2008), deve existir um limiar de qualidade de vida abaixo do qual não é possível separar a utilização das remessas para o consumo e para o investimento. Este limiar corresponde ao nível de satisfação das necessidades básicas, incluindo alimentação, saúde, educação e moradia, com um padrão de conforto acima da média nos países de origem do imigrante.

Algumas pesquisas realizadas pelo Banco Mundial e a Organização Internacional das Migrações revelaram padrões de aplicações diferenciados em funções do estatuto socioeconômico das famílias, mas também das tradições, dos incentivos e da segurança dos investimentos produtivos. Levando em consideração a lei universal da baixa propensão dos agregados familiares pobres e no intuito de poupar, não será de se estranhar que só uma

pequena parcela das famílias de emigrantes consiga aforrar e investir o que recebem nas remessas (TOLENTINO, 2008, p. 57). No entanto, apregoa-se que as remessas dos emigrantes contribuem para elevar o nível de bem-estar local e nacional.

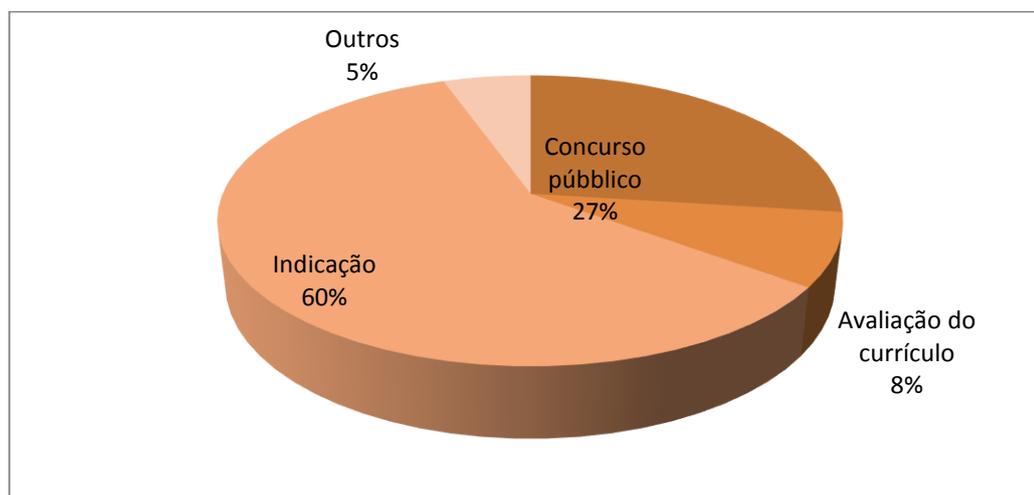
De modo geral, é possível perceber que a migração pode gerar substanciais benefícios assim como o bem-estar nos países de origem e destino migrantes. Porém, a vantagem dos países de origem se tornaria maior com uma possível redução das elevadas taxas de transferência que os migrantes continuam a enfrentar. O Banco Mundial, nos seus relatórios, calcula que as remessas transferidas pelos migrantes dobraram na década de 90, passando de 102 milhões de dólares em 95 para 232 milhões em 2005. Em 2006, mais de 206 milhões tinham sido transferidos para países em desenvolvimento.

4.3. A política de inserção no mercado de trabalho entre os estudantes/migrantes

A população jovem é considerada de enorme importância para a inovação criativa nas economias das sociedades. No entanto, para que os países aproveitem totalmente este potencial e capitalizem o dividendo da juventude, é necessário que os jovens tenham um trabalho produtivo e estejam integrados na sociedade. Entre os jovens, concentra-se a maior parte das pessoas que estão se incorporando ao mercado de trabalho pela primeira vez. Um argumento possível acerca da causa da alta taxa de desemprego juvenil encontra-se, justamente, na dificuldade do jovem em conseguir o primeiro emprego.

Durante a pesquisa, descobrimos que 35% dos estudantes/migrantes pesquisados já exerciam algum tipo de trabalho antes de virem para o Brasil. Já os 65% restantes não trabalhavam antes da partida. Alguns deles afirmaram que trabalhavam para ajudar com as despesas domésticas, face às dificuldades que as famílias enfrentavam, o que reforça, ainda mais, a veracidade das afirmações feitas por alguns estudantes/migrantes, em relação às divisões da sociedade em classes.

Figura 16 – Estudantes/migrantes em relação à forma de inserção no mercado de trabalho nos seus países de origem (UFCG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da Pesquisa

A figura acima traz informações relativamente importantes no que concerne à acessibilidade e às formas de inserção no mercado de trabalho nos países de origem dos pesquisados, bem como sobre o requisito fundamental, sobretudo na decisão de regressar ao país de origem ou permanecer no Brasil. Quando questionados em relação às formas de inserção no mercado de trabalho em seus países de origem, 60% afirmaram que isso ocorre mais pelas indicações; 27% afirmaram que é por concurso público; 8% pelas avaliações dos currículos e 5% não responderam.

Alguns resultados das nossas entrevistas também confirmaram a predominância das indicações como sendo forma principal para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho dos seus países de origem, como assinala Artur, estudante da Guiné-Bissau, quando diz:

Em meu país, a maioria das pessoas consegue trabalho pelas indicações. Seus pais, irmãos ou algum membro de família precisa conhecer alguém lá dentro pra te ajudar. Eles não olham seu diploma ou currículo. Às vezes você percebe isso muito claro, porque tem pessoas que conheço e decidiram regressar ao país durante muito tempo que ainda não conseguem emprego, mas tem aqueles que ao regressaram, em menos de três meses já estão inseridos no mercado. Isso acaba desmotivando muitas pessoas a voltarem.

Ao ser questionado se existe um esforço ou medida tomada pelo Governo/Estado do seu país com vista a melhorar esta situação, ele respondeu:

Às vezes, por conta das críticas feitas pelas opiniões públicas do país, eles inventam concursos, mas percebe-se que são todos de fachada, ou seja, “cartas marcadas” e que são aprovadas apenas as pessoas que são familiares, amigos e conhecidos. Mesmo no setor dos organismos internacionais, há fraudes. Aquilo é uma situação institucionalizada no país, infelizmente.

Essa mesma situação foi descrita quando entrevistamos os estudantes/migrantes dos outros países, o que demonstra que, na ausência de concursos públicos, torna-se difícil falar de meritocracia, situação que prejudica muito o processo de desenvolvimento do país, tanto em nível de educação, saúde e economia quanto no processo de inserção no mercado de trabalho.

O concurso público tem como objetivo primaz, oferecer chances às pessoas com interesse em uma inserção efetiva no mercado de trabalho estável. É perceptível que, na ausência de concursos públicos, o Estado/Governo não oferece chances igualitárias àqueles que pretendem ingressar no serviço público, e o preenchimento de vagas se dá pela quantidade de votos que esse emprego vai agregar aos governantes, o que torna o processo empregatício desleal e injusto para todo o país.

Por isso, é extremamente importante e urgente que as autoridades dos países aos quais pertencem os imigrantes pesquisados, comecem a pensar seriamente em encontrar um meio para superar esses problemas, visando a melhoria do funcionalismo público.

Através dessa discussão e a partir das tentativas de encontrar resquícios que confirmem os depoimentos dos entrevistados em relação à forma de contratação dos funcionários públicos nos Estados africanos aos quais pertencem os estudantes/migrantes pesquisados, constatamos que realmente, em alguns casos, há falta de concursos públicos para suprir as ofertas de emprego.

Países como a República Democrática do Congo, Guiné-Bissau e, em menor proporção, Cabo Verde, ainda apresentam dificuldades nesse processo de contratação. No entanto, é evidente que as instituições que promovem e protegem o trabalho e a seguridade social, são decisivas para o processo de desenvolvimento empregatício, sobretudo para as sociedades que ainda acumulam fortes taxas de desemprego.

Nesse ínterim, ainda é importante destacar o grau de efetividade da legislação social, cujo objetivo é a criação de leis que garantem os concursos públicos e a sua vigência real no cotidiano das relações de trabalho. As ações do Estado devem estar intimamente relacionadas com o exercício efetivo da lei.

Nas palavras de Lanza (2015), é importante lembrar que a transformação democrática do estado tornou o direito social um dos elementos constitutivos da sociedade política e, foi por meio da inscrição coletiva dos atores sociais nos estatutos consolidados pelo direito social que o Estado democrático excedeu os limites do Estado constitucional liberal.

Da garantia do direito à greve, ao emprego e à seguridade social, desenvolveu-se todo um movimento que transgrediu as fronteiras com as quais o próprio Estado e o poder

econômico pretendiam se definir. Embora esse movimento continue aberto e sujeito aos conflitos que lhe são constitutivos,

Laranza (2015) afirma que ter um emprego hoje, sobretudo nos países periféricos, se distancia cada vez mais do que preconiza o estatuto para os direitos associados à identidade jurídica e política do trabalho assalariado. Nesse sentido, destacamos em nosso estudo a importância da regulação do trabalho em seu papel de criar leis trabalhistas que garantem a proteção aos concursos públicos e à normatização, de fato, das relações de trabalho.

Constatamos também que, dentre os estudantes migrantes, residentes nessas três cidades (Campina Grande, João Pessoa e Recife) nordestinas, dezoito encontram-se inseridos no mercado de trabalho. Quatro deles são funcionários públicos federais e catorze trabalham em instituições privadas. Dezesete estudantes/migrantes não estão trabalhando e, entre esse contingente de desempregados, dez são estudantes nos cursos de pós-graduação e os restantes estão sem nenhuma ocupação no momento.

Alguns afirmam que não estão trabalhando há seis meses, outros de um a dois anos e que vivem de bicos para se manter. Percebemos que entre esses estudantes/migrantes que se encontram fora do mercado de trabalho, mais da metade são da Guiné-Bissau, seguidos pelos da República Democrática de Congo e Cabo Verde. Isso reforça a tese de que, nos países desses estudantes/migrantes, a situação de emprego, sobretudo para a população jovem, é ainda um problema a ser resolvido, o que faz com esse contingente de recém-formados decidam permanecer no Brasil com o objetivo de conseguir algo melhor para sua sobrevivência.

Durante a pesquisa, verificamos que dentre os estudantes/migrantes que se encontram no mercado de trabalho após a conclusão do curso, 49% não atuam em sua área de formação. Apenas 35% deles trabalham em suas áreas de formação. 16% deles não souberam responder.

Dentre os que trabalham em suas respectivas áreas de formação, 80% são da área de Ciências Biomédicas e os outros 20% encontram-se divididos entre as ciências humanas e as exatas. Esses resultados demonstram o domínio que os formandos na área de biomédica tem em relação às outras áreas, o que ocorre independentemente da situação empregatícia no país.

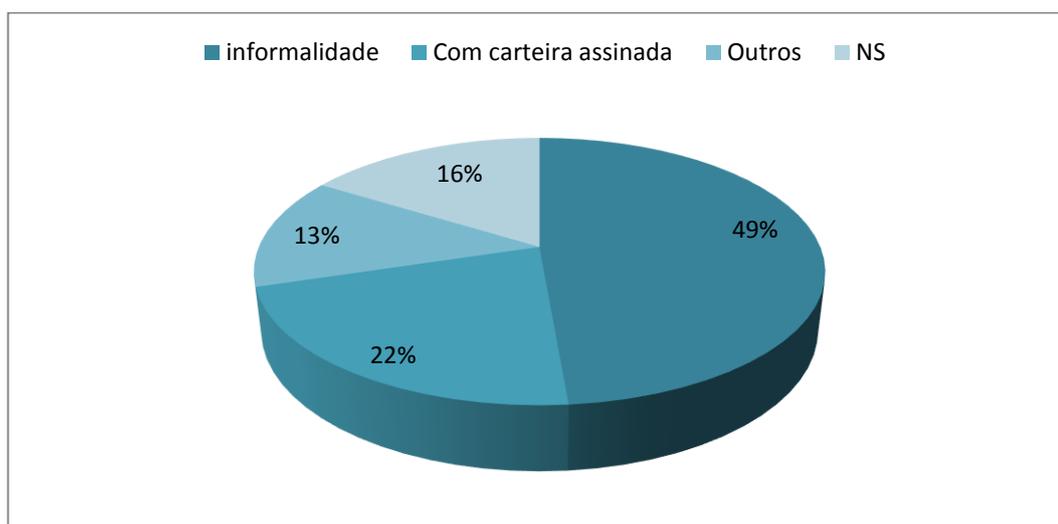
O mercado de trabalho brasileiro na área de saúde, é estruturado tipicamente numa correlação equilibrada entre as redes pública e privada e os tradicionais consultórios particulares. O mercado de serviço, em se tratando da saúde apresenta facetas diferentes, derivadas da ênfase e da universalidade da necessidade a que este serve. O potencial de expansão ilimitado, a extrema competitividade antes do sucesso do monopólio do mercado,

bem como a prontidão do Estado em agir como agente patrocinador do setor dominante da profissão, surgem da natureza da necessidade individual por esses serviços.

Pode-se então dizer que, a universidade desempenhou um papel fundamental no processo de reestruturação da educação e na formação do mercado de trabalho dos serviços de saúde. Devido a grande demanda por parte da população, não apenas no Brasil mas em quase todo o universo, a mão-de-obra dos profissionais da área de saúde encontra-se entre as mais procuradas.

Com efeito, nossa pesquisa confirma apenas o que já é visto em diferentes cenários. Por consequência, nas grandes cidades do país, a concorrência para se firmar na carreira de medicina é grande, o que é motivado pelo grande número de médicos em atuação no mercado. Já nas menores e mais distantes cidades do Brasil, a carência de profissionais e as oportunidades de emprego são maiores.

Figura 17 – Os tipos de inserção no mercado de trabalhos dos estudantes/migrantes no Brasil/2018 (UFCEG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

Há muito tempo, tem-se verificado que o processo de inserção no mercado de trabalho vem se tornando um desafio cada vez maior para as pessoas que estão concluindo o ensino médio, técnico e/ou superior. Esse processo não é diferente para os estudantes/migrantes africanos residentes no Brasil. Como podemos observar pela figura acima. Perguntamos aos estudantes/migrantes durante a pesquisa, qual seria sua percepção em relação ao tipo de trabalho de seus conterrâneos africanos no Brasil.

Aproximadamente 49% deles afirmaram que a maioria dos colegas trabalha na informalidade; 22% trabalham com carteira assinada e 29% não sabem ou não responderam. Alguns afirmaram que a necessidade de trabalhar sem carteira assinada deve-se ao fato de que, o visto temporário impossibilita os estudantes de trabalharem e de possuírem uma carteira de trabalho.

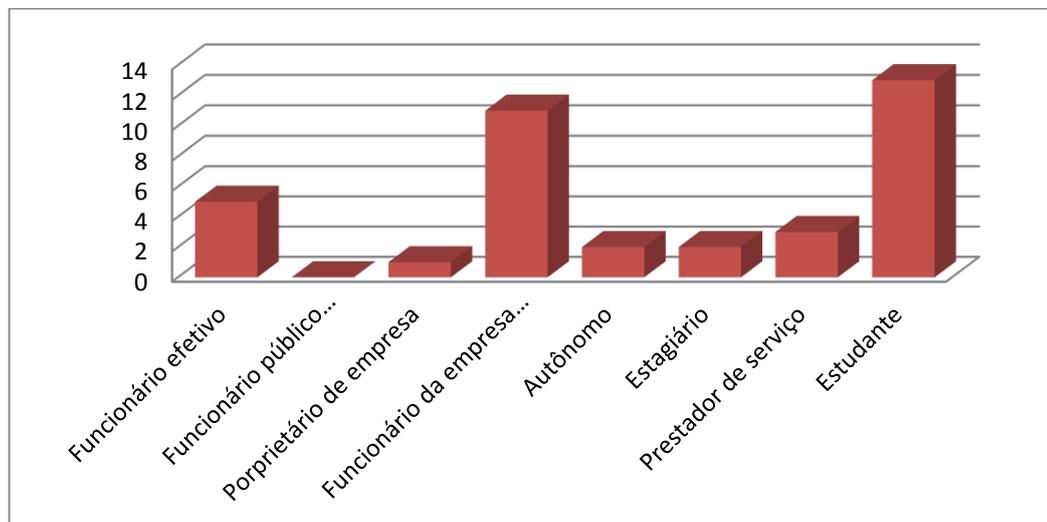
Na ausência desse meio legal para a inserção no mercado de trabalho, eles acabam recorrendo às outras formas de emprego (vias ilegais) com o objetivo de conseguir subsídios para sua sobrevivência no país. O mercado de trabalho tem sido alvo de muitas reflexões, que vão desde os impactos das novas tecnologias até o seu anacronismo, tido como critério de inclusão social e de poder político nas relações sociais.

As recentes reviravoltas na esfera trabalhista refletem-se na vida não apenas da população migrante, mas também da população brasileira, originando formas específicas de vínculos que não têm correspondido à uma ampliação de acesso à dignidade humana por intermédio do direito ao trabalho e a uma renda.

Porém, uma conquista de suma importância dentre tantas problemáticas, foi o reconhecimento de que os jovens enfrentam grande vulnerabilidade, bem como necessidades especiais na medida em que fazem a transição para o mundo do trabalho. Para muitos jovens, este é um caminho cheio de obstáculos, a exemplo de uma estrutura de mercado trabalhista que torna especialmente difícil sua ascensão a um patamar seguro na escala do emprego. Todos os segmentos do mercado brasileiro, sobretudo o segmento jovem, sofrem com efeitos que não atenuam, mas reforçam a problemática atual do universo empregatício

. Os jovens migrantes encontram-se nesta mesma situação, no que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro, um desafio que ainda demanda muito esforço e, acima de tudo, a capacidade para enfrentar tais situações.

Figura 18 – Os vínculos empregatícios dos estudantes/migrantes no Brasil/2018 (UFCG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

Na figura acima, vemos que a maioria dos estudantes/migrantes que se encontram no mercado de trabalho, estão nas empresas privadas. Em segundo plano, estão os funcionários efetivos. Alguns são prestadores de serviço, outros estagiários ou autônomos. Por outro lado, uma grande parcela de migrantes se encontra nos cursos de pós-graduação nas três instituições de ensino superiores já citadas.

Entre os estudantes que se encontram ainda na academia, alguns afirmam que na ausência de emprego e sem planos para o retorno ao país de origem, optaram por continuar adquirindo conhecimento, tendo a bolsa de estudo como forma de se manterem no país, dada a falta de vagas e de diversidade no mercado de trabalho. Um fato curioso deu-se pelo fato de encontrarmos dois estudantes/migrantes que decidiram abrir os próprios negócios. Um deles tem um lanchonete/restaurante que funciona em Campina Grande, no bairro do Catolé. Ao ser questionado a respeito da decisão de permanecer no Brasil desde 2010, período em que concluiu o curso de graduação, ele respondeu:

Eu sempre desejei voltar pra meu país depois de concluir meu curso, permanecer no Brasil era meu segundo plano, só que depois de constituir família aqui, esses planos mudaram e eu penso mais na minha filha, em organizar a família e depois voltar pra lá, com uma estrutura já adequada para me instalar, mas as coisas estão se tornando cada vez mais difícil no mercado de trabalho, por isso acabei abrindo o próprio negócio e isso me fez pensar em permanecer por mais tempo ainda.

Durante a entrevista, procuramos saber como se encontrava a situação de seu negócio, ao que ele afirmou que, no início, a situação era bem difícil, sobretudo para manter a clientela,

mas agora as coisas estão melhorando e a empresa dele já está com dois anos de existência. Ele afirmou ainda que, uma das razões da melhoria nos negócios adveio do fato de que, ao longo do tempo, ele foi conhecendo mais os gostos dos consumidores e suas preferências, e hoje conta com uma clientela fixa, oriunda da empresa onde ele trabalhou durante dois anos.

Em outro momento, encontramos uma menina residente na cidade de Recife, que por sua vez, é dona de um salão de beleza. Durante nossas conversas, perguntamos-lhe sobre o seu processo de inserção no mercado de trabalho, a partir do momento em que decidiu permanecer no Brasil após a conclusão de seu curso de graduação. De acordo com ela, procurar emprego em setores privados nunca foi uma opção, pois ela percebia em si mesma, a existência de um talento através do qual poderia montar um negócio em benefício próprio.

Outro fator que a motivou e o fato de estar cursando mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, o que contribui de forma significativa para sua não inserção no mercado, devido à dedicação exclusiva exigida pela entidade financiadora da bolsa de estudo. Perguntamos-lhe ainda, a respeito de seus negócios e de sua visão no que se refere a inserção dos seus colegas africanos no mercado de trabalho, ao que ela respondeu:

Das pessoas que conheci no PEC-G, algumas estão dando aulas, mas aulas assim que eu digo é de se matarem, com a carga horária muito grande e por ser também nas faculdades privadas. A pessoa trabalha muito mesmo pra poder conseguir uma boa quantia. Eu no meu caso, em particular, sou autônoma, faço tranças em cabelos, no entanto, vejo algumas ofertas de trabalho, mas pelo salário vejo que não vale nada. O que eles pagam é o que eu ganho praticamente com seis clientes num dia só. Então, pra mim não vale a pena.

Os depoimentos de Antônio Carlos residente na cidade de Campina Grande e de Joana, residente em Recife, ambos provenientes da Guiné-Bissau, demonstra um espírito de luta e superação, assim como a capacidade de empreender, face às situações que os desafios atuais do mercado de trabalho impõem para a maioria da população residente no Brasil. Isso serve de exemplo para outros estudantes/migrantes residentes no Brasil, que por algum motivo ainda não descobriram seus talentos próprios.

Tal fato pode ser compreendido a partir da percepção de que, uma prática tipicamente humana como o trabalho, durante muito tempo, adquiriu um papel central na inserção social de cada indivíduo e na decorrente formação de sua identidade enquanto sujeito atuante na constituição e na sustentação da sociedade.

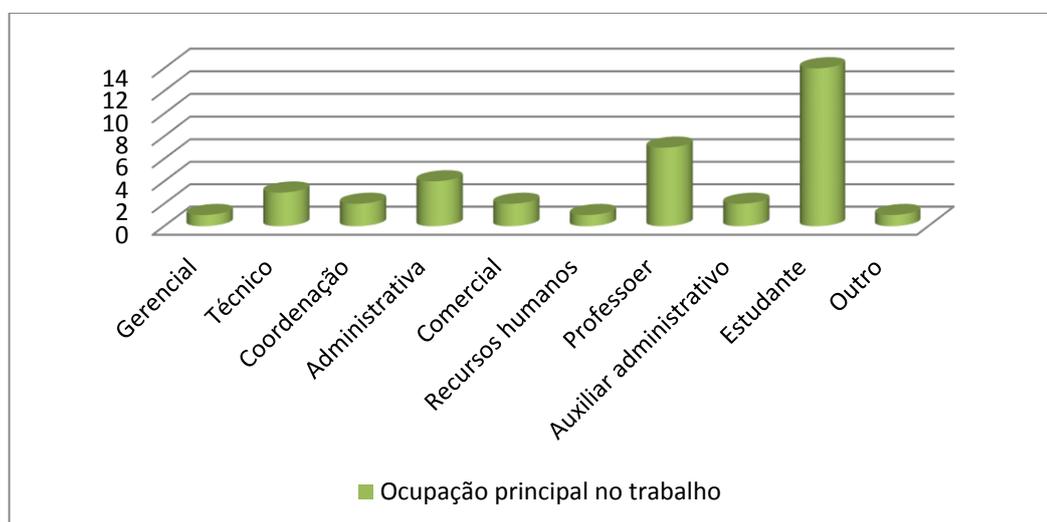
Assim, o ser humano promove a transformação da sua própria natureza para garantir a sua sobrevivência, bem como cria conhecimento e cultura, transformando a sua natureza pelo trabalho, caso semelhante ao desses dois ex-estudantes participantes do PEC-G e residentes no Brasil.

Entre os estudantes/migrantes que compõem o nosso universo de pesquisa e que possuem algum vínculo empregatício, seja formal ou informal, 49% encontram-se fora de suas áreas de formação acadêmica. Apenas 35% deles trabalham em sua área de formação e 16% não responderam a esta questão. Esse problema pode estar relacionado com a discrepância entre a evolução da demanda e a oferta de trabalhadores disponíveis no interior do mercado de trabalho, que expressa o crescimento recente do desemprego no Brasil, o que se justifica através da recessão na economia nacional.

A queda no nível de atividade no ano de 2015 vem acompanhada da redução da quantidade de ocupados e também do rendimento médio recebido pelos trabalhadores. Esse processo de queda de empregos no mercado brasileiro, pode estimular os profissionais recém-formados na procura por ocupações fora de suas áreas de formação, como meio de superar o desemprego enquanto o mercado procura estabilizar as curvas de demanda e oferta.

Percebemos que, entre os que trabalham em suas respectivas áreas de formação, a maioria é da área de ciências biomédicas, ocupando cargos na medicina, enfermagem e odontologia. Os outros estão divididos entre as ciências humanas e as exatas.

Figura 19 – Ocupação principal dos estudantes/migrantes residentes no Brasil/2018 (UFCG, UFPB e PFPE)



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a figura acima, no tocante à ocupação principal dos estudantes/migrantes africanos residentes no Brasil, após a conclusão do curso de graduação, percebemos que, entre os pesquisados, a grande maioria encontra-se nas universidades, como estudantes de cursos de pós-graduação; Alguns deles são professores, outros trabalham em

áreas administrativas, técnicas ou de coordenação, outros são auxiliares administrativos. Alguns trabalham na área comercial/gerencial, entre outros.

Entre os professores, quatro são de universidades públicas e os restantes lecionam em faculdades privadas. Esses dados demonstram a distribuição dos estudantes/migrantes africanos nas principais ocupações e locais de trabalho. Percebemos ainda que, enquanto residentes temporários no Brasil, a melhor forma de inserir-se no mercado de trabalho se dá pela ocupação das vagas no campo da docência, em universidades públicas e/ou privadas. Os migrantes afirmam que, trabalhar com a docência, além de ser um ramo de trabalho não braçal, ajuda a fortalecer os conhecimentos adquiridos durante os anos de formação acadêmica.

Como pudemos observar, em sua maioria, os estudantes/migrantes contam com uma formação superior, todavia, no momento da incorporação no mercado de trabalho eles declinam na escala laboral, inserindo-se no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e sua experiência laboral prévia. De modo geral, percebemos que os imigrantes possuem uma formação superior que não condiz com aquela exigida pelo exercício da profissão atual, corroborando para o que Cavalcanti (2015) vai chamar de “inconsistência de status”, na medida em que estes exercem atividades aquém das suas formações e experiências adquiridas antes ou após a formação acadêmica. Essas situações envolvem outra questão diretamente ligada à inserção no mercado de trabalho, bem como à situação de permanência no Brasil. Entre os pesquisados, 41% afirmam ter visto permanente no Brasil. Outros 28% dos estudantes/migrantes contam com o visto temporário. 14% têm visto como refugiados, 4% tem cidadania brasileira e 13% não responderam a esta questão.

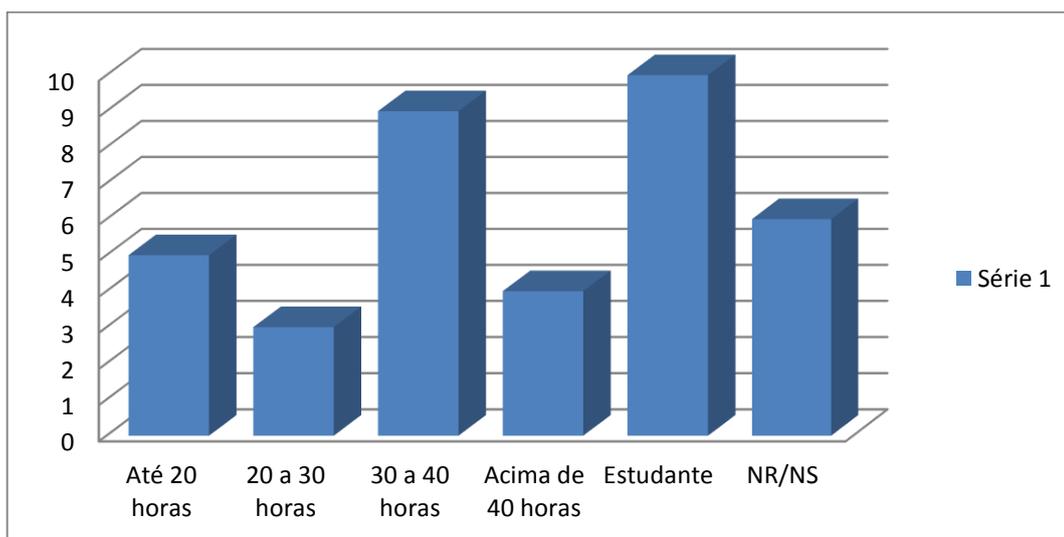
Em se tratando das imposições que definem a situação de permanência no país, os estudantes/migrantes encontram-se divididos entre os estudos e o mercado de trabalho, mas, ainda que a maior destes encontre-se em uma situação de status permanente no Brasil, percebemos que ainda existe um grande contingente de estudantes em situação de estadia temporária. Essa situação impediu os estudantes de adquirirem qualquer tipo de vínculo empregatício no Brasil, até 2017.

A referida Lei de migração foi retificada no início de 2018 através das alterações feitas nas leis e estatutos dos imigrantes no país. Com isso, o Ministério do Trabalho colocou em funcionamento um sistema que permite aos estrangeiros em processo graduação e/ou pós-

graduação, mudarem a condição de estudante para a de trabalhador temporário. A medida permite que qualquer eventual ocupação remunerada que antes era proibida no Brasil, seja legalizada. De acordo com o referido Ministério, pelas regras antigas, o estudante estrangeiro não podia trabalhar no Brasil, o que dificultava sua permanência no país. Mesmo sendo ilegal, muitos acabavam recorrendo ao mercado informal de trabalho para conseguirem se manter durante os estudos.

Antes da publicação da resolução retificada, era preciso sair do país e fazer o pedido em seu país de origem, após a conclusão do curso. Atualmente, este pedido poderá ser feito durante a formação acadêmica, sem que seja necessário sair do país.

Figura 20 – A carga horária semanal de trabalho dos estudantes/migrantes (UFCEG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

A figura acima mostra os dados referentes às cargas horárias dos estudantes/migrantes africanos residentes nos municípios de Campina Grande, João Pessoa e Recife, todos pertencentes ao Nordeste brasileiro. Mais uma vez, aqueles que afirmam ser estudantes de cursos de pós-graduação nessas três instituições de ensino superior nordestinas (UFCEG, UFPB e UFPE) aparecem com maior representação entre os respondentes; em segundo lugar, estão os que trabalham de 30 a 40 horas semanais maior número entre os trabalhadores imigrantes africanos.

Logo depois, estão aqueles que trabalham até 20 horas e por último, os trabalhadores com carga horária compreendida entre 20 e 30 horas. Chamou-nos a atenção o número expressivo daqueles que não responderam a esta questão.

Observamos ainda que, dentre os pesquisados, a maioria encontra-se em acordo com o dispositivo do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, Lei nº 8.112/90, que dispõem em seu art. 19, uma jornada de trabalho geral a ser cumprida pelos servidores em 40 horas semanais, dentro dos moldes da Constituição Federal.

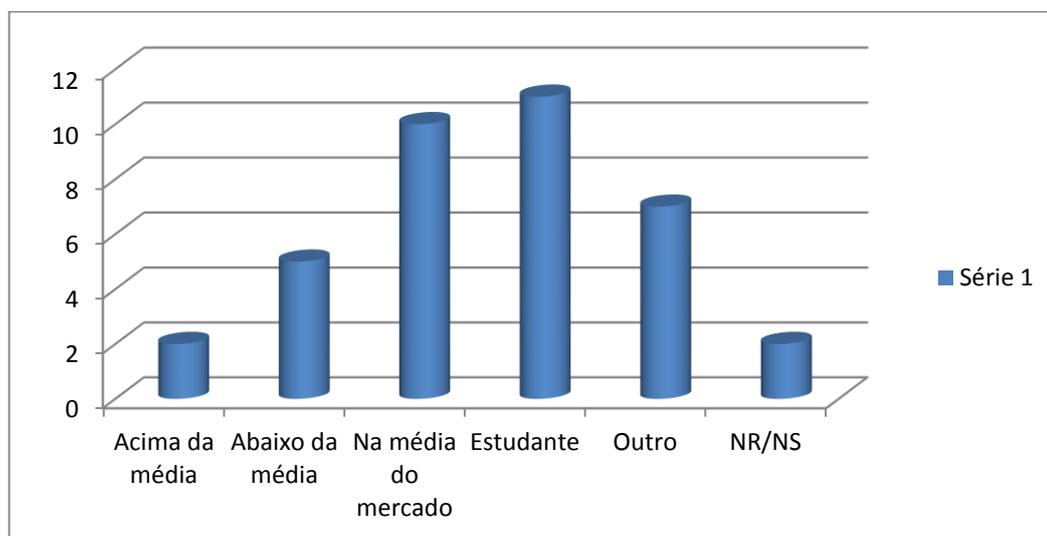
As demais cargas horárias, com exceção das cargas acima de 40 horas, podem ser enquadradas na Emenda Constitucional nº 32/1988, na qual foram estabelecidas as possibilidades de flexibilização e de escalas diferenciadas de trabalho nos órgãos públicos, a depender do serviço a ser prestado por este, o que faz parte do chamado “modelo de administração gerencial” que vem sendo concebido na Administração Pública Brasileira, com finalidade de compatibilizar o setor público com uma fórmula de trabalho voltado para o efetivo cumprimento de suas funções.

Ainda assim, encontramos durante a pesquisa, alguns estudantes/migrantes em situações de carga horária extensa. Mamadu, professor do curso de Economia e Administração em duas faculdades nas cidades de Recife e Olinda, afirma que, de segunda a quinta feira, sai de sua residência às 06h da manhã para trabalhar e retorna às 22h30min da noite. Ele afirma que precisa encarar essas cargas horárias porque o salário não comportava as despesas mensais. Ele ainda é pai de uma menina que depende de sua ajuda financeira todo mês.

Podemos perceber que a situação de Mamadu não é exclusivamente restrita aos imigrantes que chegam ao Brasil para trabalhar. Muitos brasileiros também precisam encarar jornadas de trabalho árduas para suprirem suas necessidades básicas. A carga horária dos estudantes/migrantes pesquisados, em relação a outros contingentes de imigrantes residentes no Brasil, é melhor, se comparada, sobretudo, com a jornada de trabalho dos imigrantes bolivianos nas indústrias de confecção em São Paulo.

Entre os Bolivianos, de acordo com a pesquisa realizada por Zanella (2015), a jornada de trabalho é extensa e exaustiva, tendo início às 08h e findando às 21h. O salário não é fixo e a flexibilização da jornada bem como o pagamento, são condicionados à precariedade de vagas de trabalho destinadas a esses imigrantes.

Figura 21 – A remuneração média dos estudantes/migrantes no Brasil (UFCEG, UFPE e UFPE)



Fonte: Dados da pesquisa

A forma mais comum e tradicional de se remunerar um trabalhador é através do pagamento de um salário. Dentre as alternativas de remuneração, temos os salários nominais, cujo pagamento ocorre, normalmente, em moeda corrente, contabilizado de forma horária, diária, semanal ou mensal, sendo esta a forma mais direta de remuneração. O salário representa, ao mesmo tempo, custo e investimento para a organização e para o trabalhador, o que determina seu padrão de vida. O salário pode, também, ser direto, como salários mensais, ou indiretos, tais como as férias, gratificações, adicionais e benefícios.

No Brasil, uma pesquisa divulgada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 50% dos trabalhadores brasileiros recebem por mês, em média, 15% a menos que o salário mínimo. Além disso, o rendimento daqueles que ganham mais, é 360 vezes maior do que o dos trabalhadores que possuem renda mais baixa. Esse levantamento foi feito ao longo do ano de 2017, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra ao Domicílio (PNAD). Nesse período, o salário mínimo estimava-se em R\$937 e dos 90,2 milhões de trabalhadores ocupados no ano, 44,4 milhões recebiam, em média, R\$747. A Lei brasileira prevê o pagamento de um salário mínimo para os trabalhadores com carteira assinada.

Os rendimento abaixo desse valor são recorrentes entre a população com emprego informal e os trabalhadores autônomos, tais como os vendedores ambulantes e os donos de pequenos negócios. Quanto à avaliação da remuneração mensal dos migrantes africanos pesquisados, além de sua maioria aparecer como estudante (29%) percebemos também que, a

maior parte deles (26%) possuem salários dentro da média do mercado. Aqueles que se encontram abaixo da média salarial representam um total de 10%. Os trabalhadores com salário acima da média do mercado somam 5% e os que não indicaram nenhuma opção à esta questão, compõem um total de 15%. Esses dados da pesquisa nos mostram que, entre os pesquisados, a maioria recebe um salário na média do mercado.

Também pudemos constatar que, num total de trabalhadores migrantes, os que não escolheram nenhuma das opções apresentadas podem ser aqueles com salário baixo da média, pessoas que trabalham na informalidade ou em outro tipo de trabalho sem carteira assinada. Ao serem questionados, durante a pesquisa, sobre a compatibilidade dos seus salários em relação ao custo de vida da cidade onde residem, 30% deles afirmaram que o seu salário é compatível com seu custo de vida. Um percentual semelhante afirmou que seus salários não são compatíveis com o custo de vida na cidade em que residem. Outros 40% não responderam esta questão.

Entre os pesquisados, 60% não consideram justos os salários que recebem. Os que afirmam a justiça de seus salários somam 16% e 24% deles não souberam responder. A questão dos salários médios, a compatibilidade deles com o custo de vida na cidade de residência e a satisfação com o mesmo podem ser estudados de acordo com a média da distribuição nacional e o custo de vida local.

Segundo o IBGE, a análise regional mostrou que, em 2016, a Região Sudeste concentrou R\$ 132,7 bilhões da massa de rendimento do país, número superior a soma das demais regiões. As regiões Sul (R\$ 43,5 bilhões) e o Nordeste (R\$ 43,8 bilhões) produziram cerca de 1/3 da massa de rendimento produzida pelo sudeste, enquanto as regiões Centro Oeste (R\$ 21,8 bilhões) e Norte (R\$ 13,4 bilhões) produziram, respectivamente, 16,4% e 10,1% do rendimento alcançado pelo Sudeste (IBGE, 2017).

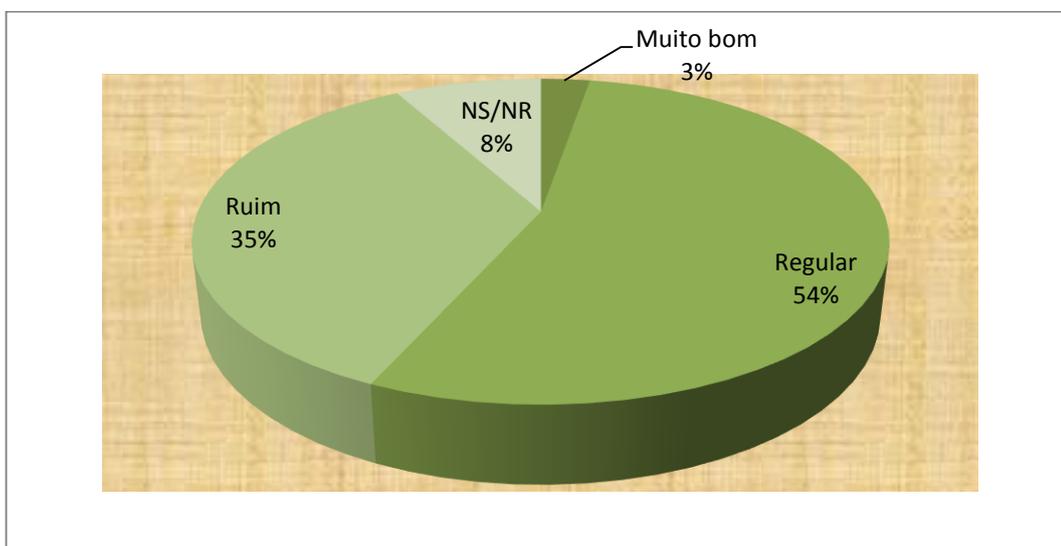
Esse rendimento consideravelmente maior obtido pela Região Sudeste em relação às demais regiões, justifica-se pelo fato de que, na Região Sudeste concentra-se a maior parcela da população do país, que soma, aproximadamente, 42%, legitimando-se como a Região brasileira com a maior concentração das riquezas. Os outros 44% dos rendimentos pagos no país, estão concentrados na Região Nordeste, o que pode ser associado, diretamente, ao peso e a importância dos programas de transferência de renda para a população nordestina. Tais dados, provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos convidam a observar o tamanho da desigualdade econômica no país.

Durante a pesquisa, os estudantes/migrantes foram questionados sobre a situação de seus trabalhos, em relação à insalubridade e periculosidade. A Legislação brasileira considera

atividades ou operações insalubres, aquelas que, por sua natureza, condições ou método de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Consideram-se ainda, como atividades ou operações perigosas, a partir do regulamento aprovado pelo Ministério de Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis e explosivos em condições de riscos acentuados.

Como já mencionado, entre a população pesquisada, a grande maioria são estudantes, mas entre aqueles que responderam a esta questão, 6% consideram que seus trabalhos apresentam um risco de extrema periculosidade. Outros 14% afirmam que seus trabalhos apresentam riscos de insalubridade e 26% não responderam a esta questão. A avaliação dessas situações só podem ser feitas através do ajuizamento de técnicos competentes (peritos), que podem constatar se as atividades exercidas são, de alguma forma, insalubres ou perigosas.

Figura 22 – Opinião dos estudantes/migrantes em relação à situação dos colegas no Brasil (UFCG, UFPB e UFPE)



Fonte: Dados de pesquisa.

Ao longo dos anos, houve um movimento crescente de grupos estrangeiros no Brasil, provenientes, tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em processo de desenvolvimento. Todavia, a tendência é que as imigrações atuais rumo ao Brasil continuem aumentando, sobretudo, no que diz respeito às populações advindas de países em desenvolvimento ou países com situações econômicas problemáticas, bem como à população

pertencente às regiões marcada por grandes conflitos e desastres naturais, a exemplo da Republica Democrática do Congo, Síria, Palestina e Haiti.

O número de pessoas pedindo refúgio ao Brasil, entre os anos 2010 e 2012, segundo dados da Conare (Comitê Nacional para Refugiados), triplicou. Partindo desse pressuposto, a figura acima traz os resultados da pesquisa realizada com os estudantes/migrantes africanos no Brasil, em relação às suas opiniões acerca da situação dos seus colegas no país. Como podemos observar, 54% dos respondentes afirmam que a situação dos seus colegas no Brasil é regular. Outros 35% afirmam que a situação dos estudantes/migrantes residentes no país é ruim e 8% não souberam responder a esta questão.

Por conseguinte, o depoimento de um dos imigrantes pesquisados nos demonstra alguma preocupação em relação à situação dos seus colegas no Brasil, como explica Antônia, ao dizer que:

Bem, aqui no Brasil, em relação aos meus colegas, percebo que a situação de emprego está bem difícil. Soube disso através das conversas que tive com outras pessoas. As coisas não estão boas, algumas pessoas, às vezes, tentam entrar num curso de mestrado ou doutorado para aproveitar as bolsas para se manterem enquanto estão a procura de trabalho e ao mesmo tempo estudando. Mas, além disso, a pessoa precisa passar por outros processos, como a procura de trabalho, o que leva muito deles a trabalharem na informalidade com o objetivo de se manterem no Brasil. Neste caso, a maioria deles trabalha na informalidade, sem carteira assinada.

Os resultados dos questionários e das entrevistas, mostram um equilíbrio em termos da vivência e da integração dos estudantes/migrantes no Brasil, em particular os residentes nos municípios pesquisados. A maioria procura na informalidade, o meio de se manter no país, enquanto outros buscam suas garantias de sobrevivência nas universidades, através dos cursos de mestrado e doutorado, motivados pelas bolsas fornecidas pelas diferentes instituições brasileiras, na tentativa de se manterem no país.

Os migrantes foram questionados a respeito do que diriam aos amigos que já concluíram uma formação acadêmica no Brasil. 54% deles afirmaram seu incentivo para que os colegas regressem aos seus países de origem para procurar um emprego. Outros 33% acreditam que os colegas devem permanecer no Brasil. 5% acreditam que seria melhor que seus colegas procurassem migrar para outros países mais desenvolvidos e; 8% não responderam a questão. Esta problemática será abordada de forma mais esclarecida nas discussões seguintes.

4.4. A noção do preconceito racial e social no Brasil para os estudantes/migrantes pesquisados

O preconceito pode ser encarado como uma variável que influencia não apenas na qualidade de inserção nas universidades, mas também na inserção no mercado de trabalho, tanto para os imigrantes africanos quanto para os negros e índios brasileiros. A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, produto de um processo histórico que inseriu, num mesmo cenário, três grupos distintos, entre os quais: europeus, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado.

Porém, apesar do intercuro cultural descrito acima, esse contato favoreceu o desencadeamento de alguns desencontros. As diferenças, por sua vez, se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidente a distância do prestígio social entre os diferentes grupos. Como demonstra Menezes (2002), “os índios e, sobretudo, os negros permaneceram em situação de desigualdade, situando-se na marginalidade e exclusão social”. Nesse sentido, o preconceito, usualmente incorporado e reverberado, pode ser encarado como a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão, bem como da violência.

Esse fenômeno constitui-se como um mecanismo eficiente e atuante, cuja lógica alcança todas as esferas da vida. Os múltiplos preconceitos de gênero, cor, raça, classe, entre outros tipos, têm lugar, tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Estes fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados com lógicas de inclusões-exclusões consequentes e geralmente associados à lógica de apreciação-depreciação (BANDEIRA; BATISTA;2002, p. 127).

Os estudos da interface do racismo, da educação e do trabalho oferecem uma possibilidade de abordar num mesmo cenário, a problematização de duas temáticas de inquestionável importância. Ao analisarmos as relações étnicas dentro do espaço escolar, questionamo-nos até que ponto este é coerente com a sua função social, quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela formação da equidade. As

escolas e as universidades, sendo, em partes, responsáveis pelo processo de socialização, provocam o contato entre diferentes núcleos familiares. Esse contato familiar poderá constituir a escola como o primeiro espaço sujeito à vivência das tensões raciais, segundo Menezes (2002).

No que diz respeito ao mercado de trabalho no Brasil, verificamos que o racismo determinou a desocupação e a concentração massiva dos racialmente discriminados nas ocupações de características marcadamente informais e precárias. Segundo Martins (2012), essas determinações do racismo no marco da “autocracia burguesa”, acabaram reproduzindo-se e consolidando uma realidade do racismo sofrida por uma proporção maior de negros, que compõe uma grande parcela de desocupados-desempregados e/ou vinculados aos setores e atividades mais degradantes para o trabalhador.

De certo modo, o traço histórico do racismo no Brasil e a concentração dos negros nas ocupações precárias e de menor remuneração, reflete, na verdade, a ideia de que, em decorrência dos seus atributos “inferiores”, essas condições de trabalho são as que melhor lhes enquadram, principalmente porque ao seus opostos cabem as melhores posições no mercado e os melhores salários. De igual modo, como reforça Martins (2012), aqui reside à funcionalidade da raça em um mercado de trabalho historicamente caracterizado pela flexibilidade, e que a partir da “reforma trabalhista” acentua o grau de flexibilidade estrutural e precariedade das ocupações, resultando na alta rotatividade dos trabalhadores.

Figura 23 – A situação do preconceito no Brasil (UFCG, UFPB e UFPE)



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a figura acima, referente aos dados acerca dos estudantes/migrantes pesquisados residentes nas cidades nordestinas, estudantes e ex-integrantes das três Instituições de Ensino Superior Federais já citadas (UFCG, UFPB e UFPE) chegamos aos seguintes resultados em relação ao preconceito no Brasil: 79% dos estudantes afirma que, de alguma maneira, já sofreram preconceito e que esse preconceito é motivado, principalmente pela cor de sua pele. Outros 15% dos estudantes/migrantes pesquisados afirmam que nunca sofreram preconceito e 6% não sabem ou nunca perceberam se já foram vítimas de preconceito.

Durante as entrevistas com os estudantes/migrantes, foram questionadas as suas opiniões em relação ao preconceito na sociedade brasileira. A grande maioria evita posicionar-se sobre esta questão, o que desperta, ainda mais, a curiosidade em relação a este fenômeno no país, sobretudo após os resultados dos dados indicados nos questionários, nos quais 79% deles afirmam ter sofrido preconceito no Brasil. Seu silêncio pode estar relacionado a outros fatores, que levam estes coletivos de estudantes/migrantes a optarem pela descrição.

A maioria dos estudantes (68%) afirma que o fato de serem negros acaba interferindo na busca por um emprego. 16% afirmam que o fato de serem negros não interfere na busca por trabalho e 16% não souberam responder a esta questão. Esses resultados demonstram, mais uma vez, um tormento que o fenômeno do preconceito tem provocado na vida das pessoas que, de alguma maneira, sentem-se excluídas da sociedade.

Porém, um fato importante é que a maioria deles (78%) nunca desistiram de procurar emprego, mesmo com medo de sofrerem algum tipo de preconceito. Apenas 6% deles afirmaram que evitam procurar emprego com medo de sofrer o preconceito, enquanto 16% não responderam a esta questão. Para Santos (2005), no Brasil ainda se preserva o método historicista que negava o preconceito racial e explicava a diferença social entre as raças como um preconceito de classe, mesmo chocando-se com a desigual distribuição de riquezas entre brancos e negros. Nesse sentido, no Brasil há ainda muita coisa que demanda melhoria quando se fala sobre preconceito, pobreza, desigualdade social e racial.

A abordagem da temática racial se focaliza nos relatos de estudantes que foram vítimas de discriminação, nas suas percepções em relação às desigualdades sociais existentes entre as populações negras e brancas no Brasil. A antropóloga Dulce Mungoi(2012), em uma das suas pesquisas realizadas em Porto Alegre, voltada para a sociabilidade dos estudantes africanos, enfatiza que, de modo geral, a fala dos estudantes revela um sentimento de surpresa

e decepção no que tange a discriminação racial no Brasil. Segundo a autora, muitos confessavam em seus depoimentos, que a realidade que vieram a encontrar no Brasil não correspondia com a que esperavam, uma vez que acreditavam que no Brasil a “democracia racial” e a ideia da igualdade entre as raças era um fato plausível.

Comparando-os com os resultados que obtivemos durante a nossa pesquisa nessas cidades do nordeste brasileiro, entre os estudantes/migrantes de diferentes países africanos, a realidade é homogênea, de modo que, dentre os depoimentos dos estudantes e ex-estudantes africanos (dez estudantes/migrantes), a maioria (sete deles) corroboram com esse fato, apontando que, nas cidades (Campina Grande, João Pessoa e Recife) onde se encontram residindo, o preconceito é bem visível no cotidiano das pessoas. De acordo com os depoimentos deles, antes da chegada, pensavam que no Brasil, um país onde a maioria da população é negra (54%, segundo os dados do IBGE), essas práticas poderiam ser menos evidentes ou praticamente inexistentes, pensamento reafirmado de acordo com o depoimento de Anastácia, estudante guineense e ex-estudante do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação da UFPE, residente em Recife:

Em relação ao preconceito, o Brasil é um país muito racista e xenofóbico, individualistas, principalmente em relação ao pessoal da academia. Eu costumava dizer que, um negro que disse que no Brasil nunca sofreu racismo não sabe se ele é negro ou se ele está camuflando ou fingindo de alguma forma. Porque um negro “concentrado” sabe a própria identidade e consegue identificar o racismo no seu dia a dia no Brasil e na academia. A África é desconhecida neste país, porque a mídia faz de tudo para torna-la invisível. Então, quanto mais eles inferiorizam o negro na sociedade brasileira isso torna mais difícil a ascensão do negro na sociedade deste país. É um jogo muito grande, mas por outro lado, percebe-se que os negros não baixaram a cabeça e estão correndo sempre atrás. Então, vivo no Recife e quaisquer dos meus conterrâneos africanos se disseram que nunca sofreram racismo é mentira. No ônibus, você sofre, nas lojas, na universidade, você sofre, no dia a dia, você sofre, nas perguntas, ou seja, em tudo. Você percebe isso em todos os detalhes. Eu, na minha condição de negra africana, para os brasileiros “eu sou como se fosse uma prostituta” que quando passa eles falam morena gostosa, o mesmo acontece com os homens negros, isto é, “homem bom de cama, homem com pinto grande” e isso tudo junta e cria um estereótipo que compõem o racismo no Brasil.

A pesquisa nos mostrou que, no processo de interação com diferentes atores dentro e fora do meio acadêmico, os estudantes/migrantes africanos se defrontam com situações que eles mesmos interpretam como discriminativas, marcadas por estereótipos e estigmas contra os negros em geral. A partir de tal momento, eles passaram a compreender que a cor de sua pele lhes remetia a um lugar pouco prestigiado na sociedade brasileira. Para Mungoi (2012), trata-se de um lugar marcado pela exclusão social, discriminação racial, pelos estereótipos que não coincidem com a realidade social vivenciada pelos estudantes/migrantes africanos em

seus países de origem. Corroborando com tal teoria, vemos o depoimento de um estudante/migrante da República Democrática do Congo, o qual afirma que:

o preconceito existe, todos sabemos, mas acho que só quando você passa por uma situação de preconceito você consegue dimensionar. Eu acredito que no serviço público não seja tão evidente, mas se você for pra empresas particulares, por exemplo, eu acho que normalmente eles dão prioridades pra as pessoas brancas, mesmo que você tenha o mesmo grau de instrução, seja competente, eles preferem pela imagem da empresa ter uma pessoa branca, porque eles acreditam que serão mais bem vistos perante a sociedade, por terem mais empregados brancos. Então a gente tem esse problema no Brasil e acho que é um problema que abrange todos os negros, independentemente de ser estrangeiro ou não.

Portanto, não resta dúvida de que qualquer forma de preconceito e discriminação por motivo de raça, cor, etnia, religião ou determinação sexual, ofende diretamente a dignidade da pessoa humana. Constata-se, portanto, que o racismo, a discriminação, o preconceito e a intolerância racial são fenômenos antigos e de nível global, que apresentam implicações transnacionais e intertemporais de acentuada importância, sobretudo como agentes catalizadores de inúmeros conflitos e guerras que proporcionaram muitos sofrimentos à população mundial.

O Brasil tenta demonstrar, ao menos pelas vias legais, um caminho para a erradicação deste fenômeno, uma vez que este ainda ocorre, sobretudo nos meios de comunicação em massa e nas redes sociais, repletas de lamentáveis demonstrações de desrespeito à diversidade humana.

No que tange às percepções dos imigrantes acerca das relações raciais brasileiras, um dos aspectos que tem despertado atenção diz respeito à invisibilidade dos negros em diferentes espaços da sociedade brasileira e, em particular nas universidades. Nas cidades onde realizamos a nossa pesquisa, os estudantes e ex-estudantes têm sido alguns dos poucos negros vistos nas universidades e nos espaços de sociabilidades que as respectivas cidades oferecem, contrastando assim, com a realidade dos seus países de origem, onde a presença de pessoas negras é bastante significativa.

Isso ocorre, também, com os imigrantes africanos que escolhem o Brasil como país de migração, na busca por ajudar a família nos seus países de origem. No entanto, em um país que trata os negros nativos como cidadãos de segunda classe, virou rotina a morte⁴² bárbara dos imigrantes.

⁴² O mais recente caso de homicídio, publicizado, envolvendo imigrantes ou refugiados negros, se deu nos últimos dias de 2016. Jemps Jannier foi morto a facadas na cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul. Em 2015, no estado de Santa Catarina, Feticierre Stalin também foi assassinado. No caso de Jemps não há indícios que relacionem o homicídio diretamente com o ódio anti-negro. Já no caso de Feticierre, os relatos de sua esposa

Também percebemos, ao longo do trabalho, que no seu cotidiano, os imigrantes dotam alguns traços diacríticos como emblemas, com o intuito de acentuar suas diferenças fora e dentro do grupo. A língua materna de cada país, o sotaque quando se expressam em português, as festas africanas, os penteados e as músicas, são alguns dos traços evidenciados pelos imigrantes no processo de construção de suas identidades e na definição de suas fronteiras.

As festas africanas, como são designadas por muitos brasileiros e africanos, constituem uma das formas mais importantes de sociabilidade para os estudantes africanos no Brasil e, em particular, nas cidades pesquisadas. Observamos que, através dessas festas, ocorre uma convergência dos diferentes subgrupos e grupos de estudantes/migrantes com população local.

Segundo Mungoi (2012), a festa se torna a intermediária para a articulação dos diferentes grupos e assume uma função pedagógica. Essas festas, geralmente são realizadas anualmente, aludindo à comemoração das datas de independência dos países africanos e da fundação da comunidade dos países africanos, denominados OUA (Organização da Unidade Africana), criada em 25 de maio de 1963, e que hoje (09 de julho de 2002) passou a ser chamado de UA (União Africana). Nas festas, acontecem várias atividades recreativas, esportivas, desfile com trajes africanos, palestras e mesas redondas com temas voltados para África e para atualidades, em geral. É com base nestes elementos que os estudantes/migrantes se identificam e são identificados como africanos.

Alguns são distinguidos ainda, por falarem português com um sotaque diferente, outros porque falam a língua materna quando se encontram em grupos e outros pelos cortes e traças nos cabelos.

4.5. Estudantes/migrantes quanto às perspectivas para o futuro (UFCEG, UFPB e UFPE)

Podemos compreender o retorno como parte constitutiva do projeto migratório, tanto para homens quanto para mulheres que emigram, motivados pela possibilidade de retornar em condições econômicas melhores. O retorno é também, elemento constitutivo da condição do imigrante, um paradoxo inerente à constituição do fenômeno migratório que o define e unifica, uma vez que, a noção de retorno está intrinsecamente circunscrita a denominação e a

deixaram explícita a motivação racista do crime. Seus algozes constantemente dirigiam-se a ele através de expressões xenofóbicas e racistas e costumavam dizer que haitianos não tinham nada a fazer em Santa Catarina. As semelhanças com os discursos racistas que a negritude brasileira escuta não é mera coincidência.

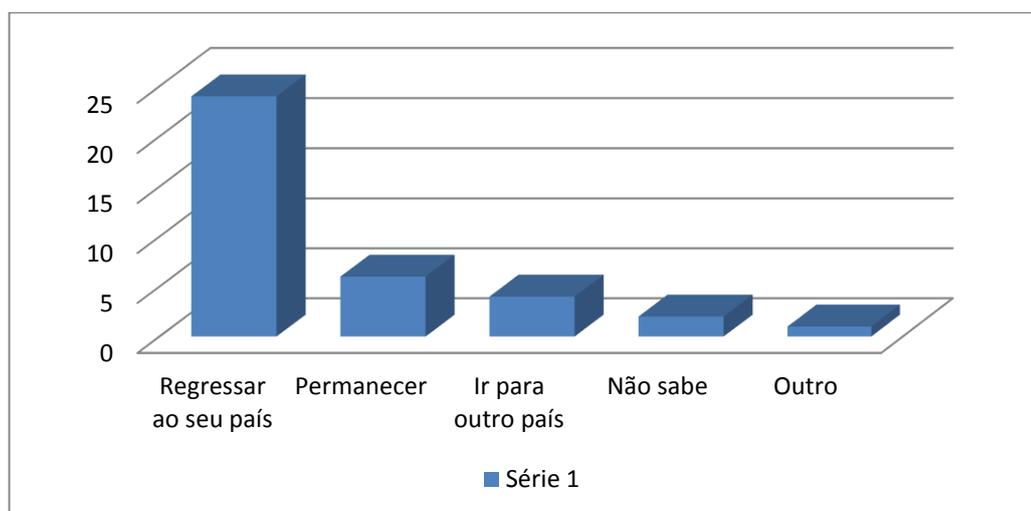
ideia de emigração e imigração. Nesse sentido, segundo Fazito (2005), não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar, pois não existe presença em qualquer lugar que não tenha compartilhado de uma ausência alhures.

No entanto, aquele que se desloca espacialmente, encontra-se num espaço contraditório de provisoriedade subjetiva, onde há o desejo de retorno, mas também o permanência real e efetiva, bem como pode vir a existir a necessidade de prolongar sua estada, caracterizando um contexto sociocultural específico. A própria mudança espacial, neste contexto, implicaria em uma mudança temporal na qual o acontecimento migratório demarcaria o presente, o passado e o futuro.

A identidade do imigrante, segundo Costa (2007), estaria ligada à essa temporalidade, permitindo um sentimento de familiaridade que interliga esses três tempos. A sensação de provisoriedade funcionaria como uma âncora que lhe permitiria sobreviver longe de sua história, de suas crenças, valores, costumes e de tudo que lhe era familiar, mas que agora está distante, o que o leva a pensar na possibilidade, mesmo que distante, de seu retorno, o que lhe permite assegurar-se como indivíduo numa sociedade estranha.

Buscamos, então, compreender entre os estudantes quais seriam seus projetos de vida para o futuro, considerando as hipóteses de retornar para os seus respectivos países ou decisão de permanecer e procurar um emprego no Brasil, bem como a escolha de migrar para outro país, em busca de melhores condições de vida.

Figura 24 – Estudantes/migrantes quanto às perspectivas para o futuro (UFCEG, UFPA e UFPE)



Fonte: dados da pesquisa.

A perspectiva de regresso à terra natal é uma variável presente nos programas em que os estudantes africanos foram vinculados durante a graduação e pós-graduação. Esses programas foram criados com o objetivo de contribuir para a melhoria do nível de desenvolvimento de seus países, concebidos para promover o regresso destes estudantes aos seus países de origem, após a conclusão do curso no Brasil. É importante destacar que os dados da pesquisa indicam que a perspectiva de retorno é expressa na maioria dos relatos dos estudantes/migrantes pesquisados e muitos dos entrevistados não escondem a vontade de poderem contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico dos seus respectivos países.

Isto cria, de certa maneira, algumas expectativas, como vemos no caso de Bertrand, estudante de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. Bertrand afirma que sente muita vontade de regressar ao seu país e conseguir um emprego, mesmo sabendo que as expectativas não são boas, devido as altas taxas de desemprego e sabendo também, que a República Democrática de Congo passa por uma crise política institucional. O ambiente político do referido país foi marcado, durante muito tempo, por uma cisão crescente entre o Governo do Presidente Joseph Kabila e as várias plataformas de oposição.

Neste contexto, é importante lembrar que o mandato eletivo do presidente Kabila chegou ao fim em 2016, sem que o governo tenha organizado a eleição presidencial. Apesar de terem chegado a um acordo político que viabilizou a permanência de Kabila no poder, o custo dessa permanência tem causado um crescente desgaste da credibilidade de seu governo, tem aprofundado a polarização entre situação e oposição e tem tornado mais crítica a crise econômica e o decorrente aumento da insatisfação popular em vista das dificuldades enfrentadas.

Mesmo com esses problemas decorrentes da crise institucional congoleza, da violência no leste do país, proveniente da ação de grupos armados ligados à exportação ilegal de recursos minerais e das sucessivas chacinas ocorridas nas zonas fronteiriças com a Uganda, o estudante/migrante Bertrand espera um dia poder voltar para dar sua contribuição no processo de desenvolvimento do seu país.

Esta ideia de regressar para a terra mãe, cresce pelo fato de muito entrevistados acreditarem que poderão encontrar excelentes empregos em seus países de origem. Este é considerado um momento crucial na vida dos estudantes africanos que partem de sua terra natal em busca da formação no Brasil. Carlos Eduardo, estudante/migrante cabo-verdiano, residente em Campina Grande, formado em Meteorologia, casado com uma brasileira, não escondeu o desejo de regressar para Cabo Verde. Durante nossa conversa ele não deixou de

colocar em cheque a ideia de regressar à sua terra natal, mas sempre, deixando bem claro a ideia de que esta será uma decisão que será tomada em conjunto com sua esposa.

Segundo ele, os dois tentarão encontrar empregos aqui no Brasil e, depois, pensarão na ideia de uma tentativa em seu país de origem, caso isso não ocorra. Carlos Eduardo, assim como outros estudantes de diferentes países africanos, não escondeu essa vontade de um dia poder regressar ao seu país de origem. Augusta, estudante/migrante de Guiné-Bissau, residente em Recife, formada em economia, afirma ter muita vontade de voltar, mas a decisão dela está entre seu posicionamento e o da família no país de origem.

Ela afirma que, desde 2015, tentava regressar, mas a família a incentivava a permanecer por mais alguns anos no Brasil, alegando que a situação do país não é boa e que encontrar emprego seria difícil, devido à crise política institucional que o país enfrenta desde 2012.

Vale ressaltar que, a Guiné-Bissau, de forma semelhante à República Democrática de Congo, enfrenta alguns problemas político-institucionais, que se iniciaram desde o conflito político militar ocorrido no país, no dia 07 de junho de 1998. Mesmo após o fim do referido conflito, o país ainda não conseguiu superar as mazelas dessa crise e passou a enfrentar sucessivas instabilidades políticas institucionais até o presente momento. No decorrer do mandato do presidente José Mario Vaz, que teve seu início em 2014, surgiram tensões envolvendo as relações do presidente com as instâncias governamentais. Com efeito, este acirramento das relações acerca dos rumos da política nacional, causou, em 2015, com a intervenção do presidente José Mário Vaz no parlamento guineense, à exoneração do então presidente da república, Domingos Simões Pereira, bem como a exoneração dos seus executivos.

Diante deste cenário de impasse político na Guiné-Bissau, compreende-se na fala dos entrevistados, que as eleições legislativas são a forma constitucional almejada, interna e externamente, para a resolução dos impasses. Todavia, deve-se notar que este representa apenas um dos pontos entre os que devem ser adotados para estabelecer a reestruturação política do país. Assim, muitos estudantes da Guiné-Bissau, residentes entre os estados da Paraíba e de Pernambuco, como Augusta, afirmam que as esperanças de poderem regressar em definitivo para a pátria mãe, residem nas eleições de 2019, que poderão ajudar nesse processo de retorno, possibilitando que o Chefe de Estado e a oposição convirjam em seus rumos, encerrando o prolongamento da instabilidade.

Entre os estudantes/migrantes, quanto as perspectiva para o futuro e de acordo com os dados da pesquisa, a figura acima demonstra que a maioria dos pesquisados manifestam o

desejo de regressar aos seus países de origem. Uma parcela menor expressa o desejo de permanecer no Brasil. Há também os que pretendem seguir para outro país, afim enfrentar novos desafios. Três dos estudantes/migrantes pesquisados, todos do sexo feminino e de diferentes nacionalidades, manifestam o desejo de regressar aos seus países de origem, alegando que, no Brasil, o processo de inserção no mercado de trabalho é um desafio árduo e desgastante, o que é motivado pelos problemas burocráticos com os quais as populações migrantes se deparam no seu cotidiano.

Para elas, será mais fácil conseguir um emprego em seus países de origem, sem contar a importância de estar ao lado dos familiares e amigos. O otimismo para encarar a vida profissional em seus países de origem foi algo que as estudantes não esconderam. Duas delas afirmam que, em nenhum momento da formação, pensaram na possibilidade de permanecer e trabalhar no Brasil, reiterando, ainda, que o único motivo que pode obrigá-las a prolongar seu período de estadia, seria para dar prosseguimento aos estudos. Durante as nossas conversas, elas não deixaram de frisar que os seus respectivos países precisam de suas contribuições e que elas têm a potencialidade para ajudar no desenvolvimento dos mesmos.

A virtude e a persistência do ser humano o levam a viver de acordo com a razão, evitando entusiasmos, que são desvios da própria natureza racional (COUTO, apud TCHAM, 2012, p. 81). Os sentimentos de patriotismo aparecem em quase todas as narrativas dos estudantes/migrantes, durante as entrevistas. Eles admitem a vontade de retornar aos seus países de origem, para a consequente participação no árduo processo de reestruturação dos mesmos. Como vimos na figura acima, alguns não descartaram a possibilidade de permanecer no Brasil, mesmo pairando sobre eles o desejo de um dia poderem voltar aos seus países, como afirma Luís Felipe, que diz não ter o desejo de um retorno imediato.

Nesses casos, como demonstra Tcham (2012), em sua pesquisa voltada para a migração de retorno aos países africanos, à perspectiva de permanecer no país de formação é reforçada em razão da precariedade e da fragilidade das estruturas políticas e administrativas em seus países de origem. Este fato acarreta sentimentos de receio acerca de eventuais repressões políticas, assim como o sentimento de incerteza quanto a inserção profissional nos países de origem, sentimento provocado pela ausência de concursos públicos associados à falta de estratégias por parte dos órgãos competentes (Estado) para promover uma melhor inserção no mercado de trabalho. Estas são problemáticas que atormentam alguns entrevistados.

Entre os estudantes/migrantes, no que concerne às possibilidade de retorno, fica evidente que a saudade de seus países e de suas famílias fazem com que o regresso seja um

dos momentos mais esperados pela maioria dos entrevistados. Todavia, este mesmo momento pode se revelar como um dos mais difíceis para o migrante, sobretudo pelas incertezas e inseguranças sobre sua permanência ou regresso. Para muitos dos estudantes/migrantes, o reencontro com a família e os amigos que do outro lado permaneceram, demora anos e, em alguns casos, as perdas não permitem tais oportunidades. Tanto eu, como estudante/migrante, quanto muitos dos meus colegas e das pessoas que contribuíram para esta pesquisa, nos deparamos com situações relacionadas à perda de entes queridos durante os períodos de nossa formação no Brasil.

Partindo do pressuposto dos resultados obtidos na pesquisa e também, da análise feita por Fazito (2005), podemos enfatizar que, conforme as condições locais, o imigrante poderá optar entre dois caminhos: retornar à sua sociedade (reinserção), ou fixar-se definitivamente no local de imigração (inserção), uma vez que, ter contato com uma cultura diferente, pessoas diferentes, hábitos e ambientes diferentes é sempre positivo, considerando o desenvolvimento pessoal.

Considerações finais

Compreender melhor a relação existente entre a imigração e o mercado de trabalho é primordial para analisar a posição social que ocupam os imigrantes na atualidade e a que ocuparão os seus descendentes, posteriormente, como afirma Cavalcanti (2015).

Este estudo teve como objetivo, compreender, com a ajuda dos imigrantes vindos para o Brasil, à inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, após a conclusão do curso de graduação. A primeira observação feita nesse sentido, diz respeito à natureza da globalização, entendida aqui como um fenômeno social caracterizado pela intensificação sem precedentes das relações que interligam pessoas e localidades ao redor do mundo, de tal forma que fatos longínquos modelam eventos locais e são por eles modelados.

Este estudo compreendeu a globalização como sendo um evento complexo que envolve múltiplos prismas, tais como a internacionalização acelerada dos países, a formação de um mundo único, a interconexão mundial entre as pessoas, a transnacionalização dos Estados e das empresas, o estabelecimento de uma padronização de formas de vida, a expansão acelerada do capitalismo, que aos poucos se torna um regime único no mundo, a compressão do tempo e do espaço e intensificação das relações sociais, podendo ser também, um instrumento de dominação das minorias ou um mecanismo de transformação do mundo, tornando-o um lugar melhor para as pessoas, dependendo de perspectiva adotada.

Como visto no primeiro capítulo, o mundo globalizado pode ser camuflado sob a forma de uma fábula, com a criação de uma imagem idealizada que não corresponde à realidade, mas que por ser repetida à exaustão, acaba sendo aceita. A globalização real tem mostrado uma face perversa, um lado sombrio em relação aos despossuídos, em especial, aqueles que dependem de sua força de trabalho para a sobrevivência. Não obstante, é possível focar no conceito de uma globalização fundada na valorização do ser humano.

Crivelli (2010) concluiu que a sociologia clássica se concentrou na análise da sociedade vista como um sistema limitado, composto por relações que se desenrolam no interior das fronteiras nacionais. Deste modo, o advento da globalização fortaleceu os vínculos sociais transfronteiriços, o que enfatiza a necessidade de novas teorias que deem conta do relacionamento complexo entre a dimensão local e a integração através da distância. Sob esse aspecto, o mundo em que vivemos apresenta uma indiscutível singularidade que o distancia de todas as organizações sociais do passado, começando pela eliminação das restrições de espaço e de tempo, efeito direto da revolução nas comunicações, que ensinou a

comunicação entre indivíduos de culturas diferentes, que passaram a se organizar em torno de interesses comuns.

A globalização atua dentro do cenário mundial, consolidando o movimento dinâmico das economias mundiais através do processo de integração e mundialização dos mercados. Em nível planetário, esse processo desencadeia impactos que, ao mesmo tempo, desregulam e revolucionam as esferas que configuram o mercado de trabalho, uma vez que, as estruturas que o sustentavam não possuem mais forças para deter o impacto das inovações tecnológicas e organizacionais, em consequência de todas as transformações globais,

A globalização das economias provoca um digladio incessante entre as empresas com a finalidade de se manterem competitivas dentro do mercado. Este fator sustenta a necessidade de inovar os processos produtivos e executivos das organizações, mudando as bases das estruturas operacionais, o que provocará transformações na forma de realizar o trabalho, fazendo emergir um novo significado de emprego, bem como desenvolverá novas características para compor o novo perfil dos profissionais.

Dentre os vários atributos que configuram esta realidade no mundo do trabalho, a revolução tecnológica representa uma das maiores forças transformadoras, considerando a rapidez com que se desenvolve e se difunde, propiciando novas formas de realizar as tarefas em todas as esferas operacionais. Percebemos então, que o mundo do trabalho nunca mais será o mesmo, levando em consideração as grandes transformações provocadas pelo fenômeno da globalização.

Em concomitância com o processo de globalização, ocorre uma redução dos postos de trabalho convencionais, momento em que são criadas novas ocupações. Porém, por mais que a automatização promova maior eficiência nos processos, sempre existirão ajustes para serem feitos, tarefas a serem desempenhadas e, principalmente, projetos a serem desenvolvidos, pois, o aparato tecnológico jamais substituirá a capacidade criativa dos homens.

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pelos constantes e crescentes deslocamentos populacionais a nível global, seja por motivo de trabalho, de agrupamento familiar, de estudo ou mesmo para fugir das guerras e perseguições. Nesse interim, observamos também que as migrações internacionais foram influenciadas de forma decisiva, pelo processo de globalização e, em decorrência das transformações e reconfigurações que sofreram, estas passaram a ocupar o papel de destaque em diferentes debates políticos e sociais nos quais até então eram desconhecidas. De acordo com Souza (2013), por se tratar, por excelência, de um fenômeno complexo, cujas influências se fazem sentir nos mais variados âmbitos, sejam eles de natureza econômica, política, social ou cultural, a

problemática dos fluxos migratórios, assim como das políticas formuladas visando o seu controle e gerenciamento, tornou-se objeto de debates na era globalizada, debates esses marcados pela pluralidade de atores e grupos participantes.

Como vimos no segundo e no terceiro capítulo, é possível entender como alguns estudiosos abordaram a migração internacional. Alguns teóricos contribuem não apenas para a compreensão dos fatores que deram origem aos fluxos migratórios, mas também para a sua continuidade. Deste modo, o fenômeno migratório pode ser entendido por meio de diferentes aspectos, entre os quais estão aqueles abordados anteriormente, tais como a violência, o desemprego e as péssimas condições de trabalho vivenciadas no país de origem do migrante, fatores que constituem uma repulsão, no momento em que são comparados com as oportunidades de trabalho, segurança e qualidade de vida no país de destino, o que acaba motivando as mobilidades, como mostra a teoria de repulsão-atração enunciada por Ravenstein.

Os teóricos ligados à escola neoclássica, com base na interpretação micro e macro de suas teorias, consideram que a mobilidade dos indivíduos é motivada pelas diferenças de ganhos salariais, uma vez que, ao realizarem os cálculos entre os valores gastos nos processos migratórios e os possíveis rendimentos que serão obtidos no país de destino, o imigrante age racionalmente e opta pela migração, em busca de melhores condições de trabalho.

Os teóricos acreditam que o mercado de trabalho segmentado dos países de destino, por meio dos seus governantes e empresários, está à procura de trabalhadores estrangeiros para ocupar as vagas de trabalho no setor secundário, setor este que os nativos não têm o menor interesse em ocupar. Caso semelhante foi encontrado no Brasil, entre os imigrantes africanos.

Os teóricos das redes enfatizam que o envolvimento e o apoio familiar são fatores fundamentais no momento da decisão a respeito da migração, posto que, são os membros da família, os amigos e conhecidos que, em algum momento da vida, já experimentaram o processo migratório, que apoiam e contribuem com as informações necessárias, constituindo assim, as redes sociais que servem de suporte e incentivo para os futuros imigrantes. O capital social ligado à essas redes, colabora para a migração e a integração do migrante recém-chegado ao local de destino.

Apesar dos estudos puramente econômicos sobre a migração manterem o racionalismo e o empirismo, negando a tendência “sociológica econômica”, enfatizando suas perspectivas em prol do desenvolvimento econômico, dos fluxos do mercado e do capital humano, é possível afirmar que todas as teorias aqui relacionadas, contribuíram para a compreensão das

abordagens teóricas que se propõem a explicar a origem e a continuidade dos fluxos migratórios, pois estas não se contradizem entre si. Todas são, na verdade, complementares.

Advém daí a importância da realização de uma pesquisa sob a ótica da interdisciplinaridade, pois esta permitiria a interpretação do deslocamento das pessoas sob diferentes aspectos e perspectivas. Destacamos, ainda, que a escolha por uma ou outra tendência metodológica é determinada a partir do objetivo de cada estudo, ao passo que as discussões são fortuitas e cada qual apresenta suas possibilidades desejáveis ou não.

Quando pensamos nos enfoques atribuídos ao fenômeno das migrações ao longo do tempo, concluímos que há um predomínio de uma dinâmica macroestrutural e, é dela que decorrem grande parte das teorias neoclássicas, que afirmam que a migração seria responsável pela melhoria de vida e do bem-estar do imigrante e do seu grupo.

Para Brumes e Silva (2011), pensar a migração apenas por esse viés seria imaginar um imigrante que é reprimido e entregue à determinadas estruturas condicionantes. Sendo assim, a migração e o processo de inserção no local de destino devem, também, ser compreendidas a partir de outros elementos da vida em sociedade. Por sua vez, os estudos macroestruturais, pautados na centralidade do mercado de trabalho, afirmam que o fator preponderante da migração deve incorporar estes novos elementos explicativos como seus impulsionadores.

Se, como vimos no segundo capítulo, às migrações internacionais fazem parte de toda a história da humanidade e são estruturadas no modo de produção capitalista, podemos nos questionar acerca de seu papel de destaque no centro das discussões políticas da atualidade. É fato que a mobilidade dos indivíduos pelo mundo não é uma novidade, mas atualmente, ela se reveste de novas características, não apenas por interessar a todas as regiões do mundo, mas também em razão de estar inserida e constituir o processo transnacional que caracteriza a chamada globalização. O transnacionalismo nas migrações chama atenção para os múltiplos vínculos e pertencimentos que os migrantes possuem hoje e que são possíveis em razão da dinâmica dos deslocamentos e também graças às transformações nos meios de comunicação e de transporte.

A intensificação dos fluxos migratórios internacionais das últimas décadas provocou o aumento do número de países orientados a regulamentar e a reduzir a imigração. Os argumentos alegados não são novos. Dentre eles estão o medo de uma invasão imigratória, os riscos de desemprego para os trabalhadores nativos, bem como a perda da identidade nacional, fatores que incentivam estes países a seguirem tal orientação.

Outro desafio para a mobilidade humana contemporânea é o crescente processo da migração clandestina, que é diretamente relacionado às políticas migratórias restritivas. Os

migrantes em situação irregular, vivem numa condição de extrema vulnerabilidade, estão facilmente sujeitos a extorsão, aos abusos e à exploração por parte dos empregadores, agentes de migração e burocratas corrompidos - o caso dos migrantes bolivianos nas indústrias de confecções em São Paulo-. Por medo de serem descobertos e expulsos, eles nem sequer utilizam os serviços e a assistência a que têm direito.

As migrações internacionais foram parte importante na constituição e configuração da mão-de-obra brasileira, sendo as políticas migratórias uma de suas dimensões. A história dessas políticas migratórias, desde sua origem, no início do século XIX até a implantação, pela ditadura militar, do atual marco regulatório das migrações, é marcada pela falta de planejamento adequado e por leituras equivocadas das condições objetivas em cada um dos momentos nos quais estavam sendo aplicadas, fazendo com que não lograssem o êxito desejado, além de serem pautadas em um forte conteúdo racista e de caráter altamente seletivo e assimilacionista (OLIVEIRA, 2015, p. 272).

Nos tempos atuais, após décadas fora da agenda nacional, a questão migratória retorna à cena, não apenas para dar conta dos que aqui aportam, mas também das centenas de milhares de brasileiros que vivem no exterior. O desafio que surge é o de romper com o ordenamento jurídico vigente, baseado no enfoque de segurança nacional e avançar na construção de uma lei de migração na qual o princípio fundamental seja a garantia dos direitos dos imigrantes.

De modo geral, a imigração não resolverá a demanda de mão-de-obra do mercado de trabalho brasileiro, tampouco é possível prescindir dela, permanecendo indiferentes à essa necessidade. Assim, nesta tese, compreender melhor a relação entre imigração e mercado de trabalho foi fundamental para analisarmos as inserções dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, posto que, a análise da presença dos imigrantes no mercado de trabalho é crucial para o direcionamento de políticas públicas que reduzam a inconsistência de *status* e facilitem caminhos para a mobilidade social ascendente, como afirma Cavalcanti (2015).

Cavalcanti (2015) afirma ainda que, se as redes determinam quem migra, quando e em quais condições, é o mercado de trabalho que vai determinar a intensidade e o direcionamento dos fluxos migratórios. Todavia, reduzir ou vincular as migrações única e exclusivamente ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações, por sua vez, não se dão unicamente por uma lógica economicista, no sentido da atração e expulsão (push and pull) de acordo com a perspectiva neoclássica. Os motivos da imigração são múltiplos, tendo em vista que o fenômeno migratório não é homogêneo, ele é multifacetado e marcado por dinâmicas que mudam constantemente.

As migrações internacionais, segundo Baeninger e Pattara (2004), constituem dimensões e peculiaridades inerentes aos espaços receptores e emissores e, nesse processo novas mobilidades surgem, como as migrações temporárias, transnacionais, circulares, dentre muitas que implicam em um redirecionamento ou em concessões de livre circulação ou em efetivas regulações à circulação de pessoas e mercadorias que, geralmente incidem em políticas locais, binacionais ou na adesão aos padrões de regulação global, pautados em políticas de segurança como meta internacional.

Porém, se no contexto das migrações internacionais com fins de estudos, os países desenvolvidos, tais como Estados Unidos e os países europeus, ainda são os principais destinos dos jovens em busca de formação universitária, parece crescer a participação de países como Brasil, ainda considerados em desenvolvimento, como destino deste tipo de migração, com incentivos governamentais e foco em países da África, em especial aqueles de língua portuguesa.

O aumento de estudantes internacionais deve ser considerado parte do processo de internacionalização dos sistemas educativos (terceiro capítulo) e também do aspecto da Cooperação Bilateral ou Multilateral no eixo da educação superior e da formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, instrumento de viabilidade e promoções para que essas pessoas se desloquem e permaneçam temporariamente nos países de acolhida, para realizar os estudos.

Neste trabalho buscamos compreender, através de cooperações firmadas entre o Brasil e os países africanos, o processo de inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, após a conclusão do curso e a inserção dos estudantes de Guiné-Bissau no mercado de trabalho guineense, após o regresso ao país. Portanto, a finalidade central dessa pesquisa consistiu em compreender como esses estudantes, quando formados, preencherão os espaços existentes nas diferentes esferas do funcionalismo público e privado, tanto no Brasil quanto nos seus respectivos países de origem. Observamos também, se esses países terão condições políticas, institucionais e econômicas de integrar esses profissionais. O referido estudo teve como universo empírico os estudantes e ex-estudantes de universidades federais do Nordeste, sendo elas a Universidade Federal de Campina Grande; a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Pernambuco.

Constatamos então que, ainda que esses estudantes estejam encontrando espaço dentro das esferas do funcionalismo público e privado, tanto no Brasil quanto na Guiné-Bissau, o desafio é ainda maior entre esses contingentes de jovens formados a procura de enquadramento no mercado de trabalho. Os estudantes residentes no Brasil encontram-se,

ainda, numa situação melhor em relação aos retornados a Guiné-Bissau, no sentido de que, o Brasil, mesmo passando por uma situação do crescimento da taxa de desemprego nos últimos anos, ainda fornece muitas oportunidades de trabalho, sobretudo, as contratações baseadas em concursos públicos e análises curriculares, situações pouco vistas na Guiné-Bissau. Esta dura realidade apresenta um cenário no qual jovens recém-formados, seja na universidade ou no ensino de nível médio, não encontram colocação profissional.

Os elementos desta pesquisa demonstram uma proporção da nação jovem (guineense) que enfrenta sérios impasses de colocação profissional. Os encargos que restam aos jovens, na maioria das vezes, são constantemente os mais duvidosos, com ocupações não assalariadas ou sem registro formal. Com isso, encontram-se praticamente bloqueadas as portas de acesso ao mercado de trabalho e o quadro de escassez em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, tornou os jovens guineenses um dos segmentos da população ativa mais fragilizada.

Apesar da dificuldade para definir um único critério para entender a situação dos jovens, tanto os residentes no Brasil quanto os que regressaram a seus países de origem, para o quadro do Programa Estudantes-Convênio, pensar sobre as suas dificuldades, suas particularidades, generalidades e singularidades requer posicionamentos sólidos quanto ao desenvolvimento social e econômico da nação, afinal, o programa reúne uma população com nível de formação superior e com idade ativa, no sentido de contribuir no processo de desenvolvimento dos seus países, o que é uma das metas do PEC-G. Sem esse pensamento, as próprias iniciativas de inserção continuarão repetindo o seu trabalho árduo, no qual a cada jovem que é inserido no mercado, outros tantos são excluídos ou nem chegam a ter uma chance.

Esta pesquisa, centrada na inserção dos estudantes africanos no mercado de trabalho brasileiro, aponta para uma reflexão significativa em relação ao resultado dos dados analisados ao longo de sua duração. Trata-se de um grupo que conta com a predominância da população de sexo masculino em detrimento do feminino e com a idade compreendida entre os 20 e acima dos 30 anos de idade. O retorno das mulheres aos seus países pode ser pensado a partir de um conjunto de fatores, entre eles: a necessidade de se juntar a família, saudades da casa, e até certo ponto, a formação da família. Assim, verificamos que esses fatores influenciaram, de forma decisiva, no processo de retorno dos estudantes de sexo feminino aos seus países de origem.

Constatamos durante a pesquisa que muitos estudantes optam por permanecerem no Brasil à procura de emprego ou por inserirem-se no curso de pós-graduação, alegando dificuldades de encontrar empregos formais nos seus países de origem. A maioria desses

países conta, ainda, com uma deficiência em termos das formas/tipos de inserção no mercado de trabalho, onde a inserção pelas indicações é o meio mais frequente e o concurso público é quase inexistente.

A nossa proposta de trabalho surgiu no início dos anos dois mil, sobretudo no período compreendido entre 2003 a 2017. Porém, entre 2003 e 2013, testemunhamos a consolidação do processo de estabilização econômica e de inserção do Brasil, associados aos avanços sociais significativos e a atuação mais ativa do Estado. No contexto institucional, o balanço foi ambíguo, com alterações tanto voltadas ao aprofundamento da flexibilização quanto à retomada da regulação laboral. Esta dinâmica interagiu com um mundo de trabalho reconfigurado, favorecendo a geração de empregos formais e auxiliando na diminuição do grau de informalidade.

Enquanto isso, na Guiné-Bissau, a economia que conheceu um impulso em 1997, com a adesão efetiva a UEMOA, foi duramente afetada durante o conflito político-militar de 1998/1999, o que proporcionou enormes sofrimentos humanos, a destruição das infraestruturas econômicas e sociais e o êxodo do seu capital humano. Nesse período pós-guerra, o processo de liberalização econômica e a sucessiva abertura política tiveram importantes repercussões na vida econômica e social da população em geral e o fenômeno do subemprego urbano surgiu como forma de superar as limitações impostas pelo desemprego e pelos baixos salários. Por outro lado, a população vivendo abaixo do limite da pobreza está em constante aumento, de forma semelhante ao que acontece em muitos países do continente africano, e esse fenômeno está estritamente relacionado a falta de oportunidade de emprego produtivo e decente.

Do ponto de vista empírico, como vimos no terceiro capítulo, há diversas evidências que demonstram uma pequena queda da participação relativa na estrutura ocupacional dos trabalhadores sem registro em carteira, nos primeiros anos do século XXI, no Brasil, enquanto que na Guiné-Bissau, não conseguimos registros que forneçam os dados referentes a esse tipo de análise. Em compensação, ocorre um crescimento da formalização de empresas e empregos.

De acordo com o relatório da Organização Internacional de Trabalho feito em 2010, caso seja confirmada a tendência atual, pode-se supor que há espaço para um processo de redução gradual da informalidade, tendo como condição básica o crescimento do produto e a existência de instituições públicas com um papel mais ativo, e de um marco regulatório para estimular contratações que garantem acesso aos direitos trabalhistas básicos e à proteção social.

No caso brasileiro assim como no guineense há, ainda, grandes preocupações voltadas para os direitos trabalhistas e que pode ser revisto a partir das reformas trabalhistas. O sentido da reforma trabalhista envolve, principalmente, a necessidade de enfrentar-se a existência de um mercado de trabalho extremamente heterogêneo, com trabalhadores com acesso a diferentes conjuntos de direitos. Por outro lado, é fundamental pensar em formas institucionais de representações coletivas dos trabalhadores excluídos da formalidade trabalhista.

Apesar do crescimento da formalização, há um contingente muito grande de pessoas inseridas em unidades produtivas pouco estruturadas, trabalhando por conta própria como estratégia de sobrevivência, fora da proteção previdenciária e trabalhista. Casos semelhantes foram constatados durante a pesquisa entre os estudantes africanos, dentre os quais, uma parcela significativa deles encontrava-se trabalhando na informalidade (alguns como autônomos), sem registros em carteira de trabalho. Porém, Entre os finais de 2014 e 2017, o ritmo da formalização mostrou que, a médio e a longo prazo, continua sendo muito expressiva a economia informal, constituindo uma das poucas opções de trabalho e renda para uma parcela da população, uma vez que a taxa de desemprego atingiu, em 2017, 13 milhões de pessoas em idade ativa. Portanto, evoca-se a necessidade de discutir políticas para esse heterogêneo segmento, com a perspectiva de promover condições favoráveis ao trabalho, não apenas para a população nativa, mas também para os imigrantes residentes no país, o que representa um desafio para o governo atual.

Outro fato importante encontrado durante a pesquisa, sobretudo entre os estudantes/migrantes que se encontram no mercado de trabalho brasileiro, consiste no sentido de que a maioria deles não trabalha em suas áreas de formação acadêmica. Na tentativa de garantir a manutenção de suas vidas no Brasil, os estudantes aceitam os diferentes tipos de trabalhos que o mercado brasileiro oferece. Alguns afirmam que são obrigados a aceitar esses trabalhos devido às categorias dos seus vistos de permanência temporária (visto de estudante - Item IV) no país.

Por outro lado, verificamos no capítulo quatro, que, desde janeiro de 2018, através da resolução divulgada por uma portaria do Ministério do trabalho, os estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação no Brasil poderão trabalhar legalmente no país. A medida também é válida para os alunos que já terminaram os cursos e pretendem permanecer no país, a exemplo dos estudantes africanos pesquisados.

Em se tratando dos estudantes/migrantes africanos, vale ressaltar que a África é um continente com uma longa tradição migratória e a maior parte da população africana, em

diferentes países, vive das remessas dos imigrantes para manutenção e/ou suprimento das necessidades básicas das famílias. Esta situação não é diferente em relação aos estudantes/migrantes residentes no Brasil. Durante a pesquisa, como vimos no capítulo quatro, nos deparamos com este processo de envio de dinheiro (remessa) para familiares dos estudantes nos seus países de origem, como forma de ajuda.

Essas remessas financeiras, por um lado, mantêm vivas as relações entre quem partiu e quem ficou, veiculam os imigrantes aos familiares que permanecem no local de origem, atestam a densidade emotiva e simbólica das relações familiares que se mantêm. Por outro lado, essas remessas manifestam vínculos sociais de longa duração e contribuem para alimentar múltiplas relações que viabilizam os fluxos migratórios, que expressam a consciência da distância e a frustração da impossibilidade de contato pessoal.

Apesar da maioria dos estudantes/migrantes entrevistados terem vontade de regressar em um determinado período de tempo, percebemos que é muito difícil delimitar o tempo a priori, no sentido de que essa realidade é dependente de um conjunto de fatores, tais como o campo de trabalho, a integração, a remuneração e a família. Percebemos que, na realidade, as situações concretas da vida vão produzindo alterações e heterogeneidades, envolvendo a integração com a sociedade de acolhimento, ou demonstram a frustração do próprio projeto migratório, como afirmam Tedesco e Grzybowski (2011), fato que revela ser incerto o futuro do imigrante.

Assim, na nossa análise sobre a inserção dos estudantes/migrantes no mercado de trabalho brasileiro, procuramos demonstrar os principais aspectos que constituem suas vidas no Brasil, na medida em que asseguramos que esta não é uma realidade recente e que nos chama atenção para um desafio no sentido de entender o processo que tais realidades envolvem. Constatamos que esses imigrantes formam um grupo que, na sua maioria, já se encontra integrado, principalmente, com a sociedade regional e já se encontra inserido no mundo de trabalho.

Esses estudantes/migrantes estão carregados de conhecimentos e qualificações para o mercado de trabalho que os absorve, mesmo que, muitas vezes, isso não ocorra em sua área de formação, como mencionado anteriormente. Com os recursos adquiridos durante a formação no Brasil e pelas qualidades de cada um, eles tentam encontrar espaços numa sociedade que ainda não está preparada para acolhê-los além dos espaços funcionais do trabalho. Nesse sentido, o preconceito étnico-racial é uma das variáveis importantes para compreender o processo de inserção tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade como um todo.

Os entrevistados reconhecem muitos aspectos positivos na experiência que a vivência num país estrangeiro lhes proporcionou, especialmente a possibilidade de se qualificar em uma universidade, de se inserir no mercado de trabalho e de conhecer outra cultura. Mas apontaram as dificuldades que enfrentaram e ainda enfrentam, que tornaram essa experiência uma vivência marcada por sabores amargos. Os depoimentos deixam transparecer os incômodos pela condição de imigrante, associada à condição de ser africano, e negro, o que acaba interferindo diretamente no momento da procura por emprego.

Porém, podemos partir do princípio de que, no Brasil, o preconceito quase sempre é dissimulado, fato que se sobressai à narrativa de que vivemos num país em que as diferenças são aceitas e valorizadas. Muitas vezes, percebemos que, quando o brasileiro reconhece o preconceito, o faz como sendo algo do “outro” e nunca dele mesmo. No contexto dessas discussões, além da condição de migrante e de estudantes, existem pressupostos relacionados à África que são peculiares a um país carregado por um passado escravagista. Como vimos no terceiro capítulo, há por parte dos brasileiros, uma expectativa a respeito da África, tanto no que diz respeito à sua história quanto em relação à sua cultura e formas de vida.

Vale ressaltar que a realização do presente estudo entre esses migrantes focou, principalmente, as dinâmicas de inserção no mercado de trabalho, mas sem desconsiderar a experiência mais global da migração. Foi possível demonstrar que eles formam uma comunidade diferenciada (minoritária) nas instituições e nas cidades que os recebem.

Do ponto de vista sociológico, foi interessante perceber como estes estudantes/migrantes, ao chegarem ao Brasil, vivenciam dois processos complementares de inserção em novos mundos sociais. De um lado, se dá a inserção na vida universitária, motivo principal da migração. Inserção essa que, no início, é marcada pela dificuldade em ser compreendido, em virtude das diferenças no português falado nos países de origem, adaptação bem mais difícil para os estudantes de países de língua francesa e inglesa.

Por outro lado, os estudantes são inseridos na comunidade dos imigrantes, em que as diferenças de origem nacional são, ao mesmo tempo, ressaltadas e apagadas, dependendo da situação e de sua possível inserção no mercado de trabalho brasileiro. Internamente, eles precisam negociar códigos de identificação e de diferenciação. Em alguns casos, a comunidade africana funciona tanto como facilitadora da inserção na vida universitária quanto como elo com a identidade nacional.

Vários desafios são enfrentados pelos jovens quando se veem frente ao mercado de trabalho e à necessidade de serem inseridos nele, precisando se capacitar para acompanhar as transformações do mercado e da sociedade. Oportunidades de trabalho são vistas pelos jovens

como um sonho a se realizar, pois vivenciam a experiência de um mercado em que quanto mais capacitado o profissional, maior sua empregabilidade, situação da dos estudantes guineenses que passaram pelas Instituições de Ensino Superior brasileira e que, ao final do curso, regressaram ao seu país.

Em comparação com o Brasil, a Guiné-Bissau é um Estado onde a situação do mercado de trabalho se encontra dentro de um parâmetro absolutamente obsoleto (sem concursos públicos por parte das Instituições Públicas e, em alguns casos, das instituições privadas).

No terceiro capítulo, constatamos a ausência de postos de trabalho, a deficiência na formação e uma prática de acesso ao mercado por indicação em detrimento dos critérios de igualdade de direitos para concorrer a uma vaga ou de uma seleção por mérito. O mercado mostra também, um crescimento das contratações precárias e de déficits nas condições de trabalho. É importante ressaltar que o momento em que este estudo foi realizado é marcado pela instabilidade política institucional⁴³ e a carência de uma política de valorização da expansão de postos de trabalho para os jovens profissionais, em especial, pelo poder público, órgão responsável pela maior empregabilidade da população guineense, com destaque para a realidade dos estudantes que regressaram após a formação no Brasil.

Contamos situações de ex-estudantes das instituições brasileiras que ao regressar ao país, passaram de três a quatro anos como estagiários nas instituições públicas e/ou privadas sem nenhuma proposta de contrato. Entre esses jovens estagiários, verificamos a grande dificuldade de deslocamento entre suas residências e o lugar de estágio, razão pela qual acabam desistindo, devido à falta de ajuda de custo por parte do órgão competente, fator principal nesse processo.

Por outro lado, a nossa pesquisa nos apresenta outro cenário em que muito dos ex-estudantes do PEC-G se encontram inseridos no mercado de trabalho, tanto nos setores públicos como nos setores privados. O mais curioso e preocupante em relação aos que permaneceram Brasil, é que muito desses estudantes inseridos no mercado, não se encontram em suas respectivas áreas de formação acadêmica. Isso nos obriga a questionar sobre que tipo de profissionais estão sendo formados.

Ainda, como visto no terceiro capítulo, na Guiné-Bissau, o governo do país, o seu quadro macroeconômico e as diferentes políticas setoriais influenciam de forma decisiva o quadro global de emprego e condicionam ainda o impacto e o sucesso da execução de ações

43 O país não conseguiu superar as consequências políticas, econômicas e sociais decorrentes do conflito político-militar ocorrido entre 1998 e 1999.

específicas para o oferecimento de empregos. Isto é, se a concepção e execução das diferentes políticas não estiverem em linha com os resultados sobre o mercado de trabalho, não apenas aumentará a pressão sobre todas as instituições que disponibilizam empregos, mas, sobretudo, os índices de desemprego assumirão cada vez maiores proporções e, conseqüentemente, aumentará a busca por emprego. Os impactos dos programas e projetos específicos de oferecimento de emprego, ainda que bem executados, serão muito limitados, pois quaisquer dos seus produtos terão reduzidas possibilidades de se manterem a longo prazo.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, em 2012, o funcionalismo público do país contava com mais de 60% de funcionários desqualificados, o que influencia diretamente, de forma negativa, no processo de crescimento econômico do país. Aponta-se como uma das possíveis soluções com vista a superar tais problemas as reformas nos setores da administração pública do Estado.

Verificamos que a profunda fragilidade das instituições do Estado, a permanente incerteza política e a sucessão de Governos de curta duração, resultaram na incapacidade de prosseguir, em médio e longo prazo, com políticas de promoção de boa governação (criação de renda e promoção de emprego), de combate à pobreza e a deficiência e de eficiente persecução dos desígnios nacionais em nível de planejamento tanto interno quanto externo.

De modo geral, tendo em vista que são vários os fatores que influenciam a posição dos jovens migrantes no mercado de trabalho, estes deveriam contar com uma rede de políticas integradas, adequadas à sua realidade, de forma a melhorarem suas possibilidades de encontrar um emprego que lhes possibilite condições dignas de trabalho e sobrevivência.

Nesta pesquisa, os estudantes/migrantes demonstraram ter qualificações para o mercado de trabalho que os absorve ou que futuramente os absorverá e que são um grupo que se caracteriza pela mobilidade geográfica não apenas em termos regionais, mas também em termos de mobilidade internacional, e que expressam ainda muita desconfiança e curiosidade para a população local.

Com os recursos adquiridos durante a formação, eles tentam encontrar espaço numa sociedade que parece ainda não estar preparada para acolhê-los além dos espaços funcionais do trabalho. Percebemos que múltiplas intencionalidades alimentam as estratégias desses estudantes/migrantes, desde aqueles que, por um ou vários motivos pretendem permanecer no Brasil; ou os que pretendem transformar a experiência migratória numa passagem, de uma situação econômica para outra, sobretudo para melhor; outros que adotam os horizontes de mobilidade entre dois países em momentos considerados mais maximizadores, em termos de ganhos e de atividades até aqueles que pretendem em um determinado momento regressar aos

seus países de origem ou partir para outros países em busca de condições melhores de sobrevivência.

Os estudantes/migrantes revelam que os territórios são móveis, assim como são culturas e pessoas. Isso se manifesta em múltiplos processos, atividades, situações, intercâmbios, seja qual for o tipo de vínculos.

Desse modo, a migração, poderá ser uma ocasião de enriquecimento social e pode contribuir positivamente para o futuro da humanidade e para o desenvolvimento econômico e social dos países. Este fenômeno das migrações contemporâneas aponta para a necessidade de repensar o mundo não com base na competitividade econômica e no fechamento das fronteiras, mas, sim, na cidadania universal, na solidariedade e nas ações humanitárias.

As migrações, tanto internas quanto externas, são berços de inovações e transformações, no sentido de poderem gerar solidariedade ou discriminação, encontros ou choques, acolhida ou exclusão.

Por fim, observamos durante o curso da investigação, que a vinda, a permanência e o retorno destes migrantes envolvem outros aspectos importantes na compreensão de uma variedade de questões sociais subjacentes no interior da estrutura desse convênio educacional. A construção do programa de intercâmbio entre o Brasil e os países em desenvolvimento, em muito dos seus aspectos, organiza-se na base de aspectos formais que apenas priorizam e regularizam a mobilidade dos estudantes, sem, no entanto, levar em consideração outras preocupações indissociáveis, como a criação de instrumentos que facilitem o acolhimento e a integração dos estudantes nas universidades que os recebem.

Assim, os resultados da pesquisa realizada apontam para novas hipóteses e questionamentos que poderão ser desenvolvidos em estudos futuros, acerca do fato de que a diversidade e a complexidade dos atuais fluxos migratórios estão vinculados aos distintos perfis e inserções, tanto de classe social quanto de gênero desses estudantes/migrantes e que podem ter uma influência importante no momento da tomada de decisão de permanecer ou retornar.

De tal modo, por não conseguirmos esgotar o nosso estudo sobre os principais motivos que contribuem no processo de retorno dos estudantes/migrantes africanos de sexo feminino aos seus países de origem, podemos pensar em uma pesquisa futura voltada para a migração de retorno na perspectiva de gênero. Prosseguimos com nossas considerações, reiterando a inclusão de classes e de gêneros nas pesquisas migratórias como forma de propor novas perspectivas e questionamentos. Assim, tomamos conhecimento das peculiaridades das

experiências das mulheres imigrantes em uma nova cultura, na qual elas assumem, também, o papel principal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDAL, A.; LIMA, M. **Educação trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal**. *Revistas Sociologia*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan/jun, 2007, p. 216-238.

ABDENUR, A. E.; RAMPANI, J. M. **Política Externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. 1º ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ACCIOLY, T. A. **A circulação internacional de mão-de-obra qualificada na atualidade: políticas migratórias dos Estados Unidos e Canadá e o escritório de imigração do Quebec em São Paulo/ Tatiana de Almeida Accioly**. – 2009.

ACNUR. **Conferência de alto nível em Genebra com focos em refugiados da Síria**. Genebra, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/.../numero-de-refugiados-sirios-supera-a-barreira-de-5-milhoes.g> Acessado em 17 de dezembro de 2017.

AKERMAN, M.; GUAZELLI, M. E.; RAYMUNDO, C. S.; VARJABEDIAN, D. **Internacionalização do ensino superior e as instituições de ensino privado no Brasil**. *Arquivos Brasileiros de Ciência e Saúde (ABCS)*, 2015. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/810>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

ALENCASTRO, L. F. **Brazil in the South Atlantic: 1550-1850**. *Meditations*, Chicago, v. 23, n. 1, p. 157-174, 1999.

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. **A imigração brasileira na França: do tipo histórico às mobilidades contemporâneas na geopolítica mundial no século XXI**. 8º Congresso IFBAE, Gramado, RS. Maio de 2015.

ALMEIDA, R. A. R.; JUNIOR, H. R.; MARIANO, M. P. **A Cooperação Sul-Sul na Política Externa brasileira dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. PUC-Minas, 29 a 31 de junho de 2015. Disponível em: www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q. Acessado em 30 de maio de 2016.

ALMEIDA, S.; DUTRA, D.; PELERMO, G.; TONHATI, T. **Os imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro: perfil geral de amostra na série 2011, 2012 e 2013**. Relatório Anual 2015, Observatório das Migrações Internacionais, TEM, Brasília, 2015.

AMORIM, A. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAGÓN, L. E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa survey**. Belo Horizonte: ed. UFCG, 2005.

BAENINGER, R. **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. **Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica** – Brasil no Mercosul. In: Congresso da Associação Latino-Americano de População –ALAP, Minas Gerais. Anais, 2004a.

BAENINGER, R.; PERES, R. **Brasileiros na América Latina**: o que revela o Projeto IMILA-CELADE. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2009. p. 283-326.

_____. **B. Imigração boliviana no Brasil**/ Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2012.

BANCO AFRICANO DO DESENVOLVIMENTO (BAD): **Perspectiva econômica em África**. BAD, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Índia maior receptor de remessas de imigrantes em 2007, seguido pela China e México**, 2008. Disponível em: www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=40. Acesso em 23 julho de 2017.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, ano, 10, n. 122, 1º semestre, 2002.

BAPTISTA, P. G. **Imigração e trabalho doméstico**: o caso português. – (Teses; 34). Lisboa, 2011.

BARROS, Z. dos S. **Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de UFBA, 2003.

BARBOSA, A. **De setor para a economia informal**: aventuras e desventuras de um conceito. São Paulo: USP, 2009.

BARROS, M. **Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência**. Lisboa, 2010, CEA-IUL.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997.

BATTAGLINI, T. S. **A imigração internacional como fator do desenvolvimento**. Economia política internacional. Brasília – DF, 2012.

BECKER, O. M. S. **Mobilidade espacial de população**: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I. E. de. Gomes, P. C. da C; CORRÊA, R. L (Orgs.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BORGES, A. **As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil**: notas para a discussão. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, Set/Dez, p. 619-632, 2010.

BRASIL. **Secretaria de Assuntos Estratégicos**. Grupo de Trabalho. Brasília: SAE, 25 de junho de 2012. Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/?page_i=19845. Acessado em 21 janeiro de 2017.

BRUMES, K. R.; SILVA, M. **Migrações sob diversos contextos**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, jan. 2011.

BRZOZOWSKI, J. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Estud. av. vol. 26, n. 75, São Paulo, May/Ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009. Acessado em 12 maio de 2016.

CABO VERDE. **Vulnerabilidade social em Cabo Verde**: uma abordagem sistemática e interdisciplinar. Cabo Prelim, Praia – CV, 2008.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983.

_____. **Globalização e processo de informalidade**. Revista Economia e Sociedade, São Paulo, v. 2000, p. 57-78, 2000.

_____. **Brasil**: un caso reciente de crecimiento económico condistribución de renta. Revista de Estudios Empresariales. Segunda época, v. 1-2011, p. 46-64, 2011.

CARDOSO, N. M.; CARTAXO, M. A.; POMPEU, G. V. M. **Políticas públicas, trabalho e fronteiras**. Revista de Direito Brasileira. Ano 4. v. 8, maio/agosto de 2014.

CARVALHO, C. O. T.; MILANI, C. R. S. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa**: Brasil e China no continente africano. Estudos Internacionais, v. 1, n. 1, jan-jun. 2013, p. 11-35.

CARREIRA, A. **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde**: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. Praia – CV, 1972.

CASTLES, S.; MILLER, A. **The age of migration**: International Populations movements in the Modern World, London, Macmillan, 1993.

_____. **The age of migration**. New York: Guilford Press, 2003.

CASTEELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis – RJ, 1998.

CASTRO, A. M. D. A. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, 2012

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Anuário 2015. Observatório das migrações

internacionais. Ministério de Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração. Brasília – DF: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L. **Imigração e mercado de trabalho no Brasil**: características e tendências. OBMigra/TEM. Brasília, 2013.

CHAHAD, J. P. Z. **As modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT e a flexibilização de contrato de trabalho brasileiro**. In: CHAHAD, J. P. Z.; CACCIAMALI, M. C. (Orgs.). Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: Editora L Tr, 2003.

COSTA, C.C.R.C. **A migração de retorno para o estado da Bahia**. Dissertação Mestrado em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC/MG, Belo Horizonte, 2007.

CRIVELLI, E. **Direito internacional do trabalho contemporâneo**/ Ericson Crivelli. – São Paulo :LTr, 2010.

CRUZ, L. C. R.; SOUZA, N. R. M.; SOUZA, M. R.; SOUZA, P. C. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**/ Coordenação de Nícia Raias Moreira de Souza. – Belo Horizonte – MG, 2001.

DE MARIA, P. F.; MORETTO, A. J. **A inserção do imigrante no mercado laboral brasileiro (2006-2014)**: características e implicações para as políticas públicas. Trabalho apresentado no VII Congresso de laAsociación Latinoamericana de Población (ALAP) e XX Encontro Nacionais de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, PR, 17 a 22 de outubro de 2016.

DESIDÉRIO, E. J. **Migrações e Políticas de Cooperação**. Fluxos migratórios entre Brasil e África. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: www.abep.unicamp.br/migração. Acesso em 02 junho de 2016.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

DURKHEIM, E. **Émile Durkheim: sociologia**. 9. Ed. São Paulo: Ática, 1999 (Coleção grandes cientistas sociais).

FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas**/ Frantz Fanon. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAURÉ, Y. A. **Desafios contemporâneos da informalidade econômica**: aproximando a África Ocidental e o Brasil. In: COSTA, A. & RODRIGUES, C. (Orgs.). Empreendedorismo, Empresas e Empresários em África. Caderno de Estudos Africanos, n. 11/12, CEA-ISCTE, Lisboa, 2007.

FAZITO, D. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”**: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005, 16p.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. **As reformas da educação superior e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas**. Nuances: Estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FIGUEIREDO, J. M. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento – realidades compatíveis no contexto europeu?**. – (Tese: 3). Lisboa, 2005.

FILHO, V. C.; FERNANDES, F. K.; LEMOS, A. Q.; MOREIRA, M Z. **Experiência dos estudantes africanos expatriados no Brasil**: uma análise à luz das correntes teóricas da expatriação. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, ano, XIII, v. 13, n. 1, p. 112-129, 1º sem. 2016.

FLEMES, D.; SARAIVA, M.G. **Potências emergentes na ordem de redes**: o caso do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, p. 214-232, 2014

FLORES, S. M. L. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ángel Porrúa, 2010.

FRAZIER, F. **Black bourgeoisie**. New York: Free Press Paperbacks, 1957.

FREITAS, P. T.; BAENINGER, R. **Imigração e trabalho**: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade. In: Baneninger Rosana (Org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. São Paulo: UNFPA, 2010.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, José Olympio, 1933.

_____. **Casa Grande & Senzala**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, A. **Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional.** Consultoria Legislativa. Nota Técnica, Brasília – DF, 2016.

GARCIA, Afrânio. **O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985)** In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

GIULIANO, P.; RUIZ, ARRANZ, M. **Remittances, financial development and growth.** *Journal of Development Economics*, v. 90, p. 144-52, 2009.

GODOY, A. S. de Moraes. **Globalização, neoliberalismo e o direito no Brasil.** Londrina: Humanidades, 2004.

GOMES, P. **As mulheres do setor informal: uma experiência da Guiné-Bissau.** In: Guiné-Bissau e sole di Capo Verde: partecipazionefemminile ala lotta politica. CARCANGIU, B. M. (a cura di): Donne e poterenel continente africano. Torino, 2008.

GOMES, F. G. **Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal.** *Rev. Sociologia Política*[online], Curitiba, vol.17, n.32, p. 33-49, Fev. 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a03.pdf. Acessado em janeiro de 2016.

GONÇALVES, A. J. **Migrações internas: Evoluções e desafios.** *Estudos Avançados.* São Paulo, v.15, n.43, set./dez.2006.

GUEDES, R. G.; MARQUES, F. H. D. **Migração e mercado de trabalho em Portugal: uma análise comparativa entre brasileiros e africanos lusófonos.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu – MG: 05 setembro de 2008.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Os filhos da África em Portugal.** Antropologia, multiculturalidade e educação. Imprensa de Ciências Sociais, ICS, Lisboa, 2004.

_____. **Ensino superior e a circulação internacional de estudantes: os PALOP no Brasil e em Portugal.** *SciELO. Pro-posições* vol. 20 no. 1, Campinas Jan/Apri. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100002. Acessado em: 30 março de 2016.

HIDALGO, S. K. **A globalização e as transformações no mundo do trabalho, da tecnologia e da educação.** In: a educação de jovens e adultos no município de Curitiba sob a ótica de gênero e tecnologia. Curitiba, 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARRIS, J.; TODARO, M. P. **Migration, unemployment and development:** a two sector analysis, *American Economic Review*, 1970, 126-142.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão.** Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

HOBBSBAWM, E. **Os trabalhadores.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IANNI, O. **Globalização:** Novo paradigma das ciências sociais. *Estud.av.* vol.8 no. 21 São Paulo May/Aug. 1994.

_____. **A era do globalismo.** 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. Censo 2010. **Dados preliminares.** PNAD. Brasília, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 12 agosto de 2016.

_____. **Dados das populações ocupados em 2007.** Pesquisa Nacional de Amostra ao Domicílio. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 13 de agosto de 2016.

_____. **Dados das populações ocupados em 2007.** Pesquisa Nacional de Amostra ao Domicílio. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 13 de agosto de 2017.

_____. **Desigualdade de renda atinge regiões, gênero, cores e escolaridades.** IBGE, 2017. Disponível <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/.../18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes>. Acessado em 13 de abril de 2018.

INCARNAÇÃO, I. D. **Sociologia das migrações: teóricos e perspectivas.** Congresso Nacional de Ciências Sociais. Desafios da inserção em contextos contemporâneos. Vitória – ES, 2015.

IOM. **OrganizationalStructure.** 2010. Disponível em: <<http://www.iom.int/jahia/jahia/about-iom/organizational-structure/lang/en>>. Acessado em: março de 2016.

ITIKAWA, L.; VEIGA, C. J. P. **Canais de negociação no âmbito do trabalho informal precário em duas pontas do setor têxtil: produção e comercialização.** Artigo para a Conferência Internacional da rede Global LabourUniversity, 2008.

IOTTI, L. H. **A política migratória brasileira e sua legislação: 1822-1914.** In: X Encontro Nacional d História. Santa Maria: ANPUH-RS, anais, 2010.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy.** Princeton: Princeton University, 1984.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Poder e Interdependencia: la política mundial en transición.** Tradução de Herbert Cardoso. Buenos Aires: Grupo Editorial Latino americano, 1988.

KON, A. **A Produção Terciária.** São Paulo, Editora Nobel, 1992.

_____. **Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero,** São Paulo, NPP-EAESP/FGV, Relatório No19/1999.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil, n. 1).

LACERDA, M. F. **Diálogo teórico das migrações: desafios eminentes a uma compreensão holística.** Áskesis, v. 3, n. 1, jan.-jun, 2014. p. 159-169.

LARANZA, A. P. **Capacidades estatais, trabalho e seguridade social: África do Sul, Argentina e Brasil em perspectiva comparada.** Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2052).

LAUS, S. P. **Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil.** IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 8 a 10 de dezembro de 2004.

LEITE, P. S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luís Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LEVY, M. S. F. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira.** (1872-1972). In: Revista de Saúde Pública, n. 8 (supl), 1974.

LIMA, S. M. A. **Os impactos da globalização no mundo do trabalho.** Revista Terra e Cultura: cadernos de ensino e pesquisa. Londrina: Ano XX – nº 38 – janeiro a junho de 2004.

LOBO, C.; MATOS, R.A **formalidade e informalidade de trabalhadores latino-americanos no Brasil:** uma comparação entre os dados da RAIS e as bases do Censo Demográfico de 2000. IV Congresso da Associação Latinoamericana de população, Havana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 2010.

MARINUCCI, R. **Paradigmas de políticas migratórias e o Brasil.** Brasília: CSEM, maio de 2012.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migração no mundo:** migrações internacionais contemporâneos. Sociedades em debate, Pelotas – RS, dez./2005.

MARQUESE, R. B. **A dinâmica da escravidão no Brasil:** resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII e XIX. São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, 74, p. 107-123, Março de 2006.

MARTINE, G. **A globalização inacabada: migrações internacionais no século 21.** São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 3-22 jul./set. 2005.

MARTIN, M. S. **Introdução.** In: Almeida, Canêdo, Garcia e Bittencourt (ogrs.), Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites a participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Recife – PE, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – livro primeiro: o processo de produção do capital: tomo 2. São Paulo; Victor Civita, 1983.

MASSEY, D.; ARANGO, J. **World in motion. Understanding international migration at the end of millennium**. Oxford: Claredon, 1998.

MASSEY, D. **Theories of international migration**: a review and appraisal. *Population and Development Review*, September, p. 66-431, 1993.

MASSEY, D. **The social organization of mexican migration to the United States**. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 487, p. 102-113, 1984.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. CSEM/IMDH. **Migrações internacionais contemporâneas**. 2010. Disponível em: http://migrante.org.br/as_migrações_internacionais_contemporâneas_160505b. Acesso em: 29 out. 2015.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. **Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil**. *Economia e Sociedade*, 2015 (no prelo).

MENEZES, M. A. **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MERCADO, Roxana. **Histórias de legados familiares, mandatos encubiertos y elecciones negociadas**. *Cuadernos de Educación*, Córdoba, ano III, n. 3, p. 175-181, dec. 2004.

MENEZES, W. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola**. *Trabalho para Discussão*, n. 147, agosto de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria da Educação Superior/departamento de Políticas de Ensino Superior/Coordenadoria do PEC-G**. Manual de estudante convênio. MEC, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Justiça**. Departamento de Polícia Federal. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica/Divisão de Cooperação Educacional/Coordenadoria do PEC-G**, 2005.

_____. **Divisão de Temas Educacionais (DCE)**. Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. Brasília, 2015.

MIMISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Estatísticas**. Coordenação Geral de Imigração. Estatísticas, Brasília, 2015.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Empregado e Desempregados**. Laboratório de Economia. Juiz de Fora, MG, 2010. Disponível em: www.ufjf.br/.../2010/.../RAIS-e-CAGED-Introdução-às-Bases-de-Dados-12-de-Abril-... Acessado em 15 de agosto de 2016.

_____. **Juventude**: análise de indicadores selecionados do Anuário do Sistema Pública de Emprego, Trabalho e Renda. Nota Técnica. Brasília – DF, 2016.

MOUTINHO, L. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais ‘inter-raciais’ no Brasil e na África do Sul. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2001.

_____. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais ‘inter-raciais’ no Brasil e na África do Sul. São Paulo, Editora: Unesp, 2004, 452 p.

MUNGOI, D. M. D. C. J. **O mito atlântico**: relatando experiências singulares de mobilidade de estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção de suas identidades étnicas. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8028. Acessado em 21 de abril de 2018.

NASH, M. **Presencia y protagonismo**. Aspectos de la historia de lamujer. Barcelona: EdicionesdelSerbal, 2004.

NEVES, B. M.; PARANHOS, M.; SILVA, S. **A desumanização do trabalho e do trabalhador na virada do século**. Trabalho necessário, ano 6 – n. 6, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN06%20NEVES,%20B.%20PARANHOS,%20M.%20SILVA,%20S.pdf>. Acessado em: maio de 2016.

NORONHA, E. G. **Informal, ilegal, injusto**: percepção do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), v. 18, n. 53, outubro de 2003.

OBMigra. **Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros, Relatório Trimestral (abril a junho)**: 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Emprego/ Coordenação Geral de Imigração. Brasília – DF: OBMigra, 2015.

OMI. International Organization for Migration – **IOM**, 2010 Consultado em: <http://www.iom.int/>. Acesso em: 08 de março de 2016.

OLIVEIRA, A. T. R. **Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil**. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D.; A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Anuário 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério de Trabalho e Previdência Social. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

OLIVEIRA, R. V. e MOREIRA, Emília M. **Sentidos da globalização**: um desafio ao pensamento sociológico. Raízes, v. 27 (01): 43-55, 2008.

OLIVEIRA, R. DE V. C. DE. **Modelos de Goodman**: perfis das uniões pela cor dos casais. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

OIM; CNPD; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Perfil migratório do Brasil 2009**. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf >. Acesso em: 15 ago. 2016.

OIT. **Transição da economia informal para a economia formal**. Conferência Internacional do Trabalho, 78ª Sessão, Genebra - Suíça, 1991.

_____. **Relatório Geral de Estatística**. Conferência Internacional de Estatística do Trabalho. Genebra, Suíça, 1993.

_____. **Convertendo em lei e alternativa o Decreto Legislativo nº 195 de setembro de 2002 para a regularização do trabalho clandestino de nacionais de países não-membros da União Europeia.** 90ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT. Genebra – Suíça, 2002.

_____. **Documento quadro para a política do emprego na Guiné-Bissau.** Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego. OIT/PNUD, 2002.

_____. **A economia informal:** desafios ao estabelecimento de padrões de trabalho decente. Escritório da Organização Internacional de trabalho em Lisboa, 2011.

_____. **Declaração dos princípios e direitos fundamentais no trabalho:** discriminação no trabalho na África. OIT, 2015.

_____. **A crise do emprego jovem: um apelo à ação.** Resolução e conclusões da 101ª Seção a Conferência Internacional do Trabalho, Genebra – Suíça, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/public/portugue/region/.../resolucao_a_crise_emprego_jovem.pdf. Acessado em 24 de agosto de 2017.

PACHECO, A. C. L. **Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras.** Afro-Ásia, v. 34, p. 153-188, 2006.

PARELLA, S. DUTRA, D. **Mujer, inmigrante e trabajadora:** la triple discriminación. Barcelona, 2010.

PATARRA, N. L. **Migrações internacionais:** teorias, políticas e movimentos sociais. Estud. av. vol.20 n. 57 São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200600020000. *Acessado em agosto de 2017.*

PATARRA, N. L. **O Brasil: país de imigração?** Revista e-metrópoles. Rio de Janeiro: Observatório das Cidades, ano 3, n. 9, junho de 2012, p. 6-8.

PATARRA, N.; BANENINGER, R. **Frontier and migration in Mercosul:** meaning, specificities and implications. XXIV General Population Conference, Salvador, Brasil, IUSSP, 2001.

_____. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica - Brasil no Mercosul.** In: Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 1., Minas Gerais. Anais... 2004 a.

_____. **Mobilidade especial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBS), v. 21, n. 60, fevereiro de 2006.

PEIXOTO, L. **A mobilidade internacional dos quadros.** Oeiras: Celtas editora, 1999.

_____, **O impacto migratório do alargamento da União Europeia a Leste: perspectiva europeia e a de Portugal,** In: Maria Paula Fontoura e Nuno Crespo (Orgs.), **O Alargamento da União Europeia.** Oeiras, Celta Ed. 2004. p. 105-122.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. **A Política Externa do governo Lula.** Breve História da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). **Os negros no mercado de trabalho metropolitanos:** inserção dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos. Novembro de 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmet.pdf>. Acessado em junho de 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. IBGE. **Situação de Emprego e Desemprego no Brasil.** PNAD, 2017. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/pnad/2017>. Acesso em abril de 2017.

PIORE, M. J. **Birds of passage: migrant labour and industrial societies,** Cambridge. Cambridge University Press, 1979.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Rumos da política do trabalho no Brasil.** In: SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz – MA: FAPEMA, 2008.

PORTES, A. **Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration**”, in M.M. Kritz et al.(Ed.), **Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements,** Nova Iorque, Center for Migration Studies, 1981. p. 279-297.

_____. **The Economic sociology of migration**. Nova York, Russel Sage Fundation, 1995.

_____. **Migrações internacionais**. Origens, Tipos e Modelos de incorporação. Oeiras: Celta, 1998.

_____. **Migrações internacionais**. Origens, Tipos e Modos de Incorporações, Ed. Celta, Oeiras, 1999.

PRETURLAN, R. B. **Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo**. São Paulo, 2012.

RAIMUNDO, E. R. C. **Globalização e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990**. Florianópolis, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. **The laws of migration**. Journal of the Statistical Society, London, v. 48, p. 167-235, 1885.

REIS, R. R. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. In: Contexto Intternacional. v. 33, n. 1, 2011.

RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. DO V. **Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000**. Dados, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009

ROBERTA. G. **Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica**. In: Baeninger, Rosana (Org.) **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012.

ROCHA, E. F. **Riqueza e status entre mulheres negras no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 32, n. 1, Brasília, jan/apr. 2016.

RUEDIGER, M. A. **Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil**. – Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

SALADINI, A. P. S. **Trabalho e migração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais**. Jacarezinho – PR, 2011.

SALIM, C. A. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. Anais...Campinas, SP: ABEP, 1992.

SANTOS, M. A. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias/** Mauro Augusto dos santos; Alisson Flávio Barbieri; José Alberto Magno de Carvalho; Carla Jorge Machado. – Belo Hrozonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, A. L. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do século XX.** Campinas: IU-Unicamp, Tese de doutorado, 2006.

SANTOS, S. B.; FILHO, A. N. **Universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra, 2008.

SASAKI, E.; ASSIS, G. **Teoria das migrações internacionais.** 2000, XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, outubro de 2000.

SASSEN, S. **The global city:** New Jersey, Princeton University Press, 1991, 397p.

_____. **The Global City:** New York, London, Tokyo, new ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

_____. **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow.** Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

_____. **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow.** Cambridge, Cambridge University Press, 1988, 224 p.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998

_____. **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante>** In: Travessia, número especial. 2001.

_____. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 2001.

SEYFERT, G. **Colonização e política migratória no Brasil Imperial.** In: Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. (Orgs.) Teresa Salles e Maria do Rosário R. Salles. São Carlos: Editora Sumaré, EdUFSCar, 2002, p. 79-110.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. P. P. **Principiologia do Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999.

SILVA, M. M. **Contribuições metodológicas para análise das migrações**. In: DEMARTINE, Z. B. F.; TRUZZI, O. (orgs.). Estudos migratórios, perspectivas metodológicas. São Carlos – SP, 2005.

SILVA, P. O. **Aspectos gerais da migração entre Brasil e Bolívia**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu – MG, set/out de 2008.

SIMMEL, G. **Simmel**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SINGER, P. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. Economia política da urbanização, 3.ed..São.Paulo:..Brasiliense,..1976.

SOUZA, N. R. M. **Educação e mercado de trabalho**: critérios de inserção e desigualdade de rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/Fafich, dissertação de mestrado, 2001.

SOUZA, E. M. **Migrações e políticas migratórias na globalização**: os desafios político-sociais do Estado. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Santa Maria – RS, UFMS, 2013.

SPRANDELL, M. A. **Políticas migratórias no Brasil do século XXI**. São Paulo: Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Direitos Humanos, 6 e 7 junho de julho 2012.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. **Relative deprivation and international migration**. Demography, v. 26.N. 1, p. 1-14, feb 1989.

SUZUKI, L. S. A. **Brasil e a migração internacional no século XXI**: uma análise da inserção de Mão de Obra Estrangeira no Mercado de Trabalho Brasileiro. IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais. Goiânia – GO, 2015.

TARGINO, I.; VASCONCELOS, E. A. S. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: 1993-2003. Revista da ABET, v. 14, n. 1, jan/jun de 2015.

TAVARES, P. V. **Remessa dos trabalhadores emigrantes e impactos econômicos: evidências para Cabo Verde**. Porto Alegre – RS, 2010.

TAYLOR, J. E. **Differential Migration, Networks, Information and Risks**. In: STARK, O. (volume editor); *Migration, Human Capital and Development*. Greenwich, Connecticut, Jai Press, 1986.

TCHAM, I. **A África fora de casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil**, Recife – PE, 2012.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOUSKI, D. **Senegales no norte do Rio Grande de Sul: imigração cultural, trabalho e dinâmica migratório internacional**. REP – Revista Espaço Pedagógico, v. 18, n. 2, Passo Fundo, p. 336-355, jul/dez. 2011.

TEIXEIRA, J. L. **Na terra dos outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)**. 222 f. (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

TOLENTINO, A. C. **Estudo da importância e do impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde**. (Estudos OI; 27), 2008.

TONHATI, T.; DUTRA, S.; PALERMO, G. **Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: perfil geral na série 2011, 2012 e 2013**. Cadernos OBMigra, ed. Especial, Brasília, 2015.

UNESCO. **Fundamentos da nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000.

UNHCR. **Current dynamics of displacement**. The state of the world's refugees 2006: human displacement in the new millennium. New York: Oxford University Press, 2006. p. 09-29. Disponível em: <http://www.unhcr.org/44444afc50.html>. Acesso em set. 2016.

_____. **Os deslocados**. Tendências Globais, 2009.

VAINER, C. B. **Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história de políticas migratórias**. Revista Travessia, n. 36, p. 15-32, jan./abr. 2000.

VARGAS, J. **A informalidade no mercado de trabalho: um desafio institucional permanente para a economia brasileira**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, UFES, Espírito Santo, 2015.

VILLEN, P. **Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil.** In: VIII Seminário do Trabalho - Unesp, 2012, Marília. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil, 2012.

ZANELLA, V. G. **Imigrantes bolivianos em São Paulo:** condições de vida de trabalho. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 19, n. 29, p. 1-20, jan/jul.; 2015. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012. Acessado em 21 de março de 2018.

ANEXOS

Entrevistas

Banjaqui: Gostaria de saber como foi sua inserção no mercado de trabalho guineense, se o senhor teve algumas dificuldades ou não?

Vino: a minha experiência com mercado de trabalho em Guiné não tão feliz, razão pela qual inserção no mercado de trabalho em Bissau é pela indicação. Estamos na ausência de um concurso público, que acaba deixando de fora muitas pessoas, talvez mais qualificada e bem preparada a inserção no mercado de trabalho.

Banjaqui: neste momento você ainda se encontra fora do mercado?

Vino: na verdade, neste momento estou a trabalhar num projeto, mas é aquela mesma coisa, estou a trabalhar porque fui indicado, e não houve concurso, tive que ser indicado e estou a trabalhar neste projeto.

Banjaqui: ainda não conseguiu a efetivação?

Vino: não, não. Ainda não, mas estou no processo de efetivação.

Banjaqui: então, entre a grande maioria dos seus colegas que estudaram no Brasil, especialmente aqueles que passaram pela UFCG, UFPB e UFPE, muitos deles estão a trabalhar ou ainda estão no processo da busca pelo emprego, ou projetos semelhantes ao seu?

Vino: alguns já estão a trabalhar e muitos se encontram ainda fora do mercado, mas que ainda estão em busca de trabalho. Isto me deixa muito triste, porque as vezes não pela ordem da chegada e nem qualificação, mas sim suas inserção no mercado aconteceu devido as indicações e alguns ainda estão fora.

Banjaqui: entre eles, a grande maioria ainda estão fora do mercado ou algo do gênero?

Vino: uma coisa é verdade, nós não mão-de-obra qualificada e isto justifica inserção de muitos no mercado de trabalho. Conheço muita gente que já estão a trabalhar, só poderia ser melhor se fosse pelo concurso.

Banjaqui: como você avalia a situação atual do mercado na Guiné-Bissau, em relação as taxas de emprego e desemprego?

Vino: bem, eu como economista falando, é interessante porque primeiramente, poderia ser o trabalho de algumas universidades ajudar a fazer pesquisas sobre o mercado de trabalho. No mercado de trabalho guineense há uma taxa muito elevado de desemprego aqui, agora não se sabe nunca, talvez pelo BCAO ou alguns entidades possam nos fornecer os dados corretos, mas sei que é muito alto. Percebe-se que muitos jovens com mão-de-obra ativa encontram-se fora do mercado e ficam esperando algum membro da família ou parentes e amigos que os ajudem. Então, isto é um problema e nós estamos com problemas muito sérios porque mão-de-obra é ociosa.

Banjaqui: em termos de inserção no mercado de trabalho há uma certa discriminação em relação a área de formação das pessoas, o curso ou o país de formação?

Vino: em relação esta questão, felizmente ainda não temos este problema no meu entender, porque as coisas funcionam do jeito que os mais poderosos ou aqueles que estão lá em cima querem, de modo que indicam independentemente de sua formação, se é formado ou não, se é de uma área ou não indicam a pessoa e exerce a função não interessa dos resultados futuros e muitos menos desempenho da pessoa.

Banjaqui: em relação ao idioma, vejo ultimamente que a questão da língua francesa passou a ser um problema muito sério para se inserir no mercado?

Vino: é uma coisa muito interessante, esta pergunta agora, porque nós estamos no mercado de uma zona chamado CDAO onde a língua que predomina é a língua francesa e também no mercado econômico UEMOA o qual a língua francesa ainda predomina, mas o certo é que muitos trabalhos que são feitos em francês deveriam ser traduzidos pra nós da língua portuguesa, independentemente se há pessoas que falam ou não o francês. Isto deveria ser porque, por mais que a pessoa sabe falar o francês ele não tem o mesmo nível de compreensão que uma pessoa que um outro da língua francesa tem. Acho que a língua portuguesa se exerce no CDAO mas na UEMOA não, então isto deixa-nos muita das vezes atrás dos outros países.

Banjaqui: como é que se deu sua reinserção, de forma geral, no seu país de origem?

Vino: sempre encontra dificuldades, primeiramente no comer. Para reconhecer nós estamos muito atrás dos outros países, Brasil, por exemplo onde vivemos os nossos últimos anos, o Brasil está muito mais avançados e quando fomos lá acabamos a adaptar aquela vida e quando chegamos aqui temos que reinserir aquela nossa vida anterior. Este é um processo meio complicado, porque tens rebaixar ou aceitar ou muitas coisas que não são mais aceitos do ponto de vista ideológicos de modo que tem que aceitar a conviver com as pessoas de jeito que elas são e de uma forma diferente de viver e ver as coisas do jeito eles vêm e não da sua forma de percepção. Em relação a culinário é uma coisa atraente, a pessoa volta a comer aquelas comidas que deixaram as saudades da casa da família e que no Brasil nós não comemos que são feijão, churrascos e nós não estamos acostumados a isso. Em relação a convivência percebe-se que as pessoas deixam muitas coisas por trás ainda, não conseguem acompanhar ainda certas coisas que você quer trazer pra discutir, debater e essas pessoas não são muito interessados a discutir muito assuntos, por exemplo da evolução.

Banjaqui: sabemos que tens filho no Brasil, mas independentemente dele, o que é que te deixa mais saudades do Brasil?

Vino: o que me deixa mais saudades são as praias brasileiras, atualizações também, em relação a tudo que acontece no mundo, também, as pesquisas e a formação do modo geral são mais acompanhados no Brasil em relação aqui. (NÃO CONSIGO ABRIR EMAIL).

Banjaqui: Então, a ultima questão, é que queremos a sua mensagem para aqueles que ainda permanecem no Brasil, porque como tinha durante a entrevista que o mercado não anda bem aqui em Guiné, qual o conselho que você tem pra aqueles que ainda não regressaram?

Vino: a minha mensagem é que eles voltem, se puderem voltar que voltam, porque na vida não há uma coisa fácil. Viver no Brasil, a meu ver, não viveria por resto da minha vida, porque eu vejo no Brasil como um simples jovem e eu já sou homem. Formar a família no Brasil é muito complicado, precisas ter uma vida mais digna. Por exemplo ter carro no Brasil é novidade pra nós estudantes, mas aqui já não é novidade, parece piada dizer que carro, ter uma casa é normal aqui, acontece que no Brasil você que dividir o apartamento, mesmo que tiver não passa daquela casa de um só... o nível de responsabilidade que você assume aqui é diferente de lá. Lá oferece muitas condições de saúde mas também. aqui no início não há uma vida fácil, mas se você conseguir um bom emprego, pode fazer suas consultas e exames gerais anualmente fora do país e depois voltar e aqui você tem oportunidade de subir até o topo, mas no Brasil você é ainda muito limitado. No máximo você pode é ser um professor ou funcionário de baixo escalão, com exceção de um amigo nosso do Senegal que já alcançou algo melhor, aquilo pra nós é muita novidade, pró-reitor de uma universidade.

Banjaqui: Ethy, gostaria de saber como foi sua experiência no mercado de trabalho, isto é, sua inserção, se houve ou não dificuldades para se inserir?

Ethy/Nayanca: no momento, como sabem qualquer estudante ao regressar ao seu país de origem tem sempre uma dificuldade em encontrar o trabalho, porque sem nenhuma orientação, tipo, cair paraquedas, logo no início tem isso, um choque, podemos dizer que, como deixastes o país ao regressar pensar que ia encontrar uma melhoria e não encontra, e isso leva muitas das vezes várias pessoas sem contatos e sem conhecimentos acabam por não conseguir. Primeiramente tens que saber que quando chegar não é chegar e começar a trabalhar e é chegar tentar ampliar o horizonte e ver quais são os passos que tens a dar pra poder conseguir um emprego, porque logo no início é muito difícil. Não chegas hoje e comesas a trabalhar, nem um mês, nem dois meses, isso é muito difícil.

Banjaqui: o senhor está a trabalhar na sua área de formação?

Ethy: neste momento estou a trabalhar na minha área de formação e desde início entrei pela minha área de formação e já estou no mercado de trabalho há três anos e no início não foi fácil. regressei em 2011.

Banjaqui: Nayanka, como foi sua inserção?

Nayanka: bem, a minha inserção no mercado de trabalho não foi difícil, porque aqui na Guiné-Bissau, os formados na área de saúde não costumam encontrar muitas dificuldades em inserir no mercado de trabalho e, precisamente, o curso que eu fiz que é odontologia aqui no país encontra-se numa fase embrionária e os estudantes do referido curso normalmente não encontram muitas dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho.

Banjaqui: em relação aos seus colegas que estudaram no Brasil, como você avalia a situação deles, de modo que alguns conversas pela qual ainda não temos como comprovar afirmar que muitos se encontram a estagiar e sem ajuda de custos e que no final acabam por ficar desempregados....

Nayanca: os meus colegas que lembro alguns estão a trabalhar, outros ainda estão a fazer estágio. Os que estão a trabalhar em termos da numeração ainda não é grande coisa.

Banjaqui: e você Ethyvar?

Ethyvar: a maioria que conheço estão a trabalhar e poucos que conheço que estudaram no Brasil não estão a trabalhara, mas a maioria estão no mercado.

Banjaqui: Ethy, como é que você avalia a situação atual mercado de trabalho da Guiné-Bissau, se é motivador ou não?

Ethy: independentemente da situação, aqui ainda é um mercado virgem, porque não muita mão-de-obra qualificada e nós precisamos de técnicos qualificados e capacitados e, principalmente no setor do Estado que ainda é muito fraco.

Nayanca: aqui no país tem-se visto a falta de técnicos capacitados e isso acaba meio que deixando o país numa situação complicada. (Ex, Min Finança)

Banjaqui: há uma certa de discriminação em relação a área de formação e da língua?

Ethy: não sei dizer se tem ou se discriminação, mas tem áreas que precisam mesmo das pessoas tipo técnico e não sei dizer muito bem, mas em termos de idioma nós que estudamos em um país onde oficial é português e quando regressamos a necessidade de estudar o francês porque vivemos em uma região onde a língua francesa é predominante, ou inglês pra poder ter um crescimento profissional mais amplo.

Banjaqui: Nayanca podes dizer alguma coisa a respeito?

Nayanca: conheço alguns que se formarem em direto, ao chegar têm que passar por uma avaliação, de modo que é necessário conhecer a nossa realidade e a legislação guineense e isso dificulta um pouco a reinserção.

Banjaqui: e o Estado, tem empenhado no combate ao desemprego?

Ethy: aqui percebe-se que o Estado não faz nada para combater o desemprego e promover o emprego jovem, porque o Estado não tem noção das pessoas que estão a formar e não tem nenhum estudo com vista a conhecer o tipo de pessoas que estão a formar a área de formação.

Nayanca: eu acho que para o Estado incentivar alguma coisa seria possível depois de uma reforma, porque tem muitos funcionários que não tem nenhuma capacidade de executar algo, mas com esta situação política acabam por continuar aí.

Banjaqui: como que se deu sua reinserção no país?

Ethy: pra mim não teve assim algo especial, vive muito tempo fora e quando regressei só tive que adaptar-me a minha antiga realidade. Em relação aos meus amigos, muitos saíram, a distância e a falta de comunicação acaba afastando e adquirei novos amigos e sem fazer das pessoas que ficaram no tempo e não conseguiram acompanhar, são essas coisas.

Nayanca: a minha reinserção foi semelhante ao de Ethyvar, mas em relação aos amigos, os amigos eu tinha antes de ir estudar no Brasil não são mais amigos de perto, porque foram estudar nos outros países e já fizeram novas amizades aí e eu também fiz novas amizades no Brasil e acabamos por perder contatos.

Banjaqui: que mensagem vocês deixam para as pessoas que terminaram o curso e aqueles que ainda estão a terminar o curso no Brasil, se devem ou não regressar?

Ethy: bem, eu penso que cada qual tem seguir o que acredita, se eles acreditam que regressar é voltar a atrás, ou preferem permanecer ou seguir para outro país é opção de cada pessoa, que o país precisa de seus formados, precisa.

Nayanca: quanto a voltar, primeiro é preciso ver o mercado de trabalho e também, um conselho que tenho a dar é que apostem muito e muito na tecnicidade, porque temos que saber fazer mas as coisas para que amanhã podemos competir com outros profissionais dos outros países, porque eu vejo muito que tem quadros aqui que ao fundo não conseguem fazer um bom trabalho, é preciso melhor qualificação de profissionais. Vejo que há muitas dificuldades em elaborar algumas coisas básicas e que são necessários. Eu mesma percebi que era pra ter procurado conhecimentos em outras áreas afins que não eram a minha e que agora estou a precisar, principalmente pra mim, porque acabei abrindo o meu negócio.

Banjaqui: Geo, como seu a sua inserção no mercado de trabalho em G.B?

Geovane: bem, eu nunca trabalhei antes, esta é a primeira vez, após voltar do estudo no Brasil o nosso processo é muito simples, fomos no âmbito da cooperação entre a G. B. e a união Europeia e foi no âmbito dessa cooperação que a União Europeia entendeu que nós devíamos fazer parte dos quadros do ministério das pescas, porque é um investimento que foi feito e com base neste investimento nós como técnicos e ex estudantes entenderam que nós devemos fazer parte dos quadros técnicos deste ministério. então, foi com base nisso que nós fomos incorporados aos técnicos do ministério das pescas.

Banjaqui: com nesse acordo, quantas pessoas foram beneficiados com essa bolsa de estudo?

Geovane: foram o Norton, o José Fernandes (Zé) agora trabalha nas ONU, Iazarida, Pedro Gomes, Ié, todos são do Ministério das Pescas.

Banjaqui: todos estudaram no Brasil?

Geovane: todos estudaram no Brasil e em diferentes estados, todos beneficiados com o mesmo acordo com a UE.

Banjaqui: entre os seus colegas que estudaram no Brasil em especial, na UFCG, UFPB e UFPE, como vc percebe a inserção deles no mercado de trabalho, levando em consideração a situação o que país enfrenta há muito tempo?

Geovane: na verdade, os colegas que eu conheci no Brasil e os outros que conheci nessas andanças pelo Brasil, a maioria estão já a trabalhar e muitos nos setores privados, principalmente nos bancos e nas companhias telefônicas como Orange e MTN, no entanto, a grande maioria que eu conheci no Brasil estão a trabalhar na função pública e alguns no setor privado, como Zé que acabei de falar agora, o Mano no banco.

Banjaqui: poderia me dizer se há uma certa discriminação em termos da área de formação, o país de formação e o idioma?

Geovane: eu não vejo como uma discriminação mas vejo como uma facilidade, porque pra nós estudantes do Brasil, mas facilidade não, não existe facilidade, o que se conta aqui pra nós ex estudantes do brasil ou outros é saber aquém se pode recorrer. Existe uma dificuldade, não só pra nós, mas para maioria dos estudantes que terminam os estudos no estrangeiro e voltam pra casa. Essa dificuldades, porque temos só um empregador que é o governo. Então, tendo em conta a isto, acaba a perceber as dificuldades dos recém-formados no mercado de trabalho. Então, esse processo, já que não há o concurso público e tem que ser através de um meio e nós entramos através de uma forma assim, quer dizer, a nível institucional fomos obrigados já a entrar e porque foram investidos milhões de euros e através de um contexto, mas muitos que foram os pais conseguiram um meio pra ajudar e ao voltar aqui se os pais não conhecem pessoas influentes terão sempre dificuldades para suas inserções. Então, há essas dificuldades.

Banjaqui: então neste caso, diria que o governo não lança concurso público?

Geovane: existe concurso público e é lançado pelo governo e existe também o concurso público que é lançado pelas instituições internacionais e privados, só esses concursos é aquela coisa, eu costumo dizer: de faxada), porque são concursos de cartas marcadas, as vezes as pessoas já sabia dantes que vai fazer parte ou que já o escolhido, porque por meio do contato, mesmo assim fazer o concurso para dissimular ou quer dizer, para legitimar a entrada da pessoa.

Banjaqui: gostaria de saber como você avalia a situação atual do mercado de trabalho guineense, levando em conta a situação atual? porque temos dificuldades em encontrar os dados que demonstram crescimento e a queda do emprego no país.

Geovani: do meu ponto de vista, como eu tinha citado aqui é o seguinte, nós estamos a falar de um país onde reina a instabilidade, então tendo em conta um risco maior e a probabilidade de vir investir cá no país é mínima, então, tendo em conta isto e como há um risco maior das empresas virem cá investir no país e o governo passa a ser o único meio ou maior empregador. Então, o nosso mercado de trabalho ainda com pouco investimento externo e até a nível interna poucos investimentos em diferentes áreas acaba inviabilizando essa entrada no mercado de trabalho, quer dizer, acaba criando mais desemprego. Muitos jovens estão com a idade ativa de trabalhar mas que não estão conseguindo trabalho. sobretudo, aqueles que

regressaram agora dos estudos não estão a trabalhar porque não existe o mercado pra isso. Porque sabemos que para entrar no mercado de trabalho tem haver investimento e neste momento com o risco que se verifica está muito complicado para os jovens.

Banjaqui: tens verificados o esforço por parte de estado com vista a combater o desemprego e incentivar os investidores externos para o país?

Geovane: eu acho que neste momento com o andar das carruagens o foco do governo está no conflito que provocou esta instabilidade política. Se estão envidar esforços para atrair investimentos externa ou internamente investir neste momento talvez o esforço é mínimo entendes, é um esforço mínimo que estão se verificando neste momento, porque eu acho que, toda a atenção, isto é, a preocupação do governo é ultrapassar esta fase da instabilidade e conseguir desbloqueio do dinheiro que, através da mesa redonda em ocorrido em Genebra, tinha prometido ao país, eu acho que o foco do governo é conseguir esse dinheiro pra depois investir. A nível, em 2011 e 2012, parece, 2010/2011, o que é que aconteceu, houve uma ratificação no código de investimento, que são as normas e condutas que permitem as empresas que cá virem poder investir de uma forma mais transparente, de acordo com as regras do jogo. então, esse código de conduta que foi ratificado em 2011 permitiu ratificar muitas coisas, porque uma empresa pra investir cá tem que ter um colaborador nacional, isto é, um parceiro guineense, mas agora já não é mais preciso, podes abrir empresa em um ou dois dias. Então, através desses códigos hoje permitiu que as empresas sejam abertas em 24 horas. Então, talvez essa medida nós podemos dizer que o governo envidou esforço naquele momento. E também, uma forma de governo atrair investimento interno é através de minimizar o custo fiscal das empresas.

Banjaqui: gostaria de conversar um pouco sobre a questão instabilidade política entre o PR e PM?

Geovane: gostaria de dizer que quando se fala na instabilidade politica o que reflete nos investimentos internos e externos e referindo essa divergência institucional, eu não vou dizer do PM ou PR, não vou dizer a nível partidário, eu vou colocar isso como uma divergência institucional, talvez o interesse das duas instituições com poderes separados, mas o interesse que se verifica é distinto, porque como isso afeta todo o processo de mercado de trabalho é obvio, como aquilo eu falei, proporciona um risco maior para quem pretende investir no país. Então, esta instabilidade tem contribuído de forma negativa para desenvolvimento da nossa economia ou nosso país, faz crescer pouca a nossa economia, faz aumentar o desemprego e que acaba generalizando um nível de precariedade a nível do trabalho, aumento da pobreza e em termos sociais, as pessoas tentando cada vez sobrevivendo.

Banjaqui: como se deu a sua reinserção socioculturais em seu país?

Geovane: eu tive privilegio de regressar num período em que a maioria dos amigos colegas e amigos regressarem, então a minha volta e a minha reintegração com os colegas que cá ficaram e que não tiveram a oportunidades de ir estudar não tive nenhum problema de relacionamentos, então voltei encontrei os amigos e colegas que já tinha antes e que foram estudar ou imigrarem e muitos voltaram principalmente os que foram estudar e essas

amizades antigas permaneceram e eu não tive problemas. Além do mais, tive oportunidades de fazer novas amizades.

Banjaqui: que mensagem você gostaria de deixar para aqueles seus conterrâneos que terminaram o curso e que ainda, por algum motivo, decidiram permanecer no Brasil?

Geovane: veja, nesse momento, sabe cada um faz sua escolha e também cada um tem seu objetivo e suas metas e traça as metas para alcançar seus objetivos. Então, eu, em particular, sempre coloquei que ao fim dos meus estudos no Brasil vou voltar, eu sempre delinee os meus caminhos, as minhas escolhas sempre são pensadas previamente e quando eu terminei voltei, mas o que posso dizer para os colegas que lá estão ainda, que tem receio de regressar ao país, eu só posso dizer que aqui é origem e aqui é a casa, o seu país é a sua casa, então se voltarem sempre há um meio de conseguir o equilíbrio, pode não ser naquele momento, mas ao longo prazo a pessoa consegue alcançar um equilíbrio, isto é, conseguir um lugar aos poucos, como muitos que vieram acabam conseguindo um enquadramento. Eu encorajo todos, se tiveram oportunidades ali podem voltar ao país, porque vai encontrar sua família, seus amigos e o trabalho ao longo prazo com esforço e determinação, certamente vais conseguir. Esta é a mensagem que eu tenho para os colegas que lá ficaram.

Banjaqui: Então Roberto, gostaria de saber como se deu sua inserção no mercado de trabalho, após a conclusão do seu curso e decidiu voltar para o seu país de origem, se você está a trabalhar ou ainda em situação da procura pelo emprego?

Roberto: bem, eu cheguei e não fiz ainda dois meses, isto é, recentemente, tinha tido uma proposta de trabalho, na verdade não fui atrás do trabalho, e foi meu sobrinho que é amigo de um rapaz que é professor no Instituto Superior Politécnico e professor também universidade lusófona, como meu sobrinho disse que a ele que sou professor de sociologia e ele me fez um convite e me fez uma proposta de trabalhar no departamento de ciências políticas e relações internacionais, mas eu tinha almejado um dia sair e entregar currículos nos ministérios e nas instituições e inclusive já escrevi minhas cartas de motivações para entregar nessas instituições que desejo trabalhar, então, em relação as dificuldades não senti ainda essas dificuldades, porque não entreguei ainda meus documentos, com exceção da Lusófona, que provavelmente começarei a dar aulas lá, mas mais precisamente por causa desse rapaz professor que me convidou para entregar currículo lá. Mas deparei com situação das pessoas que cá estão há muito tempo e que ainda não trabalham, inclusive uma menina que foi minha aluna de catequese e fez turismo no Maranhão e voltou há mais de um ano e está sem trabalhar. Mas também, na faculdade onde eu leciono, no ISP, assume a função de coordenador de curso de ciências políticas, então no processo de selecionar professores para assumirem algumas cadeiras e deparei durante a entrevista com algumas pessoas que já estão aqui há 2 ou 3 anos com o título de mestrado que não estão trabalhando e você percebe assim pela expressão facial da pessoa que essa pessoa está precisando muito um emprego como aquele pra poder sobreviver e, a partir daí que eu comecei a ter noção sobre dificuldades que as pessoas enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho. As vezes penso que fica mais fácil para as pessoas com o título do mestrado, mas não é bem assim, na Guiné funciona mais

para as pessoas que têm “costa larga” que é as questões da indicação. Poderei no futuro sentir esta dificuldade quando começo a sentir isso na pele.

Banjaqui: em relação aos seus colegas que estudaram contigo no Brasil?

Roberto: eu não acho que a grande maioria estão empregado, eu acho que aqueles que estão empregados são as pessoas com famílias “costas largas” que acabam conseguindo, uma forma ou de outra, se inserirem no mercado. Essa minha aluna de catequese, por exemplo, falou uma coisa bem interessante: eu nem estágio consegui, sou formado em turismo, já estagiei no Brasil, mas disseram que deveria começar a estagiar aqui também, mas acontece que tem uma menina que também é formado em turismo que nem se quer estagiou no Brasil e que aqui ela tem uma família influente dentro do ministério do turismo e que já começou a trabalhar ali e ela disse que já tinha especialização e essa menina sem especialização conseguiu emprego, então é pra você ver que na Guiné-Bissau, na função pública a questão do mérito ainda não é levada em consideração. A questão do título não importa, apenas as pessoas que possam fazer com que você chegue aí. É aquela coisa, típicos de países desorganizados ou com as democracias frágeis, o que importa é o conjunto de ismos, nepotismos, paternalismos, infelizmente é assim que funciona na Guiné-Bissau. A partir da experiência de trabalho que estou a fazer enquanto coordenador estou percebendo que jovens, na verdade deparam com problemas de integração. Acredito que depararei com isso, eu acho, porque mesmo que fosse eu, me levar até ao ministro, porque eu pretendo trabalhar na função pública, no ministério da defesa, tendo em conta a minha linha de pesquisa relacionado as forças armadas, se fosse um país onde há concursos públicos seria muito feliz e entrar na função publica meio disto, mas como na Guiné funciona assim e, mas ainda tenho pessoas que querem me levar junto e não quero, porque não é bom entrar nas funções públicas por estas vias, tráfico de influencias né, não quero ir com ele, mas se ao descobrir que sou o irmão mais novo dele e perguntarem vou dizer que sim, mas eu pessoalmente não vou dizer e se todos fossem desse jeito as coisas podem melhorar. Até pra fazer minha apresentação aqui INEP, dois dos meus irmão queriam vir comigo, como eles são muitos conhecidos e conhecem o diretor aqui do INEP, aí falei pra eles que não precisavam vir, porque talvez a influencia deles poderiam influenciar na entrada aqui no INEP e eles ficaram chateados com isso, e isto é questão de princípios, eu acredito.

Banjaqui: quanto a questão do curso, área de formação, país de formação e a língua, acha que tem certa discriminação em termos de inserção no mercado?

Roberto: sim, o curso de ciências sociais, por exemplo, sempre encontram dificuldades de inicio, mas aqui talvez fosse mais fácil inserir no mercado, principalmente porque somos pesquisamos e podemos prestar consultorias e também trabalhar na área de docência, mas como falei, só conseguirei entender isso com o tempo. Mas tem muitas pessoas, pelas quais estudamos juntos, formados em ciências sociais e que estão a trabalhar, onde não foi também fácil a integração mas estão a trabalhar.

Banjaqui: como você avalia o mercado de trabalho na GB?

Roberto: não nada fácil, pelo pouco tempo que estou aqui já é fácil perceber, como estou a dar aulas e muitos pensam que não é trabalho, mas não acho fácil, no meu caso foi bem rápido. O

grande problema aqui na GB é que é quase função pública que emprega as pessoas e a maioria dos estudantes que regressaram recorrem mais à função pública, então existem as ONG's, ONU e outras instituições privadas que dão mais a garantia de trabalho, mas que também não é fácil, lá tudo é mais pelo concurso, entra aquele que está mais preparado o que não significa que lá também não tem a questão da influencia, alguns concurso também são apenas de fachadas, mesmo sendo ONU, inclusive deixei currículo, tem um concurso lá, na UNICEF e foi justamente no dia que roubaram meu computador e já sabia que aquele concurso não era pra me, em fim... Mas funciona da mesma forma que as funções públicas, porque mesmo na UNICEF, PLAN e PNUD acontecem essas manobras, tem uma pessoa formada em ciências sociais e que, também entregou os documentos mas que a família deu umas voltas pra ele conseguir o emprego, só que não sei se depois deu tudo certo com ele, isso pra você ver, eu poderia ter feito da mesma forma, recorrer a minha família pra ver, portanto, é assim, isso aí não é fácil.

Banjaqui: como se deu a sua reinserção no seu país?

Roberto: a minha reinserção não foi fácil, e não está sendo fácil, porque deparei com ausência de alguns colegas que faleceram e alguns com uma situação difícil de saúde e outros em situação de desemprego e você veem que isso tem muito haver com falta de oportunidade criada pelo estado, se estivéssemos num país onde o estado facilita as coisas através da educação e oportunidades de investimentos externos, isso tenderia a minimizar o desemprego as pessoas não refugiariam no álcool e nas drogas. Não é uma reinserção fácil, mas existem outras questões, por exemplo, em relação a saneamento básico, que você depara mesmo no Brasil você não depara com isso, mesmo em alguns bairros, como nas favelas, mas aqui a situação é pior ainda. Aqui as pessoas não tem a cultura da preservação do meio ambiente, a politica de reciclagem, as pessoas gostam jogar sacos plásticos nas ruas, não há coleta seletiva de lixos, isso pra quem vive muitos anos fora é choque de realidade, além de lixos que são queimados nas ruas, isso intoxica o organismo humano.

Banjaqui: em relação a sua noivo, soube que regressou junto contigo, sabes me dizer se já está a trabalhar?

Roberto: não está a trabalhar, já entregou documentos em muitos lugares está a espera se vão ou não chamar e sabemos que não será fácil...

Banjaqui: qual é a mensagem que você deixaria pra aqueles que ainda estão lá no Brasil?

Roberto: é difícil né, mas na verdade acredito que temos a obrigação de voltar, mesmo que o estado de GB tenha contribuído, mesmo que de forma indireta, mas o acordo de cooperação é quando você termina seu curso e é obrigado a voltar, mas algumas razões sociais, econômicos ou financeiro fazem com que muitos ficam, mas fica difícil julgar aqueles que ficam, porque você ao chegar aqui se depara com a realidade e percebe porque muitos ficam, aqui mesmo muitos colegas falam que se voltarem de novo ao Brasil não vão voltar mais a Guiné e eu mesmo já disse isso várias vezes, se voltar ao Brasil vou ficar de vez, ou quando conseguir uma vida estável, financeiramente para me manter nos primeiros momentos. Então, eles têm obrigação de voltar, mas ao mesmo tempo o estado não cria condições para que essas pessoas

voltem e eu me sinto na obrigação de voltar para dar minhas contribuições independentemente da condição social do país ou da remuneração em termos comparativos e claro que Brasil paga melhor que aqui mas eu senti obrigação de vir aqui e dar minhas contribuições. Talvez se nós fizéssemos isso, poderíamos tentar a mudar a situação na qual o nosso país se encontra.

BRASIL

Banjaqui: Danielson, gostaria de saber porque você resolveu permanecer no Brasil após a conclusão do seu curso?

Danielson: bem, o primeiro motivo é que porque achava a graduação muito pouco diante da demanda do mercado de trabalho e quis me especializando mais na minha área e uma foi levando a outra, comecei a fazer o mestrado e no meio do mestrado vi que era interessante ainda mais seguir para o doutorado e estou terminando o doutorado e continue vendo é melhor aprofundar mais e o mercado de trabalho agora pra minha área está um pouco complicado e a tendência é usar o paliativo da bolsa de pós doutorado até conseguir arrumar uma posição, um emprego fixo, então eu vou continuar nessa linha.

Banjaqui: neste caso, Danielson, como você vê e avalia a situação do emprego no seu país?

Danielson: na minha área está mais acessível, digamos assim, mas no geral a situação do emprego no meu país é deficitária, porque tem muitos formados pra poucas vagas, então, o que está acontecendo com bastante frequência é você terminar o curso e voltar pra o seu país e não encontrar emprego e trabalhar em qualquer coisa pra não ficar sem rendimento, sendo que na maioria das vezes você não aplica o que passou quatro ou cinco anos estudando porque não como.

Banjaqui: então, em relação a sua experiência no Brasil, você está aqui há quanto tempo?

Danielson: 12 anos.

Banjaqui: muito tempo, mais de uma década. Gostaria de saber, pela sua experiência, como você avalia o processo de inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro.

Danielson: eu não tenho muito contato, muito conhecimento com estrangeiros, assim, que passaram pelo mesmo processo que eu, que já estejam trabalhando, mas eu acho que se você tem a formação superior facilita bastante o processo de inserção e dependendo da área também você pode ter mais ou menos dificuldades. Mas no geral, acho que o pessoal não está tendo muitas dificuldades para conseguir o emprego.

Banjaqui: bem, como você frisou de que acredita que as pessoas não estão tendo muitas dificuldades pra conseguir emprego, gostaria de saber entre essas pessoas você conhece, mesmo sendo poucas, se eles, geralmente trabalham na sua área de formação.

Danielson: eu acho que alguns do que conheço trabalham em outras áreas para se manterem ocupados e pode ser por falta de oportunidades e pode ser por falta de documentação também

e não sei como está a questão da documentação também, porque alguns trabalhos a pessoa tem que ter o visto permanente pra poder exercer, mas agora não sei como é que está a situação, mas eu acho que maioria está entrando em algo paralelo pra poder se manter até conseguir a estabilidade necessário pra poder trabalhar na área.

Banjaqui: como você avalia a situação do preconceito no Brasil, principalmente sendo africanos e negros?

Danielson: o preconceito existe, todos sabemos, mas acho que só quando você passar por uma situação de preconceito você consegue dimensionar. Eu acredito que no serviço público não seja tão evidente, mas se você for pra empresas particulares, por exemplo, eu acho que normalmente eles dão prioridades pra as pessoas brancas, mesmo que você tenha o mesmo grau de instrução, seja competente, eles preferem ir pela imagem da empresa ter uma pessoa branca, porque eles acreditam que serão mais bem vistos perante a sociedade, por terem mais empregados brancos. Então a gente tem esse problema no Brasil e acho que é um problema que abrange todos os negros, independentemente de ser estrangeiro ou não.

Banjaqui: você já passou uma situação de preconceito no Brasil ou conhece alguém que já passou por isso?

Danielson: eu posso ter passado, mas não me lembro agora né, porque o preconceito é velado né, aquelas coisas que as você deixa passar despercebidos, mas eu pessoalmente não me lembro de ter sido alvo de preconceito, mas já ouvi histórias de conhecidos e colegas que já sofreram o preconceito no Brasil.

Banjaqui: sabemos que boa parte das famílias africanas e, até o país, beneficiam muito com as remessas dos imigrantes para a manutenção, gostaria de saber em sua opinião, como você avalia os impactos das remessas dos imigrantes no seu país?

Danielson: uma das maiores fontes de divisas no meu país é a remessa dos imigrantes, porque a maioria do povo cabo-verdiano quando não tendo a oportunidade de trabalho no seu país tende a imigrar e uma forma de ajudar a família é enviando divisas, dinheiro. Então, pra minha família tem sido bastante importante esse processo, porque num determinado período, onde as contas são maiores que os salários, minha família, minha mãe e meu padrasto precisaram migrar pra poder ajudar a família e por muito tempo a gente convive com essas ajudas dos imigrantes que é o envio das remessas. Então, pra minha família foi muito importante assim como pra todas as famílias de Cabo Verde que tem e quase todo tem algum parente que mora fora e envia o dinheiro sempre o dinheiro e é muito importante.

Banjaqui: Danielson, favor, como você avalia a situação dos seus colegas, no Brasil, em relação as vivencias o a situação do emprego.

Danielson: eu acho que a maioria dos meus colegas estão bem ambientados já, porque já tem mais de dois ou três anos aqui e já estão ambientados e, em relação ao emprego, como falei, não tenho muito conhecimento do pessoal que está trabalhando, mas eu acho que uma fonte de emprego muito comum é ser professor de línguas, a maioria dos colegas falam as outras

línguas, além do português, francês e inglês. Então, eles conseguem dar aulas de forma bem tranquila, acho que a maior parte do pessoal trabalha nessa área.

Banjaqui: você acha que, neste caso, a maioria deles trabalham na informalidade, sem carteira assinada?

Danielson: sim, acredito que sim.

Banjaqui: de modo geral, dadas as situações que o Brasil vem enfrentando nos últimos tempos, como você avalia o mercado de trabalho Brasileiro.

Danielson: eu vejo assim, como um cenário preocupante, porque a crise tem gerado muito desemprego e vou falar do meu caso. Eu estou terminando a minha formação e a expectativa de conseguir emprego na minha área é pequena. Então, eu já estou pensando, o que é que eu vou fazer depois de terminar, já pensando em qualquer outro trabalho, pra eu poder me manter. Então, como eu já falei, é preocupante você passar dez, doze anos estudando e quando termina não tem uma perspectiva positiva, não é, e isso pra quem estudou, imagina pra que não tem aquela formação superior ou aquilo que o mercado demanda, aí fica difícil você conseguir mais ainda o emprego né.

Banjaqui: quais são suas expectativas após a conclusão do curso, pretende permanecer no Brasil ou regressar ao seu país de origem ou ir para outro país?

Danielson: eu estou com dois planos. O plano A, permanecer aqui, tentar trabalhar na minha área. Por enquanto, eu vou pegar uma bolsa com o meu orientador pra gente continuar a fazer as pesquisas e tenho em vista alguns concursos que eu quero fazer. Mas se nenhum desses planos darem certos, o plano B seria voltar pra Cabo Verde, porque lá tem certas carências de profissionais na minha área. Então, eu não descarto a volta pra Cabo Verde e trabalhar na minha área e também ajudar no desenvolvimento do meu país. Então, esses são os meus desejos. Mas como aqui eu tenho mais oportunidades assim de crescer profissionalmente e a própria remuneração ser bem mais em conta, meu primeiro plano é permanecer aqui.

Banjaqui: você poderia me explicar o se o processo de inserção no mercado de trabalho no seu país se dá pelos concursos, currículos ou pelas indicações?

Danielson: ultimamente tem tido mais por concursos públicos, mas há alguns anos atrás tem sido mais por indicações. Então, eu tenho pensado nisso também, porque apesar do meu campo de trabalho ter pouca gente e carência de mão-de-obra, então eu teria que contar com esse tempo até que saísse um concurso na minha área pra poder estar empregado. Então, inicialmente eu iria voltar se não conseguisse nada aqui, e ia tentar trabalhar na área de docência, dando aulas na universidade, até que conseguisse uma posição definitiva na universidade ou no instituto de pesquisa na minha área ou por concurso público.

Banjaqui: Gostaria de saber por que você resolveu permanecer no Brasil após a conclusão do curso de graduação?

Nelo: primeiramente, é mais a questão da oportunidade, e de uma certa forma já me familiarizei no Brasil, mas o lado inverso disso, tem a saudade da família. Quando eu olho atrás, o país não está numa situação muito boa, o que me encoraja muito mais a permanecer no Brasil a procura de uma condição melhor e de oportunidade de trabalho.

Banjaqui: baseado nas suas palavras de que a situação do seu país não é boa, gostaria de saber como o senhor avalia a situação do emprego no seu país?

Nelo: a questão do emprego no meu país está ainda desfavorável comparando com o Brasil. Mas do certo também, tem uma luz verde que ilumina, devido que há muitos colegas que regressaram e estão trabalhando. Mas pra mim, a questão está mais pra sorte de cada um, e eu fui não tive essa sorte e eu resolvi permanecer aqui no Brasil.

Banjaqui: em relação ao Brasil, como você avalia a situação dos estrangeiros no mercado de trabalho Brasileiro?

Nelo: a inserção no mercado aqui é um dos problemas mais complicados. De certo ponto, já se configura em uma situação de desigualdade. Desigualdade que eu falo é por ser estrangeiro. Mesmo para os brasileiros já é complicado imagina para uma pessoa que vem de fora e sem sombra de dúvida eu sinto o sofrimento dentro do coração mesmo.

Banjaqui: levando em consideração que os ex estudantes PEC-G no Brasil, já se configura como um grupo que, de certa modo, com possuem a formação superior, como você percebe sua inserção no mercado de trabalho Brasileiro?

Nelo: olha, eu ainda considero isso na casa de vulnerabilidade de ofício, digamos assim, porque se fizermos uma comparação, são poucas pessoas que se inserirem no mercado de trabalho e, porém, estão inseridos no mercado com umas dificuldades enormes e não trabalhando na sua área de formação, inclusive me vejo como uma exemplo disso, desde que estou trabalhando no Brasil nunca trabalhei em minha área de formação. Bem, durante o período da academia e estágios penso sempre que vou trabalhar na minha área ou similar o que aprendo na academia, mas isso, de certa forma, não consegui.

Banjaqui: tendo em conta a sua fala, gostaria de saber sobre a questão do tipo de trabalho que esses ex estudantes do PEC-G exercem, se a maioria é com carteira ou sem carteira assina.

Nelo: bem isso é muito preocupante, porque como se sabe quando a pessoa decidiu permanecer no Brasil, vai ter um determinando momento em que ele não terá escolhas e, quando aquela dificuldade lhe bate a porta ele agarra o que aparecer. Com estas dificuldades, o próprio estrangeiro acaba se situação naquelas condições de vulnerabilidade e acaba entrando para o trabalho informal e pra mim é mais a questão da pessoa ser estrangeiro e também das dificuldades da pessoa para conseguir um emprego. Por estrangeiro as dificuldades se aumentam ainda, quero dizer.

Banjaqui: a questão do preconceito no Brasil, como você percebe isso, acredita que interfere muito no momento da procura por emprego, para os estrangeiros e se você já passou por isso ou conhece alguém que passou pela mesma situação.

Nelo: olha banjaqui, sinceramente, isso sem sombra de dúvida. Eu sempre coloco como ponto de referencia. Eu passei por isso no momento que estava procurando emprego, e em outros momentos da minha vida, mas não baixei a cabeça, fui atrás até conseguir o emprego, mas mesmo assim, no seu emprego você se depara com essas situações. Mas do certo ponto, isto me encoraja muito mais, de modo que você não está no seu país onde a realidade é um pouco diferente do Brasil. Quando a pessoa decide ficar no Brasil isso já começa a aparecer, principalmente o preconceito. A primeira coisa que a pessoa coloca na cabeça e eu também vivenciamos pessoas que passaram por isso por serem negros e estrangeiros.

Banjaqui: como é que você avalia a situação de convivência dos seus colegas estrangeiros no Brasil, se você aconselharia uma pessoa a permanecer no Brasil.

Nelo: olha Banjaqui, logo de inicio eu aconselharia uma pessoa a permanecer porque aqui tem mais oportunidades, mas hoje, eu digo que não, vale a pena voltar pra casa.

Banjaqui: como você avalia os impactos das remessas dos imigrantes na economia do seu pais e também na manutenção familiar?

Nelo: olha Banjaqui, nesta situação é muito lamentável, primeiramente, deparamos com as dificuldades em fazer essas transações de remessas devido a uma taxa tributária muito grande e pela remuneração baixa das pessoas aqui com essa taxa tributária alta, enviar o dinheiro e as famílias com a esperança de que tem um irmão, primo ou parentes que possa enviar é complicada. Lá a situação é muito difícil, qualquer dinheiro que chega é usado diretamente para manutenção familiar. Então, para um estrangeiro aqui, preferes morrer de fome e lutar para que a família em seu país de origem consigam algo para sobreviver. Mas assim, há muitas dificuldades em enviar remessas para família.

Banjaqui: por último, vejo que o senhor está fazer o doutorado, gostaria de saber quais suas expectativas após a conclusão do curso, voltar ao seu país de origem ou permanecer no Brasil?

Nelo: olha Banjaqui, primeiramente, quando terminar meu curso, basicamente é uma previsão que estou tendo, hoje me dá uma sensação de querer voltar, mas eu tenho filhos aqui no Brasil, e minha permanência aqui vai depender de adaptações deles aqui, razão pela qual estou estudando e preparando para o futuro, caso aparecer algo aqui no Brasil vou encarar, mas de uma forma geral, ainda pretendo regressar ao meu país.

Banjaqui: sempre como minha pergunta inicial nas entrevistas, José, gostaria de saber porque o senhor resolveu permanecer no Brasil após a conclusão do seu curso?

José: eu sempre desejei voltar pra meu país depois de concluir meu curso, permanecer no Brasil era meu segundo plano, só que depois de constituir família aqui esses planos mudaram e eu penso mais na filha, organizar a família e depois voltar pra lá, com uma estrutura já adequada para se instalar, mas as coisas estão tornando cada vez mais difícil, o mercado de

trabalho, por isso acabei abrindo o próprio negócio e isso me fez pensar em permanecer por mais tempo ainda.

Banjaqui: o seu negócio, como está? Ajuda pra substituir salário, pagar as despesas da casa e guardar alguma?

José: no começo foi bem difícil, já estou nisso há dois anos, mas agora está dando mais certo, até tenho algumas clientelas já.

Banjaqui: neste caso, valeu a pena ter abrido este negócio ou você perceber que perdeu muito tempo nele?

José: sim, acredito que valeu a pena. Foi difícil, mas agora está indo tudo bem.

Banjaqui: gostaria de saber como o senhor observa a situação do mercado de trabalho do país?

José: na base das informações que tenho tido ultimamente é que o país não anda muito bem, com índice de desemprego muito alto, o que acaba desmotivando as pessoas a regressar e por isso estou investindo mais nos meus negócios.

Banjaqui: então, em relação ao Brasil, já que com esses problemas pela qual seu país enfrenta e que muitos acabam permanecendo no Brasil, como o senhor percebe a inserção dos seus colegas no mercado de trabalho brasileiro após a conclusão do curso?

José: bem, aqui no Brasil em relação aos meus colegas percebo que a situação de emprego está bem difícil. Soube disso através das conversas que tive com outras pessoas. As coisas não estão boas, algumas pessoas às vezes tentam entrar num curso de mestrado ou doutorado para aproveitar das bolsas para se manterem enquanto estão a procura de trabalho e ao mesmo tempo estudando. Mas para, além disso, a pessoa precisa passar por outros processos, como a procura de trabalho, o que o leva muito deles a trabalharem na informalidade com o objetivo de se manterem no Brasil. Neste caso, a maioria deles trabalha na informalidade, sem carteira assinada.

Banjaqui: como você vê a questão de envio de remessas dos imigrantes, quais os impactos disso na família e até na economia do seu país?

José: isso já é uma situação normal para todos os imigrantes, na maioria dos países da África assim como no meu que é a Guiné-Bissau, os imigrantes fazem os esforços sempre para ajudar as famílias no seu país de origem, mesmo que a pessoa se encontra estudando ele sempre tenta dar um jeito de poder ajudar, porque lá a situação não está muito boa. Mas as vezes deparamos com algumas situações em que as pessoas não tem dinheiro nem mesmo pra ele quanto mais enviar para família. As vezes você vê aqueles que enviam, mas aqui no Brasil é muito difícil.

Banjaqui: em relação ao preconceito no Brasil, como você tem observado isso, se você já passou isso ou conhece alguém que passou por algo desse gênero?

José: na verdade eu nunca passei por isso, mas tem muitos colegas que já passaram, alguns colegas relataram que quando estavam passando e encontraram grupos de pessoas brasileiros e eles desviaram da calçada e que já estavam desconfiando se podia ser um grupo de bandidos. Mas da minha parte não sei dizer se já passei por isso ou não, as vezes há coisas que não dá pra saber se é preconceito ou não e você não leva isso em consideração, mas passar mesmo assim eu não passei.

Banjaqui: o senhor como um imigrante, ex estudante, residente há 11 anos no Brasil, aconselharia um estudante recém formado a permanecer no Brasil ou voltar para seu país de origem, levando em consideração a tudo que tenha me dito sobre a Guiné-Bissau até então?

José: bem, na situação que a Guiné-Bissau se encontra hoje, aconselharia a pessoa a tentar o mestrado, porque se ele for vai querer voltar de novo porque a situação não está nada boa lá. É melhor ficar, tentar mestrado e isso vai ajudar mais porque o país não está nada bom sem contar que lá a pessoa pode não ter a família com influencia pra tentar ajudar a conseguir emprego, é melhor ficar aqui.

Banjaqui: mas o senhor deseja permanecer definitivamente no Brasil?

José: definitivamente, não. Por mais que o país não está bem eu preciso voltar, porque sinto muita saudade, mesmo que não fosse pra trabalhar, apenas para visitar a minha família. Durante minha visita vou ver a questão da estrutura do país, se é bom ficar e trabalhar lá ou voltar.

Banjaqui: com que frequência você visita sua família no seu país?

José: nenhuma vez.

Banjaqui: e a saudade como é que fica?

José: a saudade é inexplicável, tenho muitas saudades, mas tentando trabalhar pra ver se um dia vou voltar e trabalhar lá.

Banjaqui:

Lilian: bem, o motivo de eu permanecer no Brasil é o fato eu estará a fazer o mestrado, no meu último semestre de graduação eu vi o edital e eu estava a escrevendo monografia e tinha umas cadeiras ainda pra pagar, no entanto, como sou ainda muito nova e a vontade de continuar estudar é ainda grande, esse é um dos motivos que me fizeram permanecer ainda no Brasil. Então, não fui tentar o mestrado, fui mesmo pra passar. Então, elaborei o projeto e submeti e passei na seleção e logo entrei para o mestrado. Isso é um dos motivos de eu estar aqui no Brasil e enquanto estou tendo oportunidade de me qualificar mais sem precisar pagar, ainda ganhando uma bolsa pra se manter durante o curso, um dos benefícios que eu achei importante para se qualificar melhor.

Banjaqui:

Lilian: a situação do emprego no meu país, Guiné-Bissau, eu não conheço direito, mas pelo que eu ouvi falar e pelas experiências dos meus colegas, o mercado de trabalho é precário, e não importa o lugar que você se formou, você se submete ao estágio, e que não se aproveita praticamente nada, e que, por outro lado, também tem, tem pra as pessoas com capacidades de correr atrás, como sempre quem correr atrás consegue. E é isso, se eu voltar é isso que eu farei, não importa lugar, entregarei meu currículo pra todos os cantos e procurando emprego. Nesta segunda questão não sei bem dizer, não tenho muito conhecimento, apenas no que os outros me disseram.

Banjaqui:

Lilian: bem, inserções dos meus colegas no mercado brasileiro bem vão partir mesmo da forma direta. O Brasil é um país muito racista e não importa da capacidade do negro. Ele sempre tem que ser testando pra saber se é verdade o que está no currículo dele. Então, este é um dos meus pontos negativos do Brasil. Por exemplo, a pessoa entrega o currículo e o currículo é bom e chama para entrevista e quando chega lá e vê que é negro, eles digam logo que esta vaga já está preenchida ou inventam qualquer desculpa para te colocarem. É um país xenofóbico em relação a África. Então, os africanos aqui sofrem muito com o trabalho. Tem uma colega que disse que ele não conhece um africano rico no Brasil, por mais que você seja o cara você não consegue se destaca numa sociedade brasileira. Então, nesta questão é muito difícil e há muita barreira no processo de inserção dos africanos mercado de trabalho. Por outro lado, isso vai depender também da área de formação, porque o pessoal área de saúde têm mais espaço e isso é muito visto. PRECONCEITO.

Banjaqui:

Lilian: das pessoas que conheço ex PEC-G estão dando aulas, mas aulas assim que eu digo é de se matarem, com a carga horaria muito grande e por ser também nas faculdades privadas. A pessoa trabalhar muito mesmo pra poder conseguir uma boa quantia. Eu no meu caso, em particular, sou autônoma, faço tranças de cabelos, no entanto, vejo algumas ofertas de trabalho, mas pelo salário vejo que não vale nada. O que eles pagam é o que eu ganho praticamente com seis clientes num dia só. Então, pra me não vale a pena.

Banjaqui:

Lilian: em relação ao preconceito, o Brasil é um país muito racista e xenofóbico, individualistas, principalmente em relação ao pessoal da academia. Eu costumo dizer, um negro que disse que no Brasil nunca sofreu racismo ele não sabe se ele é negro ou ele está camuflando ou fingindo de alguma forma. Porque um negro “concentrado” sabe a própria identidade e consegue identificar o racismo no seu dia a dia no Brasil e na academia, principalmente, porque eu vejo que vários professores na academia brasileira não tenham noção sobre a África. África é desconhecida neste país, porque a mídia faz de tudo para torná-lo invisível. Então, quanto mais eles inferiorizam o negro na sociedade brasileira isso torna mais difícil à ascensão do negro na sociedade deste país. É um jogo muito grande, mas por outro lado, percebe-se que os negros não baixaram a cabeça e estão correndo sempre atrás. Então, vivo no recife e quaisquer dos meus conterrâneos africanos o qual disseram que nunca

sofreram o racismo é mentira. No ônibus, você sofre, nas lojas, na universidade, você sofre, no dia a dia, você sofre, nas perguntas, ou seja, em tudo. Você percebe isso em todos os detalhes. Eu, na minha condição de negra africana, para brasileiros “eu sou como se fosse uma prostituta” que quando passa eles falam morena gostosa, o mesmo acontece com os homens negros, isto é, “homem bom de cama, homem com peito grande” e isso tudo junta e cria um estereótipos que compõem o racismo no Brasil.

Banjaqui:

Lilian: bem isso, deve ao fato, ou seja, acontece mais nas famílias de baixa renda, o qual os filhos migram à procura de melhores condições de vida. E esses que participam dos intercâmbios e uma vez ganhando bolsa ou ter uma pequena ascensão na sua longa caminhada em outros lugares, seja qual for o país, ele sente, assim, como preocupação, enviar para os seus pais, enviar alguma coisa pra ajudar e isso mesmo. E isso, embora não todos africanos, mas um africano consciente faz isso, embora na cultura ocidental se diz que é um abuso patrimonial mas que na nossa cultura não figura assim e sim uma forma de ajudar a sua família que está precisando. E tem outro lado, também, quando a pessoa sair de casa, não importa se pra estudar ou ser comerciante lá fora, os que ficam lá no continente acreditam que essa pessoa está rico, é um estereotipo criado dentro da nossa sociedade. Não importa, sempre vai ter muitas pessoas pedindo dinheiro achando que você está bem apenas pelo de estar em um país estrangeiro melhor que o seu. Bem, eu nunca precisei ajudar a minha família, meu pai trabalha e sustenta a casa.

Banjaqui:

Lilian: bem, para conseguir emprego na sua área, vai depender da área de formação e o nível de formação, mas apenas com graduação é muito difícil. Já percebemos isso com as pessoas com mais nível. Talvez pra aqueles da área de saúde ou alguns curso da engenharia. Se quiser permanecer no Brasil e trabalhar tem que se preparar bastante porque a concorrência é grande e demanda muito esforço. Por outro lado, para fazer concursos, que é algo mais sólido, a pessoa tem que garantir primeiro seu visto permanente, que é uma das barreiras para as pessoas. Muitos acabam por casar ou ter filhos.

Banjaqui:

Lilian: bem, no Brasil assim como no mundo todo, estamos numa situação complicado, porque essa mente das grandes cidades, já uma aglomeração das pessoas em alguns lugares, principalmente nas empresas, já estão superlotados, embora está tendo muitas aposentadorias, mas as empresas não estão ainda preparados para receber quantidades das pessoas que estão se formando semestralmente, então capitais dos vários estados estão lotados, cada vez torna-se mais concorridos as vagas, não que seja descentralizadas, porque quase tudo se concentra na capital. Na minha condição de estrangeiro eu aconselho as pessoas a retornarem aos seus países a darem suas contribuições no processo de desenvolvimento, porque já é bem mais desenvolvido em reação aos nossos países. Podem criar projetos e levarem aos seus países como forma de ajudar no desenvolvimento do mesmo. Ainda, levando em consideração que será mais fácil encontrar emprego ao seu nível de formação.

INSERÇÃO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU NO MERCADO DE GUINEENSE

HORA EXATA DE INÍCIO: ____ horas ____ minutos	
[1] N° do questionário:	[2] Entrevistador:

[3] (NÃO PERGUNTAR) Sexo:

() Feminino () Masculino

[4] Estado civil _____

[5] Poderia me dizer quantos anos o (a) Sr.(a) têm?

IDADE _____

9. Não respondeu

[5] Estudou em que Universidade _____

9. Não respondeu

[6] Qual a área e o seu curso de graduação:

Humanas Curso _____

Biomédicas

Exatas

7. Outros _____

9. Não respondeu

[7] Qual é o grau da escolaridade dos seus pais

Superior

Médio

Fundamental

Outro _____

9. Não respondeu

[8] Qual ocupação atual dos seus pais?

a) Pai _____; b) Mãe _____

[9] Você trabalhava em seu país de origem antes da sua vinda ao Brasil?

Sim

Não

[10] Em seu país você diria que, a maior forma de emprego é pelo:

a) Concurso público (); b) avaliação do currículo ()

c) Pelas indicações (); outros _____

[11] No momento, estás a trabalhar?

Não, há quanto tempo?

Sim

6 meses

Instituição pública

1 ano

Instituição privada

2 anos

ONG

Outros _____

Outro _____

9. Não respondeu

[12] Você diria que, a maior parte dos seus colegas estrangeiros trabalham na:

a) informalidade (); b) Carteira assinada ()

Outros _____; 9. Não responderam

[13] A situação do seu emprego é com a carteira assinada?

Sim

Não

Outro _____

9. Não respondeu

[14] Qual é o seu vínculo empregatício?

a) Funcionário efetivo (); a) Funcionário público contratado ()

c) Proprietário de empresa (); d) Funcionário da empresa privada ()

e) estagiário (); f) autônomo (); prestador de serviços ();

Outro _____

9. Não respondeu.

[15] Está trabalhando em sua área de formação?

Sim

Não

[16] Qual a sua ocupação principal?

área gerencial

área técnica

Coordenação

área administrativa

comercial

RH

Outro_____

[17] Sua situação da permanência no Brasil é:

a) Temporário; b) Residência fixa ();

c) Cidadania (); Outro_____

9. Não respondeu

[18] Durante esses anos no Brasil, você já passou por uma situação do preconceito por ser negro ou africano?

Sim

Não

[19] Em sua opinião, isso interfere no momento da procura por emprego?

Sim

Não

[20] Você já desistiu de ir procurar emprego em algumas instituições público-privadas com medo sofrer algum tipo de preconceito?

Sim

Não

[21] Em sua opinião, como você avalia sua remuneração em relação à média do mercado?

Acima da média do mercado

Na média do mercado

Abaixo da média do mercado

Não saber responder/Não opinou

7. Outro _____

[22] Seu salário é compatível com custo de vida da sua cidade de residência?

Sim

Não

Outro _____

[23] Você considera justo o salário que recebe?

Sim

Não

[24] Você diria que o fato de ser estrangeiro e africano pode ter interferido no seu salário?

Sim

Não

[25] qual é a sua carga horária semanal de trabalho?

até 20h

de 20 a 30h

de 30 a 40

acima de 40h

Não respondeu Não trabalha

[26] Você diria que a condição do seu trabalho é de:

a) periculosidade (); b) Insalubridade ()

Outro_____

[27] Sua família, em seu país de origem, precisa da sua ajuda financeira.

Sim

Não

[27.1] Com que frequência você ajuda sua família?

a) todo mês (); b) em cada dois meses ();

d) em cada 3 meses (); seis em seis meses ()

Outro_____

9. Não respondeu

[28] Que meio você utiliza para ajudar sua família?

a) transferência bancário ();

b) agências de turismo

Outro_____

[29] Como você avalia a situação dos seus colegas aqui no Brasil em relação à vivência e emprego?

a) Muito bom (); b) regular ();

c) ruim (); Outro_____

[30] Percebemos hoje, o vaivém da situação do emprego no Brasil, em sua opinião, você aconselharia um estudante recém-formado a regressar ao seu país de origem ou permanecer no Brasil?

Regressar

Permanecer

[31] Você pretende futuramente:

a) regressar ao seu país ;

b) Ir para outro país

c) Permanecer no Brasil

Outro _____

9. Não sabe